

PLANO
PLURIANUAL

2 0 1 2

2 0 1 5



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015

Biênio 2012-2013

Relatório de Avaliação



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Governador

Cid Ferreira Gomes

Vice-Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho

Gabinete do Governador	Danilo Gurgel Serpa
Gabinete do Vice-Governador	Irapuan Diniz de Aguiar Júnior
Casa Civil	Arialdo de Mello Pinho
Casa Militar	Joel Costa Brasil
Procuradoria Geral do Estado	Fábio Carvalho de Alvarenga Peixoto (respondendo)
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	Sílvia Helena Correia Vidal
Conselho Estadual de Educação	Edgar Linhares Lima
Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico	Alexandre Pereira Silva
Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente	Afonso Cordeiro Torquato Neto (respondendo)
Secretaria das Cidades	Carlo Ferrentini Sampaio
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	René Teixeira Barreira
Secretaria da Cultura	Paulo de Tarso Bernardes Mamede
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	José Nelson Martins de Sousa
Secretaria da Educação	Maurício Holanda Maia
Secretaria Especial da Copa 2014	Ferruccio Petri Feitosa
Secretaria do Esporte	Antônio Gilvan Silva Paiva
Secretaria da Fazenda	João Marcos Maia
Secretaria da Infraestrutura	Francisco Adail de Carvalho Fontenele
Secretaria da Justiça e Cidadania	Mariana Lobo Botelho Albuquerque
Secretaria da Pesca e Aquicultura	Francisco Sales de Oliveira
Secretaria do Planejamento e Gestão	Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho
Secretaria dos Recursos Hídricos	Daniel Sanfort (respondendo)
Secretaria da Saúde	Ciro Ferreira Gomes
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	Servilho Silva de Paiva
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Josbertini Virgínio Clementino
Secretaria do Turismo	Bismarck Costa Lima Pinheiro Maia
Defensoria Pública Geral	Andréa Maria Alves Coelho
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Santiago Amaral Fernandes



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretário	Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho
Secretário Adjunto	Carlos Eduardo Pires Sobreira
Secretario Executivo	Marcos Antonio Brasil
Assessoria de Desenvolvimento Institucional	Marcelo Jorge Borges Pinheiro
Assessoria Jurídica	Heloyza Helena de Meneses Freire Rocha Eduardo Sérgio Carlos Castelo
Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão	Naiana Correa Lima Peixoto Marcos Medeiros Vasconcelos
Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate e Pobreza e Inclusão Social	Lara Maria Silva Costa
Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira	Ticiania da Mota Gentil Parente
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Cláudia Coelho Ramalho Teixeira Fábio da Silva Miranda
Coordenadoria de Gestão Previdenciária	Francisco Robson da Silva Fontoura
Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado	Guirlanda de Fátima Tavora Ponte
Coordenadoria de Perícia Médica	Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho
Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado	Vanessa Machado Arraes
Coordenadoria do Gespública	Silvia Kataoka de Oliveira
Coordenadoria de Gestão de Compras	Carmen Silvia de Castro Cavalcante
Coordenadoria de Recursos Logísticos e de Patrimônio	Diarley Maia de Sousa Almeida
Coordenadoria de Estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação	Fábio Gondim Ribeiro
Coordenadoria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	João Alcides de Oliveira Guerra
Coordenadoria Administrativa-Financeira	Francisco José de Oliveira



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

EQUIPETÉCNICA

Coordenação Técnica Daniele Passos de Lima Albuquerque
Maria Cristiane Maia Caxilé
Naiana Correia Lima

Equipes Setoriais Coordenadores, Assessores e Técnicos de Planejamento e
Desenvolvimento Institucionais das Secretarias e Vinculadas

Elaboração Técnica Cristiane Lorenzetti Colares
Eliane Barbosa Hissa
Fátima Coelho Benevides Falcão
Francisca Maria de Sousa Moreira
Francisco Ailson Alves Severo Filho
Francisco José Freire Rodrigues Júnior
Francisco Menezes de Freitas
Jimmy Lima Oliveira
José Fábio Sousa Diogo
Luiz Carlyle de Carvalho Mendes
Maria Lúcia do Carmo
Maria Lúcia Holanda Gurjão
Nicolino Trompieri Neto
Renata Maria Jurema Pontes Viana
Sandra de Souza
Sandra Maria Braga
Vera Marlusa Teixeira Veras
Virginia Dantas Soares Teixeira

Colaboradores Maria Elizabeth Pereira da Rocha
Daniel Ivo de Andrade

Diagramação Julian Marlos Carneiro Lima
Umehara Lopes Parente

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 13

**I. AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO E EVOLUÇÃO DAS VARIÁVEIS
MACROECONÔMICAS, 17**

II. AVALIAÇÃO DOS EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO, 31

**III. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PLANO PLURIANUAL NOS ANOS
DE 2012 E 2013, 49**

IV. AVALIAÇÃO DAS ÁREAS TEMÁTICAS E PROGRAMAS

IV.1. Eixo 1 – Sociedade Justa e Solidária

Educação Básica, 63

Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional, 77

Saúde, 87

Desenvolvimento Social e Trabalho, 103

Cultura, 113

Esporte e lazer, 121

Segurança Pública, 129

Justiça e Cidadania, 137

Acesso à Justiça, 147

IV.2. Eixo 2 - Economia Para Uma Vida Melhor

Desenvolvimento Econômico, 155

Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária, 163

Aquicultura e Pesca, 179

Turismo, 185

Recursos Hídricos, 193

Infraestrutura e Logística, 201

Desenvolvimento Urbano e Integração Regional, 211

Meio Ambiente, 225

Copa 2014, 235

IV.3. Eixo 3 - Governo Participativo, Ético e Competente

Planejamento e Gestão, 243

Gestão Fiscal, 257

Controladoria e Ouvidoria, 267

Governo e Sociedade, 275

Correição e Disciplina, 297



Apresentação

A Avaliação, que ora se apresenta, cumpre o dispositivo da Lei Nº 15.109, de 02 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Governo do Estado do Ceará para o período 2012-2015. Em seu Artigo 12, a Lei cria o compromisso do poder executivo estadual enviar o relatório de avaliação do PPA relativo ao biênio 2012-2013 à Assembleia Legislativa até o dia 30 de junho do ano em curso.

O relatório de avaliação, segundo o referido artigo, deve consistir: da avaliação do desempenho das áreas temáticas, correspondentes às áreas finalísticas de governo, com base nos resultados e indicadores setoriais; da avaliação do comportamento e evolução das variáveis que fundamentaram a elaboração do Plano; da avaliação dos principais programas temáticos setoriais, considerando o cumprimento das metas e iniciativas que contribuíram para o alcance dos objetivos e dos resultados qualitativos alcançados; do demonstrativo da execução física e financeira acumulada do biênio, de forma regionalizada, por Eixo de Governo, Área Temática e Programas.

Elaborado segundo a metodologia adotada pelo Governo Federal, com a introdução de mudanças significativas, em relação aos últimos planos, o PPA 2012-2015, com fundamento no preceito constitucional, que o instituiu, assumiu, na sua formulação como instrumento de planejamento, caráter estratégico, com atributos que favorecem a sua gestão e implementação.

Com efeito, o Estado do Ceará foi uma das poucas unidades da federação que tomou o desafio de aplicar a nova metodologia, reconhecendo seu avanço, por se aproximar do que preceitua as Constituições Federal e Estadual, onde o Plano Plurianual deve estabelecer, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública, além da estrutura proposta possibilitar uma melhor comunicação à sociedade e a incorporação da sua participação.

A aplicação da metodologia requereu sua adequação à realidade do planejamento do Estado, sem, no entanto, comprometer o alinhamento dos programas estaduais com o nível federal. Nesse aspecto, destaca-se a adoção de programas temáticos e, dentre esses, os multissetoriais, relativos a temas transversais, como Juventude, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência, Igualdade Étnico-racial, Equidade de Gênero e Direitos Humanos, integrantes do PPA da União e incorporados pelo PPA estadual.

Aprovado o Plano Plurianual – 2012-2015, logo no seu primeiro ano de vigência, foi percebida a necessidade de sua revisão, com o objetivo assegurar maior integração entre as categorias de planejamento utilizadas no Plano (Programa/objetivo, meta e iniciativa) com os elementos contidos nas estruturas programáticas das Leis Orçamentárias Anuais (Programa/ação). O PPA foi revisado pela Lei Nº 15.266, de 28 de dezembro de 2012, passando a vigorar com nova programação na forma dos anexos apresentados, contendo Áreas Temáticas e Programas (por Eixo, Área Temática e Macrorregião de Planejamento), Origem e Aplicação dos Recursos e Iniciativas Valoradas. A avaliação, portanto, objeto deste documento, refere-se ao PPA revisado.

Os Programas Finalísticos, de que trata esta Avaliação, são definidos como Programas Temáticos Setoriais que correspondem a um determinado tema da política da área temática, podendo ser um eixo ou linha de ação que articula objetivos afins, metas e iniciativas setoriais ou multissetoriais.

Para cumprir a previsão legal, o presente relatório traz inicialmente, uma avaliação do comportamento e evolução das variáveis macroeconômicas abordadas na Mensagem do Governo (volume I) do PPA 2012-2015, no capítulo relativo ao desempenho da economia cearense. O capítulo seguinte - Avaliação dos Eixos da Política de Governo - trata dos resultados estratégicos de Governo esperados por Eixo, com a análise do comportamento dos respectivos indicadores no período 2010-2013. No terceiro capítulo é apresentada a Avaliação da Execução Orçamentária do PPA nos anos de 2012 e 2013. Compõem quarto e último capítulo a Avaliação das Áreas Temáticas, enfocando o alcance dos resultados estratégicos setoriais e uma análise do desempenho dos respectivos indicadores além da Avaliação dos Programas de cada área sob a ótica da realização das principais Metas de 2012 e 2013 . Integram, ainda, este relatório, três anexos com demonstrativos financeiros e um anexo com a programação e execução física de metas regionalizadas dos principais programas.

AVALIAÇÃO DO
COMPORTAMENTO
E EVOLUÇÃO
DAS VARIÁVEIS
MACROECONÔMICAS



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Avaliação do Comportamento e Evolução das Variáveis Macroeconômicas

I. Desempenho Econômico no Período Recente

Nesta seção serão apresentados os indicadores que refletem o comportamento da economia do Ceará para os anos de 2012 e 2013. Serão apresentados indicadores relacionados ao Produto Interno Bruto e aos setores da Agropecuária, Serviços e Indústria, bem como os que retratam o comportamento do comércio exterior e do mercado de trabalho.

I.1 O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

A economia cearense continua nos últimos anos apresentando resultados superiores à economia do país. No ano de 2012 comparado ao ano de 2011, o PIB do Ceará cresceu 3,65% enquanto que o PIB do Brasil apresentou um crescimento de apenas 0,9%. Em 2013 o Ceará cresceu 3,44%, resultado superior ao do Brasil no qual registrou um crescimento de 2,3%. O bom resultado do PIB cearense verificado no ano de 2012 foi impulsionado pelo crescimento do Valor Adicionado dos Serviços (5,81%) e da Indústria (2,63%). Para o ano de 2013, o setor que mais contribuiu para o crescimento do PIB cearense foi a Indústria (5,62%), seguido dos setores de Serviços (2,89%) e da Agropecuária (2,61%).

Em 2012, a Agropecuária apresentou uma forte queda (-20,11%) em decorrência de um ano de seca que afetou não só o Ceará como também a região Nordeste e a região Sul, comprometendo também essa atividade no Brasil (-2,3%). As perdas da safra de grãos no Ceará foram em níveis elevados para o arroz, o feijão e o milho. Houve queda também na produção da castanha de caju, a qual afetou negativamente as exportações dessa cultura. Em 2013 houve um maior volume de chuvas, porém ainda

abaixo da média histórica, contribuindo para o crescimento na produção nas culturas de milho e feijão, enquanto o arroz apresentou redução na produção.

A expansão da Indústria, em 2012, foi favorecida pelo crescimento da Construção civil (4,72%) e em função do aumento no Valor Adicionado de Eletricidade, gás e água (8,79%). A Indústria de Transformação apresentou uma queda de 1,5%, seguindo o comportamento dessa atividade em nível nacional, na qual verificou-se uma retração de 2,5%. A retomada de crescimento da Indústria em 2013 foi ocasionada, em parte, pela recuperação da Indústria de Transformação com um crescimento de 4,71%.

O setor de Serviços, em 2012, foi o que apresentou maior crescimento e, dada a sua elevada participação na composição do Valor Adicionado do Ceará (73,1%), o que mais contribuiu para o crescimento do PIB cearense. Dentre as atividades que o compõe, as que apresentaram maiores taxas de crescimento foram: Transportes (7,99%), Comércio (7,95%) e Alojamento e Alimentação (6,65%). Em 2013, a atividade do Comércio, a qual apresenta 21,18% de participação no setor de Serviços, sofreu uma desaceleração da taxa de crescimento (2,50%) em decorrência do impacto da política macroeconômica de aumento da selic para o controle da inflação, tornando o crédito mais caro e, conseqüentemente, diminuindo o ritmo de consumo das famílias e empresas, contribuindo assim, para um crescimento menor do setor de Serviços.

Tabela 1 - Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado (VA) por atividades - Ceará e Brasil - 2012 e 2013

Setores e Atividades	Ceará		Brasil	
	2012	2013	2012	2013
Agropecuária	-20,11	2,61	-2,30	7,0
Indústria	2,63	5,62	-0,80	1,3
Extrativa Mineral	-4,42	25,39	-1,10	-2,8
Transformação	-1,50	4,71	-2,50	1,9
Construção Civil	4,72	3,12	1,40	1,9
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	8,79	7,75	3,60	2,9
Serviços	5,81	2,89	1,70	2,0
Comércio	7,95	2,50	1,00	2,5
Alojamento e Alimentação	6,65	3,21
Transportes	7,99	4,28	0,50	2,9
Intermediação Financeira	4,38	4,39	0,50	1,7
Administração Pública	1,38	1,82	2,80	2,1
Outros Serviços	10,13	3,49	1,80	0,6
VA a preços básicos	3,64	3,48	0,80	2,1
PIB pm	3,65	3,44	0,90	2,3

Notas: São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos; Taxa de crescimento em comparação com o ano anterior.
Fonte: IPECE e IBGE.

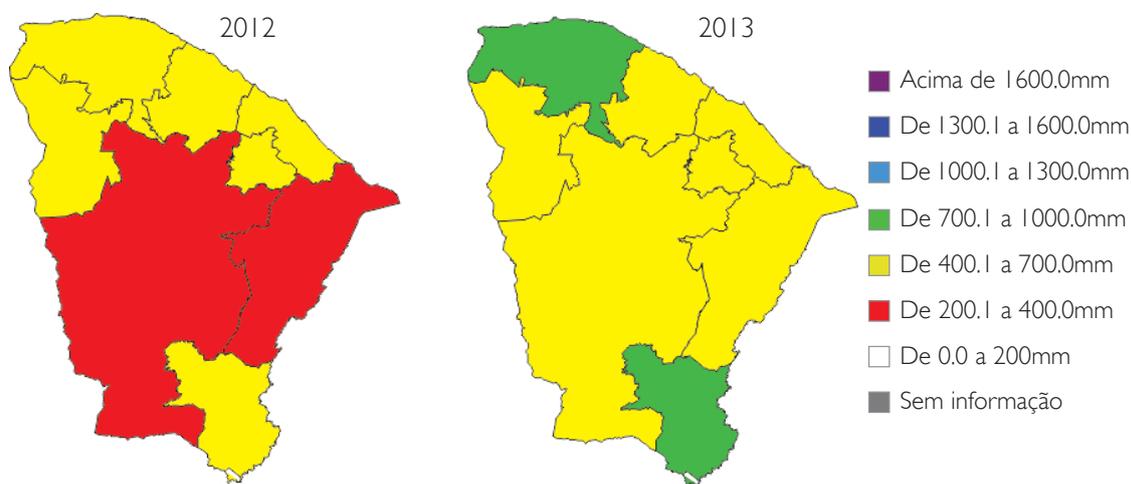
1.2 O SETOR AGROPECUÁRIO

O ano de 2013 caracterizou-se como mais um ano de estiagem não apenas para o Ceará, como também para vários estados do País. Em comparação com o ano de 2012, cuja estiagem apresentou-se de forma ainda mais forte, o ano de 2013 mostrou um modesto crescimento da produção agrícola. A precipitação anual média no Ceará em 2012 foi de 389 mm, o que representou um volume de chuvas 52,3% abaixo da média, enquanto em 2013 o volume de chuvas

alcançou 576 mm, 29,4% abaixo da média.

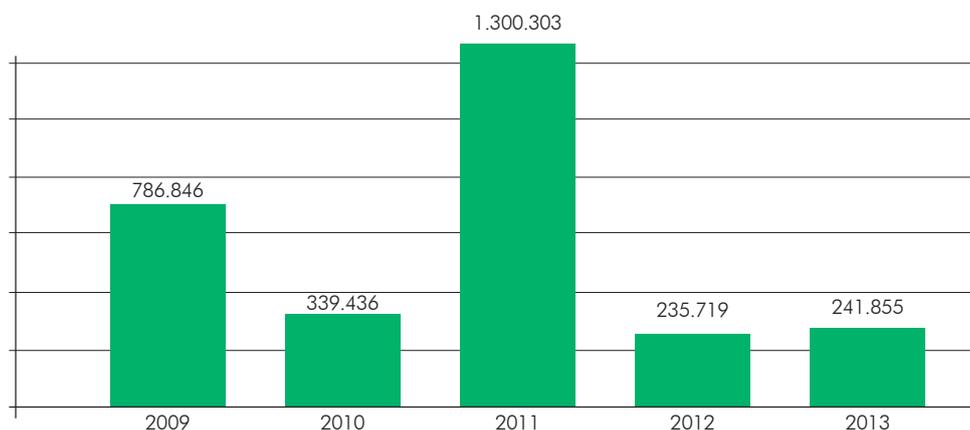
Apesar de um maior volume de chuvas em 2013, o quadro de estiagem manteve-se, impactando principalmente nas condições de disponibilidade de água não só para as áreas rurais, mas também para as áreas urbanas do interior do Ceará. Conforme pode ser observado na Figura 1, as macrorregiões do Cariri e Litoral Norte foram as mais beneficiadas pelo regime de chuvas, mas ainda foram abaixo da média.

Figura 1 – Distribuição das Chuvas nas Macrorregiões do Ceará, 2012 e 2013



No ano de 2013 registrou-se crescimento da produção de grãos (Gráfico 1), ainda que modesto, impulsionado por dois dos principais produtos, milho e feijão, que representam 78,0% da produção de grãos, com crescimentos de, respectivamente, 8,3% e 5,5%, enquanto o arroz, que também é um dos importantes produtos, apresentou redução de 3,8%. Considerando o Valor Bruto da Produção, em valores correntes, houve uma redução de 17,2% em relação a 2012.

Gráfico 1 – Produção de Grãos (Toneladas), Ceará, 2009 – 2013*



Fonte: IBGE. *Dados preliminares. Elaboração IPECE.

Apesar da produção de frutas ser menos vulnerável à condição de estiagem, em função da irrigação, esta foi também prejudicada em algumas áreas devido à ausência de recarga dos reservatórios hídricos. Dessa forma, em 2013 a produção de frutas frescas apresentou um leve crescimento de 1,5%. Os itens que apresentaram crescimento foram goiaba, limão, mamão, manga, maracujá e tangerina, enquanto os que apresentaram redução na produção foram abacate, acerola, banana, graviola, laranja, melancia, melão e uva (Tabela 2).

Tabela 2 – Produção e Estimativa da Produção de Frutas (Toneladas e Mil Frutos), Ceará, 2012 e 2013

Produto	Produção 2012	Produção 2013*	Varição %
Abacate	2.717	2.640	-2,83
Acerola	19.268	15.232	-20,95
Banana	415.763	375.344	-9,72
Goiaba	12.569	14.081	12,03
Graviola	1.737	1.535	-11,63
Laranja	13.847	13.554	-2,12
Limão	8.428	8.733	3,62
Mamão	86.414	117.363	35,81
Manga	40.449	46.599	15,20
Maracujá	179.243	213.908	19,34
Melancia	75.442	68.897	-8,68
Melão	219.309	212.362	-3,17
Tangerina	1.872	2.094	11,86
Uva	767	664	-13,43
Ata (pinha)	623	623	0,00
Castanha-de-caju	38.574	52.973	37,33
Abacaxil	10.538	11.247	6,73
Coco-da-baía (seco) I	151.925	101.938	-32,90
Coco-da-baía (água) I	120.135	104.140	-13,31

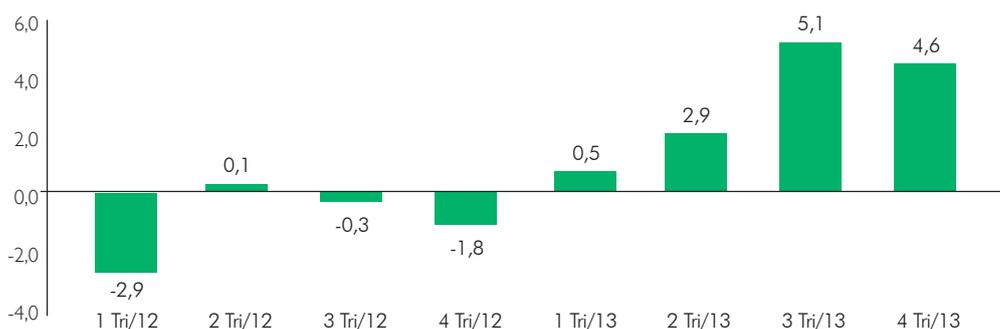
Fonte: IBGE. *Dados Preliminares. I Mil Frutos. Elaboração IPECE.

1.3 O SETOR INDUSTRIAL

A Indústria de Transformação é a atividade que determina o comportamento do setor da Indústria cearense por apresentar uma participação de aproximadamente 47% desse setor. A Produção Física Industrial é a principal

medida que reflete o comportamento da atividade da Indústria de Transformação. No Gráfico 2 podem ser observados os decréscimos trimestrais registrados em 2012, após os quais houve uma considerável retomada do crescimento da produção atingindo o ápice no terceiro trimestre de 2013 (5,1%).

Gráfico 2 – Variação Trimestral (%) da Produção Física Industrial – Ceará – 2012-2013

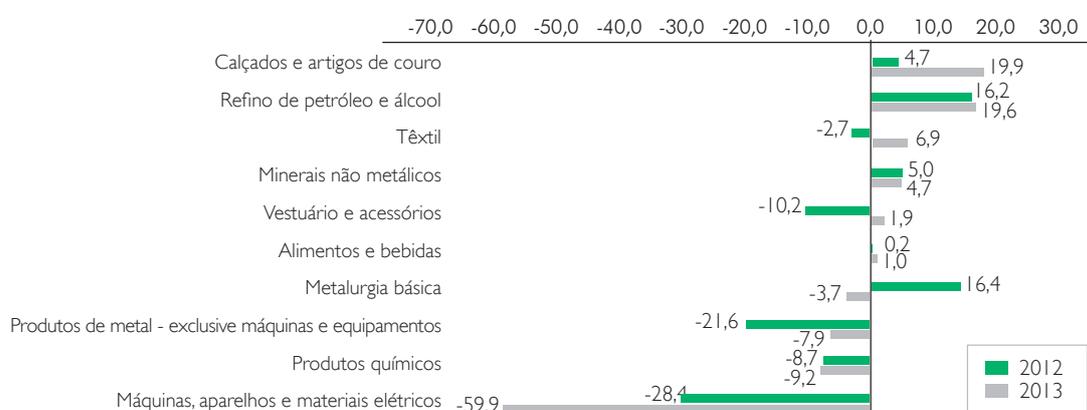


Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.
Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração IPECE.

Considerando os resultados para os setores que compõem a indústria cearense, tem-se que entre as dez atividades constantes na Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física, seis delas apresentaram crescimento da produção no ano de 2013 (Gráfico 3). Dentre estas, merece destaque a recuperação de atividades tradicionais da indústria local como Calçados e artigos de couro, esta em especial, e Têxtil, ambas favorecidas pelo mercado interno e pelo comportamento da taxa de câmbio, que estimulou as exportações e dificultou a entrada de bens estrangeiros. Na comparação do ano de 2013 com 2012, cresceram, respectivamente, 19,9% e 6,9%. Outro destaque positivo foi

a atividade de Refino de petróleo e álcool que preservou o bom ritmo de crescimento alcançado no ano anterior e cresceu 19,6% em 2013, estimulada pelo aumento do consumo e de estratégias de produção da Petrobrás. Em contraponto à expansão registrada pela maior parte das atividades pesquisadas, quatro delas apresentaram resultados negativos em 2013, reduzindo a produção frente a 2012. Como destaques negativos têm-se Produtos químicos, com recuo de 9,2%, e Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, com redução de 59,9%, em virtude do fechamento de uma tradicional empresa produtora de transformadores elétricos.

Gráfico 3 – Taxa de Crescimento Acumulada (%) da Produção Industrial por Setores Industriais – 2012 e 2013 – Ceará



Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2013.
Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

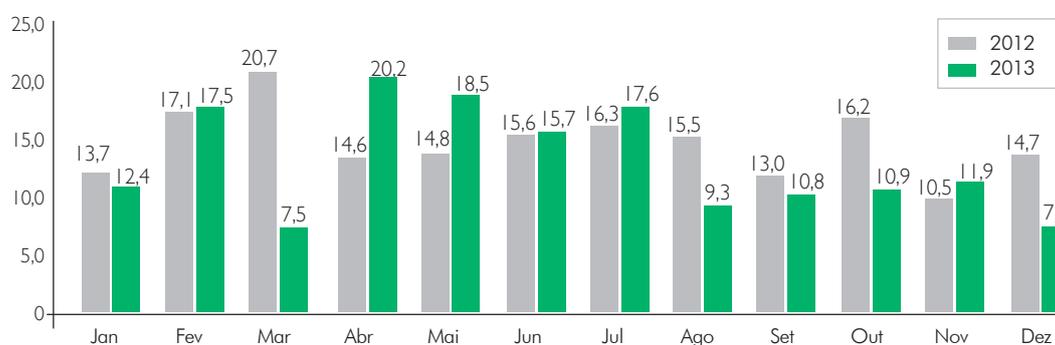
1.4 O SETOR DE SERVIÇOS

A Pesquisa Mensal de Serviços - PMS realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no país. Essa pesquisa investiga a receita bruta de serviços gerada nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro,

excluídas as áreas de saúde e educação.

Analisando a PMS mensalmente para os anos de 2012 e 2013 (Gráfico 4), verifica-se uma certa desaceleração a partir do mês de agosto de 2013 em comparação com o mesmo período de 2012. Isso pode representar, de certo modo, uma desaceleração do ritmo de crescimento na receita nominal gerada no setor de serviços cearense, mas ainda assim, o Ceará registrou crescimento no setor de serviços acima do Brasil.

Gráfico 4 –Variação mensal da receita nominal de serviços – Jan.-Dez./2013 – Ceará (%)(*)



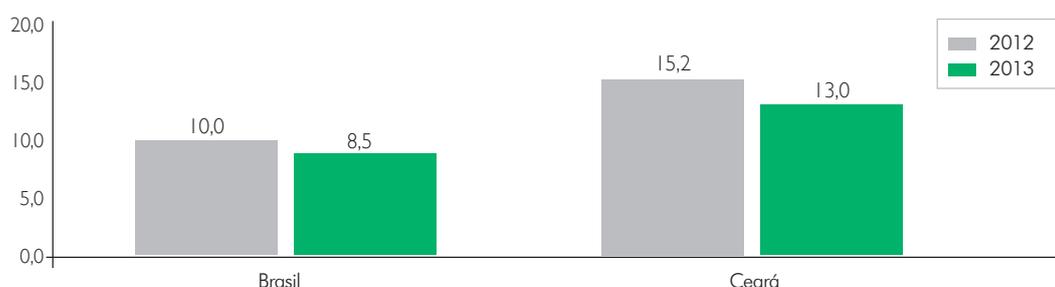
(*) Taxa de crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior.

Fonte: PMS (IBGE). Elaboração: IPECE.

Analisando-se os resultados acumulados no ano (Gráfico 5), observa-se que o Ceará apresentou, em 2013, uma taxa de crescimento de 13,0%, superior à do País (8,5%). No entanto, vale destacar que tanto o Ceará como o Brasil registraram, em 2013, variações inferiores às alcançadas em 2012, ratificando o comportamento de desaceleração do setor. Grande parte dessa diminuição no

ritmo de crescimento do setor de serviços foi decorrente do constante aumento da taxa básica de juros da economia, que desde abril de 2013 vem sendo sistematicamente elevada. A consequência disso tem sido o encarecimento do crédito, comprometendo o consumo das famílias e empresas, bem como desaquecendo o setor de serviços.

Gráfico 5 –Variação da receita nominal de serviços acumulada no ano até Dezembro/2012-2013 - Brasil e Ceará (*)



(*) Taxa de crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior.

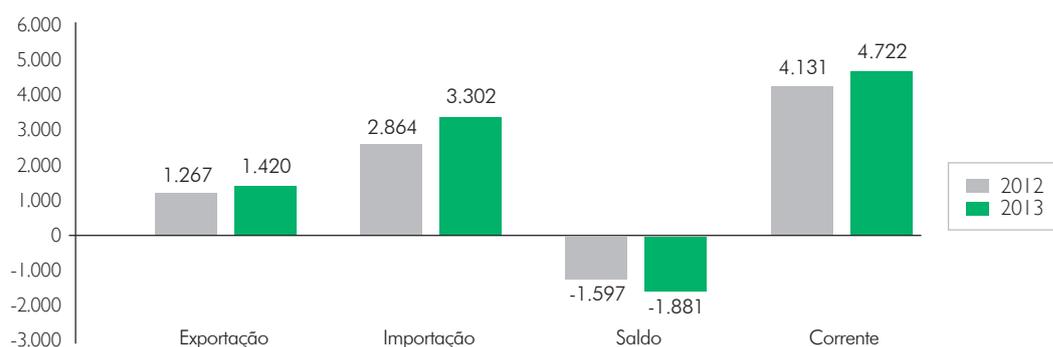
Fonte: PMS (IBGE). Elaboração: IPECE.

1.5 O COMÉRCIO EXTERIOR

Com relação ao comércio exterior do Ceará, as exportações no ano de 2013 surpreenderam as expectativas e alcançaram um valor recorde de US\$ 1.420 milhões (Gráfico 6), significando um crescimento de 12,12% em relação ao ano de 2012. As importações, por sua vez, somaram US\$ 3.302 milhões, registrando um crescimento de 15,3%, comparado ao ano de 2012. Com esse resultado, o saldo da balança comercial cearense registrou um déficit de US\$ 1.881 milhões em 2013, mantendo a trajetória de saldo negativo dos últimos anos.

Vale ressaltar que esse valor é reflexo do cenário que o Estado vem apresentando nesses últimos anos, com elevados investimentos em infraestrutura, como metrô, usina de energia, ampliação do parque industrial, o que exige maior demanda na importação de bens de capital, além do aumento das compras externas de insumos industriais. Com os movimentos das exportações e importações, a corrente de comércio exterior do Ceará fechou o ano de 2013 com o valor de US\$ 4.722 milhões, o maior desde 2004, com crescimento de 14,3% frente ao ano de 2012.

Gráfico 6 – Balança Comercial Cearense (US\$ Milhão – FOB) – 2012-2013



Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração IPECE.

A pauta de exportação cearense, em 2013, continua sendo liderada por calçados e partes, com o montante de US\$ 325,2 milhões (Tabela 3). Esse valor ficou abaixo do verificado em 2012, o que pode ser explicado pela queda no valor de vendas para os dois principais compradores: Estados Unidos e Argentina. O grupo combustíveis e minerais ficou em segundo na pauta de exportação de 2013, com valor de US\$ 247,7 milhões. Em geral, observou-se uma retração do valor das exportações cearenses

dos principais produtos, como calçados (-3,98%), couros e peles (-5,8%), castanha de caju (-26,1%), preparação alimentícia (-0,54%), têxteis (-20,9%) e ceras vegetais (-20,7%), para citar os mais importantes. Em compensação, vale ressaltar o crescimento das exportações de alguns setores, como frutas, que cresceu 8,0% em 2013, comparativamente ao ano de 2012, máquinas e equipamentos (78,6%), lagosta (44,9%) e embarcações e estruturas flutuantes (135,1%).

Tabela 3 – Principais Produtos Exportados – 2012-2013 (US\$ FOB)

Principais produtos	2013 (FOB – US\$)	Part.% 2013	2012 (FOB – US\$)	Part.% 2012	Var % 2013/2012
Calçados e Partes	325.169.051	22,89	338.648.951	26,73	-3,98
Combustíveis minerais	247.687.803	17,44	18.759.585	1,48	1.220,33
Couros e Peles	194.282.131	13,68	206.179.451	16,27	-5,77
Frutas	117.038.556	8,24	108.391.032	8,56	7,98
Castanha de Caju	109.803.348	7,73	148.575.140	11,73	-26,10
Preparação Alimentícia	70.819.663	4,99	71.206.649	5,62	-0,54
Têxteis	57.658.969	4,06	72.854.456	5,75	-20,86
Ceras Vegetais	53.029.585	3,73	66.842.620	5,28	-20,67
Máquinas e equipamentos	50.788.800	3,58	28.437.119	2,24	78,60
Lagostas	42.070.296	2,96	29.037.413	2,29	44,88
Consumo de bordo	26.385.145	1,86	39.308.822	3,10	-32,88
Produtos metalúrgicos	20.023.490	1,41	32.870.245	2,59	-39,08
Embarcações e estruturas flutuantes	16.572.546	1,17	7.050.000	0,56	135,07
Produtos químicos	13.989.511	0,98	7.816.340	0,62	78,98
Obras de pedra, gesso, cimento e mica	12.628.921	0,89	13.825.074	1,09	-8,65
Demais Produtos	62.516.200	4,40	77.159.613	6,09	-18,98
Ceará	1.420.464.015	100,00	1.266.962.510	100,00	12,12

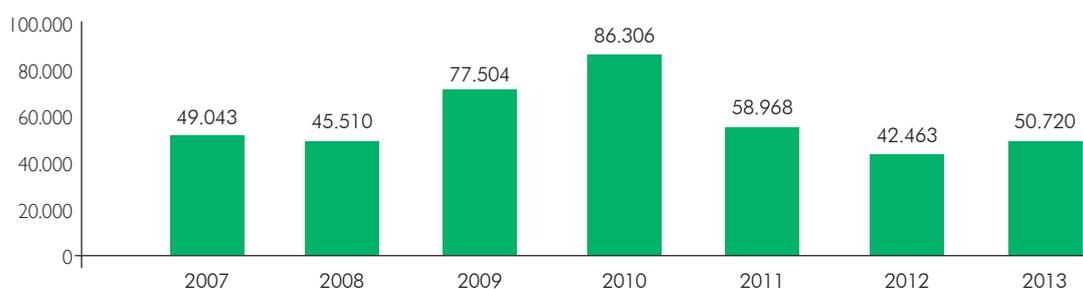
Fonte: MDIC/SECEX, Elaboração: IPECE.

1.6 O MERCADO DE TRABALHO

O Ceará acumulou em 2013 um total de 50.720 novos postos de trabalho, número superior ao registrado em igual período de 2012. Analisando o período de 2007 a 2013, apesar de 2013 ter registrado a quarta maior geração de novos postos de trabalho com carteira assinada

(Gráfico 7), observa-se um nítido movimento de desaceleração na geração de novos empregos no Ceará, consequência em boa parte das políticas macroeconômicas de desestímulo ao consumo, como tem sido o caso das sucessivas altas na taxa básica de juros da economia durante todo o ano de 2013.

Gráfico 7 – Evolução Anual do Saldo de Empregos Celetistas - Ceará - 2007-2013

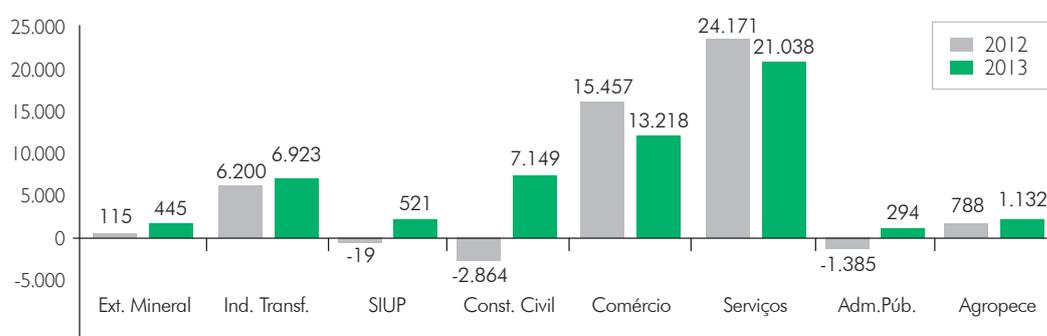


Fonte: CAGED-MTE, Elaboração: IPECE.

Na análise do saldo de empregos celetistas por setores (Gráfico 8), é possível notar que, em 2013, todos os oito grandes setores investigados registraram saldo positivo de empregos. O setor que registrou o maior número de vagas foi Serviços (+21.038 vagas), seguido pelo Comércio (+13.218 vagas); pela Construção Civil (+7.149 vagas) e Indústria de Transformação (+6.923 vagas). Vale ressaltar que apesar da forte participação na geração de novas vagas de trabalho, os setores de Serviços e Comércio registraram desempenhos inferiores

aos registrados no ano de 2012. Já a Construção Civil revelou forte recuperação em 2013, após registrar a maior perda de postos de trabalho em 2012. Outros dois setores que registraram recuperação na criação de novos postos de trabalho foram Administração Pública e Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP. Por fim, merecem ainda destaque os setores de Extrativa Mineral e Agropecuária, por gerarem maior saldo de empregos em 2013 na comparação com 2012.

Gráfico 8 – Saldo de Empregos Celetistas por Setores – Ceará – Acumulado até Dez./2012-2013



Fonte: CAGED-MTE. Elaboração: IPECE.

2. Desenvolvimento Social no Período Recente

Nesta seção serão apresentados os indicadores que refletem a melhoria do bem-estar nas dimensões da renda, educação, saúde, e condições de domicílios. Todos os indicadores analisados procuram refletir a qualidade de vida da população e proporcionam informações relevantes para a orientação de políticas públicas no Estado do Ceará.

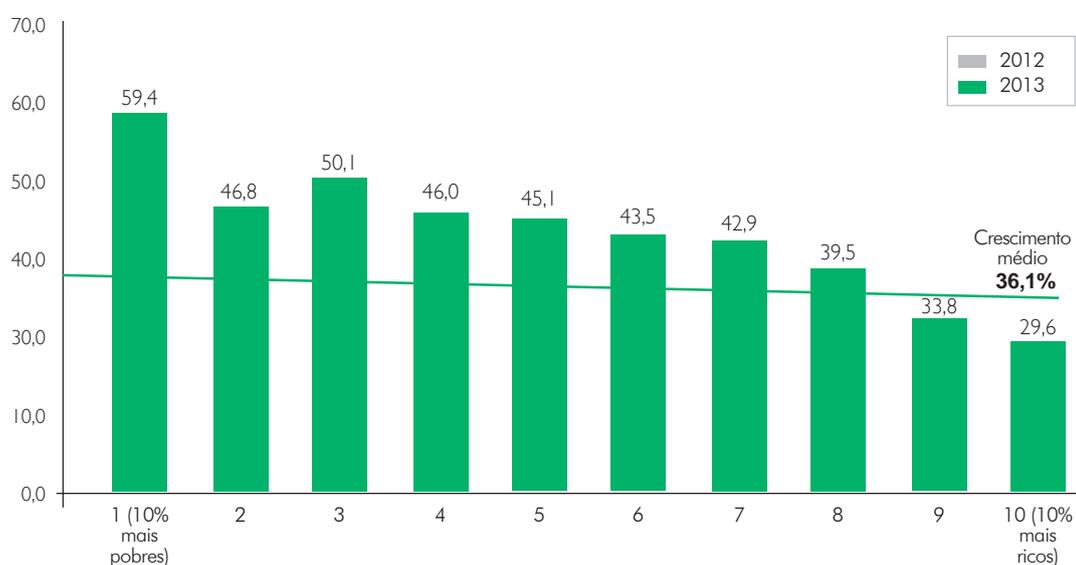
As informações utilizadas para a construção dos indicadores de renda, educação e condições de domicílio são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, enquanto as de saúde são oriundas da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará.

2.1 RENDA

A renda domiciliar per capita média da população cearense cresceu 8,3% em 2012. Considerando o período de 2007 a 2012, a renda média do Ceará cresceu 36,1%, acima da média nacional. O crescimento da renda média brasileira foi de 23,6% e a do Nordeste, 33,1%. A renda per capita cearense que era de R\$ 391 em 2007, passou para R\$ 531,9 em 2012.

Analisando o crescimento da renda por estratos da população, percebe-se que o crescimento foi maior para a população mais pobre. A renda domiciliar per capita dos 10% mais pobres cresceu o dobro da renda dos 10% mais ricos.

Gráfico 9 – Taxa de crescimento (%) da renda domiciliar per capita por décimos da população – Ceará – 2007 a 2012



Elaboração: IPECE.
Fonte: PNAD.

Considerando apenas a renda do trabalho das pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas, o crescimento foi de 32,1% entre 2007 e 2012. A renda média do trabalhador cearense passou de R\$ 619 em 2007 para R\$ 817,8 em 2012.

Destaca-se a redução do diferencial de rendimento entre homens e mulheres. Em 2007, as mulheres recebiam em média 43,2% a menos que os homens, essa diferença caiu para 21,9% em 2012.

2.2 POBREZA E DESIGUALDADE

O crescimento da renda dos mais pobres, acima da média, contribuiu para a redução da desigualdade. O índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda era de 0,548, em 2007, caiu para 0,524 em 2012.

O crescimento da renda aliado à redução da desigualdade impactou numa considerável redução do número de pessoas em condição de pobreza e extrema pobreza (< R\$ 70,00 per capita). Entre 2007 e 2012, o Ceará reduziu em 38,3% o percentual de pobres e 40,1% a proporção de extremamente pobres.

Considerando o nível educacional da população, as maiores reduções na proporção de pobres ocorreram nos grupos sem instrução e com ensino fundamental incompleto. No Ceará, entre as pessoas sem instrução a redução da pobreza foi de 43,9% entre 2007 e 2012. Já entre as pessoas com ensino fundamental incompleto foi, em média, de 35,4%.

2.3 EDUCAÇÃO

Um dos principais indicadores educacionais é a taxa de analfabetismo definida como o percentual das pessoas com 15 anos ou mais de idade que são incapazes de ler ou escrever um bilhete simples. No Ceará, 19% das pessoas com 15 anos ou mais eram consideradas analfabetas em 2007, reduzindo-se para 16,3% em 2012.

Os maiores percentuais de analfabetos se concentram nas faixas etárias mais elevadas, principalmente, a partir dos cinquenta anos, o que torna mais difícil uma redução mais acelerada deste indicador. Dessa forma, a maneira mais eficaz para combater essa realidade é interromper o processo de analfabetismo no segmento jovem da população.

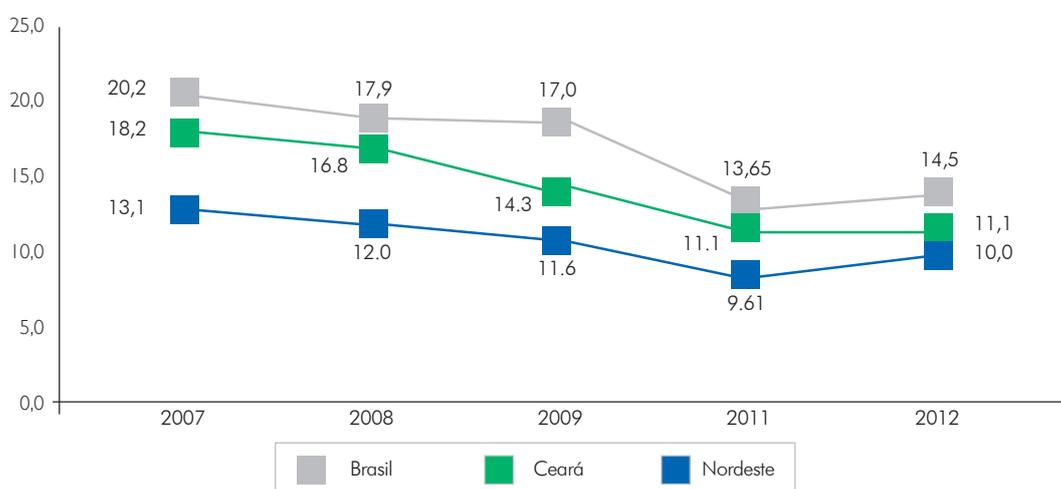
Considerando este cenário, atualmente, políticas públicas educacionais que buscam melhorar a taxa de alfabetização escolar da população são estratégias cada vez mais eficazes. O Ceará foi pioneiro nessa iniciativa. Em 2007, foi criado o Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC como uma política de melhoria da educação básica e combate ao analfabetismo nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Em 2013, o Programa serviu de referência para a implantação do Pacto Nacional de Alfabetização

na Idade Certa - PNAIC, com abrangência para outros estados brasileiros.

A principal meta do PAIC é alfabetizar todos os alunos até o 2º ano do Ensino Fundamental. Entre 2007 e 2012, o Ceará reduziu em 53,8% a taxa de analfabetismo das crianças que concluíram o 2º ano, causando impacto nesse indicador entre as crianças de 6 a 14 anos de idade. Em 2007, 18,2% das crianças nessa faixa etária eram analfabetas, enquanto em 2012 esse percentual caiu para 11,1%.

Gráfico 10 – Taxa de Analfabetismo da População de 6 a 14 anos de idade – Ceará – 2007 a 2012



Elaboração: IPECE.
Fonte: PNAD

Outro indicador representativo da evolução educacional é o percentual de analfabetos funcionais, que considera todas as pessoas com 25 anos ou mais e que possuem menos de 4 anos de estudo e que, portanto, detém poucos conhecimentos formais, impondo um limite para a elevação dos seus níveis de produtividade. Em 2007, 39% dos adultos cearenses eram analfabetos funcionais, enquanto em 2012 esse percentual passa a ser de 35,5%.

Outra forma de observar o quadro geral da educação é por meio da análise da composição educacional em termos de diferentes níveis de ensino – fundamental, médio e superior. No ensino fundamental consideram-se as pessoas de

15 anos ou mais e no caso dos ensinos médio e superior, as pessoas de 25 anos ou mais.

A proporção de pessoas de 15 anos ou mais com ensino fundamental completo no Ceará cresceu 15,1% enquanto as proporções de adultos com 25 anos ou mais com ensino médio e superior apresentaram crescimentos de 18,5% e 33,3%, respectivamente. Isso fez com que a escolaridade média da população cearense crescesse de 5,6 para 6,1 anos de estudos entre 2007 e 2012.

2.4 Saúde

Na área da saúde, devem ser destacados avanços consideráveis nos últimos anos, principalmente no que diz respeito à saúde da criança, mas

também problemas que, apesar dos esforços governamentais, ainda não foram transpostos, havendo a necessidade da continuidade do monitoramento e avaliação de suas causas e soluções.

Um dos indicadores importantes na área de saúde é o da Razão da Mortalidade Materna que representa o número de óbitos maternos, por 100 mil nascidos vivos de mães residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Esse indicador estima a frequência de óbitos femininos, ocorridos até 42 dias após o término da gravidez, atribuídos a causas ligadas à gravidez, ao parto e ao puerpério, em relação ao total de nascidos vivos.

Observando-se a evolução do indicador Razão da Mortalidade Materna, identifica-se uma tendência de aumento entre os anos de 2007 e 2013, o qual passou de 71,70 para 88,60 óbitos maternos por cem mil nascidos vivos, respectivamente. Apesar dessa tendência no período destacado, deve ser mencionado que entre 2012 e 2013 registrou-se uma redução, dado que nesse primeiro ano a razão foi de 90,90 óbitos maternos por cem mil nascidos vivos.

Dentre os avanços na área da saúde, pode ser destacada a redução da mortalidade infantil no Estado do Ceará, cuja taxa passou de 16,10 em 2007 para 13,60 óbitos por mil nascidos vivos em 2013, representando uma redução de 16,5% nesse período. A taxa de mortalidade infantil expressa o nível de exposição das crianças às doenças no primeiro ano de vida. Formalmente, este indicador representa o número de óbitos de menores de um ano de idade por mil nascidos vivos.

A mortalidade infantil no Ceará segue a mesma tendência do contexto nacional de redução progressiva. Essa condição de redução da taxa de mortalidade infantil no Estado do Ceará foi acompanhada pelo acréscimo na esperança de vida ao nascer da população cearense. No período entre 2002 e 2012, as pessoas nascidas no Ceará aumentaram sua expectativa de vida em aproximadamente 6 anos. Essa variação foi um pouco maior do que a variação observada

para o Nordeste, 5,5 anos e substancialmente maior do que a variação observada para o Brasil, 3,5 anos.

2.5 Condições de domicílios

Nesta subseção serão analisados indicadores que retratam a evolução das condições dos domicílios no que diz respeito ao acesso a serviços públicos essenciais. Estes indicadores evidenciam, portanto, a evolução da qualidade de vida da população e também são importantes para se avaliar o nível de inclusão social.

Primeiramente, considera-se a porcentagem de domicílios com abastecimento de água adequado, ou seja, quando a água do domicílio provém da rede geral de distribuição que, em princípio, oferece água tratada. O Ceará apresentou uma redução neste indicador, passando de 78,8% dos domicílios com abastecimento em 2007 para 78,2% em 2012. No Ceará a redução apresentada por esse indicador, que passou de 78,8% em 2007 para 78,2% em 2012, pode ser explicada pelo aumento do número de domicílios nesse mesmo período.

Outro indicador relevante para se caracterizar a condição dos domicílios é a porcentagem de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto. Entre 2007 e 2012, a taxa de cobertura de esgotamento sanitário aumentou 37,6%. Apesar do avanço observado, o indicador ainda se encontra em um nível relativamente baixo em comparação com a média brasileira. Em 2007, a porcentagem de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto era de 27,1% e passou para 37,3% em 2012.

Complementando a análise das condições dos domicílios, é importante abordar a porcentagem de domicílios com coleta adequada de lixo, que é um indicador relevante, para avaliar a qualidade de vida da população. Percebe-se que este indicador permaneceu estável ao longo dos últimos anos.

Por fim, considerando o atendimento dos domicílios com energia elétrica, evidencia-se que os percentuais de cobertura são bastante elevados e muito próximos da universalização.

AVALIAÇÃO
DOS EIXOS
DE GOVERNO



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Resultados Estratégicos de Governo

Fundamentado no propósito de construir um novo Ceará, assegurando a continuidade dos resultados alcançados e avançando no aperfeiçoamento das políticas públicas, o Governo do Estado, na presente gestão, continuou a definir suas ações pautado em três eixos estruturadores da política: Sociedade justa e solidária, Economia para uma vida melhor e Governo Participativo, Ético e Competente.

Para a concretização desse objetivo, a elaboração do PPA 2012-2015, elemento central do planejamento estadual, exigiu a adoção de premissas na área da gestão que permitissem incorporar elementos inovadores na metodologia de planejar e avaliar. Trata-se do modelo de Gestão orientada para Resultados fundamentado no compromisso de evidenciar resultados efetivos de governo para a população, que se coaduna com as premissas de foco na efetividade – para alcançar a transformação da realidade, e foco na eficácia - relacionada com a dimensão tática do Plano, visando conferir novos valores às políticas para a entrega de bens e serviços à população que possibilitem as mudanças desejadas. De forma sucinta, pode-se afirmar que esse modelo de gestão se inicia pela definição dos impactos e consequências para, em seguida, estabelecer os meios (programas/recursos) para o alcance dos resultados, contrastando com a gestão tradicional que prioriza os meios para, só depois, avaliar os resultados.

As diretrizes estratégicas do Governo para o desenvolvimento estadual consistem no desafio maior de superar as desigualdades sociais e econômicas, o que necessariamente implica reduzir de forma drástica as condições de extrema pobreza em que vive a população e as disparidades entre a RMF e interior do Estado. De outra forma, o Governo não tem deixado de priorizar as estratégias políticas de continuar crescendo com destaque no cenário nacional, porém com distribuição de riqueza, perseguindo,

assim, o crescimento econômico com inclusão social e maior equilíbrio espacial.

Para superar esses desafios e atuando na lógica da Gestão Pública por Resultados – GPR, o Governo tem como foco a efetiva mudança de indicadores estratégicos nas áreas econômica, social, ambiental e de gestão, condicionando, para tanto, toda a estrutura de planejamento, orçamento e os processos decisórios ao alcance dos grandes objetivos.

Nessa lógica, os resultados estratégicos de governo expressam os grandes compromissos da gestão com a sociedade e, portanto, são sistematicamente monitorados. A análise da evolução dos indicadores, visando aferir os avanços e evidenciar os desafios que ainda persistem para o governo estadual, se constitui item relevante da avaliação do PPA 2012-2015 e confere transparência à atuação de governo.

SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

No Eixo Sociedade Justa e Solidária, estão consolidados resultados estratégicos voltados ao alcance de novos patamares na prestação do atendimento dos setores sociais, para melhoria das condições de vida, trabalho e garantia de direitos à população cearense. Para avaliar as melhorias efetivas das políticas governamentais integrantes desse Eixo, foram definidos cinco resultados estratégicos de governo: Educação Básica Ampliada e com Qualidade; Educação Superior e Profissionalizante com Ênfase nas Potencialidades do Estado; População com Acesso a Saúde Descentralizada e com Qualidade; População mais Segura e com Garantia de Direitos; e Juventude com Oportunidades de Inserção Produtiva e Social.

O PPA 2012-2015 destaca a Educação como base do projeto de desenvolvimento do Estado, como política capaz de assegurar oportunidades mais igualitárias na promoção do desenvolvimento pessoal, social e econômico.

Após contabilizar avanços na primeira gestão, resultantes do trabalho de forma compartilhada com os municípios, com foco nos resultados da aprendizagem na idade certa para o período 2012-2015, as diretrizes na área da educação continuam a se voltar: para a educação básica com qualidade e ênfase no sucesso do aluno, promovida em regime de colaboração com os entes federativos; ao ensino médio comprometido com as premissas de desenvolvimento pessoal, preparação para o mundo do trabalho; à valorização dos profissionais da Educação para aperfeiçoamento do seu desempenho e qualidade do ensino; à ampliação e melhoria da rede escolar; à gestão educacional que promova

a autonomia da escola com efetiva participação da sociedade.

Assim, a implementação das diretrizes propostas é avaliada pelo resultado de governo Educação Básica Ampliada e com Qualidade aferido pelos indicadores: Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Estado do Ceará nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB da Rede Estadual do Ensino Médio; Taxa de analfabetismo das pessoas de quinze anos e mais de idade; Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Médio; e Escolaridade Média das Pessoas de quinze anos e mais de idade.

Eixo I – Sociedade Justa e Solidária

Tabela I – Resultados e evolução de indicadores – 2007-2013

Resultados/ Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Educação básica ampliada e com qualidade							
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Estado do Ceará nas séries iniciais do Ensino Fundamental (1)	3,8	-	4,4	-	4,9	-	
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Estado do Ceará nas séries finais do Ensino Fundamental (1)	3,5	-	3,9	-	4,2	-	
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Rede Estadual do Ensino Médio (1)	3,1	-	3,4	-	3,4	-	
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais de idade (%) (*) (2)	19,0	18,9	18,4	-	16,5	16,3	...
Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio (%) (3)	57,3	50,4	51,9	47,8	49,0	49,4	49,4
Escolaridade média das pessoas de 15 anos e mais de idade (*) (2) (4)	6,3	6,4	6,5	-	6,7	6,8	...
Educação superior e profissionalizante com ênfase nas potencialidades do Estado							
Pessoas graduadas pelo Sistema Estadual de Ensino Superior	2.837	3.196	4.176	5.312	3.970	3.521	3.170
Pessoas concluintes nos cursos Técnicos (nível médio)	225	230	186	155	129	388	112
Pessoas concluintes nos cursos de Extensão Tecnológica	31.787	26.700	28.816	33.492	16.845	13.476	20.332
População com acesso à saúde descentralizada e com qualidade							
Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos	16,1	15,7	15,5	13,1	13,6	12,7	13,6
Razão da mortalidade materna	71,7	70,9	74,6	79,2	67,8	90,9	88,6
Taxa de internação por diarreia em menores de 05 anos (por mil crianças)	15,6	13,7	13,2	15,0	11,9	10,8	11,2
Percentual de transferências de pacientes reguladas pela CRESUS (5)	44,0	50,4	50,9	51,0	51,10	66,0	80,0(7)
População urbana beneficiada com rede de abastecimento de água (%) (6)	96,92	97,00	97,26	97,59	97,70	97,82	97,95
População urbana beneficiada com rede de esgotamento sanitário (%) (6)	34,21	35,14	35,85	37,23	37,05	37,82	38,59

População mais segura e com garantia de direitos							
Taxa de homicídios dolosos por 100 mil hab.	22,16	22,52	25,77	31,59	31,27	41,47	49,65
Taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes por 100 mil crianças e adolescentes (0 a 17 anos de idade)	25,53	30,95	42,63	43,26	48,57	52,14	56,93
Juventude com oportunidades de inserção produtiva e social							
Taxa de ocupação de jovens de 15 a 24 anos (%) (*) (2)	51,7	51,8	52,8	-	45,6	47,1	...
Percentual de jovens de 15 a 24 anos com pelo menos 4 anos de estudo (*) (2)	91,9	92,0	92,7	-	94,1	94,9	...
Percentual de jovens de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham (*) (2)	21,4	20,0	19,6	-	21,5	20,4	...

Nota: Os dados para o ano de 2012 assinalados com (...) ainda não estão disponíveis.

(*) Indicadores com série histórica ajustada por alteração de ponderações dos microdados da PNAD com base na Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação, por sexo e idade realizada em 2013.

(1) O Índice de Desenvolvimento Educação Básica – IDEB considera direta e conjuntamente dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho; realizado em anos ímpares;

(2) Não são apresentados dados para o ano de 2013 para os indicadores desse Resultado Estratégico por ser ano de Censo e, portanto, não ser comparável com a série histórica da PNAD;

(3) Percentual da população de 15 a 17 anos que está matriculada no nível médio de ensino;

(4) Número médio de anos de estudo das pessoas de quinze anos ou mais;

(5) Central de Regulação do SUS do Estado do Ceará – CRESUS;

(6) Consideradas as populações beneficiadas pela CAGECE, cujo cálculo é baseado na população coberta e populações beneficiadas por SAAEs e Prefeituras Municipais.

Fonte: SEDUC/IBGE/SECITECE/SESA/SCIDADES/SSPDS.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP em 2007, considera direta e conjuntamente dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar, abrangendo as taxas de aprovação, reprovação e abandono, e as médias de desempenho dos alunos.

O Ceará, de acordo com os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, atingiu as metas estabelecidas em todas as etapas do ensino básico — anos iniciais e anos finais do ensino fundamental - e no ensino médio, nos anos para os quais foi calculado (2007, 2009 e 2011). Cumpre ressaltar que os dados do IDEB referentes ao ano de 2013 só serão divulgados em versão definitiva no segundo semestre de 2014. Nos anos iniciais do ensino fundamental, o IDEB alcançou 4,9 em 2011. Ultrapassou não só a meta para o ano (4,0), como também já superou a proposta para 2013, de 4,3. Da mesma forma, nos anos finais do ensino fundamental, o índice do Ceará, já em 2011 (4,2), superou a meta proposta de 3,6 para esse ano e, ainda, a prevista

para o ano de 2013 (4,0). Quanto ao ensino médio, em 2011, o índice alcançado (3,4) foi superior à meta de 3,2, apontando uma tendência de continuidade da sua evolução e, portanto, a possibilidade de ultrapassar a proposta em 2013, de 3,5. O comportamento do indicador retrata a efetividade da política de educação, objetivando a melhoria da qualidade do ensino e a perspectiva positiva de alcance do resultado.

Por sua vez, a taxa de analfabetismo, percentual das pessoas com quinze anos e mais de idade que não sabem ler ou escrever minimamente uma simples mensagem, vem caindo gradualmente nos últimos anos no Estado, apresentando uma variação negativa de 14,2% no período 2007/2013, como resultado dos investimentos da União em convênios celebrados diretamente com os municípios, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado – PBA. Segundo dado de 2012, o Ceará ainda possui 16,3% de sua população analfabeta.

A Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Médio expressa o percentual de estudantes de quinze a dezessete anos (idade certa) que se encontram

matriculados nesse nível de ensino, em relação à população escolarizável dessa mesma faixa etária. Os dados referentes aos extremos do período 2007/2013 mostram desempenho decrescente. No entanto, entre 2010 e 2013, a taxa apresentou um discreto crescimento anual, saindo de 47,8% para 49,4%. Contribuíram para explicar as causas do comportamento observado do indicador, a alta reprovação, abandono e outras causas sociais, a exemplo de gravidez na adolescência. Com relação ao ensino médio articulado à educação profissional, entretanto, o número de matrículas em 2013 praticamente dobrou em relação a 2010, reflexo dos investimentos governamentais nessa área e do interesse do jovem na sua profissionalização.

A melhoria do nível educacional da população no Estado pode ser verificada pela Escolaridade Média (anos de estudo) das Pessoas de quinze anos ou mais, que evoluiu de 6,3 anos de estudo em 2007, para 6,8 anos em 2012, não obstante, sua distância ainda da média brasileira, que era de 7,3 anos em 2007 e 7,9 anos em 2012. É importante notar que não há evidência de redução dessa distância, uma vez que entre 2007 e 2012 o Ceará mostrou uma evolução da taxa de 7,9%, enquanto a brasileira se elevou em 8,2%. Considerando que a alteração nesse indicador se dá no longo prazo, pode-se dizer que o Ceará vem apresentando resultados satisfatórios, refletindo o conjunto de todos os esforços governamentais e dos investimentos realizados no setor, que começam a produzir mudanças estruturais no perfil educacional do Estado e devem se consolidar no longo prazo.

Com o resultado estratégico Educação Superior e Profissionalizante com Ênfase nas Potencialidades do Estado se avalia a política de governo que objetiva melhorar a formação da população para inserção no mercado de trabalho e o aproveitamento do potencial socioeconômico e cultural das macrorregiões estaduais. Nesse tema, ressaltou-se o aumento do número de pessoas graduadas no sistema estadual de ensino superior, de 11,7% em 2013 comparado a 2007, possível

pela melhoria nas Universidades (UECE, URCA e UVA) com investimentos em laboratórios, bibliotecas, editoras, salas de aula, entre outros e, em especial, pela qualificação dos seus quadros, elevando a participação de mestres e doutores.

No âmbito do sistema estadual, a oferta de educação profissional se dá principalmente mediante a rede de unidades do Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC, que dispõe de três Faculdades Tecnológicas – FATEC, quatro Centros Vocacionais Técnicos e uma rede de 33 Centros Vocacionais Tecnológicos. Apesar das ações de governo está direcionadas à expansão da oferta de cursos profissionalizantes para apoiar segmentos produtivos compatíveis com as potencialidades regionais do Estado, registrou-se um decréscimo tanto no total de pessoas concluintes nos cursos técnicos como de extensão tecnológica, apresentando variação negativa de 50% e de 36%, respectivamente. Dentre os fatores que podem explicar essa variação está a alta evasão devido às condições sociais e econômicas dos alunos e ao desgaste natural da rede CVT, motivado por fragilidades associadas ao capital humano, bem como às estruturas físico-laboratoriais.

No âmbito do resultado População com Acesso à Saúde Descentralizada e com Qualidade, merece destaque a Taxa de Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos, que apresentou clara tendência de decréscimo no período 2007-2013, passando de 16,1 para 13,6 óbitos por nascidos vivos no ano. Essa redução observada da TMI se deve tanto à expressiva queda do componente pós-neonatal, que corresponde a 70% da TMI, e sofreu redução de 35,8% entre 2007 e 2012, como pela melhoria da assistência à gestação, ao parto e ao recém-nascido.

Observa-se, entre os indicadores de saúde, a tendência crescente e preocupante da Razão da Mortalidade Materna por 100 mil nascidos vivos. Esse indicador representa o número de óbitos de mulheres durante a gestação, ou até 42 dias após o término da gestação, independente da

duração da gravidez, devido a qualquer causa relacionada ou agravada pela gravidez, ou por medidas a ela relacionadas, porém não devido a causas acidentais ou incidentais, em relação a 100 mil nascidos vivos. O menor valor da razão da mortalidade materna observada no período de 2007 a 2013 foi 67,8 por 100 mil nascidos vivos (2011), considerada elevada, se comparada à recomendação da Organização Mundial de Saúde – OMS, que considera como aceitável a razão de mortalidade materna de até 20 óbitos por 100 mil nascidos vivos. Observa-se na série considerada, pico da RMM no Ceará, em 2012, especialmente se comparado ao ano anterior, tendo chegado a aproximadamente 91 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos. Em 2013, a RMM mostrou fraca retração ficando no patamar de 88,6 óbitos por 100 mil nascidos vivos.

A Taxa de Internação por Diarreia em Menores de cinco anos é um indicador com tendência decrescente no Estado, apresentando redução de 28% entre 2007 e 2013, passando de 15,6 para 11,2 internações por mil habitantes menores de cinco anos. É importante observar que o pico registrado em 2010 deveu-se ao ajuste dos dados populacionais em virtude da realização do Censo pelo IBGE, no mesmo ano, uma vez que, os números absolutos de crianças internadas apresentaram comportamento decrescente.

O percentual de Transferências de Pacientes Reguladas pela CRESUS mostra melhoria do sistema de saúde no Estado. A taxa que registrou uma evolução de aproximadamente 82%, se considerados os anos extremos do período, em 2013 evidenciou que 80% dos pacientes foram transferidos sob controle da Central de Regulação. Esse desempenho se deve ao continuado trabalho de sensibilização de gestores municipais e diretores dos hospitais, realizado desde 2007 pela SESA, por meio das Coordenadorias Regionais de Saúde – CRES.

Dois importantes indicadores na área de saneamento são condicionantes do nível de saúde no Estado. A cobertura da rede de abastecimento de água para a população urbana, na área de atuação da CAGECE (150 municípios), encontra-se próxima da universalização, com índice de aproximadamente 98%, segundo dado de 2013. O crescimento do indicador em sete anos foi pouco superior a 1%, uma vez que, em 2007, já se encontrava em 96,92%. O percentual da população urbana beneficiada com rede de esgotamento sanitário, considerando a área de atuação da CAGECE, demonstra uma tendência contínua de melhoria, embora a cobertura desse serviço no ano 2013 ainda se situe em 38,59%. A variação do indicador ocorrida entre 2007 e 2013 significou uma elevação no atendimento desse serviço de 12,8%.

Para avaliar o alcance do resultado referente à População mais Segura e com Garantia de Direitos são considerados dois indicadores estratégicos: Taxa de Homicídios Dolosos por 100 mil habitantes e Taxa de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes por 100 mil crianças e adolescentes (zero a dezessete anos de idade). A taxa de homicídios dolosos que, em 2007, era de 22,16 por 100 mil habitantes elevou-se em 124% ao longo do período em análise, atingindo, em 2013 49,65 com baixa perspectiva de reversão desse comportamento. O consumo e a comercialização de drogas estão fortemente relacionados a esse tipo de delito, uma vez que induz ao aumento da criminalidade entre membros de gangues rivais e usuários de drogas em dívida com os traficantes. O comércio ilegal de armas também figura nesse cenário como elemento facilitador da prática desse crime, a despeito do número crescente de apreensões realizadas em 2013, que chegou a mais de 6.000 armas. O esforço da política governamental para conter o crescimento desse tipo de crime e mudar a tendência constatada tem resultado em prisões em flagrante, decorrentes das apreensões e de diversos outros crimes, inclusive o de homicídios.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é fruto das desigualdades sociais, como também da violência interpessoal ou intradomiciliar, cometida pela família ou responsáveis, que por sua vez, é motivada pela desagregação e desestruturação dos valores humanos, manifestando-se nas diferentes camadas sociais. As formas prevalentes de violência contra crianças e adolescentes são: negligência familiar (abandono, omissão de cuidados, outro tipo); violência física (espancamento, supressão alimentar, outro tipo); violência psicológica (ameaça de morte, humilhação pública/privada, amedrontamento, outro tipo); e violência sexual, compreendendo abuso sexual e exploração sexual.

No Ceará, a Taxa de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes cresceu no mesmo nível da taxa de homicídios, em 122%. Era igual a 25,53 em 2007, saltou para 52,14 em 2012 e alcançou 56,93, em 2013. A evolução crescente da taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes indica a necessidade de intensificar as ações voltadas para a garantia do direito à educação, saúde, à proteção de adolescentes e jovens, bem como ao enfrentamento dos problemas causados pelo turismo sexual, que avançam com maior intensidade nas áreas litorâneas.

O Governo busca, ainda neste eixo, concretizar o resultado estratégico Juventude com Oportunidades de Inserção Produtiva e Social, cujos indicadores evidenciam uma situação preocupante. Enquanto o percentual de jovens de quinze a 24 anos com pelo menos quatro anos de estudo chegou ao patamar de 94,9% (2012), confirmando a tendência positiva no período em análise, os indicadores relativos à ocupação e continuidade dos estudos entre a população jovem encontram-se em níveis críticos. A taxa de ocupação de jovens de quinze a 24 anos oscilou entre momentos de crescimento e decréscimo.

Em 2011, o indicador registrou significativa retração, e, ainda que tenha mostrado uma recuperação em 2012, a taxa encontrava-se em 47% sugerindo que aproximadamente metade dos jovens deveriam ainda estar estudando.

Entretanto, não é isso que confirma o outro indicador do resultado - o percentual de jovens de quinze a 24 anos que não estudam e não trabalham - que se encontra em 20% (2012), significando que, pelo menos um em cada cinco jovens, está na ociosidade.

Não se pode negar o efeito dos esforços desenvolvidos nas últimas décadas para a universalização e melhoria do ensino fundamental, porém, o grande desafio que se apresenta é a preparação do jovem e a geração de oportunidades de trabalho. Diante disso, o Governo tem investido no ensino médio integrado à educação profissional, no ensino superior e capacitação profissional, embora os impactos no perfil da escolaridade do segmento jovem só se possam confirmar gradativamente num período mais longo.

O atingimento do resultado de inserção produtiva e social requer do Governo ainda avançar com políticas intersetoriais buscando conjugar crescimento econômico, com educação, ciência, tecnologia e inovação com foco no ingresso do jovem no mercado de trabalho.

ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

O Governo estadual conferiu ao eixo de política voltado para a economia, o objetivo de promover o crescimento econômico com reflexos em indicadores sociais, aliado à proteção ambiental e à modernização da infraestrutura para o desenvolvimento. Assim, a promoção da “Economia para uma vida melhor” orienta a ação de Governo na direção de cinco resultados estratégicos.

Eixo 2 – Economia para uma vida melhor
Tabela 2 – Resultados e evolução de indicadores – 2007-2013

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Crescimento econômico com competitividade							
PIB (Valor corrente a preços de mercado – R\$ milhão)	50.499	60.099	65.704	77.865	87.982 (1)	96.520 (1)	105.740 (1)
PIB per capita (R\$)	6.170	7.112	7.687	9.217	10.180 (1)	11.078 (1)	12.045 (1)
Taxa de crescimento do PIB com relação ao ano anterior (%)	3,3	8,5	0,0	7,9	4,3 (1)	3,6 (1)	3,5 (1)
Saldo de empregos formais (novos postos) (2)	49.043	45.510	77.504	86.306	58.968	42.463	50.720
Valor das Exportações (US\$ FOB Milhão)	1.148,36	1.274,94	1.080,20	1.269,50	1.403,30	1.266,97	1.420,46
Aumento da sustentabilidade ambiental							
Percentual de áreas protegidas em Unidades de Conservação – UCs	22,04	22,05	22,06	22,06	22,06	22,06	22,08
População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)	95,04	96,2	94,43	94,44	96,26	91,39	92,67
População urbana do Interior (CE/exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)	5,89	6,12	6,41	6,43	6,88	6,11	7,15
Redução das desigualdades interregionais							
Razão PIB Interior/RMF (3)	0,54	0,56	0,531	0,539	0,523
Razão de empregos formais interior/ RMF (3)	0,51	0,47	0,47	0,44	0,45	0,44	...
Índice de interiorização do turismo (%)	64,8	65,3	62,3	64,6	66,1	68,3	69,0
Sociedade com renda maior e melhor distribuída (4)							
Renda domiciliar per capita (em sal. min.) (5)	0,77	0,85	0,83	-	0,85	0,86	...
Percentual de pobres (<1/2 sal. min. per capita) (5)	52,7	50,9	51,5	-	49,4	46,7	...
Percentual de extremamente pobres (< R\$70,00 per capita) (5) (6)	14,2	9,3	10,8	-	10,2	8,5	...
Índice de Gini da renda domiciliar per capita (%) (5)	0,548	0,538	0,544	-	0,537	0,524	...
Renda domiciliar per capita da zona rural (em Sal. Min.) (5)	0,41	0,46	0,42	-	0,43	0,44	...
Infraestrutura estratégica ampliada							
Movimentação de cargas no Terminal do Pecém (mil t/ano)	2.739,9	1.448,4	1.925,8	2.413,00	3.027,20	4.095,0	6.327,28
Capacidade de acumulação hídrica dos açudes estaduais (milhão m3)	2.864	2.896	2.896	2.896	3.063	3.063	3.147

Nota: dados para os anos de 2012 e 2013 assinalados com (...) ainda não estão disponíveis.

(1) Previsão sujeita a retificação;

(2) CAGED - série histórica modificada em função do registro de informações fora do prazo;

(3) Foi considerado Interior o total do Estado menos o valor da RMF;

(4) Não são apresentados dados para o ano de 2010 para os indicadores deste Resultado Estratégico por ser ano de Censo e, portanto, não ser comparável com a série histórica da PNAD;

(5) Série ajustada por alteração de ponderações dos microdados da PNAD com base na Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação, por sexo e idade realizada em 2013;

(6) Em valores Reais de 2010.

Fontes: IPECE/MTE/CONPAM/SCIDADES/SETUR/IBGE/SEINFRA/SRH

O alcance do resultado Crescimento Econômico com competitividade é avaliado no Estado a partir do PIB a preços de mercado, que exprime o valor adicionado dos bens e serviços produzidos nos setores agropecuário, industrial e de serviços, incluindo-se os impostos líquidos de subsídios. O PIB cearense registrou um crescimento real em 2013 de 3,5% em relação a 2012, superando novamente o desempenho da economia brasileira, que ficou em 2,3% no ano passado. Por sua vez, o valor corrente do PIB a preço de mercado do Ceará, que, em 2012, era de R\$ 96,5 bilhões (valores correntes), passou para R\$ 105,7 bilhões em 2013. Vale ressaltar que em 2007 o valor era de R\$ 50,3 bilhões.

Considerando-se a variação anual do produto interno do Estado pelo cálculo do valor adicionado, dentre os três segmentos que compõem o PIB, o setor industrial, foi o que apresentou melhor desempenho em 2013, com um crescimento de 5,62% (o nacional ficou em 1,3%). Neste segmento, as atividades que mais contribuíram para o resultado foram extrativa mineral, com 25,39% de crescimento; eletricidade, gás e água, com 7,75%; transformação, com 4,71%, e construção civil, com 3,12%.

Já o setor de serviços cresceu, em 2013, 2,89%. Dentre as atividades que compõem o segmento, a de intermediação financeira apresentou melhor resultado, com 4,39%, seguida por transportes, com 4,28%; outros serviços, com 3,49%; alojamento e alimentação, com 3,21%; comércio, com 2,5%, e administração pública, com 1,82%.

Com o crescimento observado, a riqueza média gerada no Estado por habitante, o PIB per capita, passou de R\$ 10.180,00 em 2011 a R\$ 12.045,00 em 2013, correspondendo à metade desse indicador em nível nacional.

Fortemente relacionados com o produto da economia, os indicadores de emprego e comércio exterior tiveram comportamento positivo. É importante ressaltar que, considerando-se a série histórica 2007 a 2013, observa-se forte oscilação do saldo de empregos formais. Em 2009 e 2010 registraram-se os maiores números de criação de novos postos de trabalho seguidos de um nítido movimento de desaceleração do indicador. A variação do saldo de empregos formais entre 2007 e 2013 não superou os 3,4%, no entanto, o desempenho da economia cearense, em 2013, permitiu uma recuperação do mercado de trabalho, em relação a 2012, com um crescimento de 19,4%. A tendência de retração observada, em boa parte se deve às políticas macroeconômicas de desestímulo ao consumo, como as sucessivas altas na taxa básica de juros da economia durante o período recente.

Em função de seu peso na estrutura da economia cearense e do desempenho registrado, o setor de Serviços foi o maior responsável pela expansão do mercado de trabalho em 2013. Todos os oito setores econômicos para os quais são apresentadas as estatísticas do emprego registraram saldo positivo de empregos com carteira assinada no acumulado no ano de 2013. Destacaram-se, com a maior oferta de vagas, as atividades dos Serviços, do Comércio, da Construção Civil e da Indústria de Transformação.

Com a política de fortalecimento dos setores da indústria, mineração e agronegócio e a ampliação da infraestrutura portuária implantada no Estado, as exportações cearenses, no período 2007-2013 ultrapassaram a marca de US\$ 1 bilhão. Cumpre ressaltar que o mês de dezembro de 2013 surpreendeu as expectativas e alcançou novo recorde nas exportações cearenses, com um valor de US\$ 239,9 milhões, registrando crescimento de 130,42% em relação ao mês de

novembro, e superando o resultado observado em dezembro de 2012 em 125%. Assim, no acumulado de janeiro a dezembro de 2013, as receitas obtidas com as exportações alcançaram o valor recorde de US\$ 1.420,4 milhões, registrando um incremento de 12,1% em relação ao mesmo período de 2012 (US\$ 1.266,9 milhão). O valor alcançado em 2013 significou um incremento de 23,7% sobre o valor de 2007, que se situou em US\$ 1.148,36 milhão.

A política voltada a assegurar uma economia para uma vida melhor foca indicadores de qualidade do meio ambiente no Estado para avaliação do resultado “Aumento da sustentabilidade ambiental”. O percentual de áreas protegidas em Unidades de Conservação – UCs, que compreende áreas protegidas, criadas pelo poder público federal (IBAMA), estadual (SEMACE) e municipal, manteve-se praticamente estável de 2007 a 2013. As três maiores UCs federais, ou seja, APA da Serra da Ibiapaba (Ceará e Piauí), APA do Delta do Parnaíba (Ceará, Piauí e Maranhão) e APA da Chapada do Araripe (Ceará, Piauí e Pernambuco) compõem, de modo significativo, o percentual de 22,08%. Embora, ao longo do referido período, esse percentual de áreas protegidas em Unidades de Conservação – UCs não tenha mostrado avanço, vale salientar a realização de estudos para a criação de UCs na região do Sertão Central e Inhamuns, inseridas no bioma Caatinga. A implementação do plano de ação, conforme previsão no Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, para a gestão integrada das UCs com orçamento e gerenciamento próprios, permitiu, em 2013, realizar a construção da sede da UC de Jijoca, a requalificação e reabertura do Parque Botânico e ações de recuperação do Parque do Cocó e proteção do Parque Estadual do Sítio Fundão (Crato).

De conformidade com os dados referentes a 2013, os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF beneficiavam 92,67% da população urbana com destinação adequada de resíduos sólidos gerados pela atividade humana. Esse percentual, bem como o registrado em 2012 (91,39%), representaram recuo na série analisada, exibindo uma variação negativa de 2,5% em relação ao primeiro ano do período, 2007, quando o indicador representava um atendimento de 95,04% da população urbana da região. Esse comportamento se explica pelo declínio do status, de aterros a lixões, dos equipamentos dos municípios de Pacatuba e Horizonte, por falta de uma gestão adequada e pelo alto custo de manutenção do equipamento e suas unidades correlatas.

No que se refere ao indicador da população residente nas áreas urbanas dos municípios do Interior (CE exceto RMF), beneficiada com destinação de resíduos sólidos em aterros sanitários, apenas o município de Sobral possui aterro sanitário em operação, com licença emitida pela SEMACE, que também atende o município de Meruoca, representando um nível de cobertura de 7,15%. Apesar da baixa posição em que se encontra o indicador, a evolução constatada foi mais de 20% em relação a 2007 (5,89%). Não obstante o declínio do status de aterro a lixão, do equipamento do município de Jaguaribara, verificou-se um crescimento da população urbana de Sobral e Meruoca proporcionalmente maior que a urbana do interior do Estado.

O objetivo do Governo de interiorizar o desenvolvimento, com a desconcentração espacial das políticas setoriais, tem como foco a Redução das Desigualdades Interregionais. Dentre outras ações, o fortalecimento da infraestrutura estratégica, em consonância com a política de

Turismo - baseada na criação de equipamentos turísticos, articulada à interiorização da atividade a partir de iniciativas como a construção de centros de eventos (Iguatu e Crato), a duplicação e requalificação de rodovias, além do saneamento e melhorias urbanas à beira-mar em localidades do litoral cearense - tem trazido, em consequência, o contínuo aumento de turistas que visitam o interior do Estado. Tal fato se constata pelo índice de interiorização do turismo, correspondente ao percentual de turistas que estiveram em Fortaleza, como destino, e se deslocaram para o interior, que passou de 64,8% em 2007 para 69,0% em 2013.

Tais estratégias somadas às ações governamentais de atração industrial, com estímulo à implantação de empreendimentos no interior do Estado, não conseguiram contrabalançar o efeito da concentração das atividades econômicas na RMF, estimulada por iniciativas como o Complexo Industrial Portuário do Pecém, que tem absorvido recursos crescentes, públicos e privados, além dos investimentos na cidade de Fortaleza e nos municípios mais dinâmicos da região. Em decorrência, não se observa a mudança esperada nos indicadores que medem a relação da economia Interior/RMF. O maior dinamismo da economia da RMF resultou na retração do indicador, que era 0,54 em 2007, para 0,523 em 2011. Por sua vez, o indicador que representa a quantidade de emprego formal existente no Interior para cada emprego na RMF apresentou redução, passando de 0,51 em 2007 para 0,44 em 2012.

Alinhado ao objetivo estratégico nacional, o Governo elegeu como resultado Sociedade com Renda Maior e Melhor Distribuída, tendo em vista orientar as políticas governamentais para promover a melhor distribuição dos frutos do contínuo crescimento econômico estadual,

visando reduzir a população em situação de pobreza. Nesse sentido, pode-se afirmar que o Governo atuou satisfatoriamente na direção desse resultado. Os indicadores mostraram um comportamento positivo, comparando-se o último ano da série em análise a 2007. Assim, no período, 2007/2012, a renda domiciliar per capita, indicador que afere a renda média das pessoas no Estado, evoluiu de 0,77 para 0,86 salário mínimo. A percentagem de pobres do Ceará (pessoas com renda abaixo de meio salário mínimo) apresentou uma tendência de redução no período 2007/2012, situando-se em 46,7% em 2012, enquanto, em 2007, registrou-se 52,7%. Seguindo essa trajetória, porém, de forma mais acentuada, o percentual de pessoas extremamente pobres, correspondente a quem auferia renda inferior a R\$ 70,00 per capita, refletiu a proposta das políticas sociais de reduzir drasticamente a pobreza nesse segmento, apresentando uma retração significativa, ao sair de 14,2% em 2007 para 8,5% em 2012. Por sua vez, a renda domiciliar per capita na zona rural em salário mínimo, mesmo apresentando uma tendência de crescimento, no período 2007/2012, chegou apenas a pouco mais da metade do valor da renda domiciliar per capita estadual, evidenciando a necessidade de intensificar as estratégias para elevar a renda no campo.

Tomando-se ainda como base o Índice de Gini da renda domiciliar per capita, observa-se, nos últimos anos, uma redução da desigualdade de renda no Estado do Ceará. Esse indicador retrata o nível de concentração da renda, com valores que variam no intervalo de zero (máxima igualdade) a um (máxima desigualdade). Apesar das oscilações, o índice cearense decresceu, inclusive aproximando-se do nacional, registrando, no último ano do período 2007/2012, a menor desigualdade verificada. Em síntese, se de um lado, os valores dos indicadores do resultado

em foco mostram grandes desafios para alcançar níveis satisfatórios, de outra forma, constata-se a efetividade das ações implementadas na redução da pobreza e desigualdade de renda.

Para assegurar as bases requeridas para o crescimento da economia e a melhoria das condições de vida no Estado, o governo definiu, como resultado a ser perseguido, a ampliação da infraestrutura estratégica apoiada na melhoria da logística do setor de transportes e no aumento da capacidade de acumulação hídrica. Como projetos estratégicos para esse resultado, figuram a ampliação do Porto do Pecém, integrado à implantação da Refinaria e Siderúrgica e à Zona de Processamento de Exportação – ZPE, e o fortalecimento da infraestrutura hídrica. Em 2013, a movimentação de cargas no Terminal Portuário do Pecém chegou a 6,327 milhões de toneladas, resultando num crescimento de 55% quando comparada a 2012, decorrente, em parte, do aumento da capacidade operacional do Porto assegurada pela construção do Terminal de Múltiplas Utilidades – TMUT e instalação de um sistema de carga e descarga e de transporte de granéis sólidos. Importantes investimentos foram ainda realizados por meio de convênio com a Secretaria Especial de Portos do Governo Federal, com vistas à otimização das instalações e equipamentos do Terminal. Assim, a movimentação de cargas se elevou em 131% do ano de 2007 a 2013.

No que se refere à acumulação hídrica, o Estado possui atualmente uma capacidade de 3,147 bilhões de metros cúbicos, considerando apenas os açudes construídos pelo Estado. Cumpre informar que o ajuste nos dados desse indicador se deu pelo fato de os valores divulgados anteriormente incluir a Barragem do Castanhão construída pelo DNOCS. O acréscimo na capacidade de armazenamento

de água, em açudes estaduais, foi de 10% no período em foco. Até 2007, a capacidade de água acumulada era de 2,864 bilhões de metros cúbicos de água, a conclusão de mais 13 açudes em diferentes regiões do Estado, ao longo do período 2007-2013, permitiu o aumento da capacidade para 3,147 bilhões de m³. Destaque-se que a construção de açudes e as obras de transferência hídrica, em especial o Eixo das Águas, são os projetos estruturadores da política de integração de bacias e suprimento de água do Estado, visando atender às áreas urbanas, às comunidades rurais e ao desenvolvimento econômico. O eixo de integração, responsável pela transposição das águas do Açude Castanhão para a Região Metropolitana de Fortaleza e o Porto do Pecém, interligando as bacias do Jaguaribe e Metropolitana, perfazendo uma extensão total de 257,60 km, encontra-se com quatro trechos concluídos, já abastecendo a grande Fortaleza, com conclusão do último trecho prevista para o ano de 2014.

GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE

O Governo estadual no PPA 2012-2015 propôs políticas setoriais e temáticas de promoção da intersetorialidade, redução das desigualdades sociais e regionais o que exigiu, sob a ótica da gestão, a adoção de instrumentos e práticas modernas de planejamento e gestão fiscal, visando democratizar a formulação e acompanhamento das políticas públicas, conferir transparência às informações e realizar, com competência, o serviço prestado à população.

O Governo, com esse propósito, espera gerar no contexto do eixo da política Governo Participativo, Ético e Competente, os resultados: Participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas; Gestão pública qualificada e ágil; Aumento da capacidade de investimento do Estado e Eficiência nos gastos públicos.

Eixo 3 – Governo Participativo, Ético e Competente
Tabela 3 – Resultados e evolução de indicadores – 2007 - 2013

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas							
Percentual de execução orçamentária das ações regionais planejadas (Tesouro)	77,3	76,3	70,4	83,4	84,5	87,3	88,5
Manifestações procedentes de ouvidoria respondidas no prazo (%)	-	-	-	-	94,96	92,27	89,15
Gestão pública qualificada e ágil							
Pessoas beneficiadas com atendimentos em cidadania (1)	465.665	483.274	538.474	980.182	977.867	1027.859	1.006.868
Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF (min.) (2)	17,57	16,57	13,32	14,41	14,49	13,56	12,49
Aumento da capacidade de investimento do Estado							
Investimento / Receita corrente líquida (%)	8,9	13,4	23,3	32,4	23,6	17,0	16,7
Resultado primário (R\$ milhões) (3)	1.133,99	1.380,24	1.164,64	877,16	1.881,42	621,07	746,17
Nível de endividamento (dívida corrente líquida/receita corrente líquida) (proporção)	0,38	0,24	0,17	0,28	0,29	0,28	0,29
Eficiência nos gastos públicos							
Outras despesas correntes/receita corrente líquida (%)	34,9	33,6	36,8	39,0	36,6	32,1	33,1
Gastos correntes finalísticos / Despesa Total (%)	29,7	20,9	18,9	19,5	19,3	18,0	17,6

Nota: (1) De 2007 a 2009 o indicador se refere aos atendimentos nas casas do cidadão, nos caminhões da Cidadania, nas casas de Mediação e nos Conselhos e Programas vinculados à Secretaria de Justiça e Cidadania; a partir de 2010 passou a incorporar os atendimentos prestados ao cidadão pela SSPDS (emissão de documentos de identidade) e pela STDS (carteiras de trabalho);

(2) Dados preliminares e sujeitos à retificação;

(3) Os valores do resultado primário foram atualizados segundo conceito da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF de 04/05/2000.

Fonte: SEPLAG/DPGE/SSPDS/SEFAZ.

Cumprindo o compromisso de aperfeiçoar os processos de relacionamento com os meios de comunicação, o diálogo com representações da sociedade e as relações com os poderes constituídos, o Governo busca o resultado estratégico Participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas. A posição ascendente do indicador Percentual de execução orçamentária das ações regionais planejadas (Fonte Tesouro) vem demonstrando desempenho satisfatório, o que pode ser atribuído a melhor sintonia entre o projeto de Governo e o que a sociedade elegeu como prioridade, por meio da elaboração do Plano Plurianual – PPA, de forma

participativa em oficinas nas regiões estaduais. O total de recursos autorizados por Lei para aplicação nas oito regiões de planejamento do Estado vem sendo executado em patamares crescentes. O percentual de execução, em 2007, foi de 77,3%, e, confirmando o compromisso da presente gestão com o cumprimento das metas regionalizadas, o indicador elevou-se de forma gradativa chegando, em 2013, a 88,5%.

O canal de acesso ao Governo tem seu desempenho avaliado pelo indicador Manifestações procedentes de ouvidoria respondidas no prazo (%), de responsabilidade da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado - CGE.

Embora esse indicador, só a partir de 2011, venha sendo aferido, revelou um resultado satisfatório do Governo nas respostas às manifestações da população respondidas no prazo definido legalmente, por meio de uma comunicação com qualidade voltada para esclarecer o cidadão. Embora o indicador venha mostrando um comportamento decrescente, o percentual registrado em 2013, de aproximadamente 90%, demonstra uma atuação tempestiva da CGE no atendimento às demandas de ouvidoria. As manifestações e as respostas ao cidadão-usuário são encaminhadas pelo Sistema de Ouvidoria – SOU.

O resultado voltado à qualidade da gestão pública é avaliado pelo Governo por meio de indicadores que traduzem fortes anseios da população: garantia da segurança e defesa da população e a melhoria do atendimento ao cearense na garantia dos direitos de cidadania. As ações de enfrentamento à criminalidade e à violência resultaram na redução do intervalo de tempo levado no atendimento das chamadas, desde o recebimento pelo Centro Integrado de Operações Policiais – CIOPS até a chegada da polícia no local da ocorrência. Ao longo do período 2007/2013, o indicador Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF (min.) registrou avanço com o decréscimo de 17,57 minutos para 12,49 minutos, o que se deve à intensificação do policiamento ostensivo realizado, em especial, pela Polícia Militar, com a distribuição do aparato policial, observando os locais que figuram nas estatísticas com os maiores índices de criminalidade.

O indicador Pessoas beneficiadas com atendimento em cidadania se referia aos serviços prestados às seis unidades de atendimento ao cidadão da Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS) – três Casas do Cidadão (Fortaleza) e três Caminhões do Cidadão, que circularam no Estado, realizando a emissão de documentos

diversos, e ainda, por meio da atuação do Conselho Penitenciário do Estado do Ceará, Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, Conselho Cearense de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Centro de Referência e Apoio à Víctima de Violência, Comissão Especial de Anistia, Programa de Assistência às Víctimas e às Testemunhas Ameaçadas e Escritório de Combate ao Tráfico de Seres Humanos. Conforme se observa na série histórica, a partir de 2010 o indicador, passou a incorporar os atendimentos prestados ao cidadão pela SSPDS (emissão de documentos de identidade) e pela STDS (carteiras de trabalho).

No período 2007/2012, o Aumento da capacidade de investimentos do Estado se confirmou em virtude de uma política fiscal responsável. A tendência de crescimento da arrecadação própria (a despeito de alterações nos cenários macroeconômicos nacional e internacional e da política de desoneração da tributação de diversos produtos selecionados) e a articulação com o Governo Federal para assegurar os recursos de convênio, além do aprofundamento das relações com as instituições multilaterais, permitiram alavancar investimentos em áreas estratégicas do desenvolvimento estadual. Desta forma, a relação Investimento/Receita Corrente Líquida (%) está num nível bastante satisfatório, se observados os dados do período 2007 a 2013, com destaque para o ano de 2010, quando atingiu a marca de 32,4%.

O Ceará figurou como o quarto Estado do Brasil no ranking de investimentos públicos (não incluindo as inversões financeiras) com um montante de R\$ 11,384 bilhões, atrás somente de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, no período 2007/2012. Proporcionalmente, o investimento acumulado no período em relação à receita corrente líquida - RCL coloca o Ceará na

segunda posição dentre os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, com índice de 20,5%, superado apenas pelo Acre. A performance dos investimentos apresentada pelo Ceará somente foi possível pela expansão na arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS, que foi de 7,12% (média anual) no período 2007/2012. O nível em que se encontra o indicador em 2013, de 16,7%, correspondente a um volume de recursos da ordem de R\$ 2,239 bilhões, mantém o Ceará em destaque dentre os estados brasileiros.

O esforço crescente do projeto político implementado a partir de 2007, para o alcance do resultado em foco, confirma-se com a evolução do indicador de Resultado Primário (R\$), correspondente à diferença entre a receita líquida não-financeira (Receita Total deduzidos juros, operações de crédito e transferências constitucionais e legais a Municípios) e as despesas não-financeiras (Despesa Total menos despesas com juros, encargos e amortização da dívida). O indicador é calculado de acordo com a metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, retirando do cálculo as despesas com os investimentos considerados estruturantes pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Sem comprometer o equilíbrio fiscal, o Resultado Primário, no período 2007 a 2013 alcançou patamares expressivos, destacando-se o ano de 2011 (R\$ 1.881,42 milhões). Em 2013, o valor contabilizado foi de R\$ 746,171 milhões, superando mais uma vez, a meta prevista para o ano de R\$ 313,459 milhões.

O Nível de Endividamento, indicador igualmente importante na aferição da capacidade de investimento do Estado, expressa a proporção da Dívida Consolidada Líquida – DCL em relação à Receita Corrente Líquida – RCL, indicando, assim, quanto da RCL é necessário para quitar o montante das dívidas de curto e longo prazo (deduzidas as disponibilidades de caixa) ou

está comprometido com ele, cujo limite, pode chegar a duas vezes a RCL, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. O indicador que em 2007 (0,38), já mostrava uma situação bastante confortável do Estado, em 2013, chegou num nível ainda mais baixo, de 0,29, revelando assim a larga margem de que o Estado ainda dispõe para a contratação de financiamentos visando à realização de novos investimentos.

Com o objetivo de assegurar os recursos necessários para o alcance das metas planejadas, o Governo tem promovido uma gestão fiscal e orçamentária orientada para a Eficiência nos gastos públicos. São condições para atingir esse resultado, sob o ponto de vista do aumento da receita tributária, a modernização do sistema de arrecadação e, pelo ângulo da despesa, a racionalização e o controle da qualidade dos gastos tanto na área do custeio administrativo da máquina pública quanto das despesas finalísticas. Nesse aspecto, o Governo monitora os indicadores estratégicos relativos às despesas correntes da administração estadual, com enfoque nas Outras Despesas Correntes. Esse grupo de natureza da despesa é formado pelos gastos finalísticos correntes continuados e não-continuados, e gastos correntes administrativos (manutenção e funcionamento dos órgãos e entidades). O acompanhamento e controle do indicador Outras despesas correntes/ Receita corrente líquida tem como objetivo, em especial, a racionalização dos gastos, visando assegurar maior capacidade de investimento ao Estado. Cabe salientar que a Receita Corrente Líquida é expressa pelo somatório das receitas tributárias, das provenientes de contribuições, das patrimoniais, das originárias de atividades agropecuárias, industrial e de serviços e das transferências correntes e outras receitas, deduzidas as transferências constitucionais e legais aos municípios, as contribuições previdenciárias e as receitas para formação do FUNDEB.

A tendência da relação Outras despesas correntes/receita corrente líquida, conforme o comportamento nos anos finais da série em estudo, é de gradativa redução, embora 2012 tenha registrado o mais baixo valor (32,1%) entre 2007 e 2013. Nesse último ano o indicador situou-se no percentual de 33,1%.

Os gastos correntes finalísticos se referem às despesas orçamentárias com os bens e serviços que atendem diretamente à população estadual, como o funcionamento das escolas, universidades, equipamentos da área da saúde, segurança, justiça, para citar os mais expressivos, é parte portanto, das Outras despesas correntes.

O indicador Gastos Correntes Finalísticos em relação à Despesa Total apresentou, em 2007, o mais alto percentual do período estudado (29,7%), enquanto entre 2008 e 2013, a participação média se deu em torno de 19%. Embora o comportamento do indicador verificado em 2013, 17,6%, confirme a tendência de redução proporcional dos gastos finalísticos, os valores absolutos mostram uma expansão desses gastos com a entrada em funcionamento dos novos equipamentos na área da saúde, educação, segurança e justiça, turismo, entre outras, significando, que outros grupos de despesas tiveram maior crescimento.

AVALIAÇÃO
DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA DO
PLANO PLURIANUAL
NOS ANOS DE
2012 E 2013



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Avaliação da Execução Orçamentária do Plano Plurianual nos Anos de 2012 e 2013

O Governo definiu sua programação pautada em três grandes eixos de política, que estruturaram a gestão voltada para resultados: Sociedade Justa e Solidária, Economia para uma Vida Melhor e Governo Participativo, Ético e Competente.

Para cada eixo, o Plano Plurianual - PPA 2012-2015 definiu "Áreas Temáticas", que correspondem às áreas de atuação das Secretarias e dos temas aglutinadores de seus Programas, estando esses classificados em Temáticos Setoriais, Serviços ao Estado e de Gestão e Manutenção.

O eixo Sociedade Justa e Solidária é estruturado a partir das seguintes Áreas Temáticas: Educação Básica; Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional; Saúde; Desenvolvimento Social e Trabalho; Cultura; Esporte e Lazer; Segurança Pública; Justiça e Cidadania e Acesso a Justiça.

O Eixo Economia para uma Vida Melhor efetiva-se pela participação das seguintes Áreas Temáticas: Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária; Aquicultura e Pesca; Recursos Hídricos; Infraestrutura e Logística; Turismo; Desenvolvimento Urbano e Integração Regional; Meio Ambiente; e Copa 2014.

O Eixo Governo Participativo, Ético e Competente é composto pelas seguintes Áreas temáticas: Planejamento e Gestão, Gestão Fiscal, Controladoria e Ouvidoria, Correição e Disciplina, Governo e Sociedade, Judiciário, Legislativo e Controle Externo, Essencial à Justiça, Encargos Gerais do Estado e Reserva de Contingência.

Para a consecução dos objetivos dos Programas dessas áreas temáticas, no tocante à execução das ações do Executivo Estadual, a despesa total empenhada no biênio 2012/2013, considerando

o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas controladas pelo Estado, alcançou o montante de R\$ 33,5 bilhões, o que representa 78,5% da despesa programada no PPA para o período.

A seguir será apresentada a programação e execução orçamentária sob os seguintes enfoques:

- Por tipo de orçamento;
- Por fonte de recursos;
- Por grupo de natureza de despesa;
- Por tipo de programa;
- Por eixo e área temática;
- Por poder.

III. I. POR TIPO DE ORÇAMENTO

O orçamento fiscal compreende os Poderes Estaduais, Ministério Público, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. O orçamento da seguridade social é um conjunto de ações estatais que compreende a proteção dos direitos relativos à saúde, previdência social e assistência social. O Orçamento de Investimento é o orçamento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Juntos os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social concentraram quase 99% do orçamento para os exercícios 2012 e 2013. O orçamento de Investimento ficou com menos de 2% dos recursos para o mesmo período, porém, pelas características de independência destes órgãos, sua execução (empenho) não é apurada pelos sistemas de acompanhamento da execução orçamentária do Estado.

Tabela I. Programação e Execução Orçamentária por tipo de orçamento - Acumuladas nos anos 2012 e 2013 - PPA 2012-2015 - Ceará

(R\$ 1,00)

Tipo de Orçamento	Programado (Lei) (A)	Programado (Lei + Créditos) (B)	Empenhado (C)	Participação Empenhado (D) %	(C/A) %	(C/B) %
Fiscal/Seguridade Social	37.364.883.210,58	42.131.219.525,15	33.511.975.040,77	98,70	89,69	79,54
Investimentos das empresas controladas pelo Estado.	554.814.927,67	554.815.427,67	0,00	1,30	0,00	0,00
Total	37.919.698.138,25	42.686.034.952,82	33.511.975.040,77	100,00	88,38	78,51

Valores referentes às Leis Orçamentárias Anuais 2012 e 2013: Lei 15.110, de 02/01/2012 e Lei 15.268, de 28/12/2012.

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

III.2. POR FONTE DE RECURSOS

A execução orçamentária com base nos grupos de fontes mostra que Tesouro foi o grupo que concentrou o maior volume de recursos, 74,2% contra 25,8% de Outras Fontes. Ou seja, para cada R\$ 4,00 utilizado no orçamento Estadual em 2012 e 2013, R\$ 3,00 foi proveniente principalmente da arrecadação tributária da administração e de transferência constitucional e R\$ 1,00 de empréstimos, convênios, recursos arrecadados por empresas ou autarquias e demais fontes que compreendem: contribuição parlamentar; depósitos judiciais e cota-parte da contribuição do salário educação.

A coluna (C/B)% da tabela 2 também evidencia o nível de execução destes grupos. Para

Tesouro a execução superou os 90% ao passo que Outras Fontes ficou abaixo de 50%. Essa discrepância entre os níveis de execução dos grupos se deve ao fato de o primeiro executar preponderantemente despesas do tipo correntes (Pessoal, custeios finalístico e de manutenção, juros da dívida), enquanto as despesas do grupo Outras Fontes depende do efetivo repasse de recursos voluntários de outros entes, especialmente o Governo Federal, e da real contratação de empréstimos. Soma-se a isso, uma prevalência da conta investimentos, que, normalmente, segue um cronograma de desembolso menos previsível, em virtude da complexidade das fases de execução como licitação, prazos legais, etc, que demandam mais tempo do que as despesas correntes.

Tabela 2. Programação e Execução Orçamentária por fonte de recursos - Acumuladas nos anos 2012 e 2013 - PPA 2012-2015 - Ceará

(R\$ 1,00)

Fonte	Programado (Lei) (A)	Programado (Lei + Créditos) (B)	Empenhado (C)	Participação (D) %	(C/A) %	(C/B) %
Tesouro	28.981.567.911,07	31.678.415.312,81	28.898.929.167,79	74,2	99,7	91,2
Recursos ordinários	14.048.180.456,39	16.137.293.346,80	15.145.272.588,41	37,8	107,8	93,9
Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	8.500.485.426,49	8.674.481.264,22	8.331.561.083,58	20,3	98,0	96,0
Recursos provenientes da contribuição social	882.983.500,00	968.097.977,23	870.618.184,02	2,3	98,6	89,9
Recursos provenientes da contribuição patronal	1.435.362.882,00	1.537.190.186,36	1.472.566.974,42	3,6	102,6	95,8
Recursos provenientes do FECOP	688.314.800,86	950.823.220,03	690.706.119,31	2,2	100,3	72,6
Cota-parte da CIDE	99.333.333,33	114.333.333,33	69.203.453,48	0,3	69,7	60,5
Alienação de bens	17.414,00	873.472,75	217.002,51	0,0	1.246,1	24,8
Compensação ambiental	40.422.127,00	47.852.759,99	14.624.010,65	0,1	36,2	30,6
Indenização pela extração do petróleo, xisto e gás	63.390.965,00	77.867.113,49	69.679.687,30	0,2	109,9	89,5
Recursos provenientes do FUNDEB	2.912.240.701,00	2.559.693.027,69	1.678.613.124,96	6,0	57,6	65,6
Complementação da união aos recursos do FUNDEB	310.836.305,00	609.909.610,92	555.866.939,15	1,4	178,8	91,1
Outras Fontes	8.938.130.227,18	11.007.619.640,01	4.613.045.872,98	25,8	51,6	41,9
Operações de Crédito	3.592.864.845,79	5.096.868.298,80	1.541.187.280,61	11,9	42,9	30,2
Recursos Diretamente Arrecadados	1.080.252.533,35	1.169.699.143,83	809.977.085,78	2,7	75,0	69,2
Convênios	2.916.299.488,46	3.123.000.957,43	1.054.526.279,62	7,3	36,2	33,8
Demais Fontes	1.348.713.359,58	1.618.051.239,95	1.207.355.226,97	3,8	89,5	74,6
Total	37.919.698.138,25	42.686.034.952,82	33.511.975.040,77	100,0	88,4	78,5

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

Considerando a execução orçamentária dos convênios no período 2012/2013, destaca-se a participação da União no valor total empenhado. Praticamente a totalidade da execução dos convênios - 99,6% - são oriundos da União, mas com destinações diversas, destacando-se: a expansão e melhoria das escolas de Ensino Médio e de Educação Profissional, a construção

de cisternas e do Cinturão das Águas.

Ao se analisar a execução orçamentária das Operações de Crédito no período 2012/2013 (tabela 3), destaca-se a participação dos recursos provenientes do BNDES. Esses recursos, constituídos pelas fontes 43,45,47 e 68, representam 43,3% do total empenhado.

Tabela 3. Programação e Execução Orçamentária da fonte Operações de Crédito - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - Acumuladas nos anos 2012 e 2013 - PPA 2012-2015 – Ceará

(R\$ 1,00)

Operações de Crédito	Programado (Lei) (A)	Programado (Lei + Créditos) (B)	Empenhado (C)	Participação (D) %	(C/A) %	(C/B) %
40 - Operações de Crédito não Condicionada	160.752.040,00	215.254.687,84	71.158.947,50	4,6	44,3	33,1
43 - Operações de Crédito Internas - BNDES/PEF	200.000.000,00	202.830.169,66	37.139.265,35	2,4	18,6	18,3
45 - Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	899.500.765,54	914.550.824,33	243.828.896,83	15,8	27,1	26,7
47 - Operações de Crédito Internas - BNDES/Estados	0,00	424.733.102,69	136.195.772,90	8,8	0,0	32,1
48 - Operações de Crédito Externas – Tesouro	1.116.447,80	3.701.502,80	2.337.632,17	0,2	209,4	63,2
53 - Operações de Crédito Internas – PROINVESTE	400.174.764,24	619.268.223,87	431.468.348,01	28,0	107,8	69,7
54 - Operações de Crédito Internas - Tesouro/BB	0,00	68.253.400,00	0,00	0,0	0,0	0,0
55 - Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNB	0,00	1.232.000,00	1.144.137,15	0,1	0,0	92,9
56 - Operações de Crédito Internas - Tesouro/CEF	455.741.497,99	592.720.442,06	68.557.666,19	4,4	15,0	11,6
57 - Operações de Crédito Externas - Tesouro/KFW	18.226.124,80	18.226.124,80	2.362.697,07	0,2	13,0	13,0
58 - Operações de Crédito Externas - Tesouro/BIRD	225.470.255,59	229.655.859,17	45.972.560,48	3,0	20,4	20,0
59 - Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	603.564.514,88	666.679.371,97	140.206.004,34	9,1	23,2	21,0
63 - Operações de Crédito Externas - Tesouro/EX-IM	50.000.000,00	50.000.000,00	0,00	0,0	0,0	0,0
64 - Operações de Crédito Externas - Tesouro/FIDA	19.881.642,00	20.002.379,99	0,00	0,0	0,0	0,0
65 - Operações de Crédito Externas - Tesouro/CAF	162.297.610,82	162.297.610,82	43.792.801,22	2,8	27,0	27,0
67 - Operações de Crédito Externas - Tesouro/MLW	114.000.000,00	195.840.000,00	66.345.134,96	4,3	58,2	33,9
68 - Operações de Crédito Internas - PROINVEST Refinanciamento	0,00	250.677.416,67	250.677.416,44	16,3	0,0	100,0
69 - Operações de Crédito Externas – PFORR	0,00	178.806.000,00	0,00	0,0	0,0	0,0
71 - Operações de Crédito Internas - Outras Fontes	226.802.543,85	226.802.543,85	0,00	0,0	0,0	0,0
72 - Operações de Crédito Externas - Outras Fontes	55.336.638,28	55.336.638,28	0,00	0,0	0,0	0,0
Total	3.592.864.845,79	5.096.868.298,80	1.541.187.280,61	100,0	42,9	30,2

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

III.3. POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

Analisando a execução do período 2012/2013 por Grupo Natureza da Despesa - GND, observa-se uma boa execução dos grupos Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras despesas Correntes, que, como mencionado anteriormente, é decorrente da previsibilidade e recorrência dessas despesas. O Grupo Investimentos, por outro lado, apresenta

um desempenho inferior; explicado, em parte, pelo cronograma de desembolso menos previsível, em virtude da complexidade das fases de execução como licitação, prazos legais, etc, que demandam mais tempo do que as despesas correntes. Destaca-se também a amortização extraordinária realizada pelo Estado no ano de 2012, resultando em uma execução de 100% do valor programado.

Tabela 4. Programação e Execução Orçamentária por Grupo de Natureza de Despesa - Acumuladas nos anos 2012 e 2013 - PPA 2012-2015 - Ceará

(R\$ 1,00)

Grupo de Despesa	Programado (Lei + Cred.) (A)	Empenhado (B)	(B/A) %
Pessoal e Encargos Sociais	14.878.146.643,66	14.340.730.711,11	96,39
Juros e Encargos da Dívida	508.849.906,60	493.579.520,76	97,00
Outras Despesas Correntes	14.903.945.549,11	12.694.097.749,69	85,17
Investimentos	10.612.736.247,40	4.307.466.553,21	40,59
Inversões Financeiras	511.789.126,34	461.386.804,47	90,15
Amortização da Dívida	1.270.567.479,71	1.214.713.701,53	95,60
Total	42.686.034.952,82	33.511.975.040,77	78,51

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

Em termos absolutos, o Grupo Investimentos apresentou, no período 2012/2013, valor empenhado superior a R\$ 4 bilhões, sendo constituído basicamente de recursos de convênios e operações de crédito e que foram destinados, principalmente, à reforma

e modernização do Castelão, implantação do Metrô - Linhas Leste e Sul, Expansão e melhoria das escolas estaduais de educação profissional, construção do Hospital Regional Norte e restauração de rodovias.

Tabela 5. Principais Despesas Empenhadas no Grupo Investimento – Acumuladas nos anos 2012 e 2013 - PPA 2012-2015 – Ceará

(R\$ 1,00)

Ação	Empenhado
Castelão - Comp I - Reforma e Modernização da Arena Castelão.	293.185.601,72
Expansão e Melhoria da Infraestrutura das Escolas Estaduais de Educação Profissional	237.112.705,05
Vlt Parangaba/Mucuripe - Comp I - Obras	223.443.627,49
Pavimentação (Implantação) de Rodovias	218.936.245,68
Conservação E Manutenção de Rodovias	185.372.218,52
Saúde - Comp I - Expansão dos Serviços Especializados de Saúde - Construção do Hospital Regional Norte	177.339.184,94
Pavimentação (Implantação) de Rodovias - Ceará Iv	151.253.732,83
Recuperação e Ampliação do Sistema Metro-Ferrovário	142.662.507,42
Expansão e Melhoria da Infraestrutura das Escolas Estaduais de Ensino Médio	142.154.411,84
Implantação e Operação do Trem Metropolitano de Fortaleza - Linha Leste.	127.103.434,01
Pac - Melhorias Urbana e Ambiental do Rio Maranguapinho - Barragem, Dragagem e Urbanização	81.332.479,15
Implantação de Obras Urbanas Oriundas de Demandas Municipais	66.375.210,74
Construção do Eixo de Integração Trecho V	63.949.408,18
Total	2.110.220.767,57

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

III.4. POR TIPO DE PROGRAMA

Na execução por tipo de programa observa-se a predominância (54,6%) do tipo "Gestão e Manutenção" e que é responsável pelas despesas com a manutenção dos órgãos, com o pagamento de pessoal, do serviço da dívida e das transferências aos municípios. Já o tipo "Temático

Setorial" responde pelos investimentos e custeio dos serviços prestados à população cearense. Por fim, não menos importante, os programas do tipo "Serviço ao Estado" representam as despesas efetuadas pelos Outros Poderes, que não o Executivo, e que se destinam a prestar serviços à sociedade.

Tabela 6. Programação e Execução Orçamentária por tipo de programa - Acumuladas nos anos 2012 e 2013 - PPA 2012-2015 – Ceará

(R\$ 1,00)

Tipo de Programa	Programado (Lei) (A)	Programado (Lei + Créditos) (B)	Empenhado (C)	Participação Empenhado (D) %	(C/A) %	(C/B) %
Temático Setorial	19.567.312.371,26	23.027.336.944,97	14.684.516.079,71	43,82	75,05	63,77
Gestão e Manutenção	17.620.418.928,71	18.909.695.763,33	18.287.247.047,20	54,57	103,78	96,71
Serviços ao Estado	731.966.838,28	749.002.244,52	540.211.913,86	1,61	73,80	72,12
Total	37.919.698.138,25	42.686.034.952,82	33.511.975.040,77	100,00	88,38	78,51

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

III.5. POR EIXO E ÁREA TEMÁTICA

Quando se analisa a execução por eixo e área temática no período 2012/2013 constata-se uma maior participação do eixo "Governo Participativo, Ético e Competente" com 47,9% do total empenhado. Essa participação é consequência direta das áreas temáticas "Encargos Gerais do

Estado" e "Planejamento e Gestão". Esta engloba as despesas com previdência e aquela congrega, dentre outras despesas, as transferências aos municípios, as quais foram impactadas pelo excesso de arrecadação dos tributos (ICMS e IPVA) no período 2012/2013.

Tabela 7. Programação e Execução Orçamentária por eixo e área temática - Acumuladas nos anos 2012 e 2013 - PPA 2012-2015 – Ceará

(R\$ 1,00)

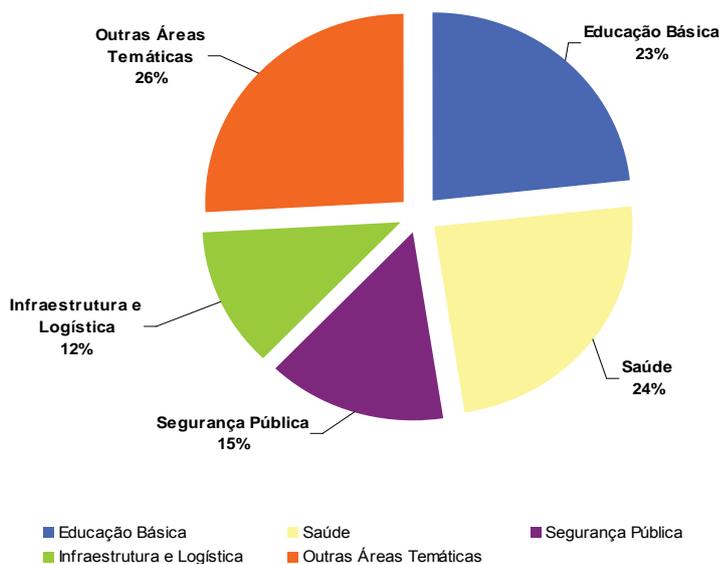
Eixo/Área Temática	Programado (Lei) (A)	Programado (Lei + Créditos) (B)	Empenhado (C)	Participação Empenhado (D) %	(C/A) %	(C/B) %
Sociedade Justa e Solidária	13.779.048.936,17	15.700.405.598,32	12.893.630.290,51	38,5	93,6	82,1
Educação Básica	4.885.752.157,65	5.283.596.649,54	4.076.552.265,78	12,2	83,4	77,2
Saúde	4.280.501.833,61	4.998.514.301,27	4.216.856.729,21	12,6	98,5	84,4
Segurança Pública	2.331.363.953,11	2.727.659.023,76	2.571.170.334,06	7,7	110,3	94,3
Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional	1.064.823.327,12	1.193.300.197,23	886.329.793,67	2,6	83,2	74,3
Desenvolvimento Social e Trabalho	428.262.504,99	431.592.236,56	352.259.615,69	1,1	82,3	81,6
Esporte e Lazer	97.224.727,30	236.381.734,67	127.280.469,36	0,4	130,9	53,8
Cultura	132.351.847,38	164.581.766,67	116.119.461,41	0,3	87,7	70,6
Justiça e Cidadania	398.370.071,01	493.909.282,56	384.412.452,38	1,1	96,5	77,8
Acesso a Justiça	160.398.514,00	170.870.406,06	162.649.168,95	0,5	101,4	95,2
Economia para uma Vida Melhor	8.780.648.561,42	9.715.931.707,08	4.566.429.173,63	13,6	52,0	47,0
Infraestrutura e Logística	3.039.631.215,66	3.680.389.636,37	2.092.558.809,39	6,2	68,8	56,9
Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária	1.226.212.959,74	1.384.318.029,81	754.211.017,27	2,3	61,5	54,5
Aquicultura e Pesca	64.366.055,54	56.456.607,27	11.751.813,03	0,0	18,3	20,8
Recursos Hídricos	1.309.574.904,60	1.098.116.204,33	324.694.453,61	1,0	24,8	29,6
Turismo	690.632.507,67	840.438.403,41	396.085.120,35	1,2	57,4	47,1
Desenvolvimento Urbano e Integração Regional	1.602.339.663,95	1.781.972.048,38	369.305.141,61	1,1	23,0	20,7
Meio Ambiente	142.790.980,00	158.392.323,26	86.107.171,76	0,3	60,3	54,4
Desenvolvimento Econômico	271.998.493,91	267.538.629,24	193.363.712,18	0,6	71,1	72,3
Copa 2014	433.101.780,35	448.309.825,01	338.351.934,43	1,0	78,1	75,5
Governo Participativo, Ético e Competente	15.360.000.640,66	17.269.697.647,42	16.051.915.576,63	47,9	104,5	92,9
Planejamento e Gestão	4.038.223.618,43	5.066.833.542,46	4.569.357.825,01	13,6	113,2	90,2
Gestão Fiscal	1.116.791.544,55	1.175.118.658,11	1.071.983.307,40	3,2	96,0	91,2
Controladoria e Ouvidoria	19.125.175,00	20.908.075,72	19.492.064,86	0,1	101,9	93,2
Correição e Disciplina	19.090.660,00	15.579.902,00	14.209.933,40	0,0	74,4	91,2
Governo e Sociedade	845.850.660,91	882.910.253,18	755.694.002,17	2,3	89,3	85,6
Judiciário	1.540.612.770,50	1.663.454.972,24	1.451.315.594,65	4,3	94,2	87,2
Legislativo e Controle Externo	849.625.232,60	927.032.764,37	888.715.367,40	2,7	104,6	95,9
Essencial a Justiça	441.572.595,00	454.090.978,02	429.641.937,20	1,3	97,3	94,6
Encargos Gerais do Estado	6.393.749.521,17	7.031.579.626,32	6.851.505.544,54	20,4	107,2	97,4
Reserva de Contingência	95.358.862,50	32.188.875,00	0,00	0,0	0,0	0,0
Total	37.919.698.138,25	42.686.034.952,82	33.511.975.040,77	100,0	88,4	78,5

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

A análise das áreas temáticas finalísticas, evidencia que os recursos foram destinados prioritariamente para as áreas da Educação Básica, Saúde, Segurança e Infraestrutura, refletindo a política adotada pelo Governo do Estado de promover o desenvolvimento social

no Estado e proporcionar melhores condições de vida e cidadania para a população cearense. Essas áreas respondem por 74% dos recursos empenhados no biênio 2012/2013 considerando as áreas temáticas finalísticas dos eixos 1 e 2.

Despesa Empenhada por Área Temática Finalística - 2012-2013



III.6. POR PODER

Conforme apresentado na tabela abaixo, observa-se a predominância das despesas do Poder Executivo, com 91,7% do total empenhado, muito embora, quando se compara

a execução com o Autorizado (Lei + Créditos), os poderes Legislativo e o Ministério Público apresentem execuções superiores a 90%, e consequentemente, maiores que o Poder Executivo, que apresentou 77,6%.

Tabela 8. Programação e Execução Orçamentária por poder - Acumuladas nos anos 2012 e 2013 - PPA 2012-2015 – Ceará

(R\$ 1,00)

Poder	Programado (Lei) (A)	Programado (Lei + Créditos) (B)	Empenhado (C)	Participação Empenhado (D) %	(C/A) %	(C/B) %
Legislativo	849.625.232,60	927.032.764,37	888.715.367,40	2,65	104,60	95,87
Judiciário	1.540.612.770,50	1.663.454.972,24	1.451.315.594,65	4,33	94,20	87,25
Ministério Público	441.572.595,00	454.090.978,02	429.641.937,20	1,28	97,30	94,62
Executivo	35.087.887.540,15	39.641.456.238,19	30.742.302.141,52	91,74	87,62	77,55
Total	37.919.698.138,25	42.686.034.952,82	33.511.975.040,77	100,00	88,38	78,51

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária

AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

EIXO 1

Sociedade Justa e
Solidária



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Educação Básica



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Educação Básica

Avaliação da Área Temática

O Governo do Estado no biênio 2012-2013 deu continuidade à política de Gestão por Resultados - GPR, que representa “um modelo em que o Setor Público passa a adotar uma postura empreendedora, voltada para o cidadão como cliente e buscando padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade, com ética e transparência. É uma gestão que busca reduzir custos para a sociedade e compromete o Estado com a satisfação dos cidadãos” (IPECE/Nota Técnica nº 11/2004).

Para consecução da política adotada, na área temática considerada, foram estabelecidos os indicadores educacionais mais estratégicos que representam as prioridades da gestão e objetivam avaliar e acompanhar o alcance dos objetivos e das metas estabelecidas.

As estratégias adotadas priorizaram três vertentes: fortalecimento do Regime de Colaboração União, Estado e Municípios, traduzidos pelo Programa Alfabetização na Idade Certa e PAIC+5, incluindo neste último, em suas ações, o 3º, 4º e 5º anos do ensino fundamental; articulação do Ensino Médio à Educação Profissional e apoio aos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, evidenciando o incentivo à inserção dos alunos do ensino médio na universidade.

A qualidade do ensino é prioridade para a área temática da educação básica, que conta com o Conselho Estadual de Educação do Ceará – CEE, o qual tem a missão de zelar pela qualidade do ensino e garantir a permanência do aluno nas instituições de ensino do Estado do Ceará,

realizando formação de executivos escolares em todos os municípios cearenses, além de ofertar curso de extensão a distância para conselheiros de escolas estaduais e municipais, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura, Universidade Federal do Ceará, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, no sentido de fortalecer a gestão democrática e participativa.

Nas diversas frentes nas quais o Estado atua há relevantes ações para destacar. No entanto, ressaltam-se aquelas realizadas pela Secretaria da Educação com foco no desempenho das políticas públicas que promovem o bem-estar social; a profissionalização, que permite a geração de emprego e renda; e a alfabetização das crianças, por meio do Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC. Essa ação, em que pesem os seus claros objetivos, tem subliminarmente a possibilidade de redução da distorção idade-série, com a consequente regularização do fluxo escolar no longo prazo.

Os resultados do SPAECE Alfa, alcançados ao longo dos anos, foram progressivos, o que possibilita a inferência de que o PAIC tem se refletido de modo positivo na base do ensino, influenciando favoravelmente na continuidade da vida escolar do aluno.

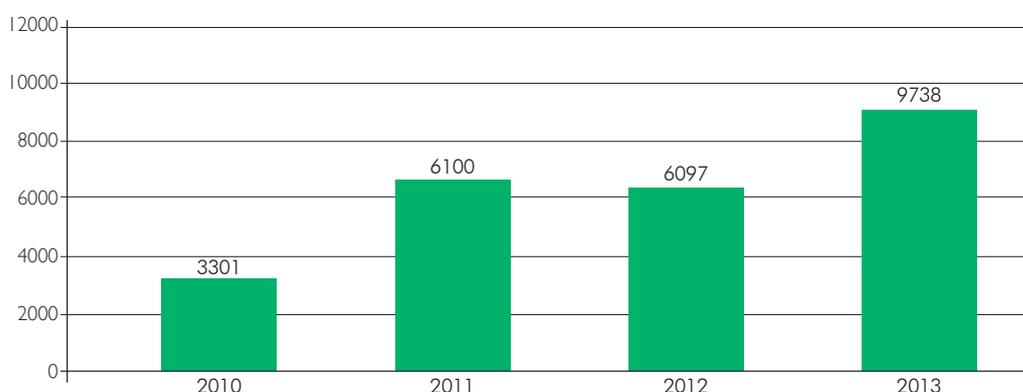
Inspirado no Programa cearense, foi lançado em 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC que traz um conjunto de medidas para garantir que todas as crianças do

ensino fundamental estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade. Atualmente esse programa conta com a adesão de 5.319 municípios brasileiros, o que corresponde a 97% do total destes.

Por sua vez, o ensino médio articulado à educação profissional, viabilizado pelas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, vem obtendo resultados bastante satisfatórios, destacando-se

onze escolas com as maiores notas no Exame Nacional do Ensino Médio em cursos diversos e quatro dos onze alunos aprovados em medicina, são oriundos das EEEP. Considerando o número de técnicos que concluíram os variados cursos, o gráfico abaixo evidencia um número significativo de alunos lançados no mercado de trabalho, além daqueles que foram inseridos na educação superior:

Número de Técnicos formados pela Educação Profissional – 2010-2013 - Ceará



Fonte: SEDUC

Outro foco da gestão diz respeito aos resultados auferidos no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Conforme os dados coletados pela SEDUC, no documento “Esse Resultado Merece

Destaque (SEDUC)”, 10.687 alunos ingressaram na universidade, distribuídos conforme o quadro que se segue:

Ingressos por ano dos Alunos do Ensino Médio na Universidade – 2011-2013 - Ceará

Ingressos	2011	2012	2013
SISU	707	1401	2481
Públicas/Vestibular	1303	1478	2412
Total Públicas	2010	2879	4893
Particulares ProUni	523	533	846
Particulares Outras	2254	4259	4948
Total Particulares	2777	4792	5794
Total Geral	4787	7671	10687

Fonte: SEDUC

A análise da evolução dos indicadores educacionais, no período de 2010-2013, permite algumas inferências, uma vez que estão sendo

observados indicadores de acesso e participação, eficiência e rendimento, evidenciados no quadro abaixo.

Educação Básica Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
1. Apoio à Universalização do acesso à educação infantil (crianças de 4 e 5 anos)					
1.1. Taxa de atendimento das crianças de 4 e 5 anos	%	88,7	97,6	89,91	85,60 (1)
2. Elevação do nível da alfabetização de crianças na idade certa e da aprendizagem dos alunos do 5º ano do ensino fundamental (Regime de Colaboração)					
2.1. Nota média de proficiência de alfabetização das crianças do 2º ano (7 anos) da rede pública no SPAECE ALFA (IDE Alfa) (2)	Média	7,98	8,8	7,6	8,3
2.2. Crianças no 2º ano do ensino fundamental alfabetizadas	%	70,7	91,2	91,3	81,5
2.3. Média de avaliação de desempenho em língua portuguesa do 5º ano do ensino fundamental (SPAECE)	Média	175,4	189,5	200,4	200,8
2.4. Média de avaliação de desempenho em matemática do 5º ano do ensino fundamental (SPAECE)	Média	189,3	206,8	209,6	210,5
3. Universalização do acesso ao ensino médio (jovens de 15 a 17 anos)					
3.1. Taxa de escolarização bruta do ensino médio	%	78,2	77,8	76	...
3.2. Taxa de escolarização líquida do ensino médio	%	47,8	49	49,4	49,40*
4. Melhoria da qualidade da educação básica em todos os níveis de ensino					
4.1. Taxa de aprovação (5º ano do ensino fundamental)	%	84,5	87,6	88,5	90,4
4.2. Taxa de aprovação (9º ano do ensino fundamental)	%	86,9	84,4	85,3	84,9
4.3. Taxa de aprovação (3ª série do ensino médio)	%	86,9	86,1	88	89,3
4.4. Taxa de abandono (5º ano do ensino fundamental)	%	3,8	4,2	3,8	2,2
4.5. Taxa de abandono (9º ano do ensino fundamental)	%	6,2	7,3	6,5	6,1
4.6. Taxa de abandono (3ª série do ensino médio)	%	8,4	9,5	7,4	6,3
4.7. Média de avaliação de desempenho em língua portuguesa do 3ª série do ensino médio (SPAECE)	Média	260,9	260,4	251,6	...
4.8. Média de avaliação de desempenho em matemática do 3ª série do ensino médio (SPAECE)	Média	260	264,6	260,7	...
5. Elevação do perfil educacional de jovens do ensino médio articulado com educação profissional					
5.1. Percentual de alunos matriculados no ensino médio articulado à educação profissional no total de matrículas neste grau de ensino	%	5,66	7,19	9	10,61
5.2. Taxa de conclusão da educação profissional	%	-	96,97		...
5.3. Média de avaliação de desempenho da língua portuguesa do 3ª série ano do ensino médio profissional (SPAECE)	Média	281,16	288,99	289,14	...
5.4. Média de avaliação de desempenho de matemática do 3º ano do ensino médio profissional (SPAECE)	Média	281,42	298,54	303,99	...

1. Dado estimado, sujeito à modificação.

2. Nota média de proficiência de alfabetização das crianças do 2º ano (7 anos) da rede pública no SPAECE Alfa (IDE-Alfa), com fator de ajuste, conforme Lei 30.797 de 29/12/2011 – A partir de 2015, os resultados dos próximos 4 anos considerará apenas a Lei citada. Considerando esse ajuste, os dados da série histórica são: 2010: - ; 2011: 7,40; 2012: 6,20; 2013: 6,90.

Fontes: SEDUC/MEC/Educacenso.

A matrícula da educação profissional apresentou uma significativa evolução no período 2010-2013, passando de 20.941 em 2010 para 37.110 em 2013, resultado, principalmente, da implantação

de novas EEEP, refletindo-se na expansão da matrícula no ensino médio integrado à educação profissional.

Matrícula da educação profissional por modalidade de escola – 2010-2013 - Ceará

Modalidade	2010	2011	2012	2013
Magistério Curso Normal	3335	2042	1708	1129
Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	17606	23952	29885	35981
Total	20941	25994	31593	37110

Fonte: Censo Escolar/SEDUC/MEC/INEP

Os resultados de 2012 e 2013 referentes à avaliação do PAIC evidencia que houve um aumento significativo na média de proficiência dos alunos com uma variação positiva de 4,0% em relação ao ano de 2010, com 81,50% de crianças alfabetizadas e 12,30% de crianças no nível intermediário. Comparando o biênio, apesar da média em 2012 ser superior, não existe em 2013 nenhum município que esteja com crianças não alfabetizadas em sua totalidade, uma vez que estas se encontram dispersas. Convém destacar que o número de crianças avaliadas em 2012 foi de 102.418, bem superior ao de 2013, com 99.569. Verificou-se também um aumento na proficiência dos alunos do 5º ano do ensino fundamental com o crescimento da média (IDE 5) de 2012, passando de 7,6 para 8,3 em 2013.

No que se refere aos indicadores de eficiência e rendimento, os dados de 2013 não se encontram disponíveis. Apesar de alguns dados do SPAECE já se encontrarem disseminados, a proficiência do ensino médio não está desagregada da educação profissional, bem como aqueles que dependem de informações da população por faixa etária.

Analisando as taxas de aprovação do 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio, em 2012 as taxas foram respectivamente 88,50%, 85,30% e 3ª série do ensino médio 88,00%. Em 2013 os dados preliminares apontam um significativo aumento na aprovação do 5º

ano que atingiu 90,40%; o 9º atingiu 84,90% e a 3ª série do ensino médio, 89,30%. No que diz respeito ao abandono, a análise dos mesmos anos e série, sinalizam um decréscimo no 5º ano do ensino fundamental, passando de 3,80% em 2012 para 2,20% em 2013; do mesmo modo no 9º ano passou de 6,50% em 2012 para 6,10% em 2013 e a 3ª série do ensino médio decresceu de 7,40% em 2012 para 6,30% em 2013, resultados bastante promissores. Vários projetos contribuem para esses resultados, a exemplo do Jovem de Futuro, que representa uma proposta de mobilização de alunos, professores e famílias em torno de metas pactuadas para um mesmo objetivo: garantir que os jovens entrem, permaneçam, tenham um bom desempenho e terminem o ensino médio.

Avaliação de Programa

PROGRAMA 014 – ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Programa objetiva expandir a oferta de ensino médio articulado à educação profissional para o fortalecimento da aprendizagem dos alunos e sua capacitação profissional e tecnológica para ingresso no mercado de trabalho, contribuindo dessa forma, para o desenvolvimento do Estado.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
384.260.262,04	315.627.123,65	82,14	296.948.710,74	243.306.517,56	81,94

Fonte: SIOF – Consulta da execução orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Ampliar em 20.143 a oferta de matrícula nas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP.	5.035	5.599	5.035	5.517	11.116
Garantir a 100% dos alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional formação técnica, pedagógica e qualificação profissional articulada aos setores produtivos.	32.739	31.593	38.313	37.110	37.110

Fonte: SEDUC.

Avaliação de Programas

Com o objetivo de fortalecer a política de formação e profissionalização dos jovens cearenses, várias ações foram desenvolvidas, destacando-se a expansão da matrícula no biênio, de 5.599 alunos em 2012 e 5.517 em 2013, possibilitando a mais de 37 mil alunos a formação técnica, pedagógica e qualificação profissional articulada aos setores produtivos.

No âmbito da expansão da rede física, em 2012 foram entregues treze novas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP nos municípios de Massapê, Ipueiras, Nova Russas, Parambu, Icó, Lavras da Mangabeira, Milagres, Aurora, Paracuru, Aquiraz, Sobral, Santana do Acaraú, Pentecoste e em 2013 mais oito EEEPs, nos municípios de Crato, Cariré, Pacujá, Granja, Novo Oriente, Fortaleza, Trairi e Jardim. Com essa expansão, registrou-se em 2013 um total de cem escolas distribuídas em todo Estado, com a oferta de 51 diferentes cursos no biênio, iniciando em 2008 com informática, enfermagem, guia de turismo e

segurança no trabalho, seguidos, dentre outros, de fabricação mecânica, automação industrial, portos, saúde bucal, produção de áudio e vídeo, tradução e interpretação de libras e instrução de libras. Foram ainda realizadas reformas em 19 (dezenove) EEEPs em 2013.

Objetivando complementar a formação técnica, foram concedidas bolsas estágio e auxílio transporte a 6.118 estudantes de 18 escolas profissionais em 2012 e 10.960 bolsas estágio e auxílio transporte para 1.711 educandos do Projeto E-Jovem e 9.249 alunos das EEEP em 2013, além de equipamentos de Proteção Individual – EPI e pagamento de seguro contra acidentes pessoais.

O Programa apresentou 82,14% de execução orçamentária em 2012 e 81,94% em 2013, refletindo a boa execução das suas metas mais impactantes e sinalizando a tendência de alcance dos seus objetivos, fortalecendo a aprendizagem dos alunos, sua capacidade tecnológica e

profissional, potencializando as oportunidades de emprego e renda e progressão de estudos.

As iniciativas que mais contribuíram para os resultados, compreendem a aquisição de acervos bibliográficos, material pedagógico, além da aquisição de laboratórios específicos para cada curso e revitalização dos existentes.

PROGRAMA 072 – APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA

O Programa tem como objetivo fortalecer o regime de colaboração entre Estado e municípios, contribuindo para a alfabetização das crianças e elevação do nível de aprendizagem dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental, como estratégia para melhoria da educação pública.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
100.329.102,21	75.741.207,87	75,49	97.704.171,00	63.543.403,42	65,04

Fonte: SIOF – Consulta da execução orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Alfabetizar a cada ano, no nível desejável, 237.082 alunos, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em todos os municípios do Estado.	237.082	79.279	88.306	81.149	81.149
Elevar em 10%, a cada ano, o número de alunos, no final dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com proficiência de, no mínimo, 225 em linguagem, comprovada através da avaliação do SPAECE.	20.733	37.213	39.286
Ampliar as ações do Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC para os 427.533 alunos do 3º ao 5º anos do Ensino Fundamental nas escolas públicas.	427.533	363.351	303.351	367.920	367.920
Implantar 161 Centros de Educação Infantil - CEI, apoiando os municípios na ampliação do atendimento das crianças de 0 a 5 anos.	18	6	31	3	9
Apoiar os 184 municípios na implementação de políticas direcionadas para melhoria da aprendizagem dos alunos, conforme Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.	184	184	184	184	184
Elevar em 10%, a cada ano, o número de alunos, no final dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com proficiência de, no mínimo, 250 em matemática, comprovada através da avaliação do SPAECE.	16.815	25.911	28.502

Fonte: SEDUC.

Avaliação do Programa

O Programa tem como objetivo fortalecer o regime de colaboração entre Estado e municípios, contribuindo para a alfabetização das crianças e elevação do nível de aprendizagem dos

alunos nos anos iniciais do ensino fundamental, como estratégia para melhoria da educação pública; apoiar os municípios no processo de universalização do acesso à pré-escola (crianças de 4 e 5 anos); e ampliar o atendimento das crianças de 0 a 3 anos.

O Programa encontra na sua primeira meta, um impasse que impossibilita a avaliação dos alunos de forma mais clara, uma vez que na sua quantificação foi considerada a matrícula do 1º ano do ensino fundamental agregada a do 2º ano desse nível de ensino. Ressalte-se que somente os alunos do 2º ano são avaliados no SPAECE Alfa no qual o nível de leitura é mensurado em cinco diferentes níveis; não alfabetizado; alfabetização incompleta; intermediário; suficiente e desejável. Citando o número de crianças alfabetizadas em 2012, o resultado alcançado representa 76,6% dos 103.418 alunos avaliados e 14,6% encontram-se no nível intermediário, nível no qual o aluno já desenvolveu habilidades referentes à quantidade e a complexidade dessas habilidades, as quais exigem um maior refinamento dos processos cognitivos nelas envolvidos. O resultado não se encontra disponível em 2013. Entretanto, até então, o Programa vem evidenciando um crescimento contínuo.

No que diz respeito à meta: Ampliar as ações do Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC para os 427.533 alunos do 3º ao 5º anos do Ensino Fundamental nas escolas públicas, esta não foi alcançada em 2012, mas superada em 2013, em relação ao programado em 21,29%

As iniciativas que contribuíram para um melhor desempenho do programa são representadas pela cooperação técnica para o desenvolvimento das ações do PAIC, dentre as quais se destaca a concessão de 800 bolsas de transferência tecnológica em 2012 e 803 em 2013, destinadas aos gerentes municipais, técnicos municipais, especialistas e consultores, como incentivo a esses profissionais no desempenho de suas funções.

No sentido de fortalecer o Programa, foi feita a distribuição de 107.957 exemplares de material estruturado para alunos do 2º ano do ensino fundamental e 30.000 coleções PAIC destinadas aos alunos do 1º ao 9º ano desse nível de ensino. Foi efetivada a aquisição de 7.197 materiais didáticos e 100 revistas PENSE destinados aos professores do 1º ano em 2012.

Em 2013, foi feita a aquisição de 447.347 materiais didáticos destinados aos alunos, sendo 109.452 para os alunos do 1º ano, 110.844 para o 3º ano, 115.352 para o 4º ano e 111.699 para o 5º ano do ensino fundamental (PAIC +5), além de 7.018 materiais didáticos do 1º ano do ensino fundamental e 100.000 exemplares da Revista PENSE destinados aos professores.

Também foi disponibilizada para os alunos do 1º ao 9º anos do ensino fundamental, Coleção PAIC, Prosa e Poesia, com 30.000 coleções em 2012 e 44.620 em 2013.

No que diz respeito ao atendimento de crianças de 0–3 e 4-5 anos, a ser viabilizada, em parte, pela construção dos Centros de Educação Infantil - CEI, foi publicado o 4º Edital para adesão de novos municípios. A tendência aponta para o não cumprimento da meta estabelecida. As dificuldades apontadas pela execução são identificadas como aquelas relacionadas à documentação obrigatória a ser apresentada pelos municípios e a elevada contrapartida estabelecida quando do financiamento com o BNDES. Com a finalidade de sanar a situação, foi publicada a Lei nº 15.592 de 07/04/2013 que permite a redução da contrapartida e outros critérios que normatizam a celebração dos convênios.

Em que pesem a ausência de dados mais concretos, relacionados à proficiência dos alunos, e outros dados complementares, o Programa vem conseguindo atingir seus principais propósitos.

PROGRAMA 073 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Programa objetiva desenvolver projetos e ações pedagógicas que buscam elevar o desempenho acadêmico dos estudantes da educação básica da rede pública estadual, dotando as unidades escolares de condições básicas de funcionamento e consolidando modelos de gestão participativa, valorizando, para tanto, os profissionais da educação.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
1.280.158.520,13	369.550.883,26	28,87	529.028.246,65	463.709.131,07	87,65

Nota: Em 2012 do valor programado, R\$ 844.208.195,00 fazem parte do orçamento destinado à participação dos municípios na distribuição dos recursos do FUNDEB.

Fonte: SIOF – Consulta da execução orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Elevar, até 2015, a taxa de alfabetização da população cearense com 15 anos e mais para 93%.	86	84	87	*	...
Premiar, anualmente, 100% dos alunos do ensino médio da rede estadual que obtiverem o nível adequado nas disciplinas de língua portuguesa e matemática.	100	100	100	100	100
Elevar em 10%, a cada ano, o número de alunos da Educação Básica com desempenho adequado na disciplina de língua portuguesa.	7.755	131.506	144.656
Elevar para 70% a taxa de escolarização líquida do ensino médio.	57	49,4	70	49,4**	49,4**
Prover as 665 escolas da rede pública estadual com materiais didáticos e pedagógicos para elevar o desempenho acadêmico dos estudantes.	665	690	690	688	688
Universalizar, até 2015, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos.	100	85,0	100	85,6**	85,6**
Garantir as condições básicas de funcionamento com equidade às 665 unidades escolares da rede pública estadual, assegurando a infraestrutura e os insumos indispensáveis ao desenvolvimento da aprendizagem.	665	690	690	688	688
Garantir a melhoria do transporte escolar para o acesso dos 143.895 alunos do campo/zona rural, na faixa etária de educação escolar obrigatória, às unidades de ensino.	143.895	110.505	143.895	106.277	106.277
Implementar nas 665 escolas estaduais a metodologia da superintendência escolar como instrumento de planejamento, acompanhamento e monitoramento.	665	690	690	688	688
Realizar, anualmente, o Censo Escolar da educação no Ceará.	1	1	1	1	1
Realizar, anualmente, 02 avaliações censitárias dos alunos da educação básica através do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE.	2	2	2	2	2
Elevar em 10%, a cada ano, o número de alunos da Educação Básica com desempenho adequado na disciplina de matemática.	5.307	35.763	39.339

* Dado dependente da PNAD/IBGE – disponível em setembro de 2014.

** Dado estimado, sujeito à modificação.

Fonte: SEDUC.

Avaliação do Programa

O Programa desenvolve ações de cunho pedagógico, com a viabilização de projetos que dão sustentabilidade às atividades da SEDUC como um todo e suporte, sobretudo, às unidades escolares do ensino médio que não se inscrevem como escolas de tempo integral, ações e processos avaliativos e viabilização da gestão da SEDUC.

Inserem-se entre suas metas mais relevantes o desempenho acadêmico dos alunos, a realização do censo escolar, como mecanismo de gestão e a garantia do acesso dos alunos à escola por meio do transporte escolar.

Por meio desse Programa são desenvolvidos projetos e ações que buscam, na sua essência, o incentivo à aprendizagem do aluno com a realização: da feira de ciências; da premiação dos alunos com melhor desempenho nas avaliações externas, em que foram premiados 6.139 alunos em 2012 e 6.318 em 2013; da Bienal Internacional do Livro; da Superintendência Escolar; do Professor Diretor de Turma, que

integra estratégias deste com a metodologia adotada pela aprendizagem cooperativa; do Projeto Jovem de Futuro, com a concessão de 2.084 bolsas de monitoria a estudantes participantes das 100 escolas do Projeto; da preparação para o ENEM e fortalecimento de projetos pedagógicos que impactam na elaboração e construção do saber. Em 2012 e 2013, foram ainda concedidas bolsas: de inovação ou extensão tecnológica e de pesquisas para profissionais da educação, que atuam em projetos que visem o intercâmbio e o aprimoramento do conhecimento utilizado para o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico (1.554); de monitoria a estudantes das 224 escolas do Projeto Jovem de Futuro (14.348); de tutoria a estudantes universitários dos cursos de licenciatura em Matemática, Letras e afins (5.519).

PROGRAMA 056 - VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

O Programa objetiva assegurar a permanência e a qualificação dos gestores escolares das redes públicas municipais, em processo de formação e a expansão de novos municípios.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
707.284,31	704.402,83	99,59	707.816,50	699.995,50	98,90

Fonte: SIOF – Consulta da execução orçamentária.

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas	2012		2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Programado	Realizado	Programado	Realizado	
Capacitar 10.909 executivos escolares da rede pública municipal, de 184 municípios, através do Programa de Formação de Executivos Escolares.	3.709	2.728	3.709	4.902	7.630

Fonte: CEE.

Avaliação do Programa

O Conselho Estadual de Educação - CEE vem desde 2009 desenvolvendo o Programa de Formação de Executivos Escolares, no sentido de contribuir para uma melhoria na qualidade da Educação do Ceará, especificamente junto aos municípios cearenses.

Com o objetivo de fortalecer a formação de diretores, no âmbito desse programa, em 2012, foram capacitados 2.728 executivos escolares e em 2013, 4.902 executivos escolares, em diversos municípios do Ceará, atingindo um total de 7.630 diretores municipais capacitados, representando 70% da meta estabelecida no Programa em questão, que é a capacitação de 10.909 gestores escolares para o período de 2012 a 2105.

A execução da meta em questão, demonstra que o objetivo principal do programa está sendo atingido gradativamente, apostando numa maior capacidade de interagir, de criar, de superar e

de alinhar objetivos como geradores de uma escola mais feliz, mais produtiva e que apresente melhores resultados por meio de uma melhor aprendizagem de seus alunos.

A expectativa maior reside na possibilidade de que o Programa de Formação ora ofertado, contribua com a transformação de uma triste realidade ainda vivida por alunos e escolas dos municípios cearenses e favoreça o surgimento de resultados que indiquem a melhoria da qualidade do trabalho realizado.

PROGRAMA 060 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ

O Programa objetiva contribuir para um melhor acompanhamento das ações desenvolvidas pelo Conselho Estadual de Educação na área de normatização e regularização das escolas, para transformar a gestão e oferecer serviços públicos mais eficientes, menos burocratizados e de melhor qualidade.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
408.826,12	367.991,60	90,01	1.257.000,00	1.256.945,65	100,00

Fonte: SIOF – Consulta da execução orçamentária.

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas	2012		2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Programado	Realizado	Programado	Realizado	
Acompanhar sistematicamente ações desenvolvidas por 9.411 escolas públicas, através dos dados cadastrados no Sistema de Informatização e Simplificação de Processos - SISP.	1.386	4.234	8.025	7.111	7.111

Fonte: CEE.

Avaliação do Programa

Com o objetivo de contribuir para um melhor acompanhamento das ações deste Conselho Estadual de Educação, no âmbito do parque educacional do Estado do Ceará, através do Programa Gestão de Políticas Públicas da Educação Básica, foi implantado e desenvolvido o Sistema de Informatização e Simplificação de Processos - SISP e SISPROF, cuja meta principal é acompanhar sistematicamente 9.411 escolas públicas.

No ano de 2012, a meta programada foi o acompanhamento de 1.386 escolas, sendo realizado um acompanhamento de 4.234 escolas em todo o Estado do Ceará. Concernente a execução do ano de 2013 para a meta já mencionada, foi realizado o acompanhamento de 7.111, para uma programação de 8.025 unidades educacionais.

É importante destacar que a meta vem sendo progressivamente alcançada, contribuindo portanto para o atingimento do objetivo do programa.

Vale mencionar que o Conselho Estadual de Educação, conseguiu cadastrar mais de 90% dessas escolas no ensino regular e 95% no ensino profissionalizante. O portal do Professor, em fase de conclusão, constará de material para o professor elaborar seus conteúdos de aulas e consultar questões de Matemática e Língua Portuguesa. O SISP para a Educação Superior possibilitará o acompanhamento dos cursos ofertados pelas Universidades Estaduais do Ceará, UECE, UVA e URCA, assim como a formação dos docentes e infraestrutura dos prédios sedes e descentralizados.



AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Ciência, Tecnologia,
Inovação, Educação
Superior e
Profissional



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional

Avaliação da Área Temática

A redução das desigualdades socioeconômico-culturais das macrorregiões do Estado só será possível com investimentos de maior vulto e formulação de programas consistentes para alcançar; além dos ganhos na qualificação geral da população, o maior ativismo social, mercados de trabalho com maior equidade de oportunidades e de remunerações, albergados na melhoria da capacidade de inovação social e empresarial.

Compreendendo a Ciência, a Tecnologia e a Inovação – CT&I como instrumentos imprescindíveis ao desenvolvimento, é preciso ampliar sua inserção nas ações do Estado consoante uma visão de que CT&I não são por si mesmas fins, mas interfaces decisivas no alcance

dos objetivos comuns sempre que a natureza dessas ações requeiram. Assim, torna-se relevante destacar a compreensão do Governo Estadual de que nenhum segmento da economia cearense poderá prescindir do aporte de CT&I.

Para tanto, definiu quatro resultados estratégicos que espera alcançar: Expansão da educação profissional; Expansão e melhoria da qualidade da educação superior; Elevação da competitividade das empresas pela inovação tecnológica e Disponibilização de informações sobre meio ambiente e previsão dos fenômenos climáticos. O monitoramento dos indicadores vinculados aos resultados demonstra os avanços e/ou desafios ainda a serem vencidos.

Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional
Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
1. Expansão da educação profissional					
1.1. Número de Concluintes nos Cursos de Extensão Tecnológica (nível básico)	Nº	155	129	315	169
1.2. Número de Concluintes nos Cursos Técnicos	Nº	33.492	17.174	22.428	20.332
1.3. Número de Tecnólogos Diplomados	Nº	135	113	163	153
2. Expansão e melhoria da qualidade da educação superior					
2.1. Número de Graduados	Nº	5.312	3.970	4.798	4.577
2.2. Número de Pós-Graduados	Nº	1.059	1.076	2.397	2.291
2.3. Índice de Qualificação do Corpo Docente	%	3,30	3,24	3,15	3,19
2.4. Taxa de Sucesso na Graduação	%	47	49	45,4	48,06
2.5. Número de Pessoas Atendidas com Projetos de Extensão Universitária	Nº	152.192	164.447	212.356	306.011
2.6. Produção acadêmica publicada	Nº	4.145	5.080	5.849	5.962
3. Elevação da competitividade das empresas pela inovação tecnológica					
3.1. Número de Empresas em Processo de Graduação (nas incubadoras)	Nº	08	06	10	09
3.2. Número de Depósitos de Patentes Registrados	Nº	07	10	1	2
3.3. Número de Empresas Atendidas com Inovação	Nº	348	392	416	306
3.4. Número de Serviços Tecnológicos Realizados	Nº	48.416	43.656	35.336	50.448
4. Disponibilização de informações sobre meio ambiente e previsão dos fenômenos climáticos					
4.1. Número de Consultas sobre Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Tempo e Clima	Nº	162.292	237.766	259.959	291.154

Fonte: SECITECE.

A educação profissional em todo o Estado é realizada através das Faculdades de Tecnologia - FATECs, para formação de técnicos de nível médio e de tecnólogos de nível superior; dos Centros Vocacionais Técnicos - CVTECs, para educação profissional técnica de nível médio; dos Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs, para formação inicial e continuada de trabalhadores em geral; e dos Centros Digitais do Ceará - CDC, para capacitação de jovens e adultos em TI.

A interiorização destes empreendimentos estratégicos para a qualificação profissional é imprescindível para contribuir para o desenvolvimento de jovens e adultos, atendendo a demandas existentes nas diversas regiões do estado, merecendo destacar a ampliação da instalação de novas escolas profissionais com regime integral. No entanto, o número de concluintes nos cursos de extensão tecnológica (nível básico) permaneceu praticamente o mesmo do observado em 2010, como também o número de tecnólogos diplomados. Já o número de concluintes nos cursos técnicos sofreu uma redução considerável, caindo de 33.492 em 2010, para 20.332 em 2013.

No que se refere à educação superior, foram realizadas melhorias da infraestrutura física e de equipamentos das universidades estaduais (UECE, UVA e URCA), tendo recebido investimentos e atenção especial, resultando em mais laboratórios, bibliotecas, restaurante universitário, complexo poliesportivo, editora, novos blocos de salas de aula e melhoria da acessibilidade, somados aos incentivos concedidos aos docentes dessas instituições para a sua qualificação, elevando a participação de mestres e doutores nos seus quadros. Os estudantes têm sido contemplados com bolsas de monitoria, iniciação científica, atividades de extensão e de assistência estudantil, que contribuem para a melhora de seu desempenho

e para a redução da evasão e da repetência.

Cabe destacar a classificação da UECE e da UVA entre as 100 melhores instituições do País, dentre as 192 maiores universidades públicas e privadas brasileiras, tendo como parâmetro de avaliação pesquisa, inovação, internacionalização, ensino e mercado; a classificação da UECE como a primeira universidade estadual das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o 8º lugar como melhor universidade estadual do Brasil.

No que diz respeito às matrículas na graduação e pós-graduação das universidades públicas estaduais e do Instituto CENTEC, foram ampliadas de 40.170 em 2010 para 44.027 em 2013, no entanto o número de graduados e pós-graduados cresceu apenas 7,8%, passando de 6.371 para 6.868 no mesmo período.

O aumento de matrículas na pós-graduação reflete na elevação do número e na qualidade dos trabalhos científicos publicados, que saltaram de 4.145 em 2010 para 5.962 em 2013, representando um acréscimo de 43% no período.

O índice de qualificação do corpo docente, apesar dos incentivos concedidos, praticamente manteve-se constante durante os quatro anos, assim como a taxa de sucesso na graduação. Por outro lado, o número de pessoas atendidas com projetos de extensão universitária quase dobrou em relação ao ano de 2010.

A inovação é o veículo pelo qual se dá a apropriação dos benefícios da Ciência e da Tecnologia pela sociedade. É o instrumento que permite a conversão de conhecimento em riqueza. Daí o Estado do Ceará vir dedicando especial ênfase ao segmento da inovação, com a realização de investimentos e de ações propiciadoras à consolidação de iniciativas inovadoras como: implantação da REDENIT-CE; Rede de Incubadoras do Ceará - RIC;

implementação do projeto Apoio a Projetos Inovadores do Ceará – TECNOVA-CE, financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, com objetivo de incentivar e fortalecer as micro e pequenas empresas a realizarem pesquisa e desenvolvimento para a inovação, através da modalidade subvenção econômica.

Dos quatro indicadores selecionados para aferir o alcance do resultado da elevação da competitividade das empresas pela inovação tecnológica, somente um (Número de serviços tecnológicos realizados) apresentou uma variação positiva, passando de 48.416 para 50.448 no período 2010-2013. Os indicadores Número de Depósitos de Patentes Registrados e Número de Empresas Atendidas com Inovação registraram um decréscimo significativo, enquanto que o indicador Número de Empresas em Processo de Graduação (nas incubadoras) permaneceu, praticamente, o mesmo.

Desta forma, fica claro que não basta unicamente ampliar as inversões, mas encontrar formas de estimular ações que rompam com a inércia das estruturas econômicas débeis e frágeis das economias das macrorregiões mais atrasadas. Por isso, a concepção por parte do Estado de agendas proativas de desenvolvimento possui uma conexão crescente com as questões relacionadas à ciência, tecnologia e inovação.

O Governo do Estado também tem se voltado

para os estudos ambientais, não só adaptando produtos e informações às necessidades destes, mas descobrindo novas áreas de atuação, como no caso do setor de energias alternativas, além de agregar CT&I aos estudos ambientais desenvolvidos, como o zoneamento ecológico-econômico, o de áreas degradadas susceptíveis à desertificação e o de prevenção de queimadas, que se revestem de uma importância não só pelo conhecimento desta realidade, mas também pela possibilidade de redimensionamento das atividades econômicas. Estes estudos subsidiam a elaboração de políticas públicas que, de forma integrada, visam garantir o desenvolvimento sustentável do Estado.

Quanto à disponibilização de informações sobre meio ambiente e previsão dos fenômenos climáticos, o número de consultas obteve um crescimento bastante satisfatório, passando de 162.292 em 2010 para 291.154 em 2013.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 068 – EDUCAÇÃO SUPERIOR

O programa objetiva apoiar e fortalecer todos os aspectos relacionados à qualidade da educação superior no Estado do Ceará, visando contribuir para a democratização do acesso à universidade e a interiorização de sua atuação, possibilitando uma participação efetiva no processo de desenvolvimento socioeconômico-cultural do Estado.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
84.184.190,80	61.994.059,99	73,64	118.008.098,47	68.649.644,92	58,17

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2102-2015	2012		2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Ampliar de 18.000 para 21.800 o número de matrículas nos cursos de graduação da UECE.	18.900	17.837	13.394	18.138	18.138
Ampliar em 5% ao ano o número de alunos matriculados nos cursos de graduação da URCA, aumentando de 9.173 para 11.150 o nº de matrículas no período 2012-2015.	9.632	9.443	7.467	9.997	9.997
Aumentar em 5% ao ano o número de matrículas nos cursos de graduação da UVA.	10.378	10.753	10.897	10.738	10.738
Aumentar em 5% ao ano o número de matrículas nos cursos de pós-graduação stricto sensu na UECE.	1.554	1.589	1.547	1.468	1.468
Implantar novos programas de Mestrado e Doutorado, elevando de 64 para 130 o número de alunos matriculados nos cursos de pós-graduação stricto sensu na URCA.	64	159	130	100	100
Aumentar de 34 para 200 o número de matrículas nos cursos de pós-graduação stricto sensu na UVA.	72	67	62	66	66
Aumentar em 5% ao ano a produção científica na UECE.	3.884	3.928	3.384	4.120	8.048
Aumentar em 10% ao ano a produção acadêmica na URCA.	358	601	355	601	601
Aumentar em 10% ao ano a produção acadêmica da UVA.	1.404	0	1.544	1.610	1.610
Aumentar em 5% ao ano o número de pessoas atendidas com ações de extensão na UECE.	89.100	93.701	83.273	151.781	151.781
Aumentar em 10% ao ano, elevando de 37.741 para 55.256, o número de pessoas atendidas com as ações de extensão da URCA.	41.515	73.556	33.851	107.899	107.899
Aumentar em 5% ao ano o número de pessoas atendidas com ações de extensão da UVA.	37.634	40.242	42.254	46.331	46.331
Ampliar em 10% o número de mestres e doutores formados, ou seja, de 1.445 para 1.590, no período de 04 (quatro) anos.	1.445	1.730	1.450	1.800	1.800

Fonte: SECITECE.

Avaliação do Programa

Com objetivo de apoiar e fortalecer todos os aspectos relacionados à qualidade da educação superior no Estado do Ceará, foram realizadas ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, fundadas em matrículas de graduação e pós-graduação, produção acadêmica, atividades extensionistas e suporte a mestrandos e doutorandos.

Analisando o quesito número de matrículas nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado - IEES, observamos que houve ligeiro crescimento de 2,2% (de 38.033 em 2012 para 38.873 em 2013), nos campi da capital e interior. Para o alcance desse resultado, foram realizadas iniciativas como: melhoria na

infraestrutura predial; ampliação e construção de espaços (blocos de salas de aula, coordenações, laboratórios, restaurantes universitários, bibliotecas, complexos poliesportivos) destinados às atividades acadêmicas; investimentos em equipamentos para sala de aula e laboratórios, acervos e materiais didáticos.

As matrículas em cursos de pós-graduação stricto sensu sofreram um decréscimo de 9,97% (de 1.815 para 1.634) entre 2012 e 2013, justificado pelo fato da UECE participar do programa de doutorado em Rede Nordeste de Biotecnologia – Renorbio, cuja coordenação é rotativa entre as instituições-membro, portanto, toda a matrícula antes na UECE migrou para a Universidade Rural de Pernambuco, atual sede da coordenação.

Para a produção acadêmica, obteve-se um resultado bastante satisfatório, com a superação das programações estabelecidas para o biênio 2012-2013. Esse resultado foi obtido pelo incremento do número de servidores das próprias Universidades engajados nos cursos de mestrado e doutorado; aprovação de novos programas de mestrado e doutorado destinados aos servidores da União, do Estado, do Município e público em geral.

O resultado do olhar analítico constata um crescimento substancial de 47,48% das atividades de extensão no exercício de 2013, em relação a 2012, passando de 207.499 para 306.011. Para o alcance destes resultados, merecem destaque a ampliação da participação docente nas atividades extensionistas, a implantação do programa de bolsa de extensão, a implantação da extensão como carga horária curricular complementar, além da renovação e ampliação das parcerias com o setor produtivo e com instituições públicas.

A formação de novos mestres e doutores já ultrapassou a meta prevista para os quatro

anos (1.590), graças às medidas de incentivo efetivadas pela FUNCAP e Instituições de Ensino Superior, dentre as quais revelam a celeridade na divulgação de editais e seleção de candidatos aos programas de concessão de bolsas de fomento a estudos/pesquisas, o acréscimo do quantitativo de oportunidade de bolsas ofertadas, a perspectiva de crescimento profissional/intelectual, a vertente de projeção no meio científico e a consequente troca de conhecimentos/experiências possibilitadas.

Em termos orçamentários, o programa apresentou execução média de 64,60% em 2012 e 2013, indicando um desempenho regular, que favoreceu a execução física de suas metas.

PROGRAMA 069 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O programa objetiva fortalecer todos os aspectos relacionados à qualidade da educação profissional no Estado do Ceará, no sentido de contribuir para a qualificação, atualização e desenvolvimento profissional de jovens e adultos, atendendo a demandas existentes nas diversas regiões do Estado.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
37.949.544,63	32.944.528,68	86,81	38.526.224,68	23.557.443,36	61,15

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2102-2015	2012		2103		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Capacitar 39.496 pessoas ao ano para atender a demandas do mercado de trabalho.	0	30.223	39.496	23.564	53.787
Ampliar em 30% o número atual de bolsas para estudantes do ensino fundamental, médio e educação profissional.	350	122	250	398	520

Fonte: SECITECE.

Avaliação do Programa

Em 2012, apesar de não haver meta estabelecida, foram capacitados 30.223 jovens e adultos

e em 2013 este número caiu para 23.564 alunos nos cursos técnicos de nível médio, cursos tecnológicos, cursos de formação inicial e continuada com carga horária de 40h/aula

até 800h/aula e cursos de formação específica em TI, atendendo todas as macrorregiões do Estado, ofertados por meio do contrato de gestão mantido entre a SECITECE e o Instituto CENTEC e pela Universidade do Trabalho Digital – UTD.

No biênio 2012-2013, foram concedidas 520 bolsas a estudantes do ensino fundamental, médio e educação profissional, ampliando de 122 bolsas em 2012 para 398 no ano seguinte.

De uma forma geral, as metas do programa concorreram para o atendimento do seu objetivo, mesmo observando variações decrescentes em torno do que foi programado e realizado.

Quanto à execução orçamentária em 2013, o baixo desempenho é observado em ações relacionadas às obras, reformas e aquisição de equipamentos cujos projetos sofreram atrasos nas licitações e outros entraves gerados pela

burocracia, o que ocasionou o não cumprimento da meta de capacitar 39.496 pessoas.

PROGRAMA 070 – TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O programa objetiva promover, apoiar, fomentar e fortalecer ações integradas voltadas para a Ciência, Tecnologia & Inovação – CT&I, de modo a contribuir para a realização de atividades de pesquisa em áreas estratégicas do Estado; para o desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação nas micro e pequenas empresas, visando assegurar competitividade; para a disseminação da cultura da Inovação e Propriedade Intelectual; para a consolidação da Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica; para a ampliação da oferta de oportunidades de formação em TI, em atendimento às demandas do mercado de trabalho; para a popularização e o ensino de ciências e a difusão de tecnologias para a melhoria das condições de vida da população.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012	2013				
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
206.761.626,91	52.076.457,32	25,18	141.153.287,21	100.563.688,78	71,24

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física - Principais Metas 2012 - 2013

Principais Metas 2102-2015	2012		2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Assistir 1.104 micros, pequenas e médias empresas nos diversos segmentos da atividade econômica, através do Projeto de Extensão Industrial Exportadora - PEIEX e da Rede de Extensão Tecnológica - SIBRATEC-CE.	340	308	398	193	501
Formar 15 micros e pequenas empresas de base tecnológica em incubadoras associadas a instituições tecnológicas.	5	14	5	5	19
Ampliar para 128.217 o número de serviços tecnológicos prestados, com aumento de 5% ao ano.	38.736	35.336	37.103	50.448	50.448
Aumentar em 40% o nº de doutores pesquisadores nas Instituições de Educação Superior do Estado do Ceará.	105	276	260	324	600
Apoiar 426 projetos de pesquisa, inovação e modernização de infraestrutura voltada para a Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica do Estado.	226	171	70	147	318
Aumentar em 40% o número de micros e pequenas empresas apoiadas com fomento à pesquisa científica e inovação tecnológica no Estado do Ceará.	80	58	80	58	116
Ampliar em 40% o número de projetos de pesquisa de inovação social apoiados.	83	136	20	152	288
Elaborar e disponibilizar 06 estudos nas áreas de clima, água e meio ambiente.	3	2	2	6	8

Fonte: SECITECE.

Avaliação do Programa

No âmbito desse programa ocorreram importantes ações diretamente relacionadas com seus objetivos. A meta destinada a beneficiar com ações de inovação tecnológica a micro e pequenas empresas, no período 2012-2013, assistiu 501 empresas através do Projeto de Extensão Industrial Exportadora – PEIEX, do Sistema Brasileiro de Tecnologia - SIBRATEC e do Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas – PAPPE, ficando abaixo do previsto, devido principalmente à demora na regularização de bolsas de transferência tecnológica para o projeto PEIEX, que iniciou suas atividades somente a partir de setembro de 2013.

Quanto à formação de empresas de base tecnológica em incubadoras, as metas foram alcançadas tanto em 2012 quanto em 2013, acumulando 19 empresas de diversos segmentos, em processo de graduação nas incubadoras do NUTEC (Partec) e da UECE (Incubaece).

Em relação às metas voltadas para pesquisa de inovação tecnológica, estas foram alcançadas plenamente e executadas através de iniciativas de fomento, que vão desde o apoio à implementação de novos laboratórios de pesquisa, apoio a projetos de pesquisa de jovens pesquisadores, até o fomento de grupos de pesquisa já consolidados e de excelência, bem como a concessão de bolsas de pós-graduação em parceria com a CAPES, bolsas de doutorado em áreas estratégicas e, ainda, bolsas para recém-doutores, com o objetivo de fixar profissionais qualificados, fortalecendo as universidades cearenses. São

iniciativas que contemplam toda a cadeia do conhecimento, observando áreas estratégicas para o Estado, a interiorização das ações de formação, com capacidade ainda de promover a cultura associativa, o empreendedorismo e a inovação, resultando no período 2012-2013 em 318 projetos apoiados e 600 doutores pesquisadores beneficiados.

Os serviços tecnológicos prestados pela Fundação Núcleo de Tecnologia – NUTEC passaram de 35.336 em 2012 para 50.448 em 2013, são eles: ensaios, laudos técnicos, relatórios técnicos, ensaios físicos e químicos, análises petrográficas, laudo para a alfândega, certificado de calibração dentre outros. A modernização e o reaparelhamento dos laboratórios permitiram uma melhoria na qualidade do atendimento ao cliente.

Para o Programa Tecnologia e Inovação foram disponibilizados ao longo de 2012 e 2013

R\$ 347,91 milhões, no entanto somente R\$ 152,63 milhões foram empenhados, o que corresponde a uma média de 44% do programado no período.

PROGRAMA 079 – MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL DO ESTADO DO CEARÁ

O programa tem como objetivo realizar o monitoramento hidrometeorológico e geoambiental do Estado do Ceará e do Nordeste brasileiro, visando subsidiar a tomada de decisão e a formulação de políticas públicas.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
5.895.727,46	4.808.952,86	81,56	3.001.429,59	2.800.065,98	93,29

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física - Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2102-2015	2012		2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Gerar e disponibilizar 01 relatório diário das chuvas e 01 boletim diário de monitoramento meteorológico a partir das estações automáticas e imagens de satélite.	730	730	730	730	1.460
Gerar e disponibilizar 02 boletins diários de monitoramento dos sistemas meteorológicos a partir da Rede de Radares.	730	730	730	730	1.460
Gerar e disponibilizar 06 mapas temáticos para o Estado do Ceará e Nordeste brasileiro.	6	6	4	5	11
Emitir 02 boletins de previsão diária de tempo para o Ceará e 01 boletim climático mensal para o Estado do Ceará e para o Nordeste.	742	742	742	742	1.484

Fonte: SECITECE.

Avaliação do Programa

O Programa Monitoramento Hidroambiental do Estado do Ceará conseguiu cumprir as metas estabelecidas para o período 2012-2013 por meio da operação e manutenção da rede de monitoramento ambiental da FUNCEME. Para obter essas informações, foi instalada uma rede de PCDs e pluviômetros automáticos com transmissão de dados via satélite GOES, a fim de apoiar as ações das Defesas Civas municipais e estadual. Outra atividade desenvolvida para o alcance das metas foi o Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE das áreas susceptíveis à Desertificação - ASDs, nas regiões dos Inhamuns e Irauçuba/Centro Norte Ceará, propiciando aos poderes públicos e a sociedade em geral um instrumento legal de ordenamento territorial em bases sustentáveis, que ajudarão os municípios localizados nas regiões mencionadas a elaborar planos, projetos e ações de gestão.

Para o sucesso obtido, foi igualmente essencial o monitoramento dos espelhos d'água do Ceará

através do mapeamento de todos os espelhos d'água acima de 0,5 há, além de implementar um Sistema de Observação de Tempo Severo para alerta de eventos extremos no Ceará, em conjunto com a Defesa Civil do Estado.

A conjunção dessas iniciativas tem fornecido informações relevantes aos seus potenciais usuários e favorecido o planejamento de ações de caráter preventivo e de mitigação por parte das Secretarias e das Defesas Civas municipais, bem como fornecido subsídios aos setores da agricultura, dos recursos hídricos, meio ambiente e energias renováveis para o desenvolvimento de políticas públicas, que assegurem o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

O desempenho satisfatório da execução orçamentária em mais de 80%, no período 2012-2013, mostra que as metas do programa foram atingidas favoravelmente de acordo com as perspectivas traçadas no planejamento para o período avaliado.

AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Saúde



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Saúde

Avaliação da Área Temática

No Estado do Ceará a área temática pertinente a Saúde é instituída e coordenada pela Secretaria Estadual de Saúde – SESA, com a parceria da Escola de Saúde Pública – ESP, tendo a missão de assegurar a formulação e gestão das políticas públicas em saúde e a prestação da assistência individual e coletiva, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida dos cearenses.

Com o avanço do processo de descentralização das ações e serviços de saúde para os municípios cearenses, promoveu-se o redesenho da gestão voltada para a condução da consolidação do Sistema Único de Saúde - SUS. A Gestão do SUS é orientada pelos instrumentos de Planejamento do SUS e do Governo, o Plano Estadual de Saúde e o Plano Plurianual 2012 – 2015, nos quais estão contidos os compromissos e resultados expressos através de diretrizes, objetivos, metas e indicadores que orientam o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação da gestão do SUS.

No biênio 2012-2013 a política de atenção à saúde no Estado foi desenvolvida com base nas diretrizes estabelecidas pelo Decreto Federal 7.508/2011, possibilitando, dessa forma, a discussão e pactuação de novos compromissos entre os entes federativos, firmados no Contrato Organizativo de Ação Pública – COAP. Este instrumento jurídico tem como principal objetivo a organização das ações e dos serviços de saúde e o estabelecimento das responsabilidades dos entes federativos no âmbito das regiões de saúde, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência ao cidadão cearense. Destacam-se nesse segmento as Comissões Intergestores Regionais – CIR, as quais assumiram papel importante no processo de pactuação, que resultou na adesão dos gestores da saúde de 20 Regiões de Saúde, a saber: Caucaia,

Maracanaú, Cascavel, Baturité, Aracati, Russas, Limoeiro do Norte, Quixadá, Tauá, Canindé, Icó, Crato, Juazeiro do Norte, Brejo Santo, Crateús, Tianguá, Sobral, Camocim, Acaraú e Itapipoca. Este processo ocorreu de maneira concomitante com a estruturação das Redes de Atenção à Saúde, com ações articuladas em níveis de complexidade crescentes, visando o acesso regulado a serviços de saúde especializados, evitando demora excessiva e o deslocamento voluntário da população para atendimento de suas necessidades. Nesse período, priorizou-se, também, o apoio técnico para implantação das Redes Temáticas: Redes Cegonha – Materno Infantil, Psicossocial, Cuidados à Pessoa com Deficiência, das Urgências e Emergências, com previsão de funcionamento pleno em todo o Estado até 2016.

Nesse período, o Governo amplia a rede especializada de saúde no interior do Estado, que é composta de 22 Policlínicas, 19 Centros Especializados Odontológicos - CEOs, 03 Hospitais Regionais, 02 implantados e em funcionamento- Hospital Regional do Cariri - HRC e Hospital Regional Norte - HRN, 01 em construção na Macrorregião do Sertão Central, além de 12 Unidades de Pronto Atendimento – UPAs.

Vale salientar que o HRC em Juazeiro do Norte, oferta serviços para 1,4 milhão de pessoas residentes nos 45 municípios da macrorregião do Cariri e o HRN, em Sobral, 1,5 milhão de pessoas residentes nos 55 municípios da macrorregião de Sobral.

Além de investir na expansão da rede de assistência no nível secundário e terciário, o Governo do Estado investiu na atenção básica, com repasse de recursos do Tesouro para os

municípios construir 150 Unidades Básicas de Saúde e a doação de 159 veículos para transportes de profissionais das Equipes de Saúde da Família, totalizando um montante de R\$ 26,6 milhões.

Concernente com a Gestão do Trabalho, da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação, as ações de capacitação foram disseminadas entre as regiões de saúde, configurando-se na implementação do sistema integrado de gestão da força do trabalho e da educação na Saúde, do observatório em saúde da SESA – Observar RH e no fortalecimento da política estadual de educação permanente em saúde.

Atinente as atividades desenvolvidas pela Escola de Saúde Pública do Ceará, no biênio 2012–2013, obtiveram relevantes resultados, destacando-se: a implementação das residências multiprofissionais em saúde nas 22 regionais de saúde; a classificação

como um dos quatro polos formadores do Brasil para médicos intercambistas do Programa Mais Médico do Ministério da Saúde, com atuação nos estados das regiões Norte e Nordeste; e sua integração, como Centro Regional de Referência sobre Drogas, no Programa Nacional “Crack, é possível vencer”, desenvolvendo cursos de atualização em atenção integral aos usuários de crack e outras drogas para profissionais atuantes em hospitais gerais, agentes comunitários de saúde, profissionais das Redes SUS e SUAS, agentes do Sistema Judiciário, Ministério Público e Segurança Pública e de entidades atuantes no atendimento / apoio aos adolescentes em cumprimento de medidas sócioeducativas.

Em fim, o alcance dos resultados das ações na área de saúde, no período de 2010 a 2013, pode ser melhor avaliado por meio do desempenho de alguns indicadores de resultados setoriais apresentados a seguir:

Saúde Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
1. Acesso da população às ações e serviços de saúde com qualidade					
1.1. Razão da Mortalidade Materna	Óbito/100 mil NV	79,20	67,80	90,90	88,60
1.2. Taxa de Mortalidade Infantil (menor de 1 ano)	Óbito/mil NV	13,10	13,60	12,70	13,60
1.3. Taxa de Mortalidade Infantil Neonatal (menor de 28 dias)	Óbito/mil NV	9,40	9,40	9,04	9,07
1.4. Percentual de internações sensíveis à atenção básica	%	27,00	26,40	25,2	28,0
1.5. Cobertura de consulta médica especializada	Consultas / hab.	0,27	0,29	0,30	2,87
1.6. Cobertura de procedimentos odontológicos especializados	Procedimento/ hab.	0,33	0,93	0,15	0,12
1.7. Incidência de dengue clássica e hemorrágica	Casos novos por 100 mil hab.	161,64	670,98	602,66	295,36
2. Proteção à saúde individual e coletiva					
2.1. Incidência de tuberculose	Casos/100 mil hab	42,8	38,43	33,17	40,13
2.2. Prevalência de hanseníase	Casos/10 mil hab	-	2,14	3,05	3,15
2.3. Incidência de sífilis congênita	Casos/mil NV	5,4	7,92	7,6	7,6
2.4. Taxa de internação por diabetes mellitus e suas complicações	Internações/10 mil hab	6,29	4,67	5,22	4,9
2.5. Taxa de internação por AVC (de 30 a 59 anos)	Internações/10 mil hab	7,30	5,48	3,9	8,1
3. Fortalecimento da gestão do controle social e institucional do SUS					
3.1. Percentual de Transferência de Pacientes Regulados pela CRESUS	%	51,0	51,10	66,00	80,00
3.2. Percentual de Municípios com Plano de Saúde e Relatório Anual de Gestão aprovados pelos Conselhos Municipais de Saúde.	%	*	99,46	95,32	17,93 **
3.3. Percentual de Municípios com Política de Gestão Estratégica e Participativa Implantada e em Desenvolvimento.	%	68	68,00	100,0	100,0

** Indicador depende de atualizações do Sistema de apoio ao Relatório de Gestão, ferramenta utilizada para elaboração do referido relatório e alimentado no quadrimestre do ano subsequente e de conformidade com as informações confirmadas pela Secretarias Municipais de Saúde.

* Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão do SUS - SargSUS implantado e em vigência a partir de 2011.

Fonte: SESA

No que se refere ao acesso da população às ações e serviços de saúde com qualidade, observam-se avanços, mas ainda existem muitos obstáculos a serem transpostos, a exemplo do indicador Razão da Mortalidade Materna – RMM, que apesar de todos os esforços envidados, em 2012 foi de 90,90/100mil NV e em 2013 de 88,60/100mil NV, que se comparada com a registrada em 2010, apresenta uma elevação de 14,8% e 11,9% respectivamente. Os resultados obtidos são considerados altos, segundo parâmetros da OMS. Nesses dois anos foram apontados 252 óbitos maternos no Ceará, sendo 217 por causas obstétricas.

Diante desse quadro, a redução da Mortalidade Materna constitui-se um dos objetivos da Rede Cegonha, em que várias ações estão sendo executadas para qualificação e expansão do acesso da gestante aos serviços de saúde. Destaca-se o funcionamento dos Comitês de Prevenção do Óbito Materno, Infantil e Neonatal, estadual e regionais, que através do estudo das causas dos óbitos subsidia a programação de ações de intervenção.

Com relação ao comportamento da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) no período 2012-2013, observa-se um aumento de 7%, passando de 12,70/1.000NV, em 2012 para 13,60/1.000NV, em 2013. Se comparado com o resultado de 2010 (13,10 /1.000NV) o aumento é de 3,8%, inferior ao constatado no período em estudo.

A Taxa de Mortalidade Infantil Neonatal no período em estudo teve uma elevação de 0,33%, passando de 9,04 óbitos por 1.000NV em 2012 para 9,07 óbitos por 1.000NV em 2013. O componente neonatal (<28 dias) da TMI correspondeu a 71,2% e 66,7% da mortalidade infantil em 2012 e 2013 respectivamente. Esse perfil demanda medidas de intervenções importantes, com enfoque prioritário para atenção ao pré-natal, ao parto e ao nascimento.

Nesse sentido, várias ações vêm sendo desenvolvidas no Ceará, dentre as quais:

implementação do monitoramento e reavaliação dos hospitais acreditados na Iniciativa Hospital Amigo da Criança - IHAC, principalmente, em hospitais com mais de 1.000 partos/ano; implantação da Estratégia Amamenta Alimenta Brasil na atenção primária; instalação/ implementação de Banco de Leite Humano e seus respectivos postos de coleta; qualificação das equipes saúde da família e dos hospitais na atenção ao pré-natal, ao parto e ao recém-nascido, na Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância - AIDPI NEONATAL para os municípios de referência para a Rede Cegonha, atualização técnica das parteiras tradicionais, curso de urgência e emergência para médicos e enfermeiras que atuam em unidades com emergência médica; qualificação das equipes saúde da família em puericultura, primeira semana de saúde integral, identificação das crianças e adolescentes vítimas de violência domésticas conforme as linhas de cuidados; qualificação das equipes das maternidades no método Mãe Canguru e a qualificação e implementação/implantação de Comissões Hospitalares e Comitês de Prevenção do Óbito Materno Infantil e Fetal nos municípios e regionais de saúde. Soma-se a criação de um grupo interinstitucional e multiprofissional para trabalhar os indicadores da Avaliação da Melhoria da Qualidade de Atenção Neonatal - AMQNEO.

O percentual de internações por condições sensíveis à Atenção Básica passou de 27,0% das internações em 2010 para 25,2% em 2012. No entanto, de 2012-2013 há uma elevação, passando de 25,2% para 28%.

A ampliação da cobertura das Equipes de Saúde da Família e dos Agentes Comunitários de Saúde possibilitou o incremento na oferta de ações básicas e a expansão do acesso da população a estes serviços, com tendência à redução das internações por condições sensíveis à atenção básica.

Quanto à cobertura de consultas médicas especializadas, as informações evidenciam um

aumento de 856,6%, passando de 0,30 consultas por habitante em 2012 para 2,87 consultas por habitante em 2013. A iniciativa do Governo de implantar policlínicas nos municípios do interior do Estado possibilitou a ampliação do acesso da população às consultas médicas e exames especializados.

A assistência especializada em saúde bucal no Estado em 2012, registrou uma cobertura de 0,15 procedimento por habitante e em 2013 alcançou 0,12 procedimento por habitante. Neste último ano, em número absoluto, foram 1.046.898 procedimentos especializados. Em virtude da adesão dos CEOs à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, estes centros passaram a realizar procedimentos básicos em pacientes especiais. No ano de 2013, totalizaram 323.631 procedimentos básicos, os quais não estão inclusos no valor supracitado do total de procedimentos especializados. Observa-se, no entanto, que o total de procedimentos realizados à pacientes especiais, se computados aos procedimentos especializados atinge uma cobertura de 0,16 hab./ano.

Em 2013, a incidência de Dengue no Ceará foi de 295,36 casos por 100.000 habitantes, com taxas acima de 300 casos por 100.000 habitantes em 44 municípios (24%).

Nesse ano, foram notificados 55.002 casos de dengue nos 184 municípios cearenses. Destes, 25.129 casos foram confirmados em 163 municípios (88,6%) que apresentaram transmissão autóctone de dengue. Foram confirmados 50 casos de Febre Hemorrágica de Dengue- FHD, sendo 31 (62,%) na Capital e os outros 19 (38%) no Interior. O restante dos casos (131) foram classificados como Dengue Com Complicação-DCC. A letalidade por FHD foi de 30% (15/50) e por DCC foi de 47,3 % (62/131). A circulação dos sorotipos DENV-1 e DENV-4, aliado a problemas na assistência médica prestada aos pacientes e a exposição a diferentes sorotipos virais, contribuíram para um aumento importante na letalidade pelas formas

graves. Outro aspecto que pode ter contribuído para a identificação de tantos óbitos se deve ao trabalho que vem sendo realizado pelo Serviço de Verificação de Óbitos - SVO na suspeição de dengue, mesmo em casos nos quais não havia suspeita clínica durante o atendimento médico.

No que se refere à Proteção à Saúde Individual e Coletiva, destaca-se a incidência de Tuberculose em 2012 que foi de 33,17/100mil habitantes, elevando-se para 40,13/100mil habitantes em 2013. No ano de 2012, foram notificados no Ceará 3.338 casos novos de tuberculose, dos quais 2.829 (84,8%) pulmonares, 464 casos (13,9%) na forma extra pulmonar, e 45 casos (1,3%) associação pulmonar e extra pulmonar. Os casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera corresponderam a 1.890 casos (56,6%), alcançando uma incidência de 22 por 100.000 habitantes. Isto significa que a transmissão está ativa e os pacientes estão sendo diagnosticados e tratados tardiamente.

Ressalta-se que aproximadamente, 64,3% dos casos de tuberculose notificados foram do sexo masculino, a faixa etária mais acometida foi dos 20 a 49 anos, abrangendo em torno de 60,7% dos casos, em relação à raça, a mais atingida foi a parda com 70% dos casos.

Quanto ao indicador de Prevalência de Hanseníase no Estado, observa-se um pequeno aumento, em 2012 foi de 3,05 por 10.000 habitantes e em 2013 passou para 3,15 por 10.000 habitantes, considerado muito alto, segundo parâmetros da OMS/MS e insatisfatório frente ao compromisso assumido pelos gestores do SUS de eliminação desta doença.

No Ceará em 2012, foram notificados e investigados um total de 965 casos de sífilis congênita, com uma taxa de incidência de 7,6/1000 nascidos vivos. Em 2013, foram confirmados 996 casos, com uma taxa de incidência de 7,6/1000 nascidos vivos. O aumento de casos sífilis confirmado pode representar os esforços do Ministério da Saúde e da Vigilância

Epidemiológica da SESA em capacitar os recursos humanos para detecção, notificação e investigação dos casos de sífilis congênita. A sífilis congênita é uma doença prevenível, bastando que a gestante infectada seja detectada e prontamente tratada, assim como o(s) seu(s) parceiro(s) sexual (is).

A internação por Diabetes Mellitus e suas complicações apresentou em 2012 uma taxa de 5,22 internações por 10.000 habitantes e 4,90 internações por 10.000 habitantes em 2013, apresentando uma redução de 6,13%. A justificativa para a diminuição desta taxa baseia-se na atenção dispensada aos diversos fatores de risco associados: obesidade, sedentarismo, hipertensão, história familiar. Os profissionais de saúde estão sensibilizados para atender e conscientizar a população sobre os riscos e buscar a redução da internação por este agravo.

A taxa de internação por AVC na faixa etária de 30 a 59 anos, passou de 3,9 internações por 10.000 habitantes em 2012 para 8,1 internações por habitante em 2013. Comparando-se 2012 com 2013 observa-se um aumento 107,7% no número de internações por AVC, fato que aponta a necessidade de fortalecimento de ações básicas de prevenção, controle e tratamento, com abordagem ampliada, não restrita à prescrição de medicamentos, envolvendo atuação multiprofissional e atuando na promoção do auto cuidado e cuidado compartilhado.

O Fortalecimento da Gestão do Controle Social e Institucional do SUS é mensurado pelos indicadores a seguir. No que se refere ao indicador percentual de transferência de pacientes regulados pela CRESUS, verificou-se um incremento de 21,2% em 2013 em relação a

2012 e de 56,6% deste mesmo ano em relação a 2011. Esse aumento foi decorrente da expansão dos serviços especializados nas Macrorregiões do Cariri e Sobral através do atendimento nos Hospitais Regionais e com a regulação das Unidades de Pronto Atendimento – UPAs.

Quanto ao registro do Relatório Anual de Gestão – RAG no Sistema SARGSUS, em 2013, constata-se que dos 184 municípios, 33 (17,93%) relatórios foram apreciados pelos Conselhos Municipais, 133 (72,28%) estão em processo de elaboração, e 18 (9,78%) foram aprovados. O baixo percentual de municípios com apresentação do RAG, no SARGSUS, fez com que o Ministério da Saúde elaborasse uma nova versão deste sistema, com acesso a partir de abril de 2014. E com relação a vigência dos Planos Municipais de Saúde, observa-se que tais planos tiveram sua validade até o ano de 2013.

Por fim, no biênio de 2012 a 2013, constatou-se a estabilidade do percentual (em 100%), consoante aos Municípios com Política de Gestão Estratégica e Participativa Implantada e em Desenvolvimento.

Avaliação de Programas

PROGRAMA: 030 – GESTÃO, PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SUS

O programa objetiva aprimorar as políticas de planejamento, controle social, gestão do trabalho e educação em saúde, descentralização e regionalização, ouvidoria, regulação, avaliação, auditoria e controle, com vistas ao fortalecimento do SUS.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
98.769.258,11	79.016.314,16	80,0	140.170.772,79	114.740.386,99	81,9

Fonte: SIOF – Consulta da execução orçamentária.

Execução Física - Principais Metas 2012-2013

Principais Metas – 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Implantar o sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação da gestão do SUS nas 21 Coordenadorias Regionais de Saúde.	21	21	21	21	21
Garantir repasse financeiro para manutenção de Consórcios Públicos em Saúde nas 22 Regiões de Saúde.	0	20	21	21	21
Capacitar 210 docentes em abordagens educacionais inovadoras - ESP.	0	0	154	39	39
Implantar e estruturar o Sistema Estadual Rede Escola do SUS.	0	3	2	0	3
Implementar a Política Estadual de Educação Permanente em Saúde.	0	1	1	1	1
Capacitar 7.611 trabalhadores do SUS e a comunidade - ESP.	2.537	5.814	8.438	4.272	10.806
Publicar 14 volumes de periódicos científicos da ESP	2	1	3	3	4
Realizar 03 eventos científicos	0	1	2	1	2
Qualificar 100% da Rede de Ouvidorias da SESA.	7	21	14	21	21
Apoiar a implantação e fortalecimento das ouvidorias do SUS em 70% dos municípios cearenses com mais de 100 mil habitantes.	4	8	3	8	8
Realizar 143 eventos para conselheiros e lideranças no âmbito Estadual, Macro e Microrregional e Municipal.	39	105	39	83	188
Implementar o Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde.	1	1	1	1	1
Capacitar 2.541 Trabalhadores do SUS e a comunidade - ESP/CE.	756	368	674	582	950
Capacitar 651 docentes em Abordagens Educacionais Inovadoras.	155	130	0	0	130
Produzir e distribuir 31.000 exemplares de materiais de divulgação institucional.	7.750	5.334	7.750	6.811	12.145

Fonte:SESA

Avaliação do Programa

Com o propósito de inovar, fortalecer a descentralização dos serviços e prestar assistência individual e coletiva, foram desenvolvidas várias ações na área de saúde. Entre essas ações destaca-se o aperfeiçoamento do processo de regionalização e descentralização da gestão em saúde, com a implantação de ferramentas de gestão regionais nas 21 Coordenadorias Regionais de Saúde – CRES, para qualificar a administração pública das CRES, ampliando o comprometimento com a gestão participativa, a cooperação técnica, a solidariedade, a negociação e pactuação e o controle social, levando a assistência à saúde para mais próximo da população, a fim de garantir a integralidade da atenção.

Nesse âmbito, destacam-se outros elementos importantes: A implantação, nas 22 regiões de

saúde, das Comissões Intergestores Regionais – CIR, que são espaços de negociação e pactuação entre gestores estaduais e municipais de saúde, para operacionalização do SUS; o funcionamento do Colegiado Interno de Gestão nas 21 CRES (100%); a promoção dos Fóruns Regionais de Conselheiros nas 21 CRES; a realização das CRES Itinerante em 13 CRES (62%); a implantação, em 19 CRES (90%), das Câmaras Técnicas, que são espaços de discussão de temas de interesse relevante, que favorecem a organização das ações e serviços nos municípios e nas regiões e subsidiam as decisões dos gestores da Saúde; o funcionamento dos 21 Consórcios Públicos em Saúde; e a realização de 8 eventos mensais para troca de experiências, monitoramento, avaliação e informações gerais, com as 21 Coordenadorias Regionais de Saúde – CRES.

Nos anos de 2012 e 2013 a Ouvidoria Geral da SESA trabalhou em dois campos distintos

e complementares para o fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidorias do SUS no âmbito do Estado do Ceará: ampliou e qualificou a rede de ouvidorias da Secretaria, implantando 18 (dezoito) serviços de ouvidorias nas unidades inauguradas (hospitais regionais, policlínicas e CRES); capacitou 100% das equipes técnicas das ouvidorias da SESA; e apoiou o processo de implantação de ouvidorias nos municípios, conforme estabelecido nos contratos organizativos de ação pública, capacitando 100% das ouvidorias municipais.

Quanto à regulação, avaliação, auditoria e controle, foram realizadas ações de capacitação: para 410 técnicos na área de controle e auditoria e 238 participantes na área de transplante, entre profissionais, gestores e líderes; com a conclusão de turma do curso de aperfeiçoamento em controle, avaliação, regulação e auditoria; e realização de reuniões itinerantes do grupo de trabalho do Sistema Nacional de Auditoria - SNA com 240 participantes.

Destacam-se também a condução do processo de planejamento para o SUS no Ceará e a elaboração dos instrumentos de planejamento do SUS e demais instrumentos de governo, dentre os quais, citam-se a aprovação do Plano Estadual de Saúde 2012-2015; Plano Diretor de Regionalização 2012-2015; e programações e relatórios de avaliação da gestão. Além disso, foram realizadas 12 oficinas regionais de planejamento em saúde, para a capacitação de equipes técnicas das Secretarias Municipais de Saúde – SMS e técnicos das coordenadorias regionais de saúde e elaborada e divulgada a agenda estratégica da SESA, composta de compromissos e resultados da gestão para o quadriênio 2012-2015.

Consoante ao Controle Social do SUS,

executado através do Conselho Estadual de Saúde e Secretaria Executiva, apontam-se relevantes ações realizadas em 2012-2013, dentre elas: Realização de 104 Fóruns Regionais de Conselheiros de Saúde, com a participação de 6.611 representantes dos municípios das respectivas regiões de saúde; implantação de núcleos de comunicação dos CMS; realização de plenárias devolutivas de conferências estadual e municipais de saúde; capacitação de 1.285 conselheiros e realização de 188 eventos para o fortalecimento do controle social do SUS; e implantação das comissões de saúde do trabalhador, mediante a realização de seis seminários com 295 participantes.

No tocante à gestão do trabalho e educação em saúde foram desenvolvidas, no período de 2012-2013, as seguintes iniciativas: Disponibilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Observatório em Saúde da SESA – Observar RH da SESA; Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS – MENPSUS - CE, que efetivou o uso do espaço de disseminação virtual das informações; expansão e interiorização da residência médica, com a ampliação de vagas para pediatria em rede, obstetrícia e ginecologia em rede e em medicina da família e comunidade em rede; implantação do Programa de Valorização do Trabalho na Atenção Básica – PROVAB.

A execução orçamentária do Programa, no biênio 2012-2013, é considerada satisfatória e compatível com a realização das metas físicas no referido período.

PROGRAMA: 037 – ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

O programa objetiva a organização das ações e serviços de saúde em rede, visando à integralidade da atenção à saúde.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
1.527.793.532,50	1.232.839.792,00	80,7	1.812.246.759,75	1.462.116.772,39	80,7

Fonte: SIOF – Consulta da execução orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Fortalecer Atenção Primária em 184 municípios, através do Fundo Estadual de Combate a pobreza – FECOP.	184	173	184	173	173
Atingir 100% da cobertura no atendimento do SAMU 192.	184	59	184	138	138
Garantir o abastecimento de 80% dos fármacos padronizados no elenco da Programação Pactuada Integrada – PPI da Assistência Farmacêutica Básica e Especializada aos 184 municípios.	184	184	184	184	184
Apoiar financeiramente 42 unidades próprias da SESA para garantia de atendimento nos níveis de atenção à saúde de média complexidade.	42	42	42	42	42
Implantar e implementar a Política de Assistência Farmacêutica nas 22 microrregiões do Estado.	22	22	22	22	22
Garantir padrão de atendimento de qualidade: Acreditação/ Certificação para 31 Unidades de Saúde do Estado.	32	32	32	10	15
Estruturar três redes temáticas: Rede Cegonha, Urgências e Psicossocial em 22 regiões de saúde.	0	0	3	3	3
Apoiar 100% dos municípios na organização e qualificação das ações de Saúde Mental	184	112	184	107	107
Implantar um Sistema de Informação gerencial padronizado para todos os CEO, Policlínicas e Hospitais Terciários com implantação progressiva visando à efetivação em 100% até 2015.	24	30	30	30	30
Implantar e manter 36 Unidades de Pronto Atendimento – UPA	23	7	7	13	13
Apoiar os 184 municípios para obtenção de uma cobertura mínima de 70% do SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.	184	184	184	184	184
Implantar 10 Centros de Especialidades Odontológicas	10	5	10	9	9
Monitorar 33 Hospitais Pólo, 15 Hospitais Estratégicos e 64 Hospitais de Pequeno Porte para garantia de atendimento aos pacientes encaminhados pela Atenção Primária.	112	112	112	107	107
Implantar/Implementar ações de prevenção a cegueira do RN em maternidades credenciadas ao Sistema Único de Saúde – SUS em 138 municípios.	184	41	79	41	82
Apoiar a organização dos serviços de Atenção à Saúde do Homem em 100% dos municípios com população maior que 100 mil habitantes.	8	8	8	12	12
Estruturar a rede de atenção especializada – nível secundário e terciário	23	25	23	25	25
Expandir a capacidade de internação hospitalar em 134.082 internações até 2015, a partir do acréscimo de 700 leitos.	15.635	20.437	39.484	54.083	74.520
Implantar 44 unidades de emergência nos hospitais componentes do Sistema Estadual de Urgência e Emergência	44	6	44	6	12
Configurar o desenho das Redes de Urgência, articuladas com as Redes Cegonha e Psicossocial em 100% das Regiões de Saúde.	22	22	22	22	22

Fonte: SESA

Avaliação do Programa

Com finalidade de assegurar a integridade e fortalecimento da Atenção à Saúde, foram desenvolvidas ações visando organizar e garantir serviços. Desta forma, primou-se pela ampliação da rede de saúde e pelo fortalecimento das ações intersectoriais de promoção à saúde que favoreçam mudanças nos determinantes sociais.

Essa estruturação foi desenvolvida com o seguinte foco: ampliação da rede de atenção especializada no nível secundário e terciário, com a implantação de 2 hospitais regionais de média e alta complexidade e 13 policlínicas; a implantação de 9 CEOs, na atenção ambulatorial especializada de nível secundário, seguindo a lógica da regionalização da Saúde; e por fim, a implantação de 12 Unidades de Pronto Atendimento – UPAs.

Quanto à expansão e benefício do atendimento em saúde, conta-se com o apoio financeiro e técnico para 107 hospitais (pólo, estratégicos e de pequeno porte), com o propósito de garantir o atendimento aos pacientes encaminhados pela atenção primária.

Outra significativa melhoria sucedeu-se na rede de atenção à saúde na área materno infantil, com ações de humanização implementadas nas maternidades dos Hospitais Pólo, implantação dos Comitês de Aleitamento materno nos municípios com Hospitais Amigo da Criança, implementação da Rede Amamenta Brasil e implementação dos serviços de Atenção à saúde sexual e reprodutiva.

No tocante as três redes temáticas, ou seja, Rede Cegonha, Rede de Urgência e Rede Psicossocial não foram plenamente implantadas, mas se iniciou o processo de implantação, sendo estruturado, implantado e configurado o desenho articulado das mesmas, em 100% das regiões de saúde. Nesse âmbito, foi realizada oficina com coordenadores regionais para apresentação da Política de Atenção às Urgências, das propostas da Rede de Atenção às Urgências - RAU e diretrizes para construção dos Planos de Ação

Regional - PAR. Foram também promovidos 11 fóruns regionais com gestores municipais, diretores de hospitais e SAMU para desenho da RAU e elaboração do PAR, nas 4 regiões de saúde inseridas na Região Metropolitana de Fortaleza Ampliada (Fortaleza, Caucaia, Maracanaú e Cascavel) e realizados 03 Fóruns Estaduais da Rede Cegonha, para discutir suas principais diretrizes: Vinculação, boas práticas na atenção ao parto e nascimento e direito ao acompanhante; implantação da ferramenta acolhimento com classificação de risco nos serviços de atenção obstétrica de 12 maternidades classificadas como referência regional.

No que se refere à informação sobre capacitação e evento destacam-se: a capacitação de 424 gestores e profissionais de saúde sobre aleitamento materno e banco de leite humano, realizados em 9 eventos; curso de aperfeiçoamento em vigilância alimentar e nutricional para os 184 municípios, com a adesão de 111 municípios; 21 oficinas regionais para orientação técnica e abordagem aos jovens; curso de formação de facilitadores em urgência e emergência da RedeSUS do Estado para 4.000 profissionais; cursos de atualização clínica para dentistas da estratégia de saúde da família, dentistas dos CEO e outros profissionais da saúde, na área da saúde bucal; e fórum sobre câncer de boca.

Ainda sobre a continuidade e expansão das ações de saúde, aponta-se a cooperação técnica aos 184 municípios, por meio da realização da avaliação e diagnóstico para acompanhamento das ações de assistência farmacêutica e promoção de curso de atualização farmacêutica.

Destacam-se, ainda outros avanços nas diversas áreas de saúde: atendimento de 12.500 usuários do SUS, com dispensação de órtese, prótese e exames; implantação de 3 serviços de reabilitação visual no Ceará, nas 3 macrorregiões de Fortaleza, Sobral e Cariri; contratação de 413 leitos de retaguarda, reestruturação do comitê gestor estadual de atenção à urgência

e emergência; realização de um encontro intersetorial, envolvendo saúde, educação e assistência social dos 184 municípios cearenses, totalizando 1.400 profissionais; elaboração do Plano Estadual da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência; realização de 05 convênios pela SESA para custeio de 60 vagas em comunidades terapêuticas, para o atendimento de dependentes químicos.

O assessoramento técnico aos municípios para organização do serviço de Atenção à Saúde do Homem, com o intuito de garantir ações e serviços de forma integral à saúde do homem e tendo como foco a promoção, prevenção, reabilitação e casos de agravos prevalentes.

Por fim, é realizado mensalmente monitoramento dos registros e agravos de notificação de saúde

do trabalhador junto ao sistema de informação do SUS e elaboração do boletim epidemiológico sobre saúde do trabalhador.

PROGRAMA 065 – PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA À SAÚDE

O Programa objetiva a observação e análise permanente da situação de saúde da população, articulando-se em um conjunto de ações destinadas a controlar determinantes, riscos e danos à saúde de populações, garantindo a integralidade da atenção, o que inclui tanto a abordagem individual como coletiva. A vigilância tem como componentes as áreas de Vigilância Epidemiológica, Ambiental, Sanitária e Saúde do Trabalhador.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
59.738.832,35	43.438.585,02	72,1	61.773.260,89	52.787.055,04	85,45

Fonte: SIOF – Consulta da execução orçamentária

Execução Física – Principais Metas 2012-2013

Principais Metas – 2012-2013	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Implementar o Sistema de Prevenção e Controle de Infecção em 7 hospitais da Rede SESA.	7	7	7	7	7
Garantir a cobertura vacinal nas 22 microrregiões de saúde, alcançando 90% de vacinas BCG e rotavírus e 95% das demais vacinas do calendário básico de vacina.	9	22	22	22	22
Implantar o Programa de Vigilância de populações expostas às substâncias químicas em 96 Municípios do Estado.	10	85	184	184	184
Implementar o Sistema de Vigilância Sanitária nos 184 Municípios.	184	184	184	184	184
Implementar as ações de prevenção e controle das zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial - DTV nas 22 Microrregiões de Saúde.	22	22	22	22	22
Implementar o Sistema de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis - DTs e das Doenças e Agravos Não Transmissíveis - DANTs nos 184 Municípios.	184	184	184	184	184
Implementar as ações de prevenção e controle das DST/AIDS e sífilis congênita nos 184 Municípios.	184	184	184	184	184
Ampliar para os 184 municípios a notificação e investigação dos acidentes de trabalho fatal, com mutilações e acidentes de trabalho em crianças e adolescentes.	71	16	37	16	32
Estruturar e manter os Laboratórios Central e Regionais de Saúde Pública e o Serviço de Verificação de Óbitos - SVO.	7	7	8	8	8
Qualificar 5.000 profissionais da área de Vigilância em Saúde.	1.500	7.002	3.500	8360	15360

Fonte: SESA

Avaliação do Programa

O Programa desenvolveu várias ações para identificar doenças transmissíveis e não transmissíveis, os agravos de interesse da saúde coletiva e do meio ambiente, bem como promover o controle da qualidade da água para consumo humano, do insumo e suporte laboratorial e o controle da qualidade de uso hospitalar.

No biênio de 2012-2013, foi disponibilizada pela Rede Estadual de Laboratório (oito) uma grande variedade de testes para rápidos diagnóstico de HIV, sífilis e hepatites virais, que tem por propósito o controle da AIDS, sobretudo, o diagnóstico precoce, por garantir melhor qualidade de vida para a pessoa infectada e reduzir as taxas de transmissão vertical do HIV e ampliar o acesso às ações de prevenção, diagnóstico e tratamento às DST/HIV/AIDS.

O Estado Ceará assegura a oferta de 100% de realização do teste anti-HIV em todas as gestantes durante o acompanhamento pré-natal. E caso seja constatada soropositividade, é feito o tratamento da gestante, do bebê e aquisição de leite para os nascidos de mães HIV positivas. Também é oferecido apoio e manutenção das ações de prevenção da transmissão vertical do HIV e sífilis na rede de serviços (atenção primária, unidades de referência, maternidades).

No âmbito desse Programa, as ações são desenvolvidas também para assegurar à população qualidade da água dentro dos padrões estabelecimentos e a identificação dos riscos e áreas mais vulneráveis. Para tanto, foi realizado monitoramento em 100% dos municípios, por

meio de plano de amostragem anual, instrumento para o monitoramento mensal, dos parâmetros microbiológicos e físico-químicos da água.

É importante registrar a Implantação de 8 (oito) Núcleos Hospitalares de Epidemiologia - NHE nas seguintes unidades da rede estadual de saúde: Hospital Infantil Albert Sabin; Hospital São José; Hospital Dr. César Cals; Hospital Maternidade São Vicente Paulo; Hospital Geral de Fortaleza; Hospital Universitário Walter Cantídio; Instituto Dr. José Frota e a Santa Casa de Misericórdia Sobral. Tal ação visa articular e integrar as práticas de vigilância no ambiente hospitalar, facilitar o processo de notificação das doenças de notificação compulsória - DNC, doenças e agravos não transmissíveis - DANTS e agravos inusitados, investigação de surtos, acompanhamento do perfil de morbimortalidade hospitalar.

Com o propósito de fortalecer a Vigilância em Saúde e atender toda demanda do Estado foram qualificados profissionais de saúde, para melhoria das práticas no serviço, com a realização de eventos; cursos livres; cursos de especialização; cursos técnicos em parceria com a Escola de Saúde, e diretamente por meio de treinamento em serviço pelos técnicos e núcleos da SESA.

Por fim, o programa vem se aprimorando, para oferecer proteção específica para população, em particular com altas coberturas vacinais nas 22 microrregiões de saúde, controle de infecção em serviços de saúde nos 7 hospitais da rede da SESA e com a implementação do Sistema de Vigilância Sanitária nos 184 municípios.



AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Desenvolvimento
Social e Trabalho



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Desenvolvimento Social e Trabalho

Avaliação da Área Temática

No Estado do Ceará o planejamento das políticas públicas do Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar, operacionalizada pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, preconiza atender às demandas da sociedade relativas aos serviços ofertados através dos objetivos, metas e iniciativas organizadas nos Programas: Assistência Social; Trabalho, Emprego e Renda; Segurança Alimentar e Nutricional e Atenção ao Segmento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Nessa perspectiva, a Política de Geração de Trabalho, Emprego e Renda é implementada de modo a contribuir para a ampliação das oportunidades de geração de ocupação, trabalho e renda, por meio do desenvolvimento de ações de educação social e profissional, a exemplo de projetos como: Trabalho Competitivo Alcançando a Empregabilidade; Desenvolvimento e Gestão de Políticas da Juventude; Inclusão Produtiva de Famílias Cadastradas no CadÚnico; Desenvolvimento do Artesanato e Economia Solidária e Desenvolvimento do Empreendedorismo.

Quanto ao artesanato cearense, que representa uma atividade econômica inclusiva, com vocação produtiva natural e forte potencial de geração de ocupação, trabalho e renda, destaca-se, no período de 2010 a 2013, a comercialização de 450.793 mil peças artesanais, com volume de vendas da ordem de R\$ 8,75 milhões.

Concernente à Política de Assistência Social, que visa à superação da extrema pobreza, o enfrentamento às desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida das famílias, especialmente aquelas mais vulnerabilizadas, conta, com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, como principal instrumento da gestão

compartilhada com cofinanciamento, praticada pelas 3 esferas de governo e com definição clara das competências técnico política: da União, dos Estados e Municípios.

Vale salientar, que o Estado, através da STDS coordena e desenvolve a política da assistência social mediante a gestão do SUAS, a execução de ações no âmbito da Proteção Social Básica – PSB e da Proteção Social Especial – PSE.

A gestão do SUAS, se dá principalmente no assessoramento e capacitação dos municípios de forma sistemática e continuada: na estruturação e reestruturação do órgão gestor e suas competências; no cumprimento dos requisitos referentes ao nível de gestão básica ou plena, de adesão ao SUAS; política de recursos humanos; identificação, organização e funcionamento da rede socioassistencial; implantação das Unidades de Referência da Assistência Social – Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

As ações de PSB são destinadas à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social, através dos 373 CRAS, distribuídos nos 184 municípios, sendo que 171 são cofinanciados pelo Estado. Destacam-se ainda, as ações de cofinanciamento, em 151 municípios, dos Benefícios Eventuais que financiam despesas relativas ao pagamento de auxílio-natalidade e funeral, bem como a Subvenção Social de 49 entidades conveniadas, selecionadas por intermédio de edital público, que atuam nos segmentos de crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos e LGBTT, assegurando o acesso a serviços socioassistenciais prestados pela rede não governamental.

Considerando a PSE, esta tem suas ações voltadas às crianças, adolescentes, famílias e indivíduos com direitos violados, mediante serviços de média e alta complexidade. Tais serviços são prestados pelos CREAS, unidades de atendimento especializadas, de abrangência municipal ou regional; Centros Educacionais de Medidas Socioeducativas e Unidades de Acolhimento que ofertam serviços de proteção a indivíduos e famílias vítimas de violência, maus tratos e outras formas de violação de direitos.

No Estado do Ceará, foi implantado ao longo do período em análise um total de 111 (cento e onze) CREAS, dos quais 109 (cento e nove) são municipais, cofinanciados pelo MDS, e dois são regionais, um localizado em Fortaleza com abrangência de atendimento a população de Acarape, Barreira, Chorozinho e Pindoretama, e o outro em Missão Velha atendendo demandas de Abaiara, Granjeiro, Jati, Nova Olinda e Santana do Cariri.

Ainda com relação à PSE, destaca-se a construção de Unidades de Atendimento a Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas, sendo duas em Fortaleza, a Unidade de Semiliberdade Mártir Francisca, no bairro Sapiranga em funcionamento desde julho de 2013, e a Unidade de Privação de Liberdade em processo de construção, financiada com recursos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, no bairro Canindezinho. Também destaca-se no município de Sobral, a Unidade de Internação Provisória para adolescentes do sexo masculino, concluída e com inauguração prevista para 2014.

Além desses serviços, conta-se, ainda, com o apoio de diversas entidades da sociedade civil, que recebem recursos a título de subvenções sociais, e desenvolvem ações como serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, voltados às crianças, adolescentes, pessoas com deficiência – PcD e idosos.

Atinente ao fortalecimento da política da assistência social evidencia-se a ampliação da

rede de atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. Foram implantados e inaugurados, no período 2010 a 2013, 114 (cento e quatorze) equipamentos sociais, beneficiando 43 (quarenta e três) municípios, com capacidade de atendimento para 44.000 pessoas: crianças, adolescentes, jovens e adultos, financiados com recursos do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - PROARES II.

Outra linha de atuação da secretaria é política pública Segurança Alimentar e Nutricional - SAN com base nos princípios e diretrizes nacionais e fundamentada no Art. 6º da Constituição Federal e na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Essa área exerce suas ações organizadas em três eixos de atuação: apoio à produção; comercialização; e consumo. A STDS participa desse esforço implementando o SISAN, através do apoio na construção dos marcos regulatórios municipais, na formação de agentes locais de SAN e no desenvolvimento de capacitações junto às famílias atendidas em equipamentos públicos de SAN, contribuindo para assegurar o direito humano a alimentação adequada – DHAA.

Destaca-se a ação desenvolvida no Restaurante Popular “Mesa do Povo”, que disponibiliza refeições de baixo custo, tendo, de 2010 a 2013, ofertado 1.422.785 refeições. As avaliações desse serviço indicam que a clientela o considera de excelente qualidade.

No âmbito da Política Pública para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBTTT, da STDS, é locus de execução de ações voltadas para esse segmento da população, mediante a articulação e atendimento de demandas com foco no enfrentamento aos obstáculos históricos e aos estigmas sociais, gerados por preconceito e discriminação a população LGBTTT cearense, buscando a promoção dos Direitos Humanos.

O desenvolvimento dessas políticas é refletido na evolução de alguns indicadores de resultados setoriais, no período de 2010 a 2013, apresentados a seguir.

Desenvolvimento Social e Trabalho
Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
1. População em situação de vulnerabilidade e risco com garantia de Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional					
1.1. Percentual de famílias com renda ampliada e acesso à Assistência Social	%	101,4	106,20	107,8	102,4
1.2. Número de pessoas beneficiadas com ações de Segurança Alimentar e Nutricional	Nº	363.821	371.508	368.338	368.387
1.3. Número de pessoas em situação de risco com direitos sociais garantidos	Nº	72.143	81.298	77.780	82.996
1.4. Número de crianças, adolescentes e jovens com oportunidade de inserção social	Nº	143.551	153.383	163.848	174.388
1.5. Percentual de unidades de medidas socioeducativas em conformidade com o SINASE	%	-	50,00	50,00	50,00
1.6. Percentual de municípios com SUAS implantado	%	-	100,00	100,00	100,00
2. Geração de Oportunidades de trabalho, emprego e renda					
2.1. Número de ocupações geradas com empreendimentos artesanais e da economia solidária apoiados	Nº	30.052	35.567	24.942	20.889
2.2. Número de ocupações geradas com empreendimentos econômicos apoiados	Nº	19.577	17.285	21.412	15.732
2.3. Número de trabalhadores desempregados inseridos no mercado de trabalho pelo SPETR	Nº	91.616	78.446	81.416	82.909

Fonte: STDS.

O primeiro resultado setorial se refere à garantia de direitos e assistência social à população foco da STDS, mensurado e avaliado por meio do desempenho dos cinco indicadores a seguir apresentados.

Com relação ao Percentual de famílias com renda ampliada e acesso à Assistência Social, destaca-se a expansão da cobertura do Programa Bolsa Família no Ceará, financiado pelo Governo Federal, o qual registrou no período 2010-2013 variação percentual positiva. Em 2010 foram atendidas 1.019.600 famílias, contra 1.103.201 em 2013, ou seja, em 2010 foram atendidas 101,4 % das famílias do CadÚnico com perfil para receber a bolsa e, em 2013 esse percentual atingiu 102,4%, resultando num crescimento de 1,00% de famílias com renda ampliada e acesso à assistência social. O acesso à Assistência Social pode-se constatar, através do monitoramento dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, quando foi identificada a realização de ações em 373 CRAS, unidade de referência de atendimento às famílias em seus municípios,

orientado na perspectiva da garantia de direitos socioassistenciais, presente nos 184 municípios do Estado.

No que se refere à política de Segurança Alimentar e Nutricional, observa-se que a mesma é implementada mediante a execução de projetos na área de produção de alimentos, com capacitações, e com oferta das refeições, sendo que este último mensura o resultado setorial do indicador: Número de pessoas beneficiadas com ações de Segurança Alimentar e Nutricional. No período de 2010 e 2013, constatou-se um crescimento de 1,26%, ou seja, foram beneficiadas 363.821 em 2010 e 368.387 pessoas em 2013. Esse baixo crescimento se explica, em parte, pelos feriados em dias úteis, período em que o serviço não é disponibilizado e por restrições orçamentárias.

O desempenho do indicador Número de pessoas em situação de risco com direitos sociais garantidos é medido por meio dos serviços prestados a pessoas em situação de riscos com

direitos sociais e humanos violados, em situação de rua, de trabalho infantil, adolescentes que cometeram ato infracional em cumprimento de medidas socioeducativas, nas unidades de atendimento e prestação de serviços. Esses serviços são realizados nos com 111 Centros de Referência Especializados da Assistência Social-CREAS, equipamento da Proteção Social Especial que dá acesso as pessoas vítimas de violência, em 109 municípios do Estado do Ceará, dois CREAS Regionais, Núcleo de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes e Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa- CIAPREVI.

Para esse indicador observa-se que no biênio 2012 – 2013 houve um acréscimo de 6,7% no número de pessoas em situação de risco com direitos sociais garantidos atendidas, passando de 77.780 para 82.996 pessoas nesse período.

O PROARES I e II vem contribuindo para ampliação e melhoria da rede de atendimento de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, em situação de vulnerabilidade e risco social, com a implantação de 71 equipamentos sociais: 23 Centros de Educação Infantil – CEIs, 08 Polos de Convivência, 26 Quadras Poliesportivas e 14 Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, com cobertura em 63 municípios. Este trabalho reflete diretamente no indicador "Número de crianças, adolescentes e jovens com oportunidade de inserção social", cujo somatório do atendimento do público alvo do Proares I e II apresenta um incremento de 21,48% passando de 143.551, em 2010 para e 174.388 beneficiários, em 2013.

A adaptação e implantação de novas unidades estaduais de atendimento, tendo como referência o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento a Medidas Socioeducativas assegura um atendimento qualificado, uma vez que tem por fundamento a prestação de um serviço de qualidade. Destaca-se o redimensionamento do sistema socioeducativo, atualmente com 14 unidades com capacidade

média de atendimento a 1.088 adolescentes, das quais 4 foram adaptadas e 3 construídas em conformidade com os parâmetros arquitetônicos e pedagógicos definidos pelo SINASE. Logo, desse universo somente 50% das unidades de medidas socioeducativas atendem às exigências do SINASE.

Os 184 municípios do Estado do Ceará receberam assessoramento e capacitação de forma sistemática e continuada, assegurando a implantação do SUAS em 100% destes. A implantação tem por base os parâmetros definidos pelo Sistema, como: estruturação e reestruturação do órgão gestor e suas competências; cumprimento dos requisitos referentes ao nível de gestão básica ou plena, na adesão ao SUAS; política de recursos humanos; identificação, organização e funcionamento da rede socioassistencial; implantação das Unidades de Referência da Assistência Social – CRAS e CREAS.

No que se refere à empregabilidade, a STDS vem desenvolvendo ações intersetoriais visando à qualificação social e profissional de trabalhadores cearenses, bem como estratégias que possibilitem a inserção daqueles no mercado de trabalho. Nessa esfera de atuação destacam-se parcerias com o Sistema Nacional de Emprego – SINE e com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Em relação ao indicador "Número de ocupações geradas com empreendimentos artesanais e da economia solidária apoiados", destaca-se, o desempenho do ano de 2011, com considerável aumento em relação ao resultado do período, atingindo, 35.567 ocupações geradas/mantidas e apoiadas, contra 20.889 do ano de 2013. Observa-se a queda das ocupações geradas a partir de 2012, refletindo baixo desempenho do setor nos anos seguintes.

No âmbito do empreendedorismo, a análise dos dados relativos a atendimentos, capacitações e formalizações, evidencia que a média de serviços

prestados sofreu oscilações no decorrer dos anos. O desempenho do indicador Número de ocupações geradas com empreendimentos econômicos apoiados apresenta-se de forma variável, com maior desempenho no ano de 2012, com 21.412 empreendimentos apoiados, enquanto que em 2013, observa-se o menor desempenho do período, com 15.732 empreendimentos.

O indicador Número de trabalhadores desempregados inseridos no mercado de trabalho pelo SPETR'' mede o grau de relevância do sistema de intermediação de profissionais, da rede de unidades de atendimento do SINE/CE, em relação ao total de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho em todo o Estado, com base nos dados informados pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/CAGED. Por dispor de uma rede de unidades que permite uma razoável cobertura de atendimento nas principais regiões cearenses, o Ceará tem se posicionado em patamares elevados quando comparados com o desempenho de outros estados.

No entanto, tomando por base o ano de 2010 o indicador decresceu, passando de 91.616 inserções no mercado de trabalho para 78.446, em 2011, menor número do período. Na realidade, observa-se que a partir de 2011 inicia-se uma retomada do crescimento do indicador, apontando para uma recuperação do patamar de 2010.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 049 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA

O programa objetiva coordenar, executar e monitorar atividades referentes ao processo de atendimento ao trabalhador em todo território cearense, através das ações de orientação e intermediação para emprego, qualificação social e profissional, atendimento do seguro desemprego, fomento ao artesanato, empreendedorismo e economia solidária, acesso ao crédito e a produção de informações sobre o mercado de trabalho, em consonância com as diretrizes do Programa SINE, do MTE.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
66.457.798,50	53.315.368,09	80,22	62.500.998,41	52.347.348,99	83,75

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Cadastrar 20.866 artesãos de acordo com as normas do Cadastro Nacional de Artesãos.	5.500	4.906	5.065	5.336	10.242
Qualificar 7.195 artesãos.	1.750	1.750	1.452	9.261	11.011
Apoiar 250 entidades artesanais e grupos produtivos.	57	85	85	157	242
Qualificar e requalificar 26.272 trabalhadores.	6.653	6.691	6.527	5.509	12.200
Habilitar 720.000 trabalhadores ao benefício de Seguro-Desemprego.	178.244	187.762	177.412	203.134	390.896
Realizar 238 ações de qualificação em Economia Solidária.	51	0	65	65	65
Realizar 9.000 operações de microcrédito.	2.250	2.250	2.250	9.200	11.450
Capacitar 10.000 microempreendedores.	2.724	4.590	1.803	22.558	27.148
Qualificar 1.800 jovens em atividades empreendedoras.	450	436	455	450	886

Fonte: STDS.

Avaliação do Programa

O Programa Trabalho, Emprego e Renda incorpora ações de empreendedorismo, artesanato, capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e atendimento do seguro desemprego, entre outras atividades.

No âmbito da expansão do artesanato, as principais ações desenvolvidas no biênio foram o cadastrado de 10.242 artesões de acordo com as normas do Cadastro Nacional de Artesãos, sendo que em 2012 foi cadastrado 89,2% do previsto e em 2013 o realizado alcançou o total de 105,3%. Em relação à qualificação, foram capacitados 11.011 artesãos, 100% do previsto para 2012, e em 2013 o resultado foi superior ao programado em 537,8%. Por último destaca-se 242 entidades artesanais e grupos produtivos apoiados, que apresentaram realização superior a 100%.

Quanto às atividades relativas à empregabilidade, foram habilitados 390.896 trabalhadores ao benefício de Seguro-Desemprego, com realização positiva, superior a 100% do programado no período, já com relação à meta qualificar e requalificar trabalhadores, o desempenho foi satisfatório, pois o realizado de 2012 ficou em 100,6% do previsto e em 2013 o realizado foi pouco inferior ao previsto.

Na busca pelo fortalecimento da Economia Solidária, como prática socioprodutiva, e fundamentada em um modelo de organização da produção, distribuição e consumo baseado na igualdade de direitos e responsabilidades coletiva, foram realizadas, em 2013, 65 ações de qualificação social e profissional para

empreendedores solidários, além da promoção de eventos com vistas ao escoamento, distribuição e consumo de produtos e serviços, e organizadas as demandas sociais.

Os resultados alcançados com o empreendedorismo foram positivos, apresentando um melhor desempenho em 2013 em comparação com 2012, nas seguintes metas: qualificação de jovens em atividades empreendedoras, capacitação de microempreendedores e realização de operações de microcrédito.

Com base na análise dos dados, pode-se afirmar que o Programa Trabalho, Emprego e Renda teve um desempenho satisfatório no biênio 2012-2013. Em termos orçamentários, apresentou uma execução acima de 80%, em consonância com o bom desempenho físico de suas principais metas, que tiveram realizações superiores a 80% do programado.

PROGRAMA 050 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

O programa objetiva implementar ações de vigilância sócio assistencial, a defesa de direitos e a proteção social, concernente com o que determina a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que é “prover proteção à vida, reduzir danos, monitorar populações em riscos e prevenir a incidência de agravos à vida em face das situações de vulnerabilidade que às famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana”, por meio de ações sócio assistenciais em forma de benefícios, serviços, programas, projetos e metas prioritárias realizadas.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
91.175.324,46	65.202.433,97	71,51	82.779.977,44	65.786.802,75	79,47

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012 - 2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Assegurar 100% das ações de monitoramento da Proteção Social Básica	0	100	100	100	100
Atender 3.100 crianças de 0 a 5 anos em Centros de Educação Infantil.	1.100	1.465	545	545	2.010
Ofertar 40 vagas para adolescentes em conflito com a lei em unidade de internação provisória e 40 vagas para adolescentes em unidade de semiliberdade	80	0	80	40	40
Capacitar 4.960 pessoas da entidade executora do programa e dos municípios beneficiados.	1.646	1.234	2.781	2.232	3.466
Avaliar e monitorar o Programa PROARES II.	1	1	1	1	1
Garantir a plena execução do PROARES II.	1	1	1	1	1
Prestar assessoramento técnico aos 184 municípios.	184	184	184	184	184
Assegurar o cofinanciamento dos benefícios eventuais nos 184 municípios.	93	67	151	151	151
Assegurar o cofinanciamento das ações do Programa de Atendimento Integral às Famílias - PAIF nos 184 municípios, através dos CRAS.	123	103	148	148	148
Atender 156.550 famílias por meio do PAIF e do Estação Família.	106.500	33.509	41.014	41.000	74.509
Atender 4.000 pessoas nas bibliotecas públicas construídas no âmbito do PROARES.	3.200	0	1.500	1.500	1.500
Atender 23.600 crianças, adolescentes e jovens em ações esportivas, intercâmbios, identificação de talentos, protagonismo juvenil e outros.	8.500	4.500	14.930	10.540	15.040
Beneficiar 10.500 famílias cadastradas no CADÚNICO.	2.625	3.076	3.500	3.416	6.492
Desenvolver Plano de Capacitação para a Área de Gestão do SUAS.	1	0	0	0	0
Atender 50.934 pessoas vítimas de violência nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS municipais e regionais.	24.963	40.098	8.657	25.725	65.823
Atender 100 adolescentes e jovens usuários de substâncias psicoativas.	25	113	25	97	210
Financiar 21 entidades sociais que trabalham com crianças e adolescentes.	21	21	21	21	21
Subsidiar 32 entidades que prestam serviços de acolhimento institucional à crianças, adolescentes, idosos e atividades socioeducativos para pessoas com deficiências.	32	27	32	32	32
Construir, reformar e equipar 2 unidades de serviço de acolhimento da Proteção Social Especial.	0	0	2	0	0

Fonte: STDS.

Avaliação do Programa

De uma maneira geral, pode-se dizer que há a perceptiva de alcance do objetivo do programa até o final do período 2012-2015, dado que a realização da maioria de suas metas, para o período 2012-2013 foi satisfatório em relação ao programado desse biênio.

As metas relacionadas à Proteção Social Básica, no biênio de 2012-2013, apresentaram avanço no que concerne ao cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, que ampliou o cofinanciamento de 103 para 148 municípios; ao atendimento de famílias por meio do PAIF e do Estação Família, que estendeu de 33.509 para 41.000; ao cofinanciamento de

benefícios eventuais, que expandiu de 67 para 151 municípios; além de prestar assessoramento técnico a 184 municípios e de assegurar 100% das ações de monitoramento Proteção Social Básica.

Os projetos no âmbito da Política de Assistência Social que estão sob a responsabilidade da Gestão do SUAS da STDS indicam resultados insatisfatórios, pois não foi desenvolvido Plano de Capacitação para Área de Gestão do SUAS, e quanto à meta de capacitações de pessoas de entidade executora do programa e dos municípios, foram capacitados 3.466 pessoas das 4.427 programadas para biênio 2012 – 2013.

Com relação às metas da Proteção Social Especial é importante considerar que a demanda pelos serviços dessa área tem crescido em virtude do aumento dos problemas sociais, sobretudo aqueles ligados ao uso das drogas, destacando-se o atendimento de 65.823 pessoas vítimas de violência nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS municipais e regionais, sendo 40.098 em 2012 e 25.725 em 2013 e o atendimento de 210 adolescentes e jovens usuários de substâncias psicoativas, que corresponde a 420% do total programado para o período de 2012 a 2013.

No que se refere ao quantitativo de vagas na unidade de internação provisória e de unidade semiliberdade, não houve realização da meta conforme o programado em 2012 e 2013 devido ao não cumprimento da meta de construir, reformar e equipar 2 unidades de serviço de acolhimento da Proteção Social Especial.

Quanto às atividades de inclusão Social e produtiva de famílias cearenses, foram Cadastradas no CadÚnico 6.492 famílias, com realização positiva, superior a 100% do programado no período de 2012 a 2013.

Outra importante realização foi a garantia da plena execução e, também, da avaliação e monitoramento do PROARES – Fase II, onde se destacando-se o alcance dos seguintes resultados: Plano Participativo Municipal, beneficiando 100% dos municípios previstos na meta; Unidades de atendimento de CEIs, Pólos e CRAS construídas e equipadas, também com execução de 100% da meta prevista e número de crianças, adolescentes e jovens atendidos nos CEIs, Pólos e CRAS.

Por último, vale acrescentar que no biênio 2012 - 2013, foram atendidas 2.010 crianças de 0 a 5 anos em Centros de Educação Infantil; 15.040 crianças, adolescentes e jovens em ações esportivas, intercâmbios, identificação de talentos, protagonismo juvenil e outros; financiadas 21 entidades sociais que trabalham com crianças e adolescentes; e subsidiadas 32 entidades que prestam serviços de acolhimento institucional à crianças, adolescentes, idosos e atividades socioeducativas para pessoas com deficiências.

PROGRAMA 051 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O programa objetiva desenvolver ações, programas e projetos, voltados à difusão da segurança alimentar e nutricional, como direito fundamental do ser humano, apresentando os seus resultados conforme orçamento, metas prioritárias e ações realizadas a seguir:

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
2.842.941,73	1.822.675,29	64,11	2.280.262,31	1.879.438,69	82,42

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012 - 2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Implantar em 92 municípios os mecanismos de gestão do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.	21	23	23	21	44
Instituir processos continuados de Educação Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada, com o desenvolvimento de 97 ações de capacitação.	49	50	16	83	133
Fornecer 1.478.400 refeições para público em situação de insegurança alimentar e nutricional no Restaurante Popular Mesa do Povo.	369.600	347.625	376.925	351.573	699.198

Fonte:STDS.

Avaliação do Programa

Durante o biênio 2012-2013, o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional desenvolveu ações que alcançaram resultado satisfatório, tanto no que concerne à meta de implantação dos mecanismos de gestão do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, que atendeu 44 municípios, correspondendo a 100% do programado; quanto à meta de instituir processos continuados de Educação Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada, que desenvolveu 133 ações de capacitação, acima das 65 ações previstas para o período (204,6%). Justifica-se tal resultado pela iniciativa de realização de um curso à distância, promovido pela STDS em parceria com a Escola de Gestão Pública, assim como pela execução do Projeto de Capacitação Integrada nos municípios do Estado.

O número de refeições fornecidas pelo Restaurante Popular Mesa do Povo foi inferior ao total previsto no período 2012-2013, alcançando 93,6% de execução. Esse resultado deve-se ao fato da meta ser estimada com base nos dias úteis do calendário anual e, tendo em vista que eventos diversos podem ocorrer, este número pode vir a sofrer decréscimo, justificando-se assim, o não atendimento da meta prevista

PROGRAMA 052 – APOIO AO SEGMENTO LGBTT

O programa objetiva enfrentar todos os tipos de preconceitos e discriminações à população LGBTT cearense, na busca pela efetivação da promoção dos Direitos Humanos, apresentando os seus resultados conforme orçamento, metas prioritárias e ações realizadas:

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
300.000,00	300.000,00	100,00	290.000,00	270.000,00	93,10

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012 - 2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Desenvolver ações de capacitação para o segmento LGBTT	0	4	20	4	8
Elaborar o Plano Estadual da Política de LGBTT.	0	0	1	0	0
Realizar 64 campanhas educativas de prevenção às DST/ HIV e enfrentamento à homofobia.	16	25	13	32	57

Fonte:STDS.

Avaliação do Programa

A baixa execução das metas de capacitação e elaboração do Plano Estadual repercutiram negativamente para o alcance do objetivo do programa. A meta de capacitação atingiu apenas 40% do total previsto para o período 2012-2013, e a meta referente à elaboração do Plano

Estadual da Política de LGBTT, não foi realizada.

No entanto a meta de campanhas educativas de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e de enfrentamento a homofobia teve um resultado satisfatório no período 2012-2013, superando a programação desses dois anos em 96,6%.

AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Cultura



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Cultura

Avaliação da Área Temática

O Estado do Ceará implementa sua política pública cultural por meio da Secretaria da Cultura – SECULT, que a conduz em consonância com a política cultural desenvolvida pela União e norteadas pelo Plano e Sistema Nacional de Cultura, que materializa a articulação, organização e integração das administrações federal, distrital, estaduais e municipais, como também abrange os demais atores sociais e culturais da sociedade brasileira e age mutuamente com eles.

Compete à SECULT: Incentivar e estimular a pesquisa em artes e cultura; apoiar a criação, a expansão e o fortalecimento das estruturas da sociedade civil voltada para a criação, produção e difusão cultural e artística; analisar e julgar projetos culturais; deliberar sobre tombamento de bens móveis e imóveis de reconhecido valor histórico, artístico e cultural para o Estado do

Ceará; cooperar na defesa e conservação do patrimônio cultural, histórico, arqueológico, paisagístico, artístico e documental, material e imaterial do Estado.

No período 2012-2013, a linha de atuação da SECULT esteve voltada para a dinamização das principais ações permanentes iniciadas no ano anterior, para a consecução dos objetivos e metas propostos para o biênio. Priorizaram-se os incentivos financeiros à pesquisa em arte e cultura, o apoio à criação, à expansão e ao fortalecimento das estruturas da sociedade civil para a criação, produção e difusão cultural e artística, a análise e o julgamento de projetos culturais.

Assim sendo, a execução de seus programas, ações e projetos demonstram os resultados que se seguem:

Cultura
Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
1. Ampliação do acesso aos bens e serviços culturais					
1.1. Pessoas com acesso a bens e serviços culturais	Nº	6.704.107	2.244.211	2.343.903	1.368.900
1.2. Percentual de municípios beneficiados com equipamentos culturais disponibilizados	%	33,70	72,83	72,83	72,83
2. Expansão da economia da cultura					
2.1. Pessoas assistidas com ações de formação cultural	Nº	38.789	15.689	11.107	15.526
2.2. Profissionais da cultura apoiados	Nº	3.934	15.579	15.659	12.104
2.3. Entidades da cultura apoiadas	Nº	681	686	610	590

Fonte: SECULT.

No que concerne ao resultado de ampliação do acesso aos bens e serviços culturais, período de 2011 a 2013, verifica-se que foi mantida uma constância das ações referentes ao indicador percentual de municípios beneficiados com equipamentos culturais disponibilizados. O indicador pessoas com acesso a bens e serviços culturais apresentou uma diminuição no período

analisado, decorrente de início de obras em equipamentos culturais.

As pessoas com acesso a bens e serviços culturais, no período 2010-2013, demonstrou uma involução da ordem de 79,58%, explicada, em parte, pela redução nas atividades de modernização das bibliotecas públicas municipais

e nas aquisição e distribuição de livros para bibliotecas públicas e comunitárias, por meio do projeto de Fortalecimento do Sistema Estadual de Bibliotecas. Considerando os anos de 2012 e 2013, a diminuição verificada foi de 41,60%, explicada pelo início das reformas de acessibilidade no Teatro José de Alencar e no Cinema do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

O indicador percentual de municípios beneficiados com equipamentos culturais disponibilizados, no período 2010-2013, mostrou evolução 116%. Em 2010, haviam 112 equipamentos distribuídos em 62 municípios do Estado do Ceará. Com a implantação de novos Pontos de Cultura em outros 72 municípios, esse número chegou a 210 equipamentos, contemplando 134 municípios até 2012. Entre 2012 e 2013, não houve implantação de equipamentos culturais em novos municípios.

O indicador Pessoas assistidas em ações de formação cultural em 2010 apontou 38,7 mil pessoas, que se comparado ao ano de 2013, com 15,5 mil pessoas assistidas em ações de formação cultural, demonstra um decréscimo da ordem de 59,9%, em razão do encerramento do Projeto Formação em Rede em parceria com o MINC. Considerando o período 2012-2013, constata-se um incremento de 39,7%, tendo passado de 11.1 mil para 15.5 mil pessoas assistidas, resultado

da implantação do equipamento Escola Porto Iracema das Artes.

O Indicador Profissionais da cultura apoiados, no período de 2010-2013, evoluiu de 3,9 mil para 12,1 mil profissionais apoiados, demonstrando uma variação acima de 200%. Esse índice cresceu devido à implantação de uma nova metodologia de acompanhamento das ações e atividades realizadas nos diversos eventos e equipamentos culturais. A redução observado de 2012 para 2013 foi decorrente do intervalo da Realização da Bienal Internacional do Livro.

O indicador Entidades da cultura apoiadas, apresentou uma involução da ordem de 13,4%, no período 2010-2013, em virtude do não lançamento do Edital de Incentivo às Artes, além do direcionamento da demanda e de aprovação de projetos para pessoas físicas, mencionado anteriormente.

Avaliação do Programa

PROGRAMA 006 - MEMÓRIA CULTURAL

O programa objetiva modernizar, ampliar e difundir os acervos de informações culturais e reconhecer, registrar e preservar os patrimônios material e imaterial.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
10.756.267,25	2.715.599,99	25,25	1.989.620,00	1.159.581,42	58,28

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Incentivar, assessorar e monitorar a implantação de 16 Arquivos Públicos.	7	10	3	4	14
Selecionar, reconhecer e apoiar, por ano, 60 Mestres da Cultura Tradicional Popular até 2015.	60	58	60	60	118
Reconhecer e apoiar 08 projetos de 08 Grupos Tradicionais Populares, sendo 02 projetos por ano.	2	0	2	2	2
Realizar 20 cursos de capacitação na área de museus.	5	0	5	5	5
Recuperar 12 prédios históricos nas macrorregiões do Estado.	3	4	2	4	8

Fonte: SECULT.

Avaliação de Programas

Com o objetivo de manter viva a cultura material e imaterial, foram desenvolvidas ações de difusão dos acervos de informações culturais, procurando registrar e preservar os patrimônios material e imaterial do Estado do Ceará. Em 2012 e 2013, foram realizadas reforma/modernização em 08 prédios: Cine São Luiz, Arquivo Público e Arquivo Intermediário do Estado, Igreja Nossa Senhora do Desterro na cidade de Ipu, Memorial do Cego Aderaldo no município de Quixadá, Teatro José de Alencar, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e, iniciada a Integração do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura à Biblioteca Governador Menezes Pimentel.

Na busca pela preservação da memória documental, a implantação do Sistema Estadual de Documentação e Arquivos do Estado do Ceará – SEDARQ-CE, programado para ser concluído em 2014, possibilitou, em sua primeira fase, mapear e diagnosticar o acervo documental das prefeituras, câmaras municipais, fóruns, paróquias e cartórios, com a finalidade de subsidiar os poderes locais na criação e manutenção de arquivos públicos. Outra vertente de implantação do SEDARQ-CE é buscar subsidiar as Secretarias do Governo do

Estado do Ceará na formação de suas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos – CPADs e na elaboração de Planos de Classificação e de Tabelas de Temporalidade de Atividades Finalísticas.

Ainda, no âmbito do programa, o Museu do Ceará realizou 5 capacitações, e promoveu 106 eventos culturais durante o IV Fórum Estadual de Museus, atingindo um público de 22.085 pessoas.

Buscando reconhecer e apoiar os Mestres da Cultura Tradicional Popular, a Secult, através da Lei nº 13.351, de 22 de agosto de 2003 e regulamentada pelo Decreto nº 27.229, de 28 de outubro de 2003, deve conceder anualmente 60 auxílios financeiros vitalícios. Em 2012 foram concedidos 58 auxílios e 60 em 2013. Ainda no decorrer de 2012, foi realizado o edital de seleção, onde foram diplomados 02 Mestres da Cultura e 02 registros de grupos tradicionais populares.

PROGRAMA 007 - INCENTIVO ÀS ARTES E CULTURAS REGIONAIS DO CEARÁ

O programa objetiva democratizar o acesso aos recursos, produtos e serviços da arte e cultura, favorecendo o desenvolvimento social, cultural e econômico do Estado do Ceará.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
58.925.869,46	39.878.999,27	67,68	69.310.234,29	51.942.745,15	74,94

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Elaborar e implantar a Lei do Plano Estadual da Cultura.	1	0	0	1	1
Apoiar as 14 Conferências Regionais nas macrorregiões administrativas.	14	0	14	14	14
Realizar a Conferência Estadual de Cultura em Fortaleza.	1	0	1	1	1
Realizar e apoiar 32 ações culturais regionais.	8	8	8	8	16
Lançar 32 editais de incentivo às artes no Estado do Ceará previstos pela Lei 13.811 do Sistema de Incentivo Estadual da Cultura - SIEC (8 ao ano) para todo o Estado.	8	7	9	6	13
Conceder 04 Prêmios Alberto Nepomuceno de Música e 04 Prêmios Chico Albuquerque de Fotografia para todo o Estado por meio de seleção pública.	2	10	2	0	10
Apoiar 300 projetos de demandas espontâneas nos diversos seguimentos culturais.	75	54	93	55	109
Participar da Conferência Nacional de Cultura.	0	0	1	1	1

Fonte: SECULT.

Avaliação do Programa

Em 2012, foram realizadas as Conferências Municipais e Regionais de Cultura, resultantes dos Encontros Territoriais, com as Oficinas de Cultura. Em todo o Ceará, foram realizados 13 encontros, com o objetivo de sensibilizar os atores culturais, bem como, instituições e profissionais envolvidos diretamente e/ou indiretamente com a cultura, sobre a importância do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Estadual de Cultura.

Em 2013, a realização da Conferência Estadual da Cultura, com o tema "Uma Política de Estado para a Cultura", contou com a participação de representantes de 136 Municípios e um público de 800 pessoas. O evento realizou encontros de delegados para discutir as políticas públicas do Estado do Ceará, e o produto gerado foi a formulação de novo texto para a Lei do Sistema de Incentivo Estadual de Cultura (Lei nº 13.811, de 16 de agosto de 2006), a qual prevê mudanças na composição do Comitê Gestor do Fundo Estadual de Cultura, que passaria a ter representantes da sociedade civil, contando com igual número de representantes do Poder Público e da sociedade. O mesmo caráter paritário passaria a ser aplicado à Comissão Estadual de Incentivo à Cultura, cuja composição também teria 50% de representantes da sociedade civil e 50% do governo. A reformulação da lei ainda inclui o Plano Estadual de Cultura e a Conferência Estadual de Cultura, como componentes do Sistema de Incentivo Estadual de Cultura.

Os dirigentes da SECULT e 60 membros da delegação cultural do Estado, participaram da III Conferência Nacional da Cultura, realizada em Brasília e coordenada pela Secretaria de Políticas Culturais. Durante o evento, gestores e delegados participaram do Encontro de Gestores de Dados, Informações e Indicadores Culturais, onde foram discutidos temas como o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e o monitoramento do Plano Nacional de Cultura, Conta Satélite de Cultura / IBGE.

No âmbito da realização de ações culturais regionais, a Secretaria da Cultura realizou 16

eventos, sendo 08 em 2012, e 08 em 2013. Dentre os mais importantes, destacamos: o Festival da Música na Ibiapaba, voltado para o desenvolvimento e valorização da música popular brasileira. Em 2012, referido evento contou com um público estimado em 11.000 pessoas, tendo uma participação de cerca de 1.200 alunos em 72 oficinas, além de shows e aulas espetáculo. Em 2013, o evento ofertou cursos e oficinas musicais para cerca de 600 alunos e o público presente foi estimado em 4 mil pessoas. Ainda nas ações culturais regionais foram realizados: VII Encontro Mestres do Mundo 2012 e 2013, com um público de 7 mil pessoas em 2012, e de 6 mil pessoas em 2013; VII Edição do Festival dos Inhamuns em 2012, com um público de 6 mil pessoas; Festival Nordeste de Teatro de Guaramiranga, com um público presente de 12 mil pessoas em 2012.

A Secretaria da Cultura, em parceria com o Instituto de Arte e Cultura do Ceará, implantou em 2013 a Escola Porto Iracema das Artes, onde foram ofertadas 123 cursos e oficinas de formação em nível básico, para 06 segmentos de produção cultural, a saber: gestão e produção cultural, artes cênicas, audiovisual, artes e design, artes visuais e multimídias e animação, capacitando um total de 8.967 pessoas, tendo sido iniciado, 02 cursos técnicos com duração de 2 anos, com um total de 71 alunos, sendo 40 pessoas no curso técnico de dança e 31 pessoas no curso técnico de animação gráfica para jogos eletrônicos. Ainda em parceria com o Instituto de Arte e Cultura do Ceará, em 2012 e 2013 foram realizados 508 cursos e oficinas, capacitando 10.145 pessoas entre jovens e adultos sendo 8.539 pessoas na Escola de Artes e Ofício e 1.606 pessoas no Centro Cultural Bom Jardim.

Na política de Lançamento de Editais prevista na Lei 13.811 do Sistema de Incentivo Estadual da Cultura – SIEC, foram lançados 13 Editais sendo 07 no ano de 2012 e 06 no ano de 2013, contabilizando 803 projetos apoiados.

Na política de apoio a projetos por demanda espontâneas, também, prevista na Lei 13.811 do Sistema de Incentivo Estadual da Cultura – SIEC, foram apoiados 54 projetos em 2012

e 55 projetos em 2013, nas diversas áreas da linguagens artísticas.

Nos Pontos de Cultura, foram apoiados 100 projetos, sendo 49 projetos em 2012 e 51 projetos em 2013, estando os pontos de cultura distribuídos em 134 municípios do Estado.

PROGRAMA 008 - INCENTIVO À LEITURA E AO CONHECIMENTO

O programa objetiva implantar e modernizar as bibliotecas municipais que compõem o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Ceará e promover o livro, a leitura e a biblioteca na sociedade, por meio de estratégias diversas.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
3.040.407,00	2.241.268,07	73,72	1.700.575,03	526.584,84	30,97

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Adquirir 776.000 mil livros.	194.000	80.000	194.000	0	80.000
Realizar a X e XI Bienais Internacionais do Livro e da Leitura	1	1	0	0	1
Realizar 440 oficinas e atividades socioeducativas para 2.400 pessoas nas 2 bienais internacionais.	220	25	0	0	25
Realizar 64 cursos de Formação na área de Biblioteca, capacitando 1.552 profissionais de Bibliotecas Públicas.	16	2	16	30	32
Participar de 04 eventos nacionais e 02 eventos internacionais.	2	3	1	1	4

Fonte: SECULT.

Avaliação do Programa

Com o objetivo de promover o livro, a leitura e a biblioteca na sociedade, a Secretaria da Cultura realizou em 2012 a X Bienal Internacional do Livro do Ceará, que registrou um público circulante da ordem de 610 mil pessoas, sendo 80 mil alunos de escolas públicas municipais e estaduais, representando uma participação de 84% dos municípios cearenses. Durante o evento, foram contabilizados cerca de R\$ 8,5 milhões em negócios diretos e indiretos, gerados pela comercialização de livros, registrando-se a presença de 165 estandes, com a participação de 450 editoras de todo o país.

A Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel promoveu 63 eventos, sendo 20 em 2012, e 43 em 2013, atingindo um público de 94.384. Também foram ofertadas 32 capacitações

para 1.727 pessoas, entre jovens e adultos profissionais de bibliotecas.

A SECULT, ainda em 2013, realizou a II Feira Mundial da Palavra de Cabo Verde, com exibição de vídeos, palestras, contações de histórias, lançamentos de livros, saraus, oficinas e promoção de grupos de trabalho, entre universidades brasileiras e universidades de Cabo Verde. Essas ações foram desenvolvidas no intuito de permitir o intercâmbio de conhecimento e cultura entre os países que integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP, democratizando o acesso à informação e alargando meios para o maior aprofundamento da amizade mútua e da cooperação solidária entre seus membros, além de estimular o desenvolvimento social, cultural e econômico e de contribuir na luta contra as desigualdades sociais.



AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Esporte e Lazer



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Esporte e Lazer

Avaliação da Área Temática

Direito social garantido pela Constituição Brasileira, o esporte funciona, cada vez mais, como um importante instrumento de reversão do quadro de vulnerabilidade social e de saúde pública, além de contribuir para a formação integral dos indivíduos. Dessa forma, a Política Nacional do Esporte retrata o papel fundamental que a área do Esporte e Lazer desempenha no âmbito social, sobretudo na promoção da inclusão.

Assim, o Governo do Estado, por meio da Secretaria do Esporte - SESPORTE, dedica-se ao desafio de implementar ações a fim de assegurar as conquistas e dar continuidade ao desenvolvimento do Esporte e Lazer no Ceará, ambiente materializado nas propostas do Plano Plurianual - PPA 2012-2015.

Tais propostas se dividem em duas dimensões diretamente interligadas. Na primeira dimensão se encontra o esporte educacional, de participação e lazer e o esporte de rendimento, constituindo-se fator de desenvolvimento sociocultural

e econômico, gerador de emprego e renda. Na segunda dimensão está a implantação, modernização e ampliação da infraestrutura esportiva necessária à preparação e realização de jogos e eventos. Esta se dá por meio da construção, reforma e adequação de instalações esportivas, que proporcionam uma dinâmica econômica em cadeia, com efeitos na indústria, que produz material esportivo, e no comércio, que permite o acesso ao consumidor final, bem como na realização de eventos, no turismo, na promoção comercial, nas empresas prestadoras de serviços, ou seja, nos setores da cadeia produtiva do esporte.

No âmbito do PPA 2012-2015, essas propostas estão refletidas no alcance de resultados setoriais e na execução de programas, metas e iniciativas.

Na área de Esporte e Lazer foram definidos três resultados setoriais a serem alcançados, mensurados pelos indicadores a seguir apresentados, os quais são influenciados pela realização dos programas de governo.

Esporte e Lazer
Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
1. Ampliação da população com acesso a esporte e lazer					
1.1. Público em eventos de esporte e lazer	Nº	1.891.415	877.680	884.643	917.421
1.2. Pessoas desenvolvendo atividades esportivas e de lazer em núcleos de esporte	Nº	51.600	8.381	47.600	47.600
2. Desenvolvimento do esporte escolar e de rendimento					
2.1. Crianças e adolescentes beneficiados com ações e projetos esportivos	Nº	68.825	71.402	79.337	55.730
2.2. Atletas e paratletas de rendimento apoiado	Nº	659	535	505	504
3. Democratização do acesso à prática do esporte e lazer					
3.1. Pessoas beneficiadas com ações e equipamentos públicos de esporte e lazer	Nº	1.065.033	1.079.570	1.179.370	1.062.508
3.2. Municípios beneficiados com ações e equipamentos públicos de esporte e lazer	Nº	184	147	184	184

Fonte: SESPORTE.

Dois são os indicadores que mensuram o resultado setorial Ampliação da população com acesso a esporte e lazer: Público em eventos de esporte e lazer e Pessoas desenvolvendo atividades esportivas e de lazer em núcleos de esporte.

No período de 2010 a 2013, registrou-se a participação de um total de 4.571.159 pessoas em eventos de esporte e lazer. O alcance desse público foi decorrente da realização de diversos eventos e projetos no âmbito do Programa 071 - Esporte – Educação, Participação e Lazer, dentre os quais podem ser citados: Esporte na Minha Cidade, em Fortaleza e Interior; Jogos Escolares, Jogos Abertos do Interior; Copa de Futebol Amador; Jogos dos Povos indígenas, Jogos Universitários, Campeonatos Mundiais e Maratonas.

O indicador Pessoas desenvolvendo atividades esportivas e de lazer em núcleos de esporte tem sua evolução influenciada pela execução do Programa Segundo Tempo, Projeto Viva + e Mão Amiga. Considerando o período analisado, verifica-se que em 2011 houve uma expressiva redução do indicador devido ao fato de não ter ocorrido execução do Programa Segundo Tempo no referido ano.

O resultado setorial Desenvolvimento do esporte escolar e de rendimento é influenciado pela execução do Programa 092 – Ceará no Esporte de Rendimento. No âmbito desse programa de governo é desenvolvido o Programa Bolsa Atleta de Alto Rendimento, que tem apoiado os atletas e paratletas de alto rendimento, através da concessão de bolsas, assegurando renda fixa àqueles que apresentam bom desempenho em provas nacionais e internacionais, na perspectiva de oferecer ao esportista a tranquilidade para treinar e dedicar-se ao seu aperfeiçoamento. No período de 2010 a 2013, o Governo do Estado estimulou o bom desempenho de atletas em jogos e competições com a concessão de auxílio financeiro mensal.

Além disso, foram concedidas 1.484 passagens aéreas, no quadriênio em análise, para atletas e paratletas de todo Estado a fim de participarem de

campeonatos/eventos nacionais e internacionais em diversas modalidades esportivas.

O apoio ao esporte de alto rendimento cearense, além da prerrogativa constitucional, é fundamental para o desenvolvimento e melhoria dos resultados das modalidades esportivas, contribuindo para a diminuição das diferenças entre performances esportivas, aumentando o resultado global das delegações estaduais, que acabam por influenciar diretamente o incentivo à prática e à consolidação do segmento esportivo, além de promover a imagem positiva do Ceará no cenário nacional e internacional.

A realização de eventos esportivos de aventura e natureza como o Ceará Aventura, Projeto Basquetebol Cearense e Enduro Cearense de Motocross, além proporcionar aos atletas de alto rendimento a oportunidade de competir, influenciando positivamente o indicador Atletas e paratletas de rendimento apoiados, contribui também para a ampliação do número de Crianças e adolescentes beneficiados com ações e projetos esportivos, pois proporciona ao público presente nestas competições a oportunidade de participação nesses eventos.

Os desafios e as oportunidades geradas a partir da realização de competições é uma demonstração da valorização do esporte estadual e regional que causa impactos socioeconômicos positivos para o Estado. O esforço feito revela que, em muitos eventos esportivos realizados, os legítimos interessados têm tido acesso à prática esportiva e de lazer como instrumento de inclusão social, formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. A esse respeito merece destaque a política de acesso à cultura e esporte, ao permitir investimentos em projetos e eventos esportivos, possibilitando realizar competições cada vez melhores, incentivar a juventude à prática esportiva, formar novos atletas e capacitar profissionais.

O resultado setorial Democratização do acesso à prática do esporte e lazer é materializado pela inclusão social promovida pelos projetos sociais esportivos desenvolvidos, que atendem desde a criança até o idoso, oferecendo-lhes atividades

diferenciadas e integradas, que abrangem todas as manifestações esportivas, mantendo sempre como preceitos fundamentais a “cidadania”, a “diversidade” e a “inclusão social”.

Essa política é desenvolvida no âmbito dos programas 071 - Esporte - Educação, Participação e Lazer, 092 – Ceará no Esporte de Rendimento e 093 – Infraestrutura Esportiva e de Lazer, a partir de ações e projetos sociais esportivos como Bolsa-Esporte, Programa Segundo Tempo, Capacitação e Incentivo para profissionais de educação física e árbitros, Esporte na Escola nos Fins de Semana, Mão Amiga e Viva +, Jogos Paraolímpicos e da Felicidade, Jogos Abertos do Interior, Projetos Ceará Aventura e Circuito das Águas, Eventos Esportivos Local, Regional e Nacional, Copa de Futebol Amador, Olimpíadas Escolares e Jogos dos Servidores Públicos. Cabe também destacar os projetos de construção de pistas de skate, piscinas nas Vilas Olímpicas, reforma e manutenção de cinco Vilas Olímpicas, construção e reforma de cobertas

de quadras em escolas públicas, construção de equipamentos esportivos vinculados ao Programa de Cooperação Federativa - PCF e gestão de parques esportivos, que ampliam o acesso da população ao esporte e ao lazer.

Assim, a democratização do acesso à prática do esporte e lazer realizada é evidenciada pelo número de pessoas beneficiadas com ações e equipamentos públicos de esporte e lazer, no período de 2010 a 2013, alcançando um total de 4.386.481 pessoas.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 071 - ESPORTE - EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER

O programa objetiva fortalecer e ampliar a prática esportiva educacional e de lazer, suprimindo a carência de políticas públicas e sociais que atendam às necessidades e demandas da população por atividades esportivas e de lazer e educacional.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
35.276.267,53	23.033.409,42	65,29	25.752.301,65	12.599.839,31	48,93

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012-2013

Principais Metas 2012 - 2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Implantar e manter 500 núcleos esportivos em todo o Estado.	500	466	500	466	466
Atender 46.600 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos.	46.600	46.600	46.600	46.600	46.600
Conceder 3.000 bolsas a crianças e adolescentes.	3.000	1.737	3.000	1.767	1.767
Implantar e monitorar 150 núcleos em todo o Estado.	45	75	25	33	108
Atender 5.250 pessoas no desenvolvimento da prática esportiva e de lazer:	1.520	3.950	1.310	2.318	6.268
Promover 800 eventos esportivos e de lazer:	220	44	195	0	44
Realizar cursos de formação de técnicos e gestores nas diversas modalidades desportivas e paradessportivas, capacitando 5.000 profissionais - FUNDEJ	1.000	1.920	1.050	0	1.920
Atender 5.250 pessoas no desenvolvimento da prática esportiva e de lazer; no âmbito do FUNDEJ.	1.520	356	1.250	0	356

Fonte: SESPORTE.

Avaliação do Programa

Com o objetivo de fortalecer a política pública de esporte no Estado, foram desenvolvidas várias ações voltadas a atividades esportivas e de lazer e educacional.

Essa política possibilita o desenvolvimento de ações e projetos como Bolsa Esporte, Programa Segundo Tempo, Capacitação e Incentivo para profissionais de educação física e árbitros, Esporte na Escola nos Fins de Semana, Mão Amiga e Viva +, Jogos Paraolímpicos e da Felicidade, Jogos Abertos do Interior, Projetos Ceará Aventura e Circuito das Águas, Eventos Esportivos Local, Regional e Nacional, Copa de Futebol Amador, Olimpíadas Escolares e Jogos dos Servidores Públicos.

No âmbito do Programa Segundo Tempo, foram implantados e mantidos 466 Núcleos esportivos em todo o Estado, atendendo 46.600 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos no período de 2012-2013.

No Programa Bolsa Esporte constata-se que o número de bolsistas cresceu de 1.737 crianças e adolescentes atendidas no ano de 2012 para 1.767 no ano de 2013, assegurando renda fixa àqueles que não tem patrocínio, mas apresentam bom desempenho em provas estaduais.

Pelo Projeto Viva Mais são atendidos adolescentes, jovens e adultos moradores de rua. As ações do Projeto visam, sobretudo, a inclusão e a melhoria da qualidade de vida dos jovens, em situação de risco social e pessoal, residentes na Região Metropolitana de Fortaleza. O referido projeto implantou e mantém 10 núcleos, funcionando nos bairros Autran Nunes, Aerolândia, Bom Jardim, Cidade 2.000, Itaperi, Jangurussu,

Mucuripe, Pirambu, Timbó e Rodolfo Teófilo, na Região Metropolitana de Fortaleza, com um atendimento diário, de segunda a sábado, das 21 horas à 01 hora, horário considerado de maior vulnerabilidade social.

O Projeto Mão Amiga vem contribuindo para a formação e descoberta de talentos esportivos cearenses, proporcionando melhoramento para o desenvolvimento do potencial do atleta e maior desempenho na modalidade. Sob essa ótica, o Projeto apoiou diversos atletas por meio de atividades esportivas, contribuindo diretamente para os bons resultados do Ceará em campeonatos estaduais e nacionais.

Os dois projetos, Viva Mais e Mão Amiga, juntos atenderam no biênio 2012-2013 um total de 6.268 pessoas.

Sobre os eventos esportivos e de lazer, em 2012 foram realizados 44 e em 2013 não foi realizado nenhum evento, devido a problemas relacionados aos convênios originados da chamada pública 001/2013.

Adicionalmente, deve ser destacado que no biênio 2012-2013 foram capacitados 1.920 profissionais nos cursos de formação de técnico e gestores nas diversas modalidades desportivas e paradesportivas.

PROGRAMA 092 – CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO

O programa objetiva apoiar atletas por meio da Bolsa Atleta de Alto Rendimento e também por meio da concessão de passagens aéreas, contribuindo diretamente para os bons resultados do Ceará nos jogos e competições realizadas no cenário nacional e internacional.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
2.124.000,00	2.011.680,75	94,71	1.602.752,70	852.283,31	53,18

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012-2013

Principais Metas 2012 - 2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Gerar ocupação e renda para 1.000 profissionais da área de esporte e lazer.	200	0	200	0	0
Promover 60 eventos esportivos de aventura e natureza.	15	6	15	5	11
Conceder 400 bolsas para atletas com resultados expressivos nos ranking nacional e internacional.	100	50	100	50	100
Apoiar e incentivar 450 atletas de alto rendimento - FUNDEJ	200	321	250	286	607

Fonte: SESPORTE.

Avaliação do Programa

O Programa Ceará no Esporte de Rendimento é fundamental para o desenvolvimento e melhoria dos resultados das modalidades esportivas, contribuindo para a diminuição das diferenças entre performances esportivas, aumentando o resultado global das delegações estaduais, que acabam por influenciar diretamente o incentivo à prática e a consolidação do segmento esportivo, além de promover a imagem positiva do Ceará no cenário nacional e internacional.

No âmbito desse programa, no período 2012-2013, foram realizados 11 eventos de esportes de alto rendimento de aventura e de natureza. Além disso, foram beneficiados 321 atletas cearenses em 2012 e 286 em 2013 por meio da concessão de passagens aéreas.

Outro aspecto relevante que tem contribuído para o desempenho do programa é o Bolsa Atleta de Alto Rendimento, que assegura renda fixa àqueles que apresentam bom desempenho em provas nacionais e internacionais, na perspectiva de oferecer ao esportista a tranquilidade para treinar e dedicar-se ao seu aperfeiçoamento. No período 2012-2013, foram concedidas anualmente 50 bolsas.

PROGRAMA 093 – INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER

O programa objetiva democratizar o acesso às práticas esportivas por meio de atividades de esporte e lazer, com ações de implantação e modernização de infraestrutura para esporte recreativo e lazer em todo o Estado do Ceará.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
9.182.932,27	8.422.300,35	91,72	151.933.341,95	70.503.801,55	46,40

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012-2013

Principais Metas 2012 - 2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Construir, reformar e modernizar equipamentos esportivos em municípios com população acima de 50 mil hab.	25	12	9	11	23
Construir 1 Centro de Excelência Esportiva em Fortaleza para preparação dos talentos esportivos cearenses.	0	0	1	0	0
Construir e manter 14 vilas olímpicas.	14	5	14	5	5

Fonte: SESPORTE.

Avaliação do Programa

No âmbito desse programa foram realizados investimentos que destinaram-se à ampliação da infraestrutura esportiva por meio da formalização de contratos e convênios, para o estabelecimento de parcerias com governos municipais na construção e reforma de cobertas de quadras em escolas estaduais, reforma e adaptações de ginásios poliesportivos, quadras esportivas, estádios e campos de futebol, pistas de atletismo e de skate, vilas olímpicas, piscinas semiolímpicas.

Nessa linha, foram construídos, reformados e modernizados 23 equipamentos esportivos em municípios com população acima de 50 mil habitantes, no período de 2012 a 2013. Além disso, nesse biênio foram mantidas as cinco Vilas Olímpicas do Estado do Ceará, nos bairros do Canindezinho, Genibaú, Messejana, Conjunto Ceará e no município de São Benedito, beneficiando aproximadamente 5.000 crianças, jovens e adultos/mês.

Merece destaque a conclusão das pistas de skate, cujo resultado favoreceu à juventude a prática de esportes radicais por meio de competições mundiais. A política de interiorização implementada, beneficiou os municípios de Aracati, Maracanaú, Crateús, Crato, Jaguaribe, Aquiraz, Forquilha e Cascavel. Foram construídas 08 pistas, assegurando atividades esportivas e de lazer para mais de 4 mil jovens. Ressalta-se também a construção de 01 Parque de Arvorismo no Cocó, em Fortaleza e 01 Complexo Esportivo (Praça de Esporte) em Jaguaruana.

Registra-se ainda, as obras realizadas nas Vilas Olímpicas de Messejana e Conjunto Ceará por meio da construção das piscinas semiolímpicas, resultando no beneficiamento de mais de 1.500 crianças, adolescentes e jovens e geração de ocupação e renda para mais de 100 pessoas.

A prática esportiva foi fomentada por todo o Estado através de ações e projetos de expansão e construção de equipamentos esportivos, possibilitando a democratização e o acesso a milhares de pessoas. Foram construídas quatro quadras de esporte nos municípios de Sobral, Assaré, Camocim e Quiterianópolis e reformadas outras obras de infraestrutura em equipamentos esportivos como os estádios municipais.

Outra meta que deve ser destacada é a implantação do Centro de Formação Olímpica do Ceará – CFONE. Esse equipamento contribuirá para o desporto educacional, pois despertará e estimulará os estudantes à prática esportiva; para o desporto participativo, para que a comunidade faça do equipamento uma área de lazer de qualidade e prática saudável; e para o desporto de alto rendimento, voltado à prática de esporte competitivo, em especial para atletas nordestinos.

Ligado à iniciativa de Implantação e reforma de equipamentos e instalações esportivas, o CFONE inaugurou o Modelo de Regime Diferenciado de Contratação - RDC no Estado, uma nova modalidade de licitação, instituído pela Lei nº 12.462/2011, que acelera o processo burocrático de obras para Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, da Copa do Mundo da Fifa 2014 e obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; que além de garantir mais agilidade nas obras, aumenta a competitividade entre os concorrentes.

Iniciada em agosto de 2013 e com previsão de conclusão para novembro de 2014, o CFONE vai formar com a Arena Castelão o maior complexo esportivo do Brasil, com um total de 313.000m². O equipamento abrigará 26 modalidades olímpicas e terá o maior ginásio esportivo do Brasil – o único com arquibancada retrátil. Ele será multiuso e terá capacidade para 17.100 pessoas sentadas (modo jogo) e 20 mil pessoas (modo evento), além de camarotes, bares, salão e sala tecnológica para transmissões.

AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Segurança Pública



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Segurança Pública

Avaliação da Área Temática

A violência é um fenômeno social bastante complexo resultante de diversos fatores, entre os quais as condições econômicas e sociais adversas que atingem considerável parte da população, a perda de vínculos familiares, o avanço do tráfico de drogas e as dificuldades de acesso a serviços básicos de educação, saúde, habitação e trabalho, além da sensação de impunidade, fruto da legislação arcaica que ainda sobrevive no Brasil. Portanto, o desafio de reduzir os índices de criminalidade não cabe única e exclusivamente à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS. Se faz necessária a execução de ações multissetoriais das áreas que envolvem a redução da pobreza, de inclusão social, com educação básica e profissionalizante, esporte e cultura como forma de resgate aos valores humanos.

No entanto, a SSPDS tem maximizado seus esforços na busca de uma segurança pública integrada, participativa, transparente e efetiva, com o foco no enfrentamento da criminalidade e da violência, bem como, na melhoria da sensação de segurança e tranquilidade da população, figurando como setor prioritário da ação de governo. Tanto na capital como no interior tem-se priorizado a construção e reforma de delegacias e aquisição de equipamentos necessários ao bom funcionamento, sendo prioridade a necessidade de aumentar o número de policiais nessas delegacias. No interior do Estado, foi firmada parceria com as prefeituras municipais para a implementação do programa Pró-Cidadania que tem como finalidade fomentar a criação de Guardas Municipais e, conseqüentemente, ter no âmbito municipal mais uma estrutura importante na prevenção da violência urbana primária,

estando implantado em 25 cidades cearenses.

Reforçando as ações de prevenção à criminalidade, a SSPDS vem desenvolvendo diversas outras iniciativas como a realização de cursos, palestras, seminários e oficinas em escolas públicas e privadas da Capital e Interior, na prevenção ao uso de drogas para jovens de 12 a 18 anos, com grande receptividade pela comunidade. A implementação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, também é uma experiência exitosa na área da prevenção, que tem como finalidade estimular a sensibilidade infantil para os riscos que as drogas e a violência podem causar a crianças e adolescentes.

Visando um combate mais efetivo à violência, em especial aos Crimes Violentos Letais e Intencionais – CVLI (homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e latrocínio), foi implementada uma nova sistemática de segurança pública, baseada no estabelecimento de metas, com a divisão do Estado do Ceará em dezoito Áreas Integradas de Segurança - AIS, com responsabilidade territorial mútua e focadas em resultados. Cada AIS possui um comando compartilhado por um oficial da Polícia Militar, um Delegado de Polícia Civil e um oficial do Corpo de Bombeiros Militar, que trabalham de forma integrada com metas de redução de crimes aferidas diariamente.

Apesar de todos os esforços empreendidos pela SSPDS, os indicadores relacionados à redução da violência e uso de drogas continuam crescendo de maneira sistemática desde 2010, conforme pode-se observar no quadro a seguir:

Segurança Pública
Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
1. Redução da violência					
1.1. Taxa de homicídios dolosos	Por 100 mil habitantes	31,59	31,27	41,47	49,65
1.2. Taxa de homicídios de jovens de 12 a 24 anos	Por 100 mil jovens	55,15	50,70	70,35	85,56
1.3. Taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes (0 a 17 anos)	Por 100 mil crianças e Adolescentes	43,26	48,57	52,14	56,93
1.4. Taxa de veículos roubados	Por 10 mil veículos	23,54	19,27	29,83	41,49
1.5. Taxa de roubos	Por 100 mil habitantes	490,22	410,78	567,39	585,68
2. Melhoria do atendimento ao cidadão					
2.1. Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências	Min	14,41	14,49	13,56	12,49
2.2. Cobertura de municípios com delegacia	Nº	126	129	148	161
2.3. Nº de solicitações atendidas / Nº. de solicitações CIOPS (média mensal)	%	98,53	97,75	94,61	95,73
3. Redução do uso de drogas na população jovem					
3.1. Quantidade de crack apreendido por cem mil habitantes	kg	1,02	1,59	1,08	1,71
3.2. Quantidade de cocaína apreendida por cem mil habitantes	kg	0,70	2,08	4,28	2,84
3.3. Percentual de jovens de 12 a 24 anos apreendidos portando drogas	%	11,13	13,79	13,00	13,00
4. Melhoria do atendimento de vítimas de afogamentos, incêndios e desastres ambientais					
4.1. Taxa de vítimas fatais em afogamento (corresponde a capital e área CIOPS).	Por 100 mil habitantes	1,78	4,60	1,25	1,88
4.2. Número de incêndios atendidos em edificações em Fortaleza (corresponde a capital e área CIOPS).	Nº	375	392	548	523

Fonte: SSPDS.

A taxa de homicídios dolosos que era de 31,59 por 100 mil habitantes, em 2010, elevou-se para 49,65 em 2013, representando um crescimento de 57,17% no período. A maioria destes homicídios apresentam características de execução, diretamente vinculado ao tráfico de drogas. Estes dados são confirmados quando se verifica que a taxa de homicídio de jovens de 12 a 24 anos, idade mais vulnerável ao envolvimento com o tráfico apresentou um crescimento praticamente igual (55,14%) nos últimos quatro anos, passando de 55,15 para 85,56 homicídios por cem mil jovens.

Embora com um crescimento inferior ao dos homicídios, a taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes ao longo desses

quatro anos também mostra-se preocupante, pois passou de 43,26 em 2010 para 56,93, representando um acréscimo de 31,6%.

No que se refere aos roubos de veículos e roubos em geral, o comportamento dos indicadores foi o mesmo dos anteriores, crescendo 76,25% no primeiro caso e 19,47% no segundo. Destaca-se que em 2011 estas taxas apresentaram uma ligeira queda, mas nos anos seguintes voltaram a subir significativamente. Pode-se tentar entender o motivo do aumento da taxa de roubos de veículos relacionando com o incremento da frota nos últimos anos, pois uma maior frota significa um maior número de veículos expostos ao risco de roubo.

Quando se analisa o resultado Melhoria do atendimento ao cidadão, as ações de enfretamento à criminalidade e à violência, objetivando a melhoria do sentimento de segurança da população, resultaram na redução do intervalo de tempo levado no atendimento das chamadas, desde o recebimento pela Coordenação Integrada de Operações de Segurança - CIOPS até a chegada da polícia no local da ocorrência. O Tempo Médio de Resposta no Atendimento de Ocorrências Policiais na RMF foi reduzido de 14,41 minutos, em 2010, para 12,49 minutos, no ano de 2013, fruto dos investimentos realizados no setor. A cobertura de municípios com delegacias de polícia também apresentou um crescimento expressivo, passando de 126 municípios em 2010 para 161 em 2013, ou seja, a cobertura dos municípios cearenses com delegacia passou de 68,5% para 87,5% neste período.

Para o resultado Redução do uso de drogas na população jovem verifica-se que a taxa de apreensão de crack cresceu 67,65%, comparando os anos de 2010 (1,02 Kg por cem mil habitantes) e 2013 (1,71 Kg por cem mil habitantes), enquanto que a apreensão de cocaína cresceu mais de 300% no mesmo período, destacando-

se o ano de 2012 onde foram apreendidos 4,28 kg por cem mil habitantes. Por outro lado, o percentual de jovens de 12 a 24 anos apreendidos portando drogas manteve-se praticamente constante na faixa de 13%.

Finalmente analisando o resultado Melhoria do atendimento de vítimas de afogamentos, incêndios e desastres ambientais, observa-se que a taxa de vítimas fatais de afogamento na capital e na área CIOPS manteve-se estável, com exceção do ano de 2011 onde ocorreram 4,60 vítimas por cem mil habitantes. Já o número de incêndios atendidos em edificações por 100 mil habitantes, também na capital e na área CIOPS, em 2013, apresentou um aumento de 39,46% em relação a 2010, onde ocorreram 375 incêndios.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 012 - SEGURANÇA PÚBLICA COMUNITÁRIA

O programa objetiva expandir e aperfeiçoar a atuação comunitária da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, visando fortalecer a sua relação com a comunidade, bem como a preservação da ordem pública.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
53.260.830,20	50.162.317,26	94,18	36.750.791,04	35.335.690,73	96,15

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Capacitar 3.700 pessoas para atuarem como multiplicadores em prevenção e intervenção à violência contra crianças e adolescentes - Polícia Civil.	1.000	586	925	586	1.172
Equipar 15 núcleos de policiamento comunitário.	0	1	15	1	2
Expansão do atendimento da Identificação Civil – Perícia Forense	0	18	0	2	20

Fonte: SSPDS.

Avaliação do Programa

As políticas de segurança pública implementadas por meio desse programa tem como pressuposto a participação da sociedade como principal parceira no processo de contemplação e execução das atividades realizadas no período compreendido entre os anos de 2012 e 2013. Com esse entendimento, a SSPDS capacitou 1.172 multiplicadores na prevenção da violência e do uso indevido de drogas, realizando 95 visitas nas instituições de ensino da capital e do interior do Estado do Ceará.

Além disto, foram implantados vinte Postos de Identificação Civil, que têm por finalidade, dentre outros serviços, a emissão de carteiras de identidade nos seguintes municípios cearenses: Maracanaú, Caucaia, Maranguape, Pacajus, Brejo Santo, Crato, Crateús, Canindé, Tianguá, Tauá, Limoeiro do Norte, Itapipoca, Sobral, Juazeiro

do Norte, Iguatu, Aracati, Morada Nova, Quixeramobim, Horizonte e Russas.

Quanto à execução orçamentária deste programa, observa-se uma redução aproximada de 30% dos valores programado e empenhado quando se compara os anos de 2012 e 2013, pois os recursos empenhados destinados para este programa caíram de R\$ 50,16 milhões para R\$ 35,33 milhões. No entanto a relação empenhado/programado manteve-se praticamente a mesma, na faixa dos 90%.

PROGRAMA 015 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA

O programa objetiva desenvolver ações de edificação, modernização, reestruturação, manutenção, apoio às operações da COPA 2014 e produção do conhecimento científico e tecnológico de forma integrada entre os Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social.

Execução Orçamentária 2012-2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
224.193.221,74	193.609.586,99	86,36	261.738.861,27	209.410.984,43	80,01

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Adquirir 2 helicópteros - SSPDS	0	0	2	3	3
Adquirir 250 veículos - SSPDS	50	171	79	80	251
Formar e capacitar 1.480 novos policiais civis.	740	0	493	690	690
Construir 12 delegacias municipais de Polícia Civil no interior do Estado.	0	12	3	9	21
Reformar 43 distritos policiais de Fortaleza e Região Metropolitana - Polícia Civil.	10	10	10	1	11
Adquirir 220 viaturas para atender a capital e interior do Estado - Polícia Civil.	64	64	52	33	97
Aumentar em 4.000 o número de policiais militares.	1000	0	3000	1983	1983
Equipar 42 quartéis da Polícia Militar com armamentos, equipamentos e aprestos utilizados pelos policiais militares.	0	3	42	1	4
Oferecer formação inicial a 4.000 profissionais de segurança pública aprovados em concurso público, seguindo as diretrizes da Matriz Curricular Nacional - AESP.	1.800	1.733	1.650	1.447	3.180
Oferecer cursos de formação continuada para 8.000 profissionais de segurança pública do Estado do Ceará - AESP.	2.000	2.007	1.940	2.432	4.439

Fonte: SSPDS.

Avaliação do Programa

A Polícia Civil, para dar vazão à demanda recebida em consequência do trabalho da Polícia Militar e de suas próprias atividades, executou ações que permitiram a eficiência do serviço prestado. Assim, entre as ações realizadas destacam-se a construção de 21 Delegacias de Polícia Civil e formação de 690 inspetores.

Com o objetivo de fortalecer a estrutura física da nova sede da Perícia Forense em Fortaleza, foi realizada sua reforma e ampliação, resultando em uma das maiores e melhores estruturas físicas de perícia do Brasil, representando um grande avanço em matéria de órgãos de perícia em todo o país. Essa estruturação permitiu a atuação da PEFOCE de forma mais presente na Capital, Região Metropolitana e Interior do Estado.

Nesse contexto, a formação e a capacitação dos profissionais de segurança pública se tornam cada vez mais essenciais ao processo de mudança pelo qual passa o sistema de segurança pública. Dessa forma, as ações focaram-se na busca constante da formação e capacitação dos profissionais de segurança pública, trabalhando os eixos humanístico-jurídico, técnico-científico e a valorização profissional, objetivando uma formação completa. Com essa compreensão, em 2012, foram atendidos 14.993 profissionais, entre os cursos de formação inicial, habilitação e ascensão profissional de segurança, ensino à distância (EaD) e em instruções e cursos de capacitação e extensão. Em 2013, foram atendidos 12.571 profissionais de segurança.

O reforço operacional na área de combate a incêndio na Capital e Região Metropolitana

veio com a aquisição de seis viaturas tipo Auto Bomba Tanque, somando-se também a aquisição de quinze novas viaturas tipo Resgate, além de equipamentos essenciais para o atendimento às ocorrências, garantindo o atendimento de emergência pré hospitalar, busca, salvamento e proteção individual.

Para a execução do programa, foram previstos recursos da ordem de R\$ 485,92 milhões sendo R\$ 455,34 empenhados no biênio 2012-2013.

Destaca-se que este foi um dos poucos programas governamentais que recebeu acréscimo de recursos em 2013, o que propiciou o alcance e/ou superação de diversas metas previstas para o biênio. Nessa ótica, foram envidados esforços, adicionalmente, para a aquisição de bens com impacto diretamente na atividade operacional como espingardas e munição letal e não letal. Equipou-se o Batalhão de Policiamento do Meio Ambiente, bem como se destinaram recursos para a formação de 1.000 Soldados PM. Todas essas ações contribuíram para que a Polícia Militar, como órgão que atua de forma preventiva, pudesse realizar suas atividades operacionais com maior ostensividade e segurança.

PROGRAMA 016 - GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES

O programa objetiva desenvolver ações de Defesa Civil no enfrentamento de desastres, com vistas à assistência às vítimas, à recuperação e reconstrução de cenários e à preservação do meio ambiente, bem como para o fortalecimento à cultura de prevenção para minimizar a vulnerabilidade social nas situações de desastre natural, humano e socionatural.

Execução Orçamentária 2012-2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
36.344.893,52	14.470.360,91	39,81	62.464.879,62	49.798.883,03	79,72

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Auxiliar municípios atingidos por desastres para socorro e assistências às vítimas e reabilitação e recuperação de cenários.	184	1	184	98	99

Fonte: SSPDS.

Avaliação do Programa

As metas do programa Gestão de Riscos e Desastres são implementadas através do Fundo de Defesa Civil do Estado do Ceará – FDCC, que deflagrou no ano de 2012 operações de assistência, visando o atendimento à população dos municípios que se encontravam em situação de emergência pública em decorrência do quadro de estiagem que assolava o Estado do Ceará. Neste contexto, foram iniciadas operações com o abastecimento de água emergencial, limpeza e bombeamento de poços profundos e a instalação de sistemas compostos de chafarizes e dessalinizadores para a captação de água de poços profundos.

Em 2013, com o agravamento da falta de água potável para consumo humano, toda a estrutura da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil voltou-se para ações de enfrentamento da situação, agora caracterizada como seca, dando continuidade às operações deflagradas em 2012 e finalizadas as obras de reconstrução do Canal do Rio Granjeiro, no município do Crato, decorrentes de enxurrada ocorrida em ano

anterior. No fim do exercício de 2013, iniciou-se uma nova ação para o enfrentamento da escassez de água no Estado, com a implantação de seis sistemas adutores emergenciais com a finalidade de evitar o colapso de abastecimento nas sedes municipais de Fortim, Pacujá, Graça, Pindoretama, Potengi, Parambu e distrito de Campos Belo no município de Caridade. No mesmo contexto emergencial de assistência, foram adquiridos e distribuídos 70.000 cestas básicas e 100.000 filtros de água de polietileno.

Devido à intensa necessidade de esforços no enfrentamento da situação emergencial, as metas com ações de assistência e socorro, bem como as de recuperação de cenários sobrepuseram as demais metas deste programa.

Para executar as ações e metas previstas para o biênio 2012-2013 foram disponibilizados R\$ 98,8 milhões e empenhados R\$ 64,27 milhões. Observa-se que em razão do agravamento do fenômeno da seca em 2013, os recursos empenhados foram majorados em mais de 300% e a relação empenhado/programado alcançou 80%.

AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Justiça e Cidadania



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Justiça e Cidadania

Avaliação da Área Temática

A Secretaria de Justiça e Cidadania - SEJUS desenvolve suas ações com foco em duas grandes áreas de atuação: gerenciamento do sistema prisional e promoção do exercício da cidadania e defesa dos direitos humanos. No primeiro caso, cabe à SEJUS executar a manutenção, supervisão, coordenação, controle, segurança e administração do sistema penitenciário do Ceará, além de garantir o cumprimento das penas e zelar pelo livre exercício dos poderes constituídos. Na outra área de atuação, a SEJUS coordena e supervisiona diversos projetos, destacando-se as Casas do Cidadão, o Caminhão do Cidadão e o Balcão do Cidadão, além de coordenar diversos Conselhos Estaduais como o da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Defesa dos

Direitos Humanos e Defesa dos Direitos da Mulher, entre outros.

A evolução dos dois resultados estratégicos do governo sob a responsabilidade da SEJUS, no período 2010-2013, pode ser observada pelos indicadores descritos no quadro a seguir. No caso do Sistema penitenciário melhorado e aperfeiçoado foram considerados quatro indicadores: Taxa de ocupação de vagas no sistema penitenciário, Percentual de internos matriculados no sistema educacional penitenciário, Taxa de internos e/ou egressos beneficiados com qualificação profissional e Taxa de internos e/ou egressos empregados. Já para o resultado Cidadania Exercida, observou-se o número de pessoas beneficiadas com atendimentos em cidadania.

Justiça e Cidadania
Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
1. Sistema penitenciário melhorado e aperfeiçoado					
1.1. Taxa de ocupação de vagas no sistema penitenciário	%	1,44	1,56	1,55	1,83
1.2. Percentual de internos matriculados no sistema educacional penitenciário	%	16,83	13,08	16,55	19,19
1.3. Taxa de internos e/ou egressos beneficiados com qualificação profissional	%	9,32	5,97	5,82	9,99
1.4. Taxa de internos e/ou egressos empregados	%	5,70	5,04	6,06	25,76
2. Cidadania Exercida					
2.1. Número de pessoas beneficiadas com atendimentos em cidadania (*)	Número	980.182	977.867	1.027.859	1.006.868

(*) Estão incluídos os atendimentos prestados pela SEJUS, SSPDS e STDS
Fonte: SEJUS.

A taxa de ocupação de vagas do sistema penitenciário do Ceará, adotada para monitorar o funcionamento administrativo e operacional dos estabelecimentos e serviços penais, reflete o aumento significativo da violência no país e, em particular, no Estado. Com efeito, enquanto

a população carcerária cearense apresentou crescimento expressivo entre 2010 e 2013, o número de vagas permaneceu praticamente constante no mesmo período. Em 2013 a população carcerária era de 19.194 presos, enquanto registrou-se um total de 10.482

vagas nos diversos estabelecimentos prisionais existentes.

No período 2012-2013 foram criadas sete novas unidades prisionais das 22 que estavam programadas, no entanto, a desativação de algumas unidades importantes para o sistema prisional, desde 2011, refletiu-se no crescimento sistemático da taxa de ocupação de vagas do sistema prisional cearense. Pode-se citar a desativação de 120 vagas da Colônia Agropastoril do Amanari (2011), de 395 vagas do Instituto Penal Prof. Olavo Oliveira - IPPOOI (2012) e das 940 vagas do Instituto Penal Paulo Sarasate – IPPS e das 150 vagas do Presídio Militar – Complexo Penitenciário do Aquiraz no ano seguinte.

Desta forma, apesar dos investimentos e esforços da SEJUS para a melhoria da infraestrutura com a construção, reforma e recuperação dos estabelecimentos prisionais, a taxa de ocupação de vagas no sistema penitenciário vem crescendo sistematicamente, passando de 1,44 preso/vaga em 2010 para 1,83 preso/vaga em 2013.

Porém, ao analisar separadamente a taxa de ocupação das Unidades Principais (presídios/penitenciárias, complexos hospitalares e comuna agrícola) e das Cadeias Públicas percebe-se que o maior problema encontra-se nestas últimas com uma taxa ocupação de 2,11 preso/vaga, enquanto que nas Unidades Principais o valor alcança 1,70 preso/vaga em 2013.

Na perspectiva de aumentar as vagas no sistema penitenciário, tendo em vista a busca da melhoria da Taxa de Ocupação de Vagas no Sistema Penitenciário, a SEJUS está investindo na construção de cadeias e penitenciárias tais como: Cadeia Pública Masculina com 600 Vagas (Itaitinga); Cadeia Pública Feminina com 502 Vagas (Aquiraz); Cadeia Pública com 705 Vagas (Horizonte); Casa de Privação Provisória de Liberdade (CPPLV), com 1.016 vagas (Itaitinga); Unidade Semi-aberto com 944 vagas (Itaitinga) e da Cadeia Pública com 272 vagas (Juazeiro do Norte) que propiciarão um aumento de 4.039 vagas.

As ações de reintegração social, um conjunto de intervenções técnicas, políticas e gerenciais, implementadas durante e após o cumprimento de penas, tem o objetivo de reduzir a vulnerabilidade desta população frente ao sistema penal e prepará-los para sua reinserção na vida comunitária. Desta forma, uma das ações mais efetivas é a formação educacional e profissional dos apenados, internados e egressos do sistema penitenciário, onde se procura associar a elevação da escolaridade e a educação profissional com o acesso ao trabalho e à geração de renda, de maneira a preparar o beneficiário para ingresso no mundo do trabalho após o cumprimento de sua pena.

No tocante a educação prisional a SEJUS estabelece parceria com a Secretaria da Educação - SEDUC numa ação que envolve 98 professores no ensino fundamental e ensino médio para o desenvolvimento de atividades de Educação de Jovens e Adultos - EJA dentro de 62 unidades prisionais onde já ocorreram 10.198 matrículas nos três níveis de ensino desde 2010. No entanto, a realização desta atividade apresenta uma série de dificuldades, tais como: infraestrutura deficiente para realização das aulas, falta de segurança provocada pelos riscos de rebeliões e pelas obras de recuperação das unidades prisionais, além da dificuldade de encontrar professores dispostos e preparados para atuarem em unidades prisionais.

Apesar das dificuldades acima relatadas, o percentual de internos matriculados no sistema educacional vem crescendo sistematicamente, com exceção do ano de 2011, beneficiando 19,91% dos internos do sistema prisional em 2013. O número de matriculados nos quatro anos passou de 2.559 em 2010 para 3.822 em 2013, representando um incremento de 50% aproximadamente. Destaca-se, ainda, a participação de 160 presos em duas unidades do Projovem Prisional, a participação de onze presidiárias no curso superior de Filosofia e a inscrição de 570 internos de cinquenta unidades prisionais do Ceará no Exame Nacional

do Ensino Médio Prisional - Enem Prisional, representando um crescimento de quase 70% em relação à quantidade de candidatos inscritos em 2012, quando 337 internos de 32 unidades realizaram este exame.

Na perspectiva do desenvolvimento de ações educativas e profissionalizantes como a forma mais eficaz para preparar as pessoas ao retorno à convivência social, redução dos níveis de reincidência, resgate dos vínculos familiares, ressignificação de sua história de vida e superação do estigma do cárcere a SEJUS desenvolve o Programa de Promoção da Qualificação e Ressocialização do Preso e Egresso.

Em 2010 foram realizados nove cursos profissionalizantes beneficiando 680 presos do regime semiaberto e 736 do regime fechado, totalizando 1.416 internos e egressos beneficiados no sistema prisional. No ano seguinte foram capacitados 983 nos cursos de artefice de construção civil, bombeiro hidráulico, carpinteiro, eletricista predial e enrolador de motor.

Em 2012, realizou-se as capacitações de auxiliar administrativo, eletricista predial, artesanato, Projeto Fazer Direito, brigadista e ações ambientais beneficiando 1.027 presos e em 2013, foram realizadas 1.917 atividades relacionadas à qualificação profissional de presos o que proporcionou um incremento na taxa de internos beneficiados com qualificação profissional, passando de 9,32% em 2010 para 9,99% em 2013.

Por meio do projeto de utilização de mão de obra carcerária nas unidades do sistema penitenciário do Estado do Ceará para a realização de atividades sociolaborativas (serviços gerais, cozinha, manutenção e reforma em geral) 866 presos/egressos foram beneficiados em 2010. Em 2011 este projeto contou com a parceira do Ministério do Esporte por meio do Projeto Pintando a Liberdade para utilizar a mão de obra carcerária na confecção de material esportivo

(bolas e redes) para ser distribuído para associações, escolas públicas e aos programas sociais do Governo Federal, beneficiando 830 presos.

Com o objetivo de aumentar a empregabilidade da massa carcerária e colaborar para a recuperação social do preso com vistas a melhorar sua condição de vida, através da elevação do nível de sanidade física, moral, educacional, além da capacitação profissional e encaminhamento para oportunidades de trabalho remunerado, em 2012 a SEJUS criou a Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e Egresso - CISPE. Foram desenvolvidos diversos projetos, destacando-se o programa "Mãos que Constroem" que empregou 55 egressos na construção civil; a instalação de duas fábricas nas unidades da RMF para gerar renda e ocupação ao interno; e a criação de uma oficina de capacitação para serigrafia. As atividades realizadas para os internos dos estabelecimentos penais, sede e instituições conveniadas beneficiaram 1.070 assistidos inseridos em parcerias com as empresas para desenvolver atividades sociolaborativas.

A celebração de convênios para o encaminhamento de egressos ao mercado formal de trabalho para diversas instituições como Empresa ISM, ONG O Caminho, Teatro José de Alencar, Defensoria Pública do Estado, Replante Paisagismo, Amêndoas do Brasil, em 2013, proporcionou que 4.944 presos fossem inseridos em programas de laborterapia, sendo 3.265 em trabalhos externo e 1.679 em trabalhos internos, alcançando uma taxa ano de 25,76% do total da população carcerária do Ceará, a maior de todos os quatro anos analisados.

O Governo do Estado do Ceará, para facilitar o acesso do cidadão às informações e serviços públicos, implantou em 1998 o Projeto Casa do Cidadão, que reúne em um único local diversos órgãos e prestadoras de serviços de natureza pública. Atuam neste espaço a CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará; OI Atende; Cartório de Registro Civil;

DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito; Receita Federal; SINE/IDT - Sistema Nacional de Empregos além da SSPDS - Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, STDS - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social) e a própria SEJUS. Atualmente a Casa do Cidadão funciona em três locais (Shopping Diogo, Shopping Benfica e Assembleia Legislativa) todos em Fortaleza.

Também faz parte do conjunto de equipamentos voltados para facilitar o acesso do cidadão às informações e serviços públicos os Caminhões do Cidadão. Inicialmente formado por uma frota de dois veículos, que percorrem todo o Ceará. A frota inicial de dois veículos foi expandida para seis, mas em 2013 apenas três destas unidades funcionaram devido ao término do contrato de locação.

Já o Balcão da Cidadania, implantado em 2011, foi concebido para levar à população, de forma itinerante, a educação em Direitos Humanos, oferecendo de forma coordenada as informações inerentes aos núcleos, conselhos e comitês que compõem os setores da cidadania da SEJUS através da realização de palestras e oficinas. Seu

objetivo é proporcionar subsídios e orientação à população nas ações de apoio e defesa das pessoas com deficiência, pessoas apenadas, pessoas em situação de tráfico de seres humanos e pessoas vítimas da violência.

Destaca-se que a redução do número de atendimentos de 9,5% observada em 2013 em relação ao ano anterior pode ser explicada pelo fato de que os serviços de Ouvidoria deixaram de ser prestados nas Casas do Cidadão, o além do término do contrato de três unidades de atendimento móvel.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 076 - PROTEÇÃO E CIDADANIA

O programa objetiva promover o pleno exercício da cidadania e a defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana por meio da articulação, cooperação e integração das políticas públicas setoriais executadas pelo Governo Estadual em parceria com a sociedade civil.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
18.334.204,40	14.088.996,28	76,85	11.072.753,66	6.193.772,02	55,94

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Atender 394.400 cidadãos por meio das ações dos caminhões do cidadão.	98.100	105.000	96.500	44.800	149.800
Realizar 119 eventos de cidadania.	28	35	28	38	73
Atender 20.000 cidadãos nos conselhos e comitês vinculados.	5.000	9.212	3.596	2.842	12.054
Atender 1.256.000 cidadãos nas Casas do Cidadão.	314.000	377.300	292.900	323.770	701.070
Atender 14.400.000 cidadãos nas centrais de atendimento do Vapt-Vupt.	3.600.000	0	0	0	0
Atender a 100% da demanda direcionada à SEJUS dos cidadãos vítimas de violência, do tráfico e da exploração sexual.	100	100	100	100	100
Atender a 100% da demanda direcionada a SEJUS das testemunhas e defensores dos direitos humanos ameaçados.	100	100	100	100	100

Fonte: SEJUS.

Avaliação do Programa

As ações do programa Proteção e Cidadania são focadas na prestação de serviços ao cidadão através das Casas do Cidadão, Caminhão do Cidadão e Balcão da Cidadania. No biênio 2012-2013 foi possível atender 149.800 pessoas nas ações desenvolvidas pelos Caminhões do Cidadão das 194.600 que estavam previstas, o que corresponde à 77% da meta. A redução de atendimentos em 2013, onde foram atendidas somente 44.800 pessoas (46,4% da meta prevista) deve-se ao fato do término do contrato de três unidades móveis das seis existentes. No entanto, há perspectiva de um novo contrato para ampliação dos serviços, através da aquisição de cinco veículos para dar suporte às demandas de atendimento ao cidadão no Estado do Ceará em 2014.

As demais ações previstas para o atendimento ao cidadão estão sendo realizadas superando a meta programada como, por exemplo, nas Casas do Cidadão, para as quais já foram atendidas 701.070 pessoas em 2012 e 2013 quando o previsto era de 606.900 pessoas, ou seja, houve um superávit de 15,5% no atendimento. O atendimento de 12.054 cidadãos nos conselhos e comitês vinculados também ultrapassou a meta prevista de 8.546 pessoas neste período, representando um incremento de mais de 40% do atendimento previsto.

A única exceção para o não cumprimento da meta é o atendimento do Vapt-Vup, que será operado por meio de uma parceria entre diversos órgãos, empresas prestadoras de serviços públicos e entidades da sociedade civil, pois teve a previsão de implantação adiada para 2014.

No que se refere à prevenção e enfrentamento à violência e a proteção à pessoa, destaca-se a realização de inspeções nas unidades penitenciárias e manutenção de unidades de cumprimento de medidas socioeducativas.

Dentre as ações direcionadas para o enfrentamento

ao tráfico de pessoas destaca-se a elaboração da política estadual, juntamente com o Comitê interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e as ações realizadas pelo Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência – CRAVV, que proporciona o apoio, orientação e atendimentos psicológico, social e jurídico às vítimas de crimes violentos, tais como homicídio, latrocínio, lesão corporal grave, tortura e crimes sexuais, contribuindo, dessa forma, para a minimização dos efeitos traumáticos da violência urbana.

Ainda na vertente dos programas de proteção à vida, visando manter a plenitude da atividade das pessoas que promovem e protegem os Direitos Humanos e as liberdades fundamentais universais, foi implantado no ano de 2012, o Programa de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos – PPDDH e lançado, em 2013, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM, tendo como principal objetivo a preservação da vida, garantindo, na medida do possível, os vínculos familiares e afetivos, bem como a inserção social segura, garantia de acesso à saúde, educação e demais serviços e direitos, em geral, ausentes entre adolescentes envolvidos em violência.

No tocante à execução orçamentária, para o Programa Proteção e Cidadania observa-se uma redução do total programado da ordem de 40% em 2013 em relação ao ano anterior, caindo de R\$ 18,33 milhões para R\$ 11,07 milhões. O valor empenhado também apresentou uma redução de 56% em relação à 2012 e a relação empenhado/programado, decresceu de 76,85% para 55,94%.

PROGRAMA 077 - INFRAESTRUTURA, GESTÃO E ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA

O programa objetiva gerir e manter o funcionamento do Sistema Penitenciário, por meio da construção, reforma e modernização das unidades prisionais de forma a dotá-las de infraestrutura básica, física e ambiental mínima necessária às condições de abrigo digno aos indivíduos em conflito com a Lei.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
125.725.172,56	100.980.692,57	80,32	205.776.508,58	136.908.822,84	66,53

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Criar 43 novas unidades no Sistema Prisional.	9	4	13	3	7
Implantar o Centro de Triagem Criminológica.	1	0	0	0	0
Implantar 13 rádios livres nas unidades especializadas.	3	0	5	5	5
Qualificar profissionalmente 5.200 presos e egressos.	1.300	1.027	1.527	1.917	2.944
Matricular 9.200 presos e egressos nas turmas do ensino fundamental, médio e superior.	2.300	2.923	2.125	3.822	6.745
Atender as necessidades básicas de saúde dos 21.142 presos e egressos.	21.142	21.142	21.142	26.200	26.200
Apoiar 4.000 presos e egressos para a empregabilidade.	1.000	1.070	833	4.944	6.014
Promover a assistência jurídica para os 38.160 presos e egressos.	10.290	11.500	8.890	6.568	18.068

Fonte: SEJUS.

Avaliação do Programa

Das 22 novas unidades programadas para serem criadas no biênio 2012-2013, apenas sete foram entregues, o que comprometeu a taxa de ocupação das unidades prisionais, que subiu de 1,56 em 2011 para 1,83 em 2013. Para tentar reverter esta situação a SEJUS tem procurado adotar outras estratégias como, por exemplo, a reforma de suas unidades. Em 2012 ocorreu a recuperação da Penitenciária de Pacatuba, do Presídio Feminino Desembargador Auri Moura Costa e de doze cadeias públicas (Acarauá, Aquiraz, Caucaia, Canindé, Crateús, Itatira, Jardim, Jericoacoara, Jucás, Juazeiro do Norte, Madalena e Pacatuba). No que diz respeito à construção de novas unidades foram entregues a Casa de Privação Provisória de Liberdade (CPPL IV) no município de Itaitinga e a nova Cadeia Pública do Crato, que resultou em 1.083 vagas no sistema penitenciário.

Em 2013, foram entregues as novas cadeias

públicas, com capacidade para 32 vagas, nos municípios de Jati, Cruz e Milhã. Houve também a recuperação da cadeia pública de Horizonte e foram iniciadas a reforma da Penitenciária Industrial Regional de Sobral – PIRS; da cadeia pública de Novo Oriente; da CPPL I, do Instituto Penal Feminino – IPF; do Instituto Psiquiátrico Governador Stenio Gomes e das cadeias públicas de Pacatuba e Paraipaba. Destaca-se ainda, o início da execução da reforma da CPPL para a implantação do Centro de Triagem e Observação Criminológica.

Para aumentar a capacidade do sistema prisional cearense encontram-se em andamento a execução das obras de construção das Cadeias Públicas/Penitenciárias Jovens Adultos (Horizonte); Casa de Privação Provisória de Liberdade – CPPL V (Itaitinga); Unidade Semi-aberto (Itaitinga) e a Cadeia Pública de Juazeiro do Norte. Após a conclusão dos referidos empreendimentos, serão criadas mais 2.975 vagas.

A “Rádio Livre” uma iniciativa voltada para a capacitação e reintegração social dos internos, beneficia atualmente cerca de seis mil presos de seis unidades penitenciárias da Região Metropolitana de Fortaleza: as Casas de Privação Provisória de Liberdade II, III, IV e de Caucaia, na Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo (Pacatuba) e no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF). Os temas tratados (direito, educação, cidadania, cultura, esporte, saúde, paz, mulher, religião, psicologia, meio ambiente, trabalho, capacitação, dentre outros) são apresentados na programação da emissora em sessões, intercalados com momentos musicais, spots e outras formas, com o objetivo de dar mais dinâmica além de promover a cultura de paz dentro do ambiente carcerário.

No tocante a educação prisional, a SEJUS por meio de parceria com a Secretaria da Educação - SEDUC realizou 6.745 matrículas de detentos, durante 2012-2013, superando a meta de matricular 4.425 apenados.

O Programa de Inclusão Social de Presos e Egressos tem como principal objetivo possibilitar o retorno ao convívio social do homem/mulher encarcerado(a) de forma harmônica e digna, oferecendo oportunidade de qualificação e desenvolvimento do perfil de empreendedor, além de potencializar os conhecimentos para exercer uma atividade no mercado de trabalho, como forma de cumprir a função primordial da pena que no Direito Penal atual deixou de ser meramente punitiva e visa à reintegração social do encarcerado(a). Durante o biênio 2012-2013 foram beneficiados 15.703 apenados com

ações de qualificação (2.944), educação (6.745) e inserção em programas de laboraterapia (6.014), tanto em trabalho externo como nos projetos e funções das próprias unidades da SEJUS.

Destacam-se as parcerias celebradas com os Ministérios da Justiça, Esportes e Desenvolvimento Agrário, STDS e CENTEC, EMLURB, Teatro José de Alencar, Defensoria Pública do Estado além de diversas empresas privadas que propiciaram a execução de projetos importantes como: Batalhão Ecológico, Cores da Liberdade, Grafitart, Maria Marias, Arca das Letras e Pintando a Liberdade, Plantando o Amanhã e Programa Mãos que Constroem que visa empregar a mão-de-obra egressa nas grandes obras do Estado (Construção da Arena Castelão, Centro Olímpico, VLT e Programa Minha Casa, Minha Vida),

Além disto, os internos e egressos recebem dentro e fora das Unidades Prisionais atendimento social, psicológico e jurídico possibilitando o melhor acompanhamento do cumprimento de suas penas e o melhor engajamento nas várias opções de cursos profissionalizantes e trabalho existente de acordo com as suas habilidades.

Em termos orçamentários, durante o biênio 2012-2013 foram programados recursos da ordem de R\$ 331,50 milhões, no entanto apenas R\$ 237,89 milhões foram efetivamente empenhados, o que representa 71,76% dos recursos. Observa-se que houve um crescimento significativo de recursos programados em 2013 comparando-se com o ano anterior (64%), no entanto o crescimento do volume empenhado só alcançou 36%.



AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Acesso à Justiça



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Acesso à Justiça

Avaliação da Área Temática

A experiência democrática tem demonstrado que a simples aclamação em códigos legais não se mostra suficiente para assegurar aos cidadãos direitos e garantias fundamentais proclamados constitucionalmente, sobretudo aqueles inerentes à cidadania plena, à dignidade da pessoa humana e ao primado do acesso à justiça. Nessa perspectiva, adquire grande relevância a atuação do Estado no intuito de criar e desenvolver instituições que favoreçam o acesso à justiça.

O fortalecimento da Defensoria Pública visa a assegurar a efetividade de valores que emergem do Estado Democrático de Direito, como a promoção do acesso à justiça, a salvaguarda dos direitos fundamentais de defesa, a prevalência dos direitos humanos, a igualdade material, a defesa de grupos sociais hipossuficientes ou sub-representados juridicamente, a defesa da pessoa em situação de vulnerabilidade, a primazia da dignidade da pessoa humana, a defesa da cidadania plena, a solução extrajudicial de conflitos, a promoção da paz social.

Diante dessas diretrizes e da exigência da sociedade por mais e melhores serviços, o escopo de atuação da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – DPGE tem se ampliado nos últimos anos. Face à alteração de seu marco normativo, novas atribuições vêm sendo assimiladas ao cotidiano dos defensores públicos, impondo novos e crescentes desafios à instituição, a exemplo de investimentos em tecnologia da informação, infraestrutura, aperfeiçoamento intelectual, implantação de novos núcleos de atuação e incremento da equipe de trabalho. Outrossim, o desafio de viabilizar a prestação de um serviço de assistência jurídica em grau de excelência à população cearense demanda uma atuação de forma planejada, orientada por diretrizes, metas e objetivos estratégicos claros, sempre com vistas a potencializar os resultados obtidos a partir dos projetos e ações institucionais.

Compreendendo a importância da atuação nesta área temática, a gestão governamental estabeleceu o alcance de resultados que podem ser evidenciados a seguir:

Acesso à Justiça
Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
1. Assegurar direitos de defesa e acesso à justiça					
1.1. Pessoas beneficiadas com serviço de assistência jurídica integral e gratuita	Nº	411.950	524.871	627.569	658.765
1.2. Média mensal de atendimento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará	Média	...	21.746	22.849	24.438
1.3. Defensor por habitante	Nº	28.848	29.337	29.372	30.272
2. Solução extrajudicial dos litígios					
2.1. Conflitos concluídos (1)	Nº	-	-	-	-
3. Promoção, difusão e a conscientização dos direitos					
3.1. Pessoas beneficiadas diretamente com educação popular para direitos (1)	Nº	-	-	-	-

(1) Não há como aferir o referido indicador.
Fonte: DPGE.

A ampliação do acesso à justiça pode ser evidenciada quando se verifica o crescente número de pessoas beneficiadas com assistência jurídica integral e gratuita. Entre 2010 e 2013 houve um crescimento de 59,91% desse indicador, passando de 411.950 pessoas beneficiadas para 658.765 pessoas. Isso impacta diretamente na média mensal de atendimento da DPGE, que também apresentou crescimento no período analisado.

O aumento no número de pessoas beneficiadas é decorrente, em parte, das ações desenvolvidas pela DPGE no intuito de melhorar o atendimento, dando agilidade ao mesmo, bem como ao andamento de processos. Dentre essas ações destacam-se: a renovação do parque tecnológico, o desenvolvimento de novos sistemas, a criação da Central Help Desk de suporte e atendimento ao usuário; o aperfeiçoamento de processos e capacitação dos colaboradores.

Apesar de tais ações impactarem positivamente na produtividade dos defensores, ainda há a necessidade de aumentar o número destes no Estado. O indicador defensor por habitante, na verdade expresso como habitante por defensor, demonstra crescimento no período analisado, apontando para a necessidade de aumentar o número de tais profissionais, principalmente considerando a crescente demanda por serviços de assistência jurídica.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 088 - PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS E ACESSO À JUSTIÇA

O programa objetiva ampliar e modernizar o serviço de assistência jurídica integral e gratuita a todas as pessoas necessitadas.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
1.230.481,49	379.020,00	30,80	1.394.980,00	331.958,93	23,80

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Incrementar em 5% ao ano o número de pessoas beneficiadas diretamente com a assistência jurídica integral e gratuita nos locais já contemplados com serviços da DPGE.	408.757	627.569	429.195	658.765	1.286.334
Contemplar com os serviços da DPGE 100% das comarcas do Estado do Ceará.	51	50	51	56	56
Ampliar e modernizar 4 núcleos descentralizados em Fortaleza.	3	1	1	1	2
Implantar, ampliar e/ou modernizar 10 Núcleos Especializados: do Consumidor, da Igualdade Racial, da Moradia e Habitação, dos Presos Condenados, dos Presos Provisórios, da Pessoa com Deficiência, do Idoso, da Defesa da Mulher, da Criança e Adolescente.	8	4	2	2	6

Fonte: DPGE.

Avaliação do Programa

O contínuo aperfeiçoamento da assistência jurídica prestada à sociedade perpassa pela modernização dos Núcleos da DPGE. Encontrase em fase de conclusão a ampla reforma das unidades da DPGE localizadas no Fórum Clóvis Beviláqua, onde se concentra parcela significativa dos órgãos defensoriais. Com a entrega da obra, a atuação da Defensoria em áreas como família, sucessões, cível, fazenda pública, defesa criminal, registros públicos, curadoria especial e infância e juventude sofrerá impacto positivo face à melhoria das condições de trabalho e atendimento ao cidadão.

A atuação institucional esteve presente em todas as regiões do Ceará. No biênio 2012-2013, foram inaugurados os quatro primeiros Núcleos-Modelo da Defensoria Pública no interior do Estado, uma demanda histórica, situados nos municípios de Sobral, Caucaia, Aracati e Juazeiro do Norte. A interiorização do apoio ao defensor se expressou também na visita a todas as comarcas para levantamento de necessidades e elaboração do planejamento de intervenções, na realização de encontros regionais, cursos jurídicos e interiorização de campanhas.

Foram adotadas ainda iniciativas visando a agregar mais transparência e democratizar o ambiente institucional, bem como aperfeiçoar a interface de comunicação com a sociedade. Nessa perspectiva, foram disponibilizadas todas as atas de sessões da história do Conselho Superior no Portal da DPGE. A comunicação foi aprimorada com a criação dos Boletins Informativos Semanais e o trabalho dos defensores públicos passou a ser divulgado no Projeto "Defensor em Pauta". Foi aprovado ainda o Manual de Identidade Visual e Manual de Identidade Visual Aplicado a Petições e Documentos, além de disponibilizados no Portal da instituição modelos de documentos e criado o Banco de Petições.

Também como instrumento de democratização da gestão, houve o aperfeiçoamento do Painel Gerencial, com disponibilização de informações gerenciais a quaisquer interessados na internet, com gráficos, planilhas e estatísticas contendo indicadores institucionais de gestão estratégica e de resultado (Governança Corporativa). Também passou a integrar o calendário institucional a realização periódica de Encontros dos Supervisores da Capital e Interior, proporcionando intercâmbio de experiências, aumento do diálogo institucional, planejamento de ações conjuntas e democratização das ações da administração. No mesmo sentido, foi mantida agenda permanente de reuniões setoriais entre os diversos núcleos e setores da DPGE. Vários assuntos de grande importância institucional foram democratizados em Plenárias realizadas no auditório da DPGE com transmissão on-line para todo o Estado.

Na área de tecnologia, foram implementadas diversas ações estratégicas, destacando-se a renovação do parque tecnológico, o desenvolvimento de novos sistemas, a criação da Central Help Desk de suporte e atendimento ao usuário.

Com investimentos maciços em equipamentos de informática, desenvolvimento de sistemas, reforma, mobiliário, infraestrutura, brinquedoteca, redesenho de fluxos, aperfeiçoamento dos processos e capacitação dos colaboradores, a DPGE conquistou marcas expressivas no aprimoramento do acolhimento ao cidadão em seu principal núcleo de atendimento ao usuário. A produtividade passou de cerca de 19 mil procedimentos em 2011 para mais de 66 mil, em 2012.

A integração com os movimentos sociais, que expressa o perfil democrático e reafirma o compromisso social da Defensoria, foi assegurada pelo fortalecimento da Ouvidoria Externa e por vários eventos e campanhas voltados à

integração com segmentos da sociedade e outras instituições dotadas de atribuições afeitas à salvaguarda da cidadania plena e à afirmação dos direitos humanos de minorias e grupos socialmente vulneráveis. Merece destaque a realização do Seminário Mais e Melhor Justiça para Todos, uma iniciativa que visa à integração entre as demandas oriundas da sociedade civil e

o planejamento das ações institucionais..

A política de aperfeiçoamento intelectual teve como destaque a criação da Escola Superior da Defensoria Pública pela Resolução nº 86/2013 do Conselho Superior da DPGE. No biênio 2012-2013 houve recorde de pessoas capacitadas, número que superou 3 mil pessoas, e recorde de investimento em capacitação, mais de R\$ 400 mil.

AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

EIXO 2

Economia para uma
vida melhor



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Desenvolvimento
Econômico



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Desenvolvimento Econômico

Avaliação da Área Temática

A política de desenvolvimento econômico implementada no Estado do Ceará nos últimos anos visa contribuir para a redução dos desequilíbrios gerados ao longo de décadas, agregando diferenciais aos modelos que a antecederam, especialmente no que se refere aos princípios de sustentabilidade, alinhados a uma tendência mundial, de tal forma a produzir efeitos benéficos na qualidade de vida das populações, na sociedade contemporânea e gerações futuras.

Focado nesses objetivos, e em consonância com o Eixo Economia Para Uma Vida Melhor, o Governo do Estado incentiva atração de investimentos, para implantação, ampliação, diversificação, recuperação e modernização de empreendimentos de médio e grande portes e, ao mesmo tempo, atua como agente catalisador

de demandas de diversas cadeias produtivas, notadamente as de maior valor agregado.

Para a consecução dos resultados estratégicos, o Governo do Estado desenvolve uma política de atração de investimentos com a disponibilização de maiores incentivos a empreendimentos considerados estratégicos, priorizando investimentos de capital elevado e impactantes para o desenvolvimento econômico cearense, agregando a esses fatores a capacidade de geração de empregos e o fortalecimento da economia do Ceará.

A seguir são apresentados o resultado estratégico setorial buscando, no âmbito do desenvolvimento econômico, e os indicadores que o mensurem.

Desenvolvimento Econômico
Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
I. Implantação de novos empreendimentos de médio e grande portes					
1.1. Empregos gerados de empreendimentos implantados	Nº	4.662	4.647	1.352	1.373
1.2. Volume de investimento realizado	R\$ milhão	2.605,99	2.131,14	542,17	2.002,13
1.3. Número de empreendimentos implantados	Nº	46	41	31	32
1.4. Exportações totais do Ceará	US\$ FOB milhão	1.269,50	1.403,30	1.267,00	1.420,50

Fonte: CEDE.

Mesmo apresentando desempenho abaixo, verificado nos dois anos que antecederam 2012--2013, no tocante ao número de empresas implantadas, os 63 novos empreendimentos que entraram em funcionamento durante o biênio em análise representam resultado relevante. Essa mensuração é apurada considerando o número de resoluções concessivas de incentivos fiscais às empresas, através do Fundo de Desenvolvimento

Industrial do Ceará – FDI e, em alguns casos, a infraestrutura disponibilizada para implantação dos empreendimentos.

Igual comportamento foi registrado em relação ao número de empregos gerados cujos resultados se mantiveram abaixo dos dois anos anteriores a 2012, entretanto outras variáveis inerentes aos indicadores vinculados aos incentivos disponibilizados pelo Governo do Estado

são compensadores no contexto global. Isso quer dizer que alguns empreendimentos que demandam menor capacidade de geração de emprego são impactantes do ponto de vista do volume de investimento realizado, a exemplo da relação que se estabelece se analisarmos os empregos gerados em 2012 e em 2013, que se mantiveram aproximados, mas, em contrapartida, o volume de investimento realizado em 2013 (R\$ 2.002,13 milhões) foi expressivamente superior ao registrado em 2012 (R\$ 542,17 milhões).

A retomada do volume de investimentos registrado em 2013 foi fortemente influenciada pela implantação de 10 empresas voltadas para a produção de energia alternativa, sendo 5

unidades da Empresa Eólica Faixa, no município de Trairi e 5 unidades da Empresa Novos Ventos, 3 das quais em Tianguá e outras 2 em Ubajara, totalizando investimentos privados da ordem de R\$ 1,22 bilhão, com 80 postos de trabalho.

Em relação às exportações brasileiras, embora mostrem um leve declínio (-0,2%) em 2013 quando comparadas ao ano anterior, apresentam um aumento total de 19,9% em relação a 2010. A Região Nordeste, que apresentou redução em 2013 (-8,0%) com relação a 2012, registrou um acréscimo de apenas (+8,8%) relativo ao ano de 2010, ou seja, menos da metade do crescimento verificado para o Brasil. O Ceará por sua vez mostrou aumento de 2013 para 2012 (+12,1%) e 11,9% com relação a 2010.

Exportações Totais: Comparativo do Ceará com o Nordeste e Brasil
(Valor em US\$ FOB)

Estado	2010	2011	2012	2013	Variação % 2013/2012	Variação % 2013/2010
Bahia	8.886.017.448	11.016.299.152	11.267.769.476	10.091.660.229	-10,4	13,6
Maranhão	2.920.267.012	3.047.103.050	3.024.687.701	2.341.916.945	-22,6	-19,8
Pernambuco	1.112.498.319	1.198.969.467	1.319.976.345	1.991.530.707	50,9	79,0
Ceará	1.269.498.551	1.403.295.759	1.266.967.291	1.420.464.015	12,1	11,9
Alagoas	971.015.073	1.371.546.559	1.014.421.485	742.270.221	-26,8	-23,6
Rio G. do Norte	284.738.231	281.181.417	261.223.815	247.922.375	-5,1	-12,9
Paraíba	217.833.414	225.191.013	243.369.072	187.966.475	-22,8	-13,7
Piauí	129.184.842	164.346.156	225.729.176	161.847.995	-28,3	25,3
Sergipe	76.600.688	122.398.886	149.073.162	84.572.791	-43,3	10,4
TOTAL NORDESTE	15.867.653.578	18.830.331.459	18.773.217.523	17.270.151.753	-8,0	8,8
Ceará/Nordeste	8,00%	7,45%	6,75%	8,22%	21,9	2,8
TOTAL BRASIL	201.915.285.335	256.039.574.768	242.578.013.546	242.178.649.273	-0,2	19,9
Ceará/Brasil	0,63%	0,55%	0,52%	0,59%	12,3	-6,7
Nordeste/ Brasil	7,86%	7,35%	7,74%	7,13%	-7,9	-9,3

Elaboração: ADECE
Fonte: MDIC/ALICE

A análise dos dados de 2010 a 2013 evidencia um aumento médio anual de 6,2% para o Brasil e de 2,9% para a Região Nordeste, e o Estado do Ceará uma taxa média anual de 3,8%. Isto fez com que o Ceará melhorasse modestamente a sua participação nas exportações da Região

Nordeste, passando de 8,0% em 2010 para 8,22% em 2013, mas reduzindo sua participação nas exportações brasileiras de 0,63% para 0,59% no período, enquanto o Nordeste reduziu ainda mais sua participação no mesmo período de 7,86% para 7,13%.

Exportações Totais Cearenses (2010 - 2013)

Produtos (*)	2010		2011		2012		2013		Variação 2013/2010			
	(US\$ FOB)	Participação 2011 (%)	(US\$ FOB)	Variação 2011/2010	Participação 2011 (%)	(US\$ FOB)	Variação 2012/2011	Participação 2012 (%)		(US\$ FOB)	Variação 2013/2012	Participação 2013 (%)
1 Calçados	403.466.381	31,8	365.963.180	-9,3	26,1	338.648.951	-7,5	26,7	325.169.051	-4,0	22,9	-19,4
2 Combustíveis minerais	2.384.690	0,2	83.435.347	3.398,8	5,9	18.759.585	-77,5	1,5	247.687.803	1.220,3	17,4	10.286,6
3 Couros e peles	165.874.620	13,1	184.139.998	11,0	13,1	205.932.324	11,8	16,3	194.111.759	-5,7	13,7	17,0
4 Frutas (1)	99.162.867	7,8	102.503.913	3,4	7,3	108.289.898	5,6	8,5	117.037.815	8,1	8,2	18,0
5 Castanha de Caju	182.015.701	14,3	176.049.720	-3,3	12,5	148.575.140	-15,6	11,7	109.803.348	-26,1	7,7	-39,7
6 Têxteis	66.965.872	5,3	84.184.225	25,7	6,0	69.824.107	-17,1	5,5	55.635.101	-20,3	3,9	-16,9
7 Cera de Carnaúba	43.629.881	3,4	58.215.910	33,4	4,1	66.842.620	14,8	5,3	53.029.585	-20,7	3,7	21,5
8 Sucos de Frutas	29.598.539	2,3	39.875.979	34,7	2,8	45.840.727	15,0	3,6	42.978.583	-6,2	3,0	45,2
9 Lagosta	60.195.313	4,7	50.109.672	-16,8	3,6	29.037.413	-42,1	2,3	42.070.296	44,9	3,0	-30,1
10 Máq. e equip. elétricos	14.286.687	1,1	9.306.871	-34,9	0,7	17.095.748	83,7	1,3	38.982.395	128,0	2,7	172,9
11 Produtos Minerais	30.244.482	2,4	46.480.890	53,7	3,3	44.365.700	-4,6	3,5	31.298.071	-29,5	2,2	3,5
12 Máq. e equip. mecânicos	11.602.406	0,9	12.548.391	8,2	0,9	11.341.371	-9,6	0,9	11.806.405	4,1	0,8	1,8
13 Extrato Vegetal (LCC) (2)	8.678.775	0,7	13.834.155	59,4	1,0	10.755.509	-22,3	0,8	7.757.645	-27,9	0,5	-10,6
14 Mel de Abelhas	9.721.535	0,8	12.778.933	31,4	0,9	8.152.477	-36,2	0,6	7.280.129	-10,7	0,5	-25,1
15 Confecções	8.319.945	0,7	11.260.310	35,3	0,8	7.639.132	-32,2	0,6	5.357.441	-29,9	0,4	-35,6
16 Flores/Prod. Floricultura	3.290.644	0,3	5.000.846	52,0	0,4	4.279.536	-14,4	0,3	3.974.780	-7,1	0,3	20,8
17 Móveis	1.760.810	0,1	1.779.260	1,0	0,1	1.993.362	12,0	0,2	1.731.857	-13,1	0,1	-1,6
Demais setores	128.299.403	10,1	145.828.159	13,7	10,4	129.593.691	-11,1	10,2	124.751.951	-3,7	8,8	-2,8
Ceará	269.498.551	100,0	1.403.295.759	10,5	100,0	1.266.967.291	-9,7	100,0	1.420.464.015	12,1	100,0	11,9

Observação:

(*) Produtos organizados do maior para o menor em 2013.

(1) Frutas frescas e elaboradas constantes no Capítulo 08 (NCM), exceto castanhas, amêndoas, avelãs, nozes e frutas rijas.

(2) L.C.C. - Líquido da Castanha de Caju

produtos aumentaram seus valores de 2010 para 2013, como são os casos dos combustíveis, peles e couros, e frutas, enquanto 8 produtos reduziram suas exportações como nos casos de calçados, castanhas e produtos têxteis. O aumento das exportações do Ceará em 2013 tem nos combustíveis minerais a principal causa.

Com relação aos 12 principais produtos do agronegócio cearense, entre 2010 e 2013, houve decréscimo em 4 produtos de 3 setores, caju (castanha e LCC), lagosta e mel, o que determinou uma queda média de 3,6% no período, influenciada diretamente pela quebra da safra em função da seca ocorrida em 2012 e 2013.

Exportações Cearenses - Principais Agronegócios (*)
(US\$ FOB)

PRODUTO	2010	2011	2012	2013	% Total 2013/2012	% Total 2013/2010
1 COURO E PELES	165.874.620	184.139.998	205.932.324	194.111.759	-5,7	17,0
2 FRUTAS TOTAL (1)	99.162.867	102.503.913	108.289.898	117.037.815	8,1	18,0
3 CASTANHA	182.015.701	176.049.720	148.575.140	109.803.348	-26,1	-39,7
4 CERA DE CARNAÚBA	43.629.881	58.215.910	66.842.620	53.029.585	-20,7	21,5
5 LAGOSTA	60.195.313	50.109.672	29.037.413	42.070.296	44,9	-30,1
6 SUCOS DE FRUTAS	29.598.539	39.875.979	45.840.727	42.978.583	-6,2	45,2
7 EXTRATO VEGETAL (LCC) (2)	8.678.775	13.834.155	10.755.509	7.757.645	-27,9	-10,6
8 MEL DE ABELHA	9.721.535	12.778.933	8.152.477	7.280.129	-10,7	-25,1
9 FLORES/PROD. FLORICULTURA	3.290.644	5.000.846	4.279.536	3.974.780	-7,1	20,8
10 PEIXES	3.258.534	3.570.811	3.511.314	4.035.824	14,9	23,9
11 CAMARÃO	82.543	567.000	-	1.803.682		2.085,1
12 HORTALIÇAS	-	-	2.073	57.767	2.686,6	
PRINCIPAIS AGRONEGÓCIOS	605.508.952	646.646.937	631.219.031	583.941.213	-7,5	-3,6
ESPORTAÇÕES TOTAIS DO CEARÁ	1.269.498.551	1.403.295.759	1.266.967.291	1.420.464.015	12,1	11,9
% AGRONEGÓCIOS SOBRE O TOTAL	47,7%	46,1%	49,8%	41,1%		

Observações:

(*) Agronegócios cearenses,

(1) Frutas frescas e elaboradas, constantes no Capítulo 08 (NCM), exceto castanhas, amêndoas, avelãs, nozes e frutas rijas.

(2) L.C.C - Líquido da Castanha de Caju

Fonte: Secex/MDIC

O mercado interno brasileiro continua a apresentar uma melhor rentabilidade para os produtores, demandando parte da oferta de produtos que antes se destinava ao mercado externo, em função do fortalecimento do mercado interno.

As exportações de frutas frescas e elaboradas

do Ceará, mais uma vez, são destaque das exportações cearenses, chegando a US\$ 117 milhões, passando a ser o 2º setor do agronegócio nas exportações cearenses. Entre os maiores exportadores de frutas do País (3º), teve em 2013 a segunda maior exportação de todos os tempos, perdendo apenas para as exportações cearenses de 2008 (US\$ 131 milhões).

Avaliação de Programas

PROGRAMA 078 – INDÚSTRIA, SERVIÇO, MINERAÇÃO E AGRONEGÓCIO

O programa tem por objetivo precípua fomentar

o fortalecimento dos setores da indústria, serviços mineração e agronegócio contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento econômico do Estado, com foco na elevação da renda e na geração de empregos.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
148.702.413,78	106.927.653,91	71,91	95.801.956,47	76.512.441,69	79,87

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Apoiar a atração de novos empreendimentos	0	75	50	84	159
Implantar 4 empreendimentos de médio e grande porte na Zona de Processamento de Exportação - ZPE.	1	1	0	0	1
Implantar 105 empreendimentos de médio e grande porte.	23	31	25	32	63
Implantar a Zona de Processamento de Exportação - ZPE do Pecém.	1	0	1	1	1
Disponibilizar 341,0 hectares para implantação de empreendimentos industriais	292	151,8	0	11,2	163
Instalar 5 novas câmaras setoriais.	2	4	1	2	6
Apoiar a implantação de 10 polos e distritos industriais.	4	2	0	0	2

Fonte: CEDE.

Avaliação do Programa

Com abrangência nos diversos setores, o Programa viabilizou intervenções significativas que permitiram contribuir para o fortalecimento da economia do Estado do Ceará, focado numa dinâmica influenciada por intensiva política de captação de investimentos, orientada no sentido de expandir e fortalecer a base industrial do Estado e conseqüente incrementar a renda e a geração de empregos, iniciativa que, de forma incontestável, vem contribuindo para a mudança do perfil socioeconômico cearense.

No biênio em análise, foram atraídos 159 empreendimentos de médio e grande portes, através de Protocolos de Intenções firmados

com o Governo do Estado. Diversos fatores favoreceram a competitividade do Estado do Ceará para o alcance desse resultado, notadamente por sua localização estratégica em relação à África, aos Estados Unidos e países europeus, boa infraestrutura portuária e aeroviária, a garantia de água e os investimentos em energias renováveis, diferenciais que colocam o Ceará com ambiência favorável para a atração de novos investimentos.

No âmbito da concessão de incentivos fiscais, que tem o Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI como principal instrumento, cuja legislação estabelece os critérios que favorecem essa linha de ação, o Governo do Estado viabilizou a

implantação de 63 empreendimentos, alguns dos quais receberam apoio infraestrutural, superando em 31% a meta projetada para 2012/2013.

Dentre os projetos estratégicos para a economia do Estado, merecem destaque as ações desenvolvidas para implantação da Zona de Processamento de Exportações do Ceará - ZPE, criada em 2010 e efetivamente implantada em 2013, cujo processo envolveu etapas de grande complexidade considerando a natureza da iniciativa, desde a infraestrutura física até os procedimentos para formalização e consolidação do empreendimento. Como exemplo disso tem-se o processo de alfandegamento junto à Receita Federal para toda a área norte da ZPE (setor I do Complexo Industrial e Portuário de Pecém - CIPP), que abrange cerca de mil hectares, destinada à instalação da planta industrial da Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP, projeto estruturante e o primeiro a instalar-se na ZPE.

No processo de atração de investimentos, a disponibilização de infraestrutura também consiste em fator relevante no contexto da política de desenvolvimento econômico em curso no Estado.

Desta forma, foram disponibilizados 163,00ha para a Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP, no município de São Gonçalo do Amarante-CE. Referido empreendimento deverá atingir uma capacidade de produção nominal de cerca de 3 milhões de toneladas/ano de produtos siderúrgicos em uma usina integrada com a consequente expansão de todo o setor industrial e da oferta de trabalho para a população, com a previsão de geração de 4.000 empregos diretos e perspectiva de 12.000 empregos indiretos.

Durante o biênio foram criadas 6 câmaras setoriais, 3 a mais que a meta prevista para período 2012-2013, quais sejam: audiovisual, logística, trigo, vestuário, imobiliária e ovinocaprinocultura. As câmaras setoriais e temáticas têm por finalidade propor, apoiar e acompanhar projetos e ações, visando ao desenvolvimento sustentável de cadeias produtivas, através das quais o Governo do Estado mantém um permanente diálogo, buscando identificar gargalos que impedem o pleno desenvolvimento de importantes setores.

A conscientização sobre a necessidade de planejar o desenvolvimento econômico com ênfase no novo conceito de polos e distritos industriais motivou o Governo do Estado a priorizar projetos e metas nesse âmbito.

Em 2012, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE, por meio da Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará - ADECE, apoiou o processo de implantação do Polo Industrial e Tecnológico da Saúde - PITS, que tem como objetivo principal desenvolver o segmento farmoquímico do Estado, promover a inovação e a integração entre a academia e o setor privado e fomentar a sinergia entre as indústrias que formam o polo.

Nessa mesma linha de ação, o CEDE também realizou os serviços de terraplenagem, drenagem e arruamento das vias de acesso no Distrito Industrial de Jaguaribe, para abrigar 12 empresas voltadas para diversos segmentos, que viabilizarão a geração de 1.865 empregos diretos.

A execução orçamentária do Programa para o biênio 2012-2013 é considerada satisfatória e compatível com a realização das metas físicas no referido período.

AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Desenvolvimento
Agrário, Agricultura
e Pecuária



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária

Avaliação da Área Temática

O Sistema Estadual da Agricultura, composto pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA e suas vinculadas, é responsável pela execução da política de desenvolvimento rural sustentável, no âmbito do Governo do Estado do Ceará, tendo por base a política do Governo Federal, implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Voltada à sustentabilidade do meio rural pelo fortalecimento da agricultura familiar, a política envolve as estratégias: direito e inclusão social, democratização do acesso à terra, apoio à produção, beneficiamento e comercialização.

Com fundamentos nessas estratégias, o Plano de Desenvolvimento Rural e Sustentável - PDRS 2007 – 2011, revisado com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PDRSS 2012 – 2015, orienta as ações desenvolvidas pela SDA, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, governos municipais, sociedade civil e movimentos sociais, assegurando ampla participação dos atores sociais, buscando, desta forma, o alcance dos resultados estratégicos setoriais: Ampliação do Acesso a Terra e à Água, Agricultura Familiar Fortalecida e Sustentável, Produtos Agropecuários Seguros e Competitivos e Infraestrutura para a Agricultura Familiar Fortalecida.

A nova abordagem do rural, que extrapola a visão de espaço de produção agrícola, destaca a agricultura familiar e comunidades tradicionais como atores dinâmicos de uma política de desenvolvimento do Brasil no campo. Tal abordagem se traduz num conjunto de medidas integradas, voltadas ao desenvolvimento socioeconômico articulado à justiça e inclusão social, garantia da segurança alimentar e nutricional, respeito ao meio ambiente e preservação do patrimônio cultural.

Ao analisar o período 2010 a 2013, é importante inicialmente, ressaltar que as baixas precipitações pluviométricas ocorridas, excetuando-se o ano de 2011 (quando se registrou a maior safra agrícola do Estado), causaram drásticas reduções nas produções das principais culturas agrícolas. A seca recorrente de 2013 trouxe redução, na intenção de plantio na ordem de 29%, e de 80,7% na produção em relação a 2011 (IBGE). Os anos secos de 2010, 2012 e 2013 provocaram ainda efeitos danosos aos rebanhos bovinos, ovinos e caprinos, afetando seriamente a produção e produtividade de carne e leite, além da morte de animais ocorridas por falta de forragem.

Diante das intempéries climáticas citadas, a política de desenvolvimento agrário, agricultura e pecuária redirecionou as estratégias no sentido de conferir maior peso às culturas potencialmente mais resistentes à seca. Consoante com essa decisão, voltou-se também, ao fortalecimento de projetos pecuários a exemplo do Leite Fome Zero, Tanques de Resfriamento de Leite, Inseminação Artificial Bovina e Introdução de Reprodutores e Matrizes de Ovinos e Caprinos. No tocante à agroindustrialização rural, teve ênfase o apoio à implantação de agroindústrias de mandioca, modernas e eficientes.

Tendo em vista a avaliar a efetividade da política, o resultado Ampliação do acesso à terra e à água, para o período do PPA 2012-2015, é aferido por quatro indicadores comentados a seguir:

Famílias beneficiadas com o título de propriedade é o indicador que retrata a execução das atividades de Cadastro Georreferenciado de Imóveis Rurais e Regularização Fundiária, como uma importante estratégia de Reordenamento Agrário, que tem como objetivos principais, portanto, a promoção da segurança jurídica do patrimônio fundiário do(a) agricultor(a) familiar e a extinção da grilagem de terras no espaço

rural. Neste sentido, o título de propriedade de imóvel rural considerado posse, permite ainda, o acesso a demais benefícios, como às linhas de crédito rural do PRONAF, pelo jovem agricultor, mulher agricultora e agricultor chefe de família, inserindo-os no processo produtivo, além de facilitar a assistência técnica e o atendimento de políticas públicas afins.

No período 2010-2013, o IDACE realizou cadastros e georeferenciamento de móveis rurais contemplando 150.645 famílias, o que representa 57,9% da meta programada. Por sua vez, as famílias detentoras da posse da terra foram beneficiadas com a entrega de 60.185 títulos de propriedade. Cabe ressaltar que nos 79 municípios, onde se realizaram os trabalhos, a grande maioria dos títulos está pronta para ser entregue, o que foi possível pela realização dos Convênios firmados entre o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e interveniência do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Esses resultados apresentados no Estado prestam-se como modelo aos demais Estados que também estão executando atividades de titulação, tornando-se o IDACE órgão de referência nesta área. A tendência é de crescimento deste indicador, considerando a importância conferida pelos Governos do Estado e Federal à ampliação do Programa de Ação Fundiária, de forma a contemplar todos os municípios do Estado.

A oscilação do número de famílias assentadas, através do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, ao longo do período analisado, pode ser atribuída em parte às dificuldades na operacionalização do crédito como: ausência no mercado de terras de imóveis rurais com documentação hábil para atender as normas e regras estabelecidas, a escassez da oferta de imóveis em decorrência das

contratações já ocorridas anteriormente e a complexidade do PNCF. Ademais, as recentes mudanças ocorridas nas normas, no ano 2013, acarretaram retardamento na contratação dos projetos em tramitação e consequente diminuição no número de famílias assentadas, relativamente a 2012. Contudo, mesmo com o desempenho abaixo do programado, o total de 860 famílias beneficiadas com acesso à terra pode ser considerado relevante, no intervalo de 2010 a 2013, visto que se somam a esse benefício, a possibilidade acessar recursos não reembolsáveis para dotar a propriedade rural de infraestrutura necessária para torná-la produtiva, além da construção das habitações rurais, pressuposto básico para a permanência dessas famílias na terra. Aliam-se ainda, os benefícios de assistência técnica e capacitação para o desenvolvimento de atividades agrícolas selecionadas, resultando no empoderamento desses agricultores, pela capacidade de gerenciarem seus empreendimentos, além da oportunidade de parceria com os órgãos estaduais, que permite acessar outras políticas públicas, para o desenvolvimento da unidade produtiva e consequente melhoria nas condições de vida dessas famílias.

O Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, no intuito de minimizar os danos sociais causados pela escassez de água no semiárido e universalizar o acesso à água para consumo humano e produtivo vem desenvolvendo ações no âmbito do Programa Água para Todos por meio de tecnologias como: implantação de cisternas de placas, cisternas de polietileno, tecnologias para manutenção de quintais produtivos e sistemas simplificados de abastecimento de água.

No período 2010-2013, foram implantadas um total de 73.033 cisternas. O baixo desempenho da construção de cisternas de placas, verificado no ano de 2010, se deveu ao fato de o convênio de parceria com o MDS estar se iniciando, com o engajamento no processo necessário à realização da primeira etapa, de algumas entidades sem fins lucrativos contratadas. Em 2011 e 2012 registrou-se bom desempenho do projeto,

com o envolvimento de todas as entidades no processo de construção. Em 2012, foram ainda, contratadas entidades para execução da segunda meta de 33.400 cisternas, ainda referente ao convênio supracitado e, ainda, a contratação de empresas para instalação de Cisternas de Polietileno referente ao Convênio 769231/2012 SDA/MI, o que elevou o desempenho do Projeto no ano de 2013.

É importante frisar que o Estado do Ceará é líder na construção de cisternas de placas, tendo construído 58.110 cisternas nos anos de 2010 a 2013, enquanto que, o Estado da Bahia instalou 20.215, e Pernambuco, 10.084, segundo dados do Sistema de Informações Gerenciais do Programa Cisternas – SIG - Cisternas do MDS.

No que se refere ao indicador Número de famílias beneficiadas com projeto d'água, trata-se de famílias atendidas com sistemas de abastecimento de água, em comunidades rurais de até 500 famílias, por meio do Projeto São José. A implantação dos sistemas consta de captação, adução, tratamento e distribuição domiciliar. O grande desafio que se apresenta para o indicador é alcançar a universalização do acesso à água, contribuindo para a garantia da segurança alimentar e nutricional da família rural cearense. No período analisado, o número de novas famílias atendidas com esses sistemas apresentou uma redução gradativa, com 2103 registrando a quantidade de 1.485 famílias beneficiadas, enquanto em 2011 foram 9.685 famílias contempladas com projeto de água.

O Resultado Estratégico Agricultura Familiar Fortalecida e Sustentável tem como indicador que sintetiza a ação do Governo, o Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio, que são desenvolvidas pela EMATERCE. Durante o quadriênio 2010-2013 foram respaldadas no enfoque participativo e voltadas à melhoria de renda e qualidade de vida, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção agropecuária, dos mecanismos de acesso a recursos, serviços, de forma sustentável.

No quadriênio 2010 – 2013, se observa um incremento significativo na prestação de

Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER aos agricultores familiares, evoluindo de 39,9 %, no ano de 2010, para 70,46 % no ano de 2013, em relação ao total de agricultores familiares do Estado do Ceará. A evolução dos percentuais do número de agricultores atendidos se deve à celebração de convênios e contratos firmados com Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento - MAPA e outros órgãos, no âmbito dos programas, destacando-se entre esses, o Programa Brasil Sem Miséria, Pacto Federativo, ATER Sustentável, Plano de Sustentabilidade e Convivência com o Semiárido e Assistência aos Médios Produtores Rurais.

Mesmo com todas as adversidades climáticas e restrições de recursos financeiros, foram atendidos no ano de 2012, 196.726 agricultores familiares nas diversas cadeias produtivas, elevando-se esse número no ano de 2013, para 240.635 agricultores atendidos. Destaque-se que, nas principais atividades pecuárias foram trabalhadas as cadeias produtivas de bovino de leite com 21.928 agricultores assistidos, da ovinocaprinocultura com 15.747, e em apicultura foi prestado atendimento a 2.346 apicultores, em 2013.

O combate e erradicação da febre aftosa no Estado vêm demonstrando o compromisso do produtor rural com essa ação de governo, quando se analisa o indicador referente ao comportamento crescente do índice de vacinação dos animais, bem como, o resultado do trabalho dos fiscais e agentes no campo. O percentual de animais vacinados evoluiu de 87,5% em 2010 para 95,47%. Com essa ação, neste ano de 2014, o Estado recebeu o Título de Estado Livre de Febre Aftosa com Vacinação, em nível internacional, reconhecido pela OIE - Organização Mundial de Saúde Animal, abrindo as fronteiras do Ceará para o comércio, tanto de animais vivos, uma vez que se possui animais de alto valor genético, como de produtos de origem animal. A ADAGRI passou por auditoria de delegados daquela Instituição, sendo, no parecer dos auditores, bem avaliada nos trabalhos

de defesa desenvolvidos, principalmente, controle sanitário, atendimento a casos suspeitos, vigilância sanitária em postos fixos de fronteiras com outros estados, fiscalização em blitz's volantes, controle de emissão de guias de trânsito animal - GTA, fiscalização em eventos agropecuários, entre outros.

Por sua vez, dentre as atividades de abastecimento alimentar do Estado do Ceará desenvolvidas por intermédio da Central de Abastecimento do Ceará - Ceasa/CE tiveram destaque as ações de fortalecimento da comercialização dos produtos da horticultura do Ceará, que, apesar das secas, registraram aumento no último ano do período analisado, em função da alta dos custos dos produtos. Os produtos hortigranjeiros oriundos do Estado do Ceará participaram, em 2013, com 51,5% do volume comercializado, injetando na economia recursos na ordem de R\$ 897,41 milhões.

De acordo com o quadro a seguir, observa-se que o Percentual de Produtos de Origem Vegetal Classificados para Comercialização, oriundos

do Estado do Ceará teve, na série estudada, uma retração acentuada, especialmente, no ano de 2013, motivada, basicamente pela baixa produção, que teve como vetor principal a falta de chuvas no Estado.

Os projetos desenvolvidos pela SDA - Garantia Safra, distribuição de sementes, crédito fundiário, construção de cisternas, aproveitamento hidroagrícola do Castanhão - foram os que mais contribuíram para a ampliação do total de recursos investidos em estruturação produtiva da agricultura familiar. Em 2013, os investimentos somaram o maior valor do período, R\$ 141.493.

No que se refere às culturas irrigadas pela agricultura familiar ocorreu uma redução gradual na área assistida entre 2010 e 2013, consequência da escassez de chuvas, cujo efeito acentuou-se em 2013, comprometendo a recarga dos açudes e outros mananciais, limitando significativamente, a utilização da água para irrigação. A redução da área irrigada pela agricultura familiar foi de 35,5% nos quatro anos.

Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
1. Ampliação do acesso a terra e à água					
1.1. Famílias beneficiadas com o título de propriedade	%	24,89	34,95	51,52	57,94
1.2. Número de famílias assentadas	Nº	291	190	298	81
1.3. Número de famílias beneficiadas com cisternas	Nº	2.040	23.722	17.771	29.500
1.4. Número de famílias beneficiadas com projeto d'água	Nº	(1)	9.685	2.025	1.485
2. Agricultura Familiar Fortalecida e Sustentável					
2.1. Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ação de apoio	%	39,90	51,46	57,60	70,46
3. Produtos agropecuários seguros e competitivos					
3.1. Percentual de animais vacinados contra febre aftosa	%	87,51	92,20	93,14	95,47
3.2. Percentual de produtos hortigranjeiros oriundos do Estado do Ceará	%	51,7	49,9	49,7	51,5
3.3. Percentual de produtos de origem vegetal classificados para comercialização, oriundos do Estado do Ceará.	%	10,42	9,84	10,17	4,43
4. Infraestrutura para a agricultura familiar fortalecida					
4.1. Valor total investido em estruturação produtiva da agricultura familiar	R\$ mil	88.666,88	117.503,56	05.357,60	41.493,76
4.2. Área irrigada pela agricultura familiar	Ha	6.745	6.403	5.714	4.354

(1) Dado não disponível.

Fonte: SDA.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 028- DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

O Programa tem por objetivo incentivar as atividades de base familiar e apoiar as cadeias produtivas na utilização de técnicas de proteção ambiental e agroecológicas, através da realização de capacitações ao pequeno produtor; assistência

técnica, defesa agropecuária, implantação de estruturas produtivas, realização de eventos promocionais do setor agropecuário, implantação de projetos produtivos e de infraestrutura para aumentar a produção com competitividade gerando emprego e renda na zona rural contribuindo assim, para o desenvolvimento agropecuário do Ceará.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
264.722.097,69	160.930.325,06	60,79	277.767.267,10	143.024.794,68	51,49

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Viabilizar 300.000 adesões de agricultores (as) ao Garantia Safra.	300.000	239.982	300.000	303.887	303.887
Atender a 239.057 agricultores (as) familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas.	126.000	196.726	239.057	240.635	240.635
Atender a 159.356 agricultores (as) familiares na produção e comercialização de alimentos agroecológicos com vistas a garantir a segurança alimentar das famílias.	83.991	111.549	127.484	112.039	112.039
Implantar 17.964 hectares com práticas agrícolas de convivência com o semiárido.	4.464	4.079	650	362	4.441
Beneficiar 13.945 famílias através da implantação das práticas agrícolas de convivência com o semiárido.	3.445	3.505	800	362	3.867
Beneficiar 1.026 famílias com o projeto mandalla.	126	126	266	266	392
Beneficiar 2.800 agricultores (as) familiares do setor da mandiocultura.	1.000	490	506	506	996
Beneficiar 3.340 agricultores (as) familiares do setor da cajucultura.	780	590	650	477	1.067
Apoiar a Implantação de 130.881 hectares de oleaginosas.	32.592	28.579	14.794	10.573	39.152
Beneficiar 7.612 produtores da bovinocultura.	5.700	5.645	6.200	3.900	9.545
Beneficiar 870 produtores da ovinocultura.	190	300	730	318	618
Beneficiar 8.040 agricultores (as) familiares com projetos de irrigação.	480	24	2.511	2.502	2.526
Implantar 1.152 hectares de fruticultura irrigada nos perímetros Alagamar, Curupatí e Mandacaru.	555	557	390	352	909
Classificar 4.149.488 toneladas de produtos de origem vegetal	960.632	1.524.316	1.024.152	1.226.043	2.765.020
Vacinar 90% do total dos rebanhos bovinos e bubalinos contra à febre aftosa.	2.784.350	2.448.942	2.784.350	2.471.908	2.471.908
Fiscalizar 384.000 trânsitos de animais e vegetais.	96.000	97.933	96.000	61.616	159.549

Inspecionar 560 estabelecimentos.	140	237	140	179	416
Comercializar 2.456.000 toneladas de produtos hortigranjeiros.	614.000	572.000	614.000	581.488	1.153.488
Atender a 34.560 agricultores (as) familiares no aproveitamento da infraestrutura hídrica existente para a produção irrigada.	19.999	28.276	24.192	30.082	30.082
Atender a 11.364 agricultores(as) familiares na implantação e revitalização de agroindústrias rurais de beneficiamento e processamento.	8.537	9.091	10.228	2.937	12.028
Capacitar 55.364 agricultores (as) familiares para a produção e gestão de projetos associativos.	25.200	13.240	38.755	15.562	28.802
Beneficiar 986 agricultores (as) familiares com crédito FEDAF.	395	361	491	437	798
Recuperar 23.000 hectares de cajueiros improdutivos através da substituição de copa.	5.400	4.079	4.500	5.049	9.128
Adquirir e distribuir 14.800 toneladas de sementes.	3.700	3.931	3.700	3.093	7.024
Beneficiar 130.000 agricultores (as) familiares com sementes e mudas.	130.000	125.810	130.000	108.042	125.810
Implantar 13.200 quintais produtivos.	2.000	913	646	2.140	3.053
Beneficiar 384 famílias reassentadas.	384	199	384	384	384

Fonte: SDA.

Avaliação do Programa

Os objetivos do Programa se consubstanciam nas diretrizes do eixo da política Economia Para Uma Vida Melhor, e priorizam o desenvolvimento territorial e a redução da vulnerabilidade do homem no semiárido, adotando como estratégias: avanço no crescimento econômico com diversificação da produção agrícola, ampliação da inserção dos produtos da agricultura familiar no Programa de Aquisição de Alimentos e na Merenda Escolar; incremento da produtividade com preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, tendo como fim último a geração de emprego de qualidade e o bem estar social.

Na agricultura do Estado, os projetos são implementados, tanto em áreas de sequeiro, como em áreas irrigadas. Na área de sequeiro destaca-se o Projeto Hora de Plantar que tem apoiado tanto o incremento da produção e produtividade das lavouras de sequeiro, com introdução de sementes e mudas de alto valor genético, quanto a pecuária na difusão de culturas resistentes ao clima semiárido, propiciando a produção de reserva estratégica para os períodos de escassez.

Quanto à agricultura de sequeiro, em virtude de duas grandes secas ocorridas nos anos 2012 e 2013, o Estado teve frustradas as expectativas de safra, apesar das medidas tomadas quanto à distribuição de sementes, e facilitação do acesso ao crédito rural. O Governo do Estado manteve o suporte de sementes aos pequenos agricultores, garantindo a distribuição de 7.024 toneladas de sementes selecionadas, 754.239 mudas de cajueiro anão precoce; 6.414.680 raquetes de palma forrageira; 9.225 metros cúbicos de manivas sementes. O Governo investiu R\$ 34.110.000,00; com recursos do FECOP, na aquisição de sementes e mudas por meio do Projeto Hora de Plantar, beneficiando, em média, 125.810 agricultores familiares.

Teve ênfase a difusão de Práticas Agrícolas de Convivência com o Semiárido, de manejo e conservação de água e solo, para reduzir os riscos advindos das vulnerabilidades climáticas. No período de 2012-2013, foram implantados 4.411 hectares, beneficiando 3.867 agricultores (as) familiares.

O Projeto Biodiesel no Ceará apoia o plantio de oleaginosas com sementes e subsídios

financeiros, além da implantação de fábricas de biocompostagem orgânica para a recuperação dos solos já exauridos. Foram plantados 39.152 hectares de oleaginosas, beneficiando 16.189 agricultores, no período de 2012-2013. Entretanto, vale salientar, que o período de seca ocorrido no Estado nesses anos reduziu, de forma drástica, a produção esperada.

Como projeto relevante no biênio em análise, cita-se o da Expansão e Recuperação da Cajucultura, apoiado na distribuição de mudas e substituição de copas de cajueiros improdutivos, que tem contribuído significativamente com a melhoria quantitativa e qualitativa dos pomares. A área implantada com as mudas distribuídas alcançou nesse período 3.771 hectares e 9.128 hectares de plantas com copas substituídas.

A SDA presta importante suporte à agropecuária com o trabalho de seus laboratórios de classificação vegetal, análises químicas e análises de sementes. A classificação vegetal por meio do laboratório de química é a grande responsável pela qualidade dos alimentos consumidos pela população cearense. No período 2012/13 foram classificados 2.765.020 toneladas de alimento e realizadas 663 análises químicas, proporcionando à população, segurança quanto aos produtos que está consumindo. Já o laboratório de análises de sementes tem assegurado a qualidade, a pureza, o vigor e a germinação das sementes adquiridas pelo Projeto Hora de Plantar, tendo realizado em 2012/13, 1.401 amostras de sementes.

Com referência à pequena irrigação familiar, destacam-se o Projeto de Produção Integrada Mandalla Ceará que implantou em 2012/13, 118 unidades beneficiando 392 famílias; os Quintais Produtivos com a implantação de 3.053, contemplando 15.265 famílias; as barragens subterrâneas com 38 construídas atendendo 190 famílias; como ainda, o incentivo às pequenas irrigações localizadas com transição agroecológica, contribuindo fortemente para a segurança alimentar das famílias, além de permitirem a essas a participação nos mercados institucionais

do Programa de Aquisição dos Alimentos – PAA e Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE.

A manutenção e recuperação de 12 perímetros públicos estaduais de irrigação e 12 agrovilas, que estavam paralisados e obsoletos, com recursos do Estado, permitiram, hoje, a geração de emprego e renda aos 415 agricultores beneficiados nessas áreas. A diversificação de culturas foi à característica marcante desta retomada. A SDA resolveu contribuir para a mudança do perfil da produção dessas áreas e estimular culturas mais rentáveis, como frutas e hortaliças, produção de sementes, culturas anuais (milho e sorgo para a produção de forragem) e a implantação da tecnologia do pastejo rotacionado.

Implantaram-se outros projetos de pequena irrigação, com a utilização de tecnologias modernas, a exemplo do cultivo protegido de flores e hortaliças, com amparo do FEDAF. Foram implantados 06 projetos de cultivo protegido de hortaliças e 04 projetos de irrigação sustentáveis de aluviões. Além disso, realizou-se a distribuição de 1.171 medidores horosazonais que contribuiram de forma decisiva para a redução dos custos de produção. O FEDAF financiou, portanto, atividades produtivas inovadoras, voltadas para a transição agroecológica e convivência com o semiárido, apoiando 798 famílias de agricultores familiares, priorizando as atividades crédito emergencial em virtude dos períodos de seca.

Cabe enfatizar que os Projetos Mandalla, Quintais Produtivos, Barragens Subterrâneas, Medidor Horosazonal, revitalização dos Perímetros Públicos e Agrovilas, contribuem para uma utilização mais racional da água de irrigação, produção de alimentos mais saudáveis, redução de desmatamentos, das queimadas e assoreamentos dos mananciais.

A modernização de Casas de Farinha que vem proporcionando aos mandiocultores produção de qualidade e uma significativa melhoria no

processo de comercialização, pelo acesso aos mercados institucionais e convencionais, beneficiou 996 famílias, no período 2012/13, quando foram implantadas 30 unidades.

Destaca-se ainda o Projeto Castanhão com a implantação de 03 (três) Perímetros Irrigados: o Mandacaru em Jaguaribara pela implantação de 390 hectares de pastejo rotacionado para dar suporte a um grande projeto de pecuária leiteira; o Curupati dividido em duas etapas – a primeira em plena produção com 207,0 hectares de fruticultura irrigada e a segunda etapa, com 243 hectares do sistema de irrigação em instalação que atenderá em breve, 81 assentados. Por fim o Perímetro Alagamar em Jaguaretama, em processo de implantação de 312 hectares de fruticultura atendendo a 104 famílias, das quais 87 assentadas com recursos do Crédito Fundiário.

No que se refere à atividade pecuária, os agricultores familiares contaram com a implantação de 221 tanques de resfriamento de leite, produzido pelos agricultores familiares, atendendo 6.000 bovinocultores e 350 caprinocultores no período de 2012 a 2013, inserindo-os no mercado formal além de 4.250 kits de higiene de ordenha, 40 motos ensiladeiras, 80 kits de inseminação artificial.

Registre-se o aumento na adesão dos agricultores na safra 2013, ao Garantia Safra (303.887 agricultores), em função das estiagens verificadas em 2012, com a parcela adicional paga com recursos próprios do Governo do Estado.

As ações de defesa agropecuária que visam erradicar, prevenir e controlar doenças dos animais e pragas dos vegetais em todo o Estado ocorreu com ampliação do quadro de fiscais e do número de unidades locais no interior do Estado, com a melhoria da estrutura física das unidades existentes e um controle gerencial mais eficaz do planejamento e das ações realizadas em campo, além de convênios com prefeituras para implantação dos Escritórios de Atendimento a Comunidade (EAC).

Com essas ações foram atingidos índices crescentes de vacinação do rebanho contra a Febre Aftosa - 95,47% dos rebanhos bovino e bubalino vacinados, equivalentes a 2.471.908 cabeças - maior eficiência nas fiscalizações do trânsito de animais e vegetais e na inspeção de estabelecimentos comerciais. Outro ponto relevante foi o combate ao Mormo, doença grave dos eqüídeos, além da ADAGRI ter conferido ao Estado o status de Área Livre de Moko da bananeira, e mantido o status de Área Livre de Sigatoka Negra da bananeira e Área Livre de Mosca das Frutas (*Anastrepha grandis*), credenciando o Ceará na manutenção e ampliação dos comércios internos e externos.

No que concerne à comercialização de produtos hortigranjeiros pela CEASA, houve impacto no aumento dos valores da comercialização pela alta do custo dos produtos, considerando que a seca nos anos de 2012 e 2013 contribuíram de forma decisiva para a diminuição da oferta destes produtos. Com o aumento registrado em 2013, os valores injetados na economia superaram em 21,8% os registrados em 2012.

Vale destacar que a assistência técnica e extensão rural aos agricultores(as) familiares, que tem a EMATERCE como sua principal executora, é condição necessária para o desenvolvimento das cadeias produtivas das culturas e criações, objetivando o aumento da produtividade física, sem agredir o meio ambiente, a rentabilidade econômica, sem desconhecer sua contribuição a ações complementares como crédito rural, comercialização, organização rural dentre outras.

Com todas as adversidades climáticas e restrições de recursos financeiros, nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas, foram atendidos em 2012, 196.726 agricultores familiares, e no ano de 2013, 240.635. Nas cadeias produtivas irrigadas, a assistência se deu a 5.378 agricultores em 2012, numa área de 5.714 ha, enquanto em 2013, foi de 4.759 o número de agricultores atendidos numa área de 4.354,12 ha, com destaque para a cultura do feijão. Já na atividade pecuária, a EMATERCE obteve os seguintes resultados: em 2012, foram assistidos em bovinos de leite 18.803 agricultores, em ovinos e caprinos 12.897 agricultores e 2.237

apicultores. No ano de 2013, por sua vez, foram assistidos em bovino de leite 21.928 agricultores; em ovinos e caprinos 15.747 agricultores; e 2.346 apicultores.

Por meio do Programa, o Governo do Estado aplicou uma soma de R\$ 303,95 milhões em 2012 e 2013 para o desenvolvimento da agricultura familiar, o que correspondeu a aproximadamente, 61% e 51% dos valores autorizados, respectivamente, para cada ano.

PROGRAMA 029 - ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL

O programa viabiliza o acesso à terra, moradia e estrutura básica produtiva, especialmente hídrica, buscando a permanência das famílias no campo, por meio da aquisição de produtos dos agricultores (as) familiares cearenses e melhoria da qualidade de vida nas comunidades rurais, incentivando o desenvolvimento do meio rural e contribuindo no combate à fome e à pobreza.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
216.664.669,10	78.848.264,38	36,39	337.438.718,24	129.566.643,36	38,40

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Construir 2.000 habitações nos imóveis rurais no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF.	500	181	659	82	263
Beneficiar 109.997 pessoas, diariamente, com distribuição de leite.	100.000	80.239	100.000	51.464	80.239
Ampliar a cobertura do Leite Fome Zero para 180 municípios.	180	174	180	136	174
Beneficiar 107.730 pessoas com distribuição de alimentos.	35.910	125.081	23.940	124.704	125.081
Beneficiar 8.268 agricultores(as) familiares com aquisição de sua produção.	2.756	1.509	1.837	2.025	2.025
Apoiar a implantação de projetos produtivos em 24 assentamentos e comunidades tradicionais.	8	10	10	9	19
Implantar 1.280 bibliotecas rurais.	320	59	320	250	250
Capacitar 1.280 agentes de leitura no âmbito do Arca das Letras.	320	59	320	250	250
Implantar 320 casas digitais.	80	70	80	23	70
Beneficiar 2.400 famílias com a aquisição de imóveis rurais no âmbito do Programa Nacional do Crédito Fundiário - PNCF.	600	298	662	81	379
Beneficiar 40.000 famílias rurais em situação de extrema pobreza por meio de atividades individuais e grupais de produção familiar.	10.000	3.200	16.400	26.400	26.400
Atender a 159.356 famílias de agricultores (as) familiares, na produção agroecológica e solidária.	83.991	4.927	127.484	106.622	106.622
Reformar 1.200 habitações rurais em assentamentos e comunidades tradicionais.	300	351	300	0	351
Implantar 107.559 cisternas para consumo humano, nas comunidades rurais.	46.861	17.771	20.360	29.500	47.271
Implantar 1.543 sistemas de abastecimento de água com ligações domiciliares em comunidades rurais.	164	45	12	33	78
Construir 12.000 kits sanitários.	3.000	87	380	19	106

Fonte: SDA.

Avaliação do Programa

Durante os anos 2012 e 2013, a SDA desenvolveu ações de forma intensiva, na busca do enfrentamento da pobreza rural, focadas principalmente nas famílias de pequenos agricultores, e em especial, naquelas cuja renda familiar encontrava-se abaixo da linha de pobreza.

Para o alcance dos objetivos do Programa do Governo Federal Fome Zero no Ceará, teve continuidade as ações de compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, destinando-os às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócio assistencial local, pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (cozinhas comunitárias, restaurantes populares e banco de alimentos) e da rede pública e filantrópica de ensino ao longo dos anos. O Programa foi implantado em 76 municípios dos seis Territórios da Cidadania, e em 2013, beneficiou 2.025 agricultores(as) familiares com a aquisição da produção, 790 entidades sócio assistenciais locais, contemplando 124.704 pessoas. O PAA - Compra com doação simultânea, tem por diretrizes principais colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Ceará.

O Leite Fome Zero é um incentivo do Governo Federal em parceria com o Governo Estadual para garantir a compra da produção leiteira do agricultor familiar, por um preço justo e estável. No ano de 2013, houve uma redução na quantidade do leite comercializado para o Programa, motivada pela continuidade da estiagem que afetou a produção. Como consequência, o atendimento pelo Programa que, em 2012 se deu em 174, foi reduzido, em 2013, para 136 municípios.

A implantação de bibliotecas rurais, no número de 59 e de capacitações, em número correspondente, de Agentes de Leitura (no âmbito do Arca das Letras), em 2012, foram inferiores ao esperado, por falta de liberação de recursos. A quantidade realizada foi possível pela

aplicação dos recursos transferidos de 2011. No ano de 2013, além da implantação de 250 Arcas das Letras (78% da meta), foram promovidos encontros de formação e integração entre essas unidades implantadas, como qualificação para o bom funcionamento do Programa. Foi a maior implantação anual ocorrida no Ceará, o que valeu a recuperação da posição de primeiro lugar em nível nacional do número de Bibliotecas Arca das Letras em funcionamento.

Por meio do Projeto Casa Digital do Campo, foram implantadas em 2012, 70 unidades e realizadas capacitações de 3.200 agentes. Durante o ano de 2013, a entrega dos computadores pelo Governo Federal passou por uma descontinuidade, resultando em apenas 23 casas digitais implantadas (enquanto a meta era 80) e capacitação de 920 novos agentes comunitários de Inclusão Digital e Leitura. O projeto foi premiado pela SEPLAG como o melhor projeto de inclusão digital do Estado.

A implantação de cisternas para consumo humano, nas comunidades rurais, é executada através de duas tecnologias: cisternas de placa (convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e cisternas de polietileno (convênios com o Ministério da Integração). No último biênio, foram implantadas 47.271 cisternas, beneficiando 236.355 mil pessoas. Registram-se como avanço alcançado ano de 2013: regulamentação do Programa por meio da Lei Nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, e a instituição da forma de contratação de entidades para sua execução; autorização do MDS para o uso dos rendimentos de aplicação financeira para ajustes da contribuição à família e aquisição de água para implementação e abastecimento inicial das tecnologias, o que ajudará as famílias e agilizará a construção das cisternas.

O desempenho abaixo do esperado no número de famílias beneficiadas com o PNCF se deu em consequência das mudanças ocorridas nas normas do Crédito Fundiário, retardando a contratação dos projetos em tramitação no

ano de 2013, e a conseqüente diminuição no número de famílias beneficiadas com habitação rural. Apesar dos resultados não terem sido satisfatórios, foram beneficiadas 379 famílias, no intervalo de 2012 - 2013, com acesso à terra e 263 famílias com habitação rural, alavancando recursos na ordem de R\$ 12 milhões, ao que se soma a oportunidade das famílias disporem de não reembolsáveis para dotar a propriedade rural de infraestrutura necessária para torná-la produtiva.

No que se refere aos projetos produtivos em assentamentos e comunidades tradicionais, atingiu os objetivos propostos ao implantar 19 projetos produtivos, superando a expectativa em relação às metas previstas para 2012 e 2013, e facilitando a inserção de políticas públicas em áreas que até então não haviam sido contempladas. Os projetos produtivos são orientados por planos de negócios dos quais devem constar análise de mercado, plano de comercialização, plano financeiro, plano de serviço e plano de gestão e implantados atendendo as vocações identificadas e com participação direta das entidades associativas para melhoria na qualidade de vida dos contemplados.

Em relação à habitação rural, a despeito das metas não terem sido alcançadas, a expectativa no campo de reforma de moradias permite uma vida mais digna e a fixação do homem no campo. No ano de 2013, os recursos previstos pelo INCRA para construção e reforma de habitações não foram liberados, tendo em vista a adoção de medidas de ajuste no programa, considerando a implantação do programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

A estratégia de ATER objetivou propiciar às famílias, a oportunidade de se beneficiarem das políticas públicas para a pequena produção,

colocando os agricultores como protagonistas do seu próprio desenvolvimento. A concretização dos objetivos, pressupõe assistência tecnológica no trato das cadeias produtivas de agricultura e pecuária, crédito rural, práticas de convivência com o semiárido, educação alimentar, dentre outras, aliados ao cuidado com o meio ambiente, em ações de transição agroecológicas.

Para alcance das metas do Programa, cabe ainda destacar a execução do Programa Brasil Sem Miséria – PBSM, que disponibilizou crédito de fomento às famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza, beneficiando em 2012, 3.200 famílias, e em 2013, um total de 26.400 famílias, com atividades individuais e grupais de produção familiar.

Em um Estado onde a incidência de estiagem é um fenômeno periódico, sobressai-se o trabalho desenvolvido de convivência com o semiárido, cujas práticas permitem a exploração das culturas, minimizando a insuficiência hídrica, permitindo o cultivo com redução de perdas na produção.

A execução orçamentária do Programa importou em R\$ 208,414 milhões, equivalentes a uma aplicação de 36,4% e 38,4% dos recursos programados, em 2012 e 2013, respectivamente.

PROGRAMA 067 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

O programa tem por objetivo apoiar as instâncias de planejamento e gestão dos colegiados, a mobilização de movimentos sociais e do Poder Público no âmbito dos territórios rurais e implantar projetos de infraestrutura social e produtiva para a agricultura familiar, visando ao desenvolvimento dos 13 territórios rurais do Estado do Ceará.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
33.256.196,86	18.471.271,50	55,54	25.197.256,04	7.528.915,02	29,88

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Implantar 104 projetos de infraestrutura nos territórios rurais.	26	13	26	26	26
Realizar 104 eventos de capacitação para apoiar os colegiados territoriais na implementação da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e solidário	7	30	26	27	27
Reassentar 780 famílias atingidas por obras públicas.	250	250	312	0	250
Cadastrar, georeferenciar e regularizar 57060 imóveis rurais.	12.898	43.077	12.800	16.679	59.756
Titular 51.809 posses de imóveis rurais.	20.727	26.113	20.683	8.022	34.135

Fonte: SDA.

Avaliação do Programa

O Desenvolvimento Territorial ancorado no desenvolvimento sustentável, busca entre outras estratégias, uma gestão social, o fortalecimento do estado e o protagonismo dos atores institucionais, para, a partir de instâncias colegiadas, exercerem o controle e a gestão das políticas públicas. Nesse sentido, o monitoramento e a avaliação dessas políticas assumiram grande importância nas últimas décadas, em virtude da reforma gerencial implantada em vários países no período.

Dentre as ações desenvolvidas nos territórios destaca-se a realização de 27 eventos de capacitação para apoiar os colegiados territoriais, sendo: 13 conferências territoriais de desenvolvimento rural sustentável, 13 plenárias territoriais, onde 7 foram para discussão das ações orçamentárias de apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais – PROINF e 6 para a apresentação da matriz de atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário para os territórios da cidadania; além da conferência estadual de desenvolvimento rural sustentável com a participação de 1.855 atores sociais.

Na implantação de projetos de infraestrutura nos territórios rurais, merece destaque a distribuição de 156 kits de beneficiamento de castanha para os territórios Litoral Leste e Maciço de Baturité; a distribuição de 6 tratores com 60 implementos para o fortalecimento da cadeia

produtiva da mandiocultura do território Litoral Extremo Oeste; a distribuição de 2 conjuntos de máquinas para beneficiamento do caju com produção de cajuína, para o território Maciço de Baturité; e a elaboração e aprovação pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário de 6 ações orçamentárias de apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais - PROINF, para produção de reserva alimentar e a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Conforme programado, foram implantados no último biênio, 26 projetos de infraestrutura nos territórios rurais.

Tendo como objetivo a integração, contou-se com a realização de 13 seminários territoriais para a divulgação das ações/projetos e programas de cada coordenadoria da SDA, promovendo a intersectorialidade na questão territorial. Outra ação relevante se deu com a divulgação dos Editais do Projeto São José, que buscou contemplar em todas as suas etapas, a participação efetiva dos representantes dos territórios.

No ano de 2012, a meta de titular posses de imóveis rurais foi superada, quando 26.113 imóveis foram titulados. Apesar de, em 2013, ter se verificado um decréscimo no quantitativo realizado, a execução acumulada nos dois anos chegou a 82,4% das metas programadas para tal período. Os números apresentados referem-se aos títulos expedidos e conseqüentemente entregues aos beneficiários, enquanto a quantidade de documentos produzidos foi bem

maior que o mencionado. A entrega definitiva está condicionada a questões referentes ao IDACE. As metas são realizadas a partir da liberação dos recursos com aplicação das metodologias pelo IDACE.

No tocante às famílias atingidas por obras públicas são realizadas reuniões com a finalidade de esclarecer todo o processo aos quais serão submetidas e de promover discussões sobre os seus anseios em relação a todo processo de reassentamento e a políticas adotadas.

No caso do Cadastro Georreferenciado são realizadas as audiências públicas com a participação da sociedade civil para tomar conhecimento sobre o desenvolvimento da ação e integrar-se ao processo de execução.

A aplicação de recursos muito abaixo do previsto acarretaram atraso na execução de projetos devido às implicações abaixo enumeradas: o inverno, embora não rigoroso, dificultou o acesso dos técnicos a alguns dos Imóveis Rurais, principalmente para o trabalho de Georreferenciamento; problemas técnicos enfrentados pelas empresas; dificuldades surgidas em virtude da metodologia exigida pelo MDA para recebimento dos produtos pelo IDACE;

como também questões de ordem jurídica que impossibilitaram a continuação dos trabalhos de reassentamento das famílias atingidas por obras públicas; e a demora do processo licitatório para contratação de empresas para efetivação do Cadastro Georreferenciado, atrasando toda a programação anteriormente prevista.

Nos anos de 2012 e 2013, por meio do cumprimento das metas do Programa, foi possível apoiar as instâncias de planejamento e gestão dos colegiados territoriais com o acompanhamento das ações dos Núcleos Dirigentes, Núcleos Técnicos, Comitês Temáticos e Setoriais. As metas de Ação Fundiária foram cumpridas, com o cadastramento, georreferenciamento e regularização de imóveis superiores às programadas, com um acréscimo significativo, mesmo com os recursos aplicados muito aquém do previsto, conforme pode ser constatado no quadro das principais metas.

A execução do Programa envolveu recursos orçamentários em 2012 e 2013 acumulados de R\$ 26 milhões, correspondentes a um valor empenhado em relação ao programado de 55,5% e 30% nos respectivos anos.



AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Aquicultura e Pesca



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Aquicultura e Pesca

Avaliação da Área Temática

A política de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará implementada pela Secretaria da Pesca e Aquicultura – SPA, está articulada com a política nacional executada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA. Com foco na sustentabilidade econômica, social e ambiental da atividade, esta política tem o propósito de desenvolver e fomentar a produção pesqueira e aquícola, com vistas a melhorar a renda dos produtores, bem como, elevar a qualidade do produto ofertado à população.

A produção de pescado do Estado do Ceará, oriunda da pesca extrativa e da aquicultura, apresentou um incremento no período, tendo influência direta no indicador “consumo per capita de pescado”. Embora sejam dados de produção estimados, uma vez que as informações estatísticas sobre a pesca e aquicultura saem com grande atraso, esse incremento é confirmado pelas estatísticas mais recentes para os anos de 2011 e 2012. Portanto, em 2013, de acordo com estimativa da Secretaria da Pesca e Aquicultura, a produção de pescado do Ceará alcançou a marca de 108.328,00 toneladas, representando um crescimento de 16,11% em relação à produção do ano de 2010, aumento verificado principalmente na aquicultura.

Visando contribuir diretamente com esse incremento, a SPA tem procurado implantar novos projetos de aquicultura (piscicultura, carcinicultura, etc.). Na pesca extrativa continental tem sido executado sistematicamente o projeto “Repovoamento de Açudes”, que tem como objetivo a introdução de alevinos de peixes nos açudes do Estado, beneficiando milhares de pescadores artesanais. Para a pesca extrativa marinha, existe uma proposta a ser apreciada

pelo Governo de um projeto de introdução da pesca oceânica em nosso Estado, que proporcionará um aumento de produção com a exploração de novas áreas de pesca.

O consumo per capita de pescado do Estado, tem apresentado tendência de aumento. Visando o incremento desse indicador, a SPA, em parceria com o Ministério da Pesca, adotou estratégias diversas: levar o pescado aos bairros a preços mais acessíveis por meio do “Caminhão do Peixe” e veiculação de campanhas de marketing em diversos eventos técnicos e gastronômicos, o que se somou às ações programáticas já descritas para o aumento de produção de pescado. Nesse contexto, o consumo per capita de pescado (peixes, camarões, lagostas e outros) no Estado de Ceará tem aumentado gradativamente, passando de 11,40 kg/hab/ano em 2010, para 12,20 kg/hab/ano, no ano de 2013.

O Valor das exportações de pescado no Estado do Ceará, se concentram em três itens principais, são: lagosta, camarão e peixes. Observando-se o comportamento do indicador valor das exportações de pescado no Estado do Ceará, expresso em dólares americanos (US\$), ao longo do período de 2010 a 2013, foi verificada uma tendência de queda devido à redução da produção da pesca da lagosta ocorrida nos dois últimos anos do referido período. As exportações de camarão foram afetadas de maneira negativa em um passado recente por ações de “dumping” por parte de importadores e que até hoje apresenta reflexos desfavoráveis, aumentando a oferta desse crustáceo no mercado interno. A SPA tem dado apoio e participado de eventos ligados à carcinicultura empresarial, como também pretende implantar projetos de carcinicultura familiar, contribuindo

direta e indiretamente para a recuperação das exportações do segmento pesqueiro e aquícola do Estado.

O número de ocupações geradas na pesca e aquicultura no Estado do Ceará anualmente tem apresentado um leve decréscimo em relação a 2011, devido, em parte, a precipitações pluviométricas em 2012 e 2013, que ficaram abaixo da média, influenciando principalmente os projetos de aquicultura, quase inteiramente de cultivo de tilápias, implementados no interior do Estado.

Os resultados alcançados no período 2012-2013 tiveram um incremento nos indicadores relativos à produção de pescado e do consumo *per capita*, apresentando uma ligeira recuperação no valor das exportações do ano de 2013 comparados ao de 2012. As questões relacionadas à disponibilidade de pessoal técnico e administrativo, as condições climáticas decorrentes da seca, o atendimento às exigências ligadas principalmente às questões ambientais para a implantação de projetos de aquicultura, a deficiência e/ou a falta de dados estatísticos atualizados, as questões ligadas ao comércio internacional, impediram que fosse obtido um resultado mais substancial para esses indicadores. Por outro lado, os números relativos às metas do período 2012-2013, embora tenham ficado aquém do programado, só foram possíveis de serem alcançados no período em que se pode contar com o trabalho de campo dos técnicos contratados na ocasião.

No biênio 2012-2013 podemos ressaltar a distribuição de 8.559.000 alevinos em açudes de vários municípios do Ceará. Essa ação fortalece a oferta de alimentos, como também incentiva o desenvolvimento da piscicultura extensiva em reservatórios.

No que se refere à qualidade do produto ofertado à população, a SPA intensificou a fiscalização e a inspeção de pescados e seus derivados, passando a controlar e a rastrear a produção nas indústrias e a comercialização dos produtos por meio da implantação do Selo do Serviço de Inspeção Estadual - SIE do pescado e seus derivados. Referidas ações permitiram a criação do Certificado de Rastreamento para Transporte Intermunicipal - CRTI do pescado. Além disso, técnicos da SPA tem realizado permanentemente visitas técnicas para acompanhar e orientar os estabelecimentos de pescado, as apreensões de pescado ilegal e o cadastramento de embarcações e veículos que transportam pescados no Estado do Ceará procedentes de outros Estados.

Por fim, destaca-se o serviço de ATEPA (Assistência Técnica e Extensão Pesqueira) que atendeu 1.314 pescadores e aquicultores familiares, capacitando-os nas áreas de pesca, aquicultura e beneficiamento do pescado, além da implantação e acompanhamento de projetos de piscicultura familiar.

Aquicultura e Pesca Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
1. Aumento da produção da pesca e aquicultura					
1.1. Produção de pescado no Estado do Ceará	Ton.	93.295,30	95.200,60	103.169,64	108.328,00
1.2. Consumo per capita de pescado	Kg/Habitante	11,40	12,00	12,20	12,20
1.3. Valor das exportações de pescado no Estado	U\$ FOB mil	60.350,00	54.239,00	31.842,04	47.209,48
2. Empregos gerados na pesca e aquicultura					
2.1. Número de ocupações geradas nas atividades de pesca e aquicultura	Nº	20.000	20.000	19.500	18.500

Fonte: SPA.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 036 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA

O programa objetiva fortalecer o segmento pesqueiro e aquícola em bases ambientalmente

sustentáveis, contribuindo para o aumento da oferta de alimentos através do incremento da produção pesqueira extrativa e da aquicultura marinha e continental, visando o aumento da geração de emprego e da renda de pescadores e aquicultores.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
24.396.236,58	4.812.215,20	19,73	26.126.218,17	2.065.005,77	7,90

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Realizar censo pesqueiro e aquícola do Estado do Ceará.	0	0	2	0	0
Distribuir 29.000.000 de alevinos, em 1.200 açudes, beneficiando 30.000 famílias.	6.500.000	6.500.000	7.000.000	2.059.000	8.559.000
Beneficiar 1.400 pescadores marinhos.	400	0	466	720	720
Beneficiar 5.500 pescadores artesanais continentais.	1.300	1.900	1.200	1.463	3.363
Implantar 50 infraestruturas de apoio à conservação, higienização e beneficiamento visando o aproveitamento integral do pescado.	6	0	6	0	0
Criar e manter o cadastro único da pesca e da aquicultura no Estado.	0	0	1	0	0
Capacitar 4915 pescadores artesanais (sendo 600 para atuar na pesca em águas profundas e oceânicas).	340	600	1.437	425	1025
Capacitar 2.760 aquicultores.	760	369	797	120	489
Participar de 40 feiras e eventos.	10	8	18	9	17
Aumentar a produção total de pescado do Ceará em 33.000 toneladas.	7.546	7.969,64	10.066	5.158,36	13.128,00

Fonte: SPA.

Avaliação do Programa

A Secretaria da Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará, criada pela Lei Estadual 14.869 de 25 de Janeiro de 2011, teve sua estrutura organizacional definida já em fevereiro daquele ano, pelo Decreto Estadual nº 30.440. Ao final de 2013,

após três anos de atividade, a SPA continuava com uma limitada estrutura funcional, sem dispor de quadro técnico e administrativo próprio para o satisfatório desempenho de sua missão. Além dessas limitações de pessoal, durante toda a sua curta existência esteve sob a direção de

três titulares, o que pode ter influenciado na continuidade dos trabalhos. Esses fatos podem explicar, em parte, o baixo percentual de execução orçamentária em 2012, e mais baixo ainda em 2013.

Para atender aos objetivos estabelecidos no programa foram definidas metas prioritárias, cujos resultados obtidos no biênio 2012-2013 são mostrados na tabela anterior. As ações foram direcionadas à introdução de novas zonas de atuação da pesca extrativa marítima, em águas profundas e oceânicas, visto que a excessiva exploração da pesca em nossa zona costeira, de águas rasas, está resultando em produção praticamente estagnada. A aquicultura marinha e continental constitui-se também em outra vertente ligada às ações que com certeza contribuirão para o aumento da produção pesqueira do Estado. Como ações de suporte a essas duas vertentes de produção, estão a capacitação e assistência técnica a pescadores e aquicultores e a fiscalização de sanidade do pescado.

Do ponto de vista físico, a realização de metas tem a seguinte avaliação geral: das 10 (dez) metas prioritárias estabelecidas, três não tiveram qualquer movimentação no período e nas sete com realização, a performance obtida em 2012 foi bem melhor do que em 2013. As razões para o baixo desempenho e para a queda em 2013, estão no fato de que a equipe técnica vinculada a um Contrato de Gestão atuou durante todo o ano de 2012 junto ao público alvo, mas somente durante seis meses de 2013, devido a ajustes no contrato firmado com o Instituto

Agropolos, o que comprometeu a realização de metas programadas.

Apesar das dificuldades apontadas, a meta de beneficiar 1.500 pescadores artesanais continentais no período 2012-2013 foi superada e alcançou 3.363 pescadores. A meta realacionada à distribuição de alevinos em açudes foi cumprida em 2012. No entanto, em 2013 houve uma queda acentuada nessa distribuição, influenciada pelas condições climáticas decorrentes da seca. Quanto as duas metas referentes à capacitação de pescadores e aquicultores, o realizado acumulado de 2012-2013, ficou abaixo do programado, também por influência direta do período em que não se pode contar com os técnicos necessários. Esse fato comprometeu significativamente a plena realização do que se programou para o biênio avaliado das demais metas, a saber: Participar de eventos e feiras; aumentar a produção pesqueira total do Estado; beneficiar pescadores marinhos e continentais.

Dentre as três metas sem qualquer movimento durante o biênio tem-se a de implantação de seis unidades de conservação e higienização do pescado, com recursos do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, previstas para 2012 e 2013, que não se concretizou por dificuldades no atendimento às diversas condicionantes exigidas pelo MPA, ligadas principalmente às questões ambientais. A metas de realizar o censo pesqueiro e de criar e manter o cadastro único da pesca, ambas programadas para 2013, também não tiveram execução devido, principalmente, aos ajustes no contrato de gestão que permitiria a contratação de pessoal para a realização do trabalho.

AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Turismo



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Turismo

Avaliação da Área Temática

O turismo, inserido no setor de serviços, é considerado a atividade de maior e mais rápido crescimento na economia mundial, visto gerar retorno imediato ao impactar direta e indiretamente 52 segmentos da economia. Dessa forma, tem sido objeto de atenção como instrumento de geração de emprego e renda/divisas nas economias dos países desenvolvidos e, mais recentemente, nos países em desenvolvimento ou emergentes. Exemplo disso são países como França, Espanha e Itália que utilizam suas vocações turísticas no sentido de alavancar as contribuições deste segmento no equilíbrio econômico de seus países em relação ao resto do mundo (balanço de pagamentos).

Com esse pensamento o Ceará, nos últimos 7 anos, vem galgando uma posição no mercado nacional, sendo atualmente um dos principais destinos turísticos brasileiros, com uma demanda significativa de fluxo oriunda de outros países, o que torna esta atividade extremamente estratégica na economia cearense, por representar uma das mais completas que a cadeia produtiva do Estado pode oferecer, impactando consideravelmente o Produto Interno Bruto - PIB cearense, equivalente aos níveis de participação do turismo no PIB mundial e com oportunidades de maior crescimento.

A valorização dos destinos vocacionados para o turismo, parte da necessidade de criar um desenvolvimento sustentável para as localidades turísticas. Dessa forma o governo investe em obras de infraestrutura local tais como: saneamento básico, iluminação temática, acessos a localidades e urbanização de pontos de convivência de moradores/visitantes (orlas, lagoas, rios, centros históricos) tudo de forma compatível com as macroestruturas, além de capacitação/treinamento voltados à população que trabalha neste segmento e, por último, fomenta o Estado nos eventos e feiras nacionais e internacionais os quais participa ou promove.

A formulação dos programas e ações destinados ao fortalecimento do turismo, consolidados no PPA 2012-2015, considerou as atribuições da Secretaria de Turismo – SETUR, que correspondem à promoção da melhoria da infraestrutura e da qualidade dos serviços prestados, bem como o fomento à atividade turística dando condições para a geração de emprego, renda e desenvolvimento do Estado em todo o país.

Para acompanhar o impacto das ações governamentais na área do turismo, foram estabelecidos resultados e indicadores estratégicos a seguir destacados.

Turismo
Resultados e Indicadores Setoriais

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013 (1)
1. Expansão do fluxo turístico nacional e internacional					
1.1. Fluxo turístico via Fortaleza	Nº	2.726.092	2.863.300	2.995.024	3.141.406
1.2. Taxa de ocupação hoteleira	%	66,50	68,10	69,90	70,20
1.3. Tempo médio de permanência do turista	dia	10,50	10,60	10,90	11,10

2. Melhoria da infraestrutura e qualidade dos serviços turísticos					
2.1. Índice de satisfação do turista com infraestrutura, atrativos e serviços turísticos (2)	%	...	77,40	70,5	72,10
3. Interiorização do turismo					
3.1. Índice de Interiorização do turismo via Fortaleza	%	64,60	66,10	68,30	69,00
4. Aumento do emprego com base no turismo					
4.1. Número de empregos nas atividades características do turismo (3)	Nº	...	88.942,00	9.412	10.108

(1) Ano 2013: dados preliminares.

(2) Série histórica alterada por mudança na metodologia de aferição. Anteriormente o índice apresentava-se somente à infraestrutura turística, enquanto na presente série, refere-se também aos atrativos e serviços turísticos.

(3) Série histórica alterada por mudança na metodologia de aferição. Anteriormente, esse indicador acumulava os setores de alojamento e alimentação, agora se refere somente ao setor de alojamento.

Fonte: SETUR.

O turismo no Ceará experimentou um crescimento significativo nos últimos anos, contribuindo para a geração de emprego e do nível de renda da população. No período 2010-2013 o fluxo turístico via Fortaleza saltou de 2.726.092 para 3.141.406 visitantes, cuja variação no período foi de 15,2%. Coadunando-se com o comportamento desse indicador, a participação da renda gerada pelo turismo no Produto Interno Bruto da economia - PIB passou de 10,5% para 10,9% no referido período.

De acordo com dados de pesquisas e da Polícia Federal (delegacia de imigração), os turistas internacionais que se destinaram ao Ceará eram predominantemente residentes na Europa. Entre os países, a Itália destacou-se como principal emissor; respondendo por 25,23%, em segundo lugar Portugal (20,80%), em terceiro lugar a França (8,05%) e em quarto lugar a Suíça com 5,05%. Analisando os dados de 2010, observa-se que Portugal (20,7%) apareceu em primeiro lugar, seguido por Itália (15,8%) e Espanha com (7,1%).

Analisando os principais mercados emissores nacionais para o Ceará via Fortaleza, identifica-se ligeira predominância dos residentes na região Sudeste. Entre os estados brasileiros, São Paulo destacou-se como principal emissor, respondendo por 25,23%, em segundo lugar o Rio de Janeiro (12,06%), em terceiro lugar o Distrito Federal (9,50%) e em quarto lugar Minas

Gerais com 7,22%. Analisando os dados de 2010, observa-se que São Paulo (24,1%) apareceu em primeiro lugar, seguido por Pernambuco (10,0%) e Rio de Janeiro com (9,3%).

A elevação continuada do fluxo turístico refletiu-se na taxa de ocupação hoteleira, que mostrou um crescimento de 5,6%, se comparado 2013 em relação a 2010. As informações sobre a taxa de ocupação em Fortaleza são fornecidas pela rede hoteleira, através do Boletim de Ocupação Hoteleira – BOH e pela Ficha de Acompanhamento Mensal - FAM, com o envio mensal à SETUR.

A permanência média dos turistas passou de 10,5 dias em 2010 para 11,1 dias em 2013, significando uma elevação de 5,7% no período 2010-13. Essa informação é obtida através do BOH mensal enviado pelos hotéis e pelas quatro pesquisas de demanda turística realizadas nos principais portões de saída do Ceará (aeroporto, rodoviárias, BR's e CE's).

A evolução desses três indicadores demonstra o alcance da expansão do fluxo turístico no Ceará, no período 2010-2013, como resultado da busca pela qualificação do destino turístico Ceará.

A melhoria da infraestrutura e qualidade dos serviços turísticos são observadas a partir do índice de satisfação revelado pelos turistas que visitaram o Ceará, via Fortaleza, o qual saltou

de 70,5% para 72,1% no período 2012-2013, representando um crescimento de 2,27%. O índice é calculado com base na avaliação do turista revelada em pesquisa, por meio da relação (ótimo+bom) - (ruim+péssimo), e refere-se à satisfação do turista com disponibilidade de infraestrutura, atrativos e serviços turísticos. Esse índice foi alterado por mudança na metodologia de mensuração, pois anteriormente este relacionava-se tão somente à infraestrutura turística.

No período 2012-2013, o índice de interiorização do turismo via Fortaleza apresentou contínuo crescimento anual como reflexo de importantes investimentos realizados no interior do Estado em infraestrutura turística e melhoria dos acessos aos destinos turísticos.

O aumento do emprego com base no turismo é um resultado aferido pelo indicador Número de empregos nas atividades características do turismo, o qual, para efeitos de mensuração, considera somente os empregos do setor de alojamento. O nível de empregos na rede hoteleira do Estado registrou um aumento de

7,4% no período 2012-2013. As estatísticas oficiais sobre o emprego, são disponibilizadas através do Registro Anual de Informações Sociais - RAIS, onde são contabilizados os empregos formais.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 075 – CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO “CEARÁ”

O programa tem por objetivo construir um destino turístico sustentável através da implantação e/ou melhoramento da infraestrutura viária, aeroportuária, saneamento básico, energia, telecomunicações, implementação de microestruturas, da requalificação e urbanização das localidades de pontos de convivência de moradores e visitantes como orlas, lagoas, rios, centros históricos e de capacitação e treinamento de jovens e adultos de forma compatível para gerar renda e tornar o Ceará melhor para todos e pleno de oportunidades no setor turístico.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
491.765.153,82	244.555.822,08	49,73	339.249.228,79	143.048.854,15	42,17

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Realizar ações de gestão para implantar 03 Programas de Financiamento para a melhoria da prestação de serviços no setor turístico.	0	0	1	1	1
Duplicar 203 quilômetros de estrada.	35	10	68	28	38
Beneficiar 04 localidades com saneamento básico.	1	0	0	0	0
Beneficiar 29 municípios com obras de urbanização em localidades turísticas.	2	0	5	0	0
Capacitar 15.000 pessoas.	2.100	1.227	290	1.586	2.813
Participar de 200 eventos.	40	16	20	19	35
Realizar 120 eventos.	30	196	20	2	198
Apoiar 240 eventos.	60	6	40	37	43
Realizar 1.200 eventos de negócios.	180	196	200	148	344
Recepcionar público visitante de 5,8 milhões de pessoas por ano nos equipamentos turísticos.	3.300.000	3.297.100	500.000	3.600.000	3.600.000

Fonte: SETUR.

Avaliação do Programa

No ano de 2013, o Governo do Estado, por meio da SETUR, investiu na adequação da infraestrutura turística com recursos oriundos dos Governos Estadual e Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco Andino de Fomento - CAF. Tais investimentos repercutem em aumento da renda gerada pelo turismo na economia.

Em agosto de 2013 foi assinado o contrato de financiamento internacional, junto à CAF, destinado ao Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste – PROINFATUR. Fazem parte do programa, iniciado com recursos do Tesouro Estadual no final de 2012, a duplicação da CE 085 (entre Fortaleza e Paracuru), o Aeroporto Internacional de Jericoacoara (cuja pista está em fase de conclusão) e o saneamento básico nas praias de Taíba (São Gonçalo do Amarante) e Flecheiras (Trairi).

Em prol de um desenvolvimento econômico sustentável e voltado ao crescimento de sua população a Secretaria desenvolveu neste período atividades como:

- Execução de 91,2% das obras do Centro de Convenções de Iguatu; de mais de 83% do hangar no Aeroporto de Aracati; de 99,5% da pista de pouso e de mais de 32,8% da construção do terminal de passageiros do Aeroporto de Jericoacoara; de 27,4% do Acquario Ceará;
- Execução das obras de Duplicação da Rodovia CE 085: 16,45% dos 21,86 km do trecho I (entroncamento da CE 090, em Caucaia – Ponte Rio Cauípe); 81,27% dos 12,56 km do trecho II (km 26,2 – km 36,2 da CE 085) e 68,64% dos 27,84 km do trecho III (variante CE 085 – entroncamento da CE 341, em Paracuru);
- Elaboração de projetos básico e executivo de urbanização nas localidades litorâneas (obras de infra estrutura local - saneamento básico, iluminação temática, acessos a localidades,

urbanização de pontos de convivência de moradores e visitantes como orlas, lagoas, rios, centros históricos);

- Execução da obra de infra-estrutura de energia elétrica no "Aquiraz Riviera Resort";
- Elaboração do Plano de Marketing Turístico de Três Pólos do Ceará: Litoral Leste, Ibiapaba e Baturité;
- Realização do Miss Brasil 2012;
- Captação de vôo Roma-Fortaleza-Roma, com a Companhia Aérea Alitalia;
- Capacitação de 2.813 pessoas nas áreas de atendimento ao público (Tais como: recepcionistas, organizadores de eventos, idiomas, garçons e outros);
- Participação do Ceará em feiras em 2012: FITUR – Feira Turismo Madrid; BIT – Feira Internacional de Turismo em Milão, Itália; Mostra Ceará, em Lisboa, Portugal; BTL – Bolsa Turismo de Lisboa, Portugal; ITB – Feira Internacional de Turismo em Berlim, Alemanha; Evento Copa EMBRATUR Brasil, em Bogotá, Colômbia; Workshop Brasil: Destino Sensacional, em Lima, Peru; WTM – Feira de Turismo de Londres, Inglaterra; Go to Brasil "Lisboa", Portugal; 7ª Minas Tur, em Belo Horizonte, Minas Gerais; Workshop CVC, em São Paulo; BNTM – Brazil National Tourism Mart 2012, em São Luis, Maranhão; ABAD – Feira da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados, no Rio de Janeiro; AVIRP – Feira de Turismo de Ribeirão Preto, São Paulo; BRITE – Feira de Turismo do Rio de Janeiro; ABAV – Feira das Américas, Rio de Janeiro;
- Participação do Ceará em feiras em 2013: Nacionais: Workshop CVC, Braztoa, AVIRRP, Aviestur, FESTIVAL (Jornada Mundial da Juventude), Lançamento vôo Azul FOR/GYN, ABAV, Festival do Turismo de Gramado, BNTM; e Internacionais: FIT, Road Show TOP DEST, Goal To Brasil Peru, TTG Rimini, WTM, Leisure, Goal To Brasil Lisboa, Goal To Brasil Madri, FITUR, BIT, EIBTM.

Em relação à execução orçamentária de 2012, a baixa realização se deve aos contratos de financiamento que estavam em negociação e elaboração para posterior assinatura, como no caso da CAF (Contrato com a Corporação Andina de Fomento para o programa de

Valorização do Litoral Oeste) e Ex-Im Bank (Contrato de Financiamento para a construção do Acquário Ceará). Adicionalmente, houve problemas com a liberação de recursos de convênios por parte do Governo Federal.

Já no ano de 2013 houve dificuldade na finalização dos projetos e licitações do PRODETUR NACIONAL. Outro programa com baixa

execução foi a CAF, responsável pela Valorização do Litoral Leste que tinha uma previsão de assinatura de contrato para o início de 2013, mas que apenas se concretizou no dia 28 de agosto de 2013. Além disso, o contrato com o Ex-in Bank ficou aguardando a finalização da revisão e tradução do contrato, durante o ano de 2013, para posterior aprovação do Tesouro Nacional e contratação que deverá ocorrer no ano de 2014.



AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Recursos Hídricos



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Recursos Hídricos

Avaliação da Área Temática

A Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará no exercício de 2012-2013 teve suas ações e atividades orientadas pelo Plano Plurianual - PPA 2012-2015, em que foram planejados e executados investimentos em infraestrutura hídrica, por meio de um conjunto de programas e projetos prioritários na área social, objetivando atender a demanda e os compromissos com vistas à sustentabilidade econômica, social, política e ambiental do Estado.

A Política Estadual dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará é disciplinada pela Lei Estadual dos Recursos Hídricos nº 14.844 de 28 de dezembro de 2010, desenvolvida pela Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH e suas vinculadas, Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA e Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, em consonância com o Plano Estadual de Recursos Hídricos e o Pacto das Águas, implementado por meio de uma gestão participativa, integrada e descentralizada.

Com base na lei, consciente da importância da água na vida de todos e conhecedor das restrições da região semiárida em que está inserido, o Governo do Estado do Ceará vem implantando um complexo sistema de integração de recursos hídricos composto por barragens, adutoras e eixos de integração, visando à ampliação da garantia de oferta hídrica de qualidade para o abastecimento humano e desenvolvimento social e econômico, com o objetivo de alcançar os seguintes resultados setoriais: Acumulação hídrica ampliada; Capacidade de transferência hídrica ampliada; Aumento do controle dos recursos hídricos; Famílias rurais beneficiadas com abastecimento d'água; Participação da sociedade organizada na gestão dos recursos hídricos.

No que se refere à acumulação hídrica, concretizada por meio do Programa 040, o Estado atualmente possui uma capacidade hídrica de 3,14 bilhões de m³, considerando apenas os açudes estaduais. O incremento, no período de 2012-2013, foi de mais de 84 milhões de m³ de água, com a conclusão de quatro barragens nos municípios de Itapajé, Itapipoca, Ipueiras e Antonina do Norte, contribuindo significativamente com a evolução desse indicador. Estima-se que 800 mil pessoas sejam beneficiadas direta e indiretamente com água para consumo humano e animal, irrigação e lazer, bem como a perenização dos vales dos rios correspondentes.

Em relação à Transferência Hídrica e Suprimento de Água do Estado, concretizados no âmbito do Programa 039, a SRH vem realizando nos últimos anos, ações direcionadas à implementação da infraestrutura hídrica, visando a integração de bacias, abastecimento de água aos municípios e às comunidades rurais. A atual capacidade de transferência hídrica do Estado do Ceará é de 25,04 m³/s. Destaca-se, como ação estratégica do Estado, a construção do Eixo de Integração, responsável pela transposição das águas do Açude Castanhão para a Região Metropolitana de Fortaleza e Porto do Pecém, interligando as bacias do Jaguaribe e Metropolitana, perfazendo uma extensão total de 257,60 km em seus cinco trechos. Encontram-se concluídos quatro trechos, já abastecendo a grande Fortaleza com uma vazão de 9 m³/s. O último trecho com 57,60 km de extensão e vazão de 9 m³/s será concluído em 2014. Ainda contribuindo para o aumento da capacidade de transferência hídrica do Estado, no período de 2012-2013 foram concluídas 15 adutoras, sendo 8 emergenciais (engate rápido),

que resultou em um aumento de 12,67 m³/s na capacidade de transferência hídrica do Estado, beneficiando direta e indiretamente mais de 900 mil pessoas com água bruta de qualidade para múltiplos usos. Um avanço importante do indicador neste biênio se comparado à evolução ocorrida no período anterior 2010-2011, correspondendo a um aumento de 200% em apenas dois anos.

Com ênfase no suprimento hídrico para a população rural e ações desenvolvidas no âmbito do programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água, a SOHIDRA implementou inúmeras obras difusas, beneficiando diretamente 24.450 famílias no período de 2012 a 2013. Incluindo-se no cômputo os dados da Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA, tem-se 56.356 famílias beneficiadas nesse período, com a construção de 596 poços, instalação de 740 sistemas simplificados de abastecimento de água e revitalização de dessalinizadores.

No entanto, no ano de 2013 o indicador referente às Famílias rurais beneficiadas com abastecimento d'água apresentou uma leve queda, em virtude da elaboração de estudos para a execução do Programa Água Doce, que proporcionará um diagnóstico preciso da situação dos poços existentes no Estado, bem como a necessidade de instalação de dessalinizadores ou até mesmo a perfuração de novos poços.

Na esfera que envolve a Gestão dos Recursos Hídricos, concretizada no âmbito do Programa 041, a SRH/COGERH vem desenvolvendo ações de forma integrada, descentralizada e participativa, em conjunto com os comitês de bacias hidrográficas e o apoio das comissões gestoras. Tais ações são de suma importância para o sistema, principalmente com a existência da crescente demanda de água, a oposição de interesse de diversos usuários, o contágio dos corpos hídricos e os eventos extremos como as secas e cheias.

O resultado setorial participação da sociedade organizada na gestão dos recursos hídricos possui três indicadores: Percentual de membros

presentes nas reuniões ordinárias de CBH's, Participantes presentes nos seminários e/ou na alocação de água, Número de pessoas capacitadas em gestão de recursos hídricos e meio ambiente e têm uma memória desde o ano de 2006, época em que estavam instalados 08 comitês de bacias (Curu, Baixo Jaguaribe, Médio Jaguaribe, Banabuiú, Alto Jaguaribe, Salgado, Metropolitanas e Acaraú), totalizando 364 membros de comitês envolvidos. Em 2007 estavam instalados 10 comitês (foram instalados o Litoral e Coreaú), totalizando 434 membros de comitês envolvidos. A partir de 2013, com a constituição dos CBH's Serra da Ibiapaba e Sertões de Crateús, o número total de representantes passou para 494.

Na observação do Percentual de membros presentes nas reuniões ordinárias de CBH's no período de 2010 a 2013 percebe-se um movimento ascendente com uma ligeira variação de queda entre os anos de 2011 e 2012, movimento natural da dinâmica de mobilização social dado que o índice de variação não passou de 1,6% pontos percentuais, tendo o índice se recuperado no ano seguinte, apresentando uma variação ascendente em mais de 10%.

No caso da medição do indicador de Participantes presentes nos seminários e/ou na alocação de água, o número varia de acordo com o número de açudes onde ocorre alocação negociada de água. Em 2010 foram realizadas 90 reuniões de alocação, no ano de 2011 foram realizadas 84 reuniões, já em 2012 foram realizadas 74 reuniões de alocação e no ano de 2013 foram realizadas 69 reuniões.

Já o indicador de Número de pessoas capacitadas em gestão de recursos hídricos e meio ambiente, tem um público alvo mais abrangente e leva em consideração as atividades desenvolvidas para membros de CBH, membros de comissão gestora/comissões de usuários de água e sociedade civil organizada e instituições públicas da bacia, portanto, essas atividades variam de acordo com o planejamento que é feito por cada comitê de bacia e com a dinâmica de gerenciamento das bacias hidrográficas.

Recursos Hídricos
Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
1. Acumulação hídrica ampliada					
1.1. Capacidade hídrica dos açudes estaduais	Milhão de m ³	2.896	3.063	3.063	3.147
2. Capacidade de transferência hídrica ampliada					
2.1. Capacidade de transferência hídrica	M ³ por Seg.	12,22	12,37	24,40	25,04
3. Aumento do controle dos recursos hídricos					
3.1. Média de eficiência no faturamento da água bruta	%	27,00	35,54	39,48	43,19
4. Famílias Rurais beneficiadas com Abastecimento d'água					
4.1. Famílias rurais beneficiadas com abastecimento d'água	Nº	10.240	8.170	12.660	11.790
5. Participação da sociedade organizada na gestão dos recursos hídricos					
5.1. Percentual de membros presentes nas reuniões ordinárias de CBH's	%	40,9	52,7	50,1	61,4
5.2. Participantes presentes nos seminários e/ou na Alocação de Água	Nº	2.097	2.084	3.788	2.467
5.3. Número de pessoas capacitadas em Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente	Nº	1.784	5.135	4.594	2.877

Fonte: SRH.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 039 - TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA

O programa propõe atender às necessidades de

abastecimento de água em regiões com pouca disponibilidade de recursos hídricos, através da interligação de bacias, construção de adutoras e construção de pequenos sistemas simplificados de abastecimento de água.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
421.025.907,40	84.984.300,04	20,19	469.823.143,36	117.832.277,43	25,08

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Construir 407 Km de adutoras.	89	52,04	0	292,73	344,77
Concluir 13,0 Km de Eixos de Integração.	12	12	1	1	13
Instalar 780 pequenos sistemas de abastecimento d'água em todo Estado do Ceará.	170	105	180	46	151
Construir 970 poços em todo o Estado do Ceará.	200	261	230	335	596
Revitalizar 600 pequenos sistemas de abastecimentos d'água em todo o Estado do Ceará.	150	235	150	354	589
Realizar a fiscalização de 100% das obras de infraestrutura de transferência hídrica no Estado do Ceará (574 km).	187	131,4	0	292,73	424,13

Fonte: SRH.

Avaliação do Programa

Com o objetivo de aumentar a capacidade de transferência hídrica do Estado do Ceará, no ano de 2012 foram construídas a adutora de Pereiro (20,23 km) e sete sistemas de abastecimento de água ao longo dos Trechos I, II e III do Eixão das Águas nos municípios de Cascavel (0,44 km), Chorozinho (0,2 km), Jaguaribara (10,34 km), Morada Nova (17 km), Ocara (2,72 km) e Russas (1,11 km), totalizando 52,04 km. No ano de 2013 foram construídas as adutoras de Antonina do Norte (13,94 km), Madalena (43,18 km), Ipueiras (7,12 km), Amontada (13,60 km), Itapipoca (30,30 km), Ipaumirim/Baixio/Umari (35,59 km, em fase final), Nova Olinda (20 km, ETA), Tauá (13 km), Coreaú/Moraújo/Senador Sá/Uruoca (17,5 km), Tauá (25 km), Beberibe (13 km), Caridade (3,5 km), Canindé (21 km), Pecém (10 km) e Acopiara (26 km), contabilizando 292,73 km. No período de 2012 a 2013 foram construídos um total de 344,77 km de adutoras, beneficiando aproximadamente 500 mil pessoas com água de qualidade para múltiplos usos e aumentando a capacidade de transferência hídrica de 12,37 m³/s em 2011 para 25,04 m³/s em 2013.

Ainda para contribuir com o aumento do indicador, no período em epígrafe, foram construídos 12 km restantes em 2012 e 1 km em 2013 do Eixo de Integração.

Os maiores percalços enfrentados ao longo do empreendimento, salvo os de ordem técnica, foi a dificuldade de prosseguimento normal, devido à constante necessidade de negociação com as comunidades e as compensações físicas e financeiras advindas dessas negociações.

A construção de 261 poços e instalação e recuperação de 340 sistemas simplificados de abastecimento de água em diversas localidades do Estado do Ceará beneficiando em 2012 cerca de 12.660 pessoas. Em 2013 foram construídos mais 335 poços e instalados e recuperados 400 sistemas simplificados de abastecimento de água, fornecendo água de qualidade para mais de 11.790 pessoas, ao todo, foram beneficiados mais de 24 mil cearenses no referido biênio.

O desempenho físico satisfatório deste programa contrasta com a baixa execução orçamentária, uma vez que parte das ações desenvolvidas em conjunto com a vinculada COGERH foram pagas através de Aporte de Capital, Programa 002 – Encargos Gerais do Estado.

PROGRAMA 040 - ACUMULAÇÃO HÍDRICA

O programa objetiva ampliar a oferta e a garantia de água bruta para usos múltiplos, por meio da construção de barramentos ao longo de rios e riachos, servindo como fonte hídrica para o abastecimento humano e desenvolvimento econômico.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
119.834.848,49	77.446.682,81	64,63	45.153.354,16	18.808.142,92	41,65

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Construir 12 barragens aumentando a acumulação hídrica do Estado em 256 milhões de m³.	4	1	0	3	4
Realizar a fiscalização de 100% das obras de barragem do Estado do Ceará.	4	1	0	3	4

Fonte: SRH.

Avaliação do Programa

Para atingir a meta de construir quatro barragens no período de 2012 e 2013, foi construída no primeiro ano a barragem do Ipu em Itapajé (4,85 milhões de m³), no segundo ano as barragens de Gameleira em Itapipoca (56,642 milhões de m³), Jatobá em Ipueiras (6,240 milhões de m³) e Mamoeiro em Antonina do Norte (20,680 milhões de m³), contribuindo com um aumento da capacidade de acumulação hídrica do estado em mais de 84 milhões de m³ e possibilitando acesso à água de qualidade, das populações as margens das barragens e de rios e riachos perenizados localizados abaixo dos empreendimentos, bem como servindo de fonte hídrica para as adutoras de Itapipoca, Ipueiras e Antonina do Norte.

Fazendo-se a análise do desempenho dos recursos que foram previstos e empenhados

no período de 2012 e 2013, apesar de atingir a meta física prevista, observa-se que a execução orçamentária do programa foi abaixo de 60%, em virtude de obras planejadas não terem sido iniciadas, por problemas de ordem técnica ou atrasos nos processos licitatórios.

PROGRAMA 041 - GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O programa busca alcançar a melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e quantidade através do monitoramento quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos e da operação e manutenção das estruturas existentes. Visa também garantir a participação da sociedade organizada nas decisões relativas à água no Estado do Ceará e ainda efetivar a implantação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
10.552.757,09	473.833,86	4,49	3.250.231,44	363.597,90	11,19

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Elaborar 3 Planos de Monitoramento de Aquíferos.	1	0	0	0	0
Criar 20 Comissões Gestoras.	20	7	0	4	11
Apoiar os 12 Comitês de Bacias implantados.	12	12	0	12	12
Realizar 1200 vistorias.	300	895	300	1.637	2.532
Realizar 40 inventários ambientais.	18	1	7	1	2
Monitorar 136 açudes públicos e 02 aquíferos.	136	136	136	144 e 02	144 e 02

Fonte: SRH.

Avaliação do Programa

Efetivando o envolvimento da sociedade organizada na implementação dos instrumentos de gestão, quanto a gestão participativa, o Estado do Ceará, possui atualmente 12 Comitês de Bacias Hidrográficas instituídos em todas as suas Bacias Hidrográficas e 56 Comissões Gestoras gerenciados pelo Sistema Integrado dos Recursos Hídricos do Ceará – SIGERH, sendo 11 delas criadas no biênio 2012/2013. No que se refere à Operação e Manutenção da Infraestrutura Hídrica, foi alcançado um total de 144 açudes públicos gerenciados no estado até o ano de 2013 dos quais quatro foram incluídos no período de 2012 a 2013.

Quanto à implementação dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos, a SRH concedeu no período de 2012 a 2013 um total de 2.743 outorgas de uso de água bruta,

tendo como finalidade o uso racional da água. Também foram realizadas 2.532 fiscalizações. Foram realizados Estudos e Projetos nas diversas Bacias Hidrográficas do Estado, englobando estudos hidrológicos, hidrogeológicos, hidráulicos e ambientais, contemplando águas superficiais e subterrâneas, com destaque para o monitoramento quantitativo e qualitativo dos aquíferos da Bacia Potiguar (localizado nas bacias do Médio e Baixo Jaguaribe na divisa do Estado com o Rio Grande do Norte) e Sistema Médio da Bacia do Araripe (localizado no Cariri cearense), Fonte Guaribas no Município de Poranga e iniciado o monitoramento das Lagoas Costeiras do Ceará. Foram realizados os inventários ambientais dos açudes Curral velho em 2012 e Várzea da volta em 2013.

A baixa execução orçamentária decorre das ações previstas para 2012-2013 terem sido transferidas para os dois últimos anos deste PPA.

AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Infraestrutura e
Logística



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Infraestrutura e Logística

Avaliação da Área Temática

A política pública de infraestrutura e logística, no âmbito do Governo Estadual, a cargo da Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA, conseguiu significativos resultados no biênio 2012-2013, graças aos esforços voltados à promoção do desenvolvimento sustentável, com a redução dos gargalos para o crescimento da economia, aumento da produtividade e da competitividade e a consequente busca pela superação dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais.

Para a consecução desses objetivos vêm sendo utilizados instrumentos de planejamento e análise, visando à definição de indicadores econômicos, de produtividade e de eficiência operacional, bem como à avaliação dos custos operacionais e de logística, capazes de refletir os resultados conseguidos a partir dos investimentos em infraestrutura, propiciando, dessa maneira, o balizamento das ações relacionadas à gestão do sistema de transporte estadual e da rede logística em geral.

Essa atuação se fez sentir na infraestrutura portuária, onde se persegue a melhoria da eficiência operacional e a adequação do Terminal Portuário do Pecém para as crescentes demandas decorrentes da implantação de indústrias de grande e médio porte. Nesse sentido, foi contratado um conjunto de obras de modernização e adequação portuária, além da instalação de equipamentos, ampliação de instalações de ova/desova e de segurança, ao mesmo tempo em que se contratou também a segunda etapa de ampliação do Porto e já se concluiu o projeto executivo de nova ampliação.

Como consequência dessas ações coordenadas na busca do aumento da produtividade e da eficiência operacional, a movimentação de cargas no Porto do Pecém tem apresentado um histórico de crescimento anual, culminando com um aumento de mais de 50% em 2013 relativamente a 2012.

Esse e outros resultados estão destacados na tabela de resultados e indicadores estratégicos da área de infraestrutura e logística.

Infraestrutura e Logística
Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
1. Melhoria da Logística de Transporte elevando a competitividade econômica do Estado					
1.1. Movimentação de containeres no Terminal	TEU's/ano	167.224,00	199.595,00		
1.2. Movimentação da Carga no Terminal (exceto granel líquido)	Mil Ton / ano	2.413,00	3.027,20	4.095,00	6.327,29
1.3. Extensão da malha pavimentada em condição BOA (% em bom Estado)	%	73,80	72,00	74,16	75,60
1.4. Número de passageiros que transitaram nos aeroportos/ aeródromos	Nº	289.681,00	313.142,00	(1)	(1)
1.5. Participação do número de passageiros transportados por sistema Metro-ferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF	%	1,2	0,80	0,70	0,70
2. Diversificação da Matriz Energética do Estado					
2.1. Participação do gás natural na matriz energética do Estado (2)	%

2.2. Participação de energia alternativa na matriz energética do Estado (2)	%
3. Ampliação da oferta de energia elétrica no Estado.					
3.1. Participação de domicílios rurais beneficiados com energia elétrica	%	97,00	97,20	97,72	98,00
4. Melhoria das condições de segurança no trânsito e transporte					
4.1. Número de Vítimas Fatais no trânsito por 10.000 veículos	Vítimas Fatais no trânsito por 10mil veículos	9,98	10,76	11,13	11,35
4.2. Número de Vítimas Fatais no trânsito por 100.000 habitantes	Vítimas Fatais no trânsito por 100mil habitantes	19,50	24,51	27,92	30,55
4.3. Número de acidentes no trânsito por 100.000 habitantes	Acidentes por 100 mil habitantes	303,51	310,96	298,67	314,66

(1) Dado indisponível.

(2) Dados indisponíveis, dependendo do balanço energético.

Fonte: SEINFRA.

Considerando ainda a dinâmica do processo de melhoria da produtividade e da eficiência operacional e a adequação do terminal para as crescentes demandas decorrentes da implantação de indústrias de grande porte no CIPP, os investimentos em melhorias têm de obedecer a um processo continuado de ações com planejamento de longo prazo e constante adequação a novas situações. Assim é que, após um demorado período de entraves burocráticos, foi iniciada a segunda etapa de ampliação do porto, obra de grande porte, a ser executada no prazo de trinta meses, e de sensível repercussão na produtividade e eficiência operacional.

No transporte rodoviário teve sequência o processo de ampliação, renovação e adequação da malha rodoviária, sem descuidar da manutenção, tendo em vista integrá-la definitivamente à rede logística estadual. Com esse objetivo foram desenvolvidos projetos de engenharia prevendo duplicações, melhorias na geometria, principalmente na largura da plataforma, e contornos de zonas urbanas, contemplando rodovias de integração de polos regionais, ligações aos corredores logísticos principais, bem como acessos às instalações portuárias do Pecém e de Fortaleza.

A malha rodoviária estadual pavimentada alcançou, ao fim de 2013, 7.070 quilômetros

de extensão, representando uma densidade rodoviária bastante significativa. Por outro lado, a política responsável de manutenção e conservação da malha rodoviária estadual, com a alocação anual de recursos suficientes e a adoção de modernas técnicas, como a recuperação funcional de pavimentos, tem permitido manter, nos últimos anos, um estado técnico de conservação das rodovias pavimentadas estaduais com um índice "bom" sempre ao redor de 75%, o que representa um índice de trafegabilidade na condição "bom" da ordem de 90%. Trata-se de um excelente resultado, representando uma economia substancial tanto em termos de custo operacional dos veículos quanto em relação aos custos de manutenção das rodovias.

No sistema aeroportuário teve prosseguimento a ampliação e melhoria da Rede Estadual de Aeródromos, com a construção do aeroporto de São Bedito e o de Jericoacoara, ambos de ampla relevância comercial e turística. Esses investimentos, baseados no Plano Aeroviário Estadual – PAECE e no Plano de Investimento em Logística – PIL, do Governo Federal, proporcionarão que se encontre um aeroporto a uma distância máxima de 100 km a partir de qualquer ponto do território cearense.

Paralelamente às ações concernentes ao transporte de cargas e à logística, importantes

avanços foram alcançados nos projetos metroferroviários, com melhorias significativas na qualidade do transporte e na mobilidade urbana da Região Metropolitana de Fortaleza, assim como no Cariri, contemplando diretamente as cidades de Juazeiro do Norte e Crato, e em Sobral, contribuindo para a requalificação dos centros urbanos dessas cidades e possibilitando a formulação de mudanças do sistema de transporte urbano.

Como destaque, a Linha Sul do metrô de Fortaleza, em sua integralidade, desde a estação Carlito Benevides, em Pacatuba, à central Chico da Silva, funcionando em sistema de operação assistida, interligando 16 estações, com previsão de funcionamento comercial ainda no primeiro semestre de 2014. A Linha Oeste, por sua vez, ligando o centro de Fortaleza a Caucaia, totalmente remodelada e em pleno funcionamento comercial, juntamente com o Metrô do Cariri, que serve às cidades de Crato e Juazeiro, transportaram em 2013 quase três milhões passageiros. Já o Metrô de Sobral, que utilizará o mesmo sistema de veículo leve sobre trilhos em funcionamento no Cariri, está prestes a funcionar comercialmente, contribuindo de modo relevante para a melhoria da qualidade do transporte público e da mobilidade urbana do povo sobralense.

Complementando os investimentos em transporte metroferroviário, a Linha Leste, com percurso totalmente subterrâneo de cerca de 12,4 quilômetros, ligando o centro de Fortaleza ao bairro Edson Queiroz, com máquinas tuneladoras adquiridas e obras contratadas, e o VLT Parangaba – Mucuripe, em fase de obras bastante adiantadas.

No trânsito, com foco na segurança e na redução do índice de acidentes, foram desenvolvidas frequentes campanhas publicitárias, institucionais e educativas, utilizando-se todos os possíveis meios de comunicação e eventos ligados à educação no trânsito, intensificando-se essas ações após a abertura da Escola de Educação

no Trânsito. Complementarmente a essas medidas, intensificaram-se as ações fiscalizatórias, com melhoria na abordagem e controle e investimentos na área de sinalização, com vistas à redução do número de infratores no trânsito e, como consequência, dos índices de acidentes.

Paralelamente a essas ações institucionais, foram feitos importantes investimentos para o fortalecimento da estrutura administrativo-operacional e descentralização do atendimento aos usuários dos serviços de trânsito, assim como em implantação, recuperação e manutenção de sinalização vertical, horizontal e dispositivos de segurança nas rodovias estaduais.

Convém ressaltar o desempenho do CNH POPULAR (Programa Popular de Formação, Educação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores), o qual já beneficiou 149 municípios, selecionando cerca de 170 mil candidatos aptos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação e habilitando, até o final de 2013, mais de 71 mil condutores. Soma-se a esse, como de boa repercussão social, o recém-criado Programa de Educação e Defesa da Vida dos Condutores de Motocicletas e Motonetas – PROMOTOS, que, ao longo de 2013, ofereceu vários cursos gratuitos aos profissionais que utilizam esses veículos como atividade remunerada.

Registre-se, entretanto, o fato de que as ações não foram suficientes para reverter a tendência negativa dos indicadores de resultado, no tocante à redução dos acidentes nas vias públicas do Estado do Ceará, e o conseqüente reflexo no número de vítimas fatais, os quais foram afetados por diversos fatores que se sobrepõem à influência positiva das ações realizadas, dentre elas: o crescimento substancial da frota de veículos, principalmente da frota de motocicletas, o aumento no número de habilitações em patamar inferior ao crescimento da frota, além do baixo índice de municipalização do trânsito (somente 54 municípios têm o trânsito municipalizado).

Complementarmente, atento à sustentabilidade do desenvolvimento do Estado, o Governo não se descuidou da política energética, buscando a autossuficiência em energias renováveis, ao mesmo tempo em que estimula o crescimento da utilização do gás natural, aumentando a disponibilidade e a confiabilidade dos sistemas de utilização, contribuindo para aumentar a competitividade da economia cearense, com a maximização da eficiência energética dos sistemas de consumo. Não por acaso o Ceará é atualmente o maior produtor de energia limpa do País, de origem eólica, prevendo-se até 2016 a triplicação da capacidade instalada, alcançando mais de 1,8 gigawatts.

Outras ações, com maior repercussão no aspecto social, também merecem destaque, como a cobertura de atendimento de energia

elétrica no meio rural, atingindo, ainda em 2012, o índice de 97,72%, o que insere o Estado do Ceará no conjunto de estados com atendimento universalizado nesse benefício.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 003 - TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ

O programa tem como objetivo o fortalecimento da infraestrutura de transporte, compreendendo todos os modais, com ações em infraestrutura metroferroviária, portuária, aeroportuária e rodoviária, visando ao fortalecimento da rede logística do Ceará e, desta maneira, dotando o Estado das condições de atender às necessidades do desenvolvimento sustentável.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
1.181.870.981,63	724.925.771,41	61,34	1.963.650.789,36	948.301.338,56	48,29

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	2012		2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
00001 - Atender 506.000 usuários/dia útil ao final de 2015 na RMF.	65.000	19.100	26.000	23.000	42.100
00065 - Transportar 9.452 ton/dia de carga de granéis líquidos.	2.192	1.428	2.285	4.770	6.198,09
00066 - Transportar 115.014 ton/dia de carga de granéis sólidos.	2.466	3.957	30.410	5.154	9.111,04
00067 - Transportar 3.726 TEUS/dia containers por dia.	767	420	858	411	831
00082 - Conservar 11.323,34 Km de rodovias.	11.000	11.325	11.323	11.419	11.419
00084 - Restaurar 1.248,1Km de rodovias.	50	82	40	8	90
00105 - Implantar 5 aeroportos regionais/aeródromos.	2	2	2	-	2
00200 - Habilitar 424.340 novos condutores de veículos automotores até 2015 no Estado do Ceará.	94.170	113.946	125.000	129.384	243.330
00201 - Renovar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de 790.650 condutores de veículos automotores, até 2015, no Estado do Ceará.	175.460	210.645	231.700	247.810	458.455
00341 - Pavimentar (Implantar) 602,58Km de rodovias.	140	207	170	144	351
00398 - Adquirir 25 Trens Unidade Elétrica - TUEs para atender a Linha Sul do Metrô de Fortaleza.	12	12	8	8	20
00404 - Implantar 95,70Km de linha metro - ferroviária ao final de 2015 na RMF.	0	0	24	24	24
00780 - Sinalizar 3.460km de vias pavimentadas nas rodovias estaduais do Ceará.	865	905	995	1.968	2873

Fonte: SEINFRA.

As ações desenvolvidas neste programa resultaram em importantes avanços na infraestrutura de transporte e na logística, consideradas as várias áreas de atuação, ou seja, na abrangência de todos os componentes do sistema de transportes. Alguns ajustes e redefinição de metas devem ser feitos, adequando-os às novas situações delineadas, como consequência das novas demandas do processo de crescimento da economia.

No sistema portuário, cabe observar que houve um crescimento significativo na movimentação de cargas, embora ocorrendo alternância da predominância de cargas containerizadas e não containerizadas. Contudo, deve-se considerar a influência de fatores externos, bastante frequentes nessa área e muitas vezes imprevisíveis. Importante mesmo é constatar-se o acerto dos investimentos e das ações desenvolvidas, sempre buscando acompanhar a dinâmica da demanda, com melhoria da eficiência e da produtividade. Cumpre, aliás, destacar-se que, ao longo da existência do Terminal Portuário do Pecém, ainda não ocorreram casos de estrangulamentos, mesmo com o aumento da movimentação de cargas superior a 50% verificado entre 2012 e 2013.

No transporte rodoviário contabilizaram-se relevantes melhorias, como o aumento da extensão da malha pavimentada para 7.070 quilômetros e a manutenção de um padrão de trafegabilidade sempre ao redor de 90%, graças à adoção de uma política responsável de conservação da malha rodoviária estadual, pela qual se fez sempre a alocação anual de recursos suficientes, aliada ao emprego de técnicas modernas de recuperação funcional dos pavimentos, que contribuíram de forma substancial para a economia do processo de manutenção das rodovias pavimentadas. Nesse âmbito, destaca-se a satisfatória execução das metas de conservação, restauração e pavimentação de rodovias no período 2012-2013.

No sistema aeroportuário foram feitas algumas

reformas e implantação de aeroportos/aeródromos e prosseguiram os investimentos, baseados no Plano Aeroviário estadual – PAECE e no Plano de Investimento em Logística – PIL, do Governo Federal, tendo como objetivo proporcionar que se encontre um aeroporto a uma distância máxima de 100 km a partir de qualquer ponto do território cearense.

No transporte metroferroviário também se verificaram avanços significativos, com destaque para a conclusão da Linha Sul, a consolidação do Metrô do Cariri e a conclusão das obras do Metrô de Sobral. Entretanto, o impacto positivo somente deverá se fazer sentir de forma muito relevante após o início da operação comercial do Metrô de Sobral e, principalmente, da Linha Sul, ainda em 2014. E mais ainda quando o mesmo acontecer no VLT Parangaba-Mucuripe. A partir de então, as metas planejadas serão efetivas, observando-se mudanças positivas no sistema de transporte público de passageiros das cidades atendidas pelo sistema.

No trânsito, as metas previstas em geral foram superadas, como fruto de ações institucionais e investimentos no fortalecimento da estrutura administrativo-operacional, conseguindo-se notável desempenho do CNH POPULAR (Programa Popular de Formação, Educação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores), o qual habilitou, até o final de 2013, mais de 71 mil condutores. Soma-se a esse, como de boa repercussão social, o Programa de Educação e Defesa da Vida dos Condutores de Motocicletas e Motonetos – PROMOTOS - que, ao longo de 2013, ofereceu vários cursos gratuitos aos profissionais que utilizam esses veículos como atividade remunerada.

Importantes investimentos foram feitos, ainda, para o fortalecimento e descentralização do atendimento aos usuários dos serviços de trânsito, assim como em implantação, recuperação e manutenção de sinalização vertical, horizontal e dispositivos de segurança nas rodovias estaduais.

PROGRAMA 004 - MATRIZ ENERGÉTICA NO ESTADO DO CEARÁ

O programa tem como objetivos disponibilizar energia elétrica no meio rural, elaborar estudos, planos e projetos para o desenvolvimento da área de energia do Estado do Ceará, dotar os grandes empreendimentos do Estado de sistemas de

cogeração, de maneira a proporcionar redução nos custos com energia e ampliar a oferta de gás natural através da expansão da rede e da introdução de novos modais de transporte, visando a proporcionar ao Estado do Ceará a utilização de um combustível ecologicamente correto.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
27.483.924,00	0,00	0,00	31.699.353,33	8.567.330,08	27,03

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	2012		2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Realizar 200 ligações de energia elétrica em residências do meio rural. (*)	100	200	100	0	200
Implantação e operacionalização de três sistemas de cogeração.	0	0	1	0	0
Implantar 02 estações de regaseificação.	0	0	0	0	0
Expandir em 193 Km a rede de distribuição de gás natural.	47	24	32	0	24

(*) Programa considerado universalizado em 2012, restando um residual de cerca de 2% de instalações esporádicas sob a responsabilidade da COELCE, mas sem recursos do Estado.

Fonte: SEINFRA

Neste programa merece registro especial a universalização do atendimento dos domicílios rurais com energia elétrica, conseguida ainda em 2012, restando um residual de 2%, agora sob a responsabilidade da COELCE. Este é um programa de largo alcance social, que teve a participação da União, majoritariamente, e do Estado do Ceará.

No tocante às metas relacionadas à Implantação e operacionalização dos sistemas de cogeração, como se depreende da execução orçamentária, houve avanços na implantação, mas não na operacionalização, fato explicado pelo prazo relativamente elástico requerido na instalação desses sistemas.

Quanto ao crescimento da participação do

gás natural na matriz energética do Estado do Ceará, mesmo em se tratando de um processo que envolve valores significativos, são representativos os resultados no objetivo final de atendimento aos clientes da Região Metropolitana, principalmente, onde já se garante o suprimento dos municípios de Fortaleza, Maracanaú, Euzébio, Aquiraz, Pacajus, Horizonte, Caucaia, São Gonçalo (Pecém) e Aracati.

Entretanto, existe um grande desafio a ser enfrentado, qual seja o de atender às necessidades do crescimento industrial do Estado, com a instalação de grandes plantas industriais, mormente na área do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, sem deixar de lado outras áreas em processo de industrialização

nem a ampliação do atendimento residencial e comercial.

PROGRAMA 005 – INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DAS REGIÕES DO ESTADO DO CEARÁ

O programa objetiva prover a oferta de telefonia pública para comunidades rurais do Estado não

contempladas pelo Plano Geral de Metas da União, atender demandas das diversas áreas de atuação do governo estadual e dos municípios cearenses (construção, ampliação, reforma e recuperação de obras e equipamentos urbanos de interesse social) e realizar serviços de gerenciamento e apoio técnico às atividades da SEINFRA.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012	2013				
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
15.530.310,93	12.768.241,42	82,21	35.989.079,98	32.915.039,57	91,46

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	2012		2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
00046 - Atender com telefonia pública 200 localidades rurais do Estado do Ceará.	50	50	50	33	83
00074 - Construir, ampliar, reformar e recuperar 20 equipamentos urbanos, prédios públicos e edificações de interesse social, em atendimento a demandas.	10	7	7	0	7

Fonte: SEINFRA.

Este programa vem satisfatoriamente cumprindo suas metas, mormente no que tange ao atendimento com telefonia pública das comunidades rurais e nos serviços de gerenciamento e apoio técnico às atividades da SEINFRA.

PROGRAMA 054 - EDIFICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO CEARÁ

O programa tem como objetivos: elaborar e analisar estudos e projetos arquitetônicos e de

engenharia em atendimento às demandas das diversas áreas de atuação do governo estadual e dos municípios cearenses direcionadas à construção, ampliação, reforma e recuperação de prédios públicos, de edificações de interesse social e de equipamentos urbanos; realizar avaliações de imóveis para fins de desapropriação; construir, ampliar e reformar edificações públicas e obras de infraestrutura física para descentralização e melhorias do sistema de trânsito e transporte do Estado do Ceará.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
19.317.000,28	16.201.694,32	83,87	33.891.564,51	17.374.048,79	51,26

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	2012		2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Fiscalizar e gerenciar 496 obras de edificações públicas.	187	269	150	179	448
Construir, ampliar e reformar 900 abrigos rodoviários de passageiros.	150	0	150	150	150
Reformar e recuperar 15 terminais rodoviários de passageiros intermunicipais.	2	2	4	1	3

Fonte: SEINFRA.

As metas do programa, o qual tem enfoque nos projetos e execução de obras públicas, foram sobejamente atendidas no aspecto “fiscalização e gerenciamento”, ficando, no entanto, a dever no que tange ao provimento de equipamentos de apoio ao transporte público de passageiros, item no qual se percebe a necessidade de redefinição das metas.

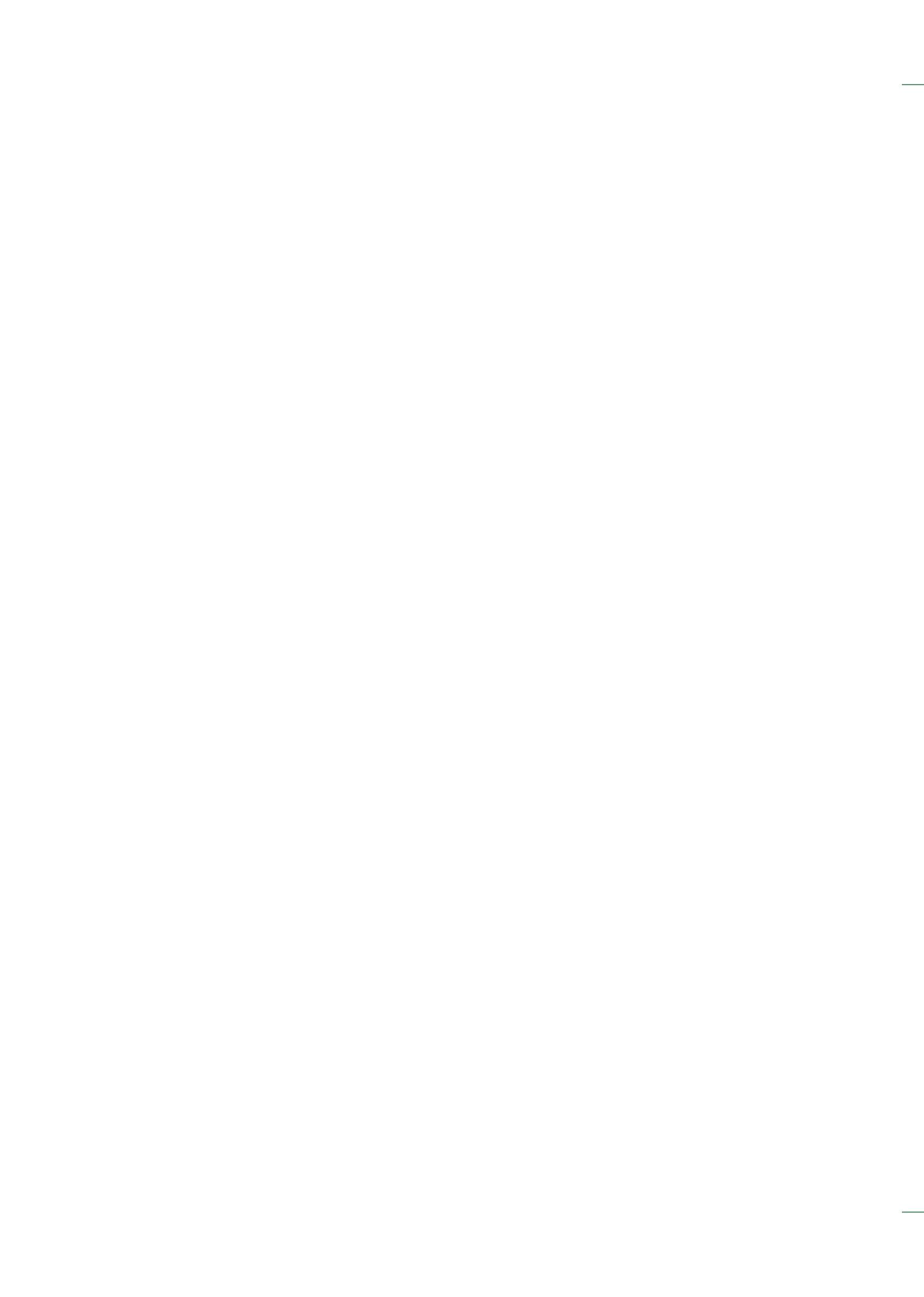
Ressalte-se neste programa a agilidade que vem sendo dada à elaboração dos projetos e à execução das obras em geral, o que tem contribuído de modo significativo para o cumprimento das políticas públicas, elevando os níveis de eficiência e de eficácia da gestão governamental.

AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Desenvolvimento
Urbano e Integração
Regional



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Desenvolvimento Urbano e Integração Regional

Avaliação da Área Temática

As políticas Desenvolvimento Urbano, Saneamento Ambiental e Habitação no Estado do Ceará são executadas pela Secretaria das Cidades, a qual atua em conformidade com as diretrizes do Ministério das Cidades. Com vistas ao cumprimento da sua agenda estratégica, a Secretaria formaliza parcerias com Prefeituras Municipais, Entidades da Sociedade

Civil, Consórcios Públicos, Agentes do Setor da Construção Civil e Órgãos financiadores nacionais e internacionais.

No intuito de promover o desenvolvimento urbano e a integração regional no Estado, foram elencados resultados e indicadores estratégicos setoriais, os quais são apresentados a seguir:

Desenvolvimento Urbano e Integração Regional
Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
1. Expansão da oferta de moradias de interesse social adequadas					
1.1. Percentual de atendimento a demanda identificada e programada de moradias	%	40,04	84,39	74,08	77,91
2. Ampliação dos serviços de água e esgotamento sanitário					
2.1. População de Fortaleza beneficiada com rede de abastecimento de água tratada pela CAGECE (%)	%	98,29	98,43	98,48	98,56
2.2. População urbana do interior beneficiada com rede de abastecimento de água tratada pela CAGECE (%)	%	96,98	97,07	97,27	97,43
2.3. População de Fortaleza beneficiada com rede de esgotamento sanitário pela CAGECE (%)	%	53,60	53,45	53,71	54,74
2.4. População urbana do interior beneficiada com rede de esgotamento sanitário pela CAGECE (%)	%	22,78	22,84	24,28	25,04
3. Melhoria da estrutura urbana das cidades e regiões					
3.1. Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana	Nº	113	96	74	71
3.2. População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos	%	94,44	96,26	91,39	92,67
3.3. População urbana do Interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos	%	6,43	6,88	6,11	7,15
4. Expansão das economias locais					
4.1. Produtores beneficiados com ações de apoio aos APLs	Nº	3.893	3.893	2.674	800

Fonte: SCIDADES.

No resultado estratégico Expansão da oferta de moradias de interesse social adequadas, o Estado executa a Política Habitacional dinamizando a produção de unidades. Nesse sentido, articula junto a Prefeituras, Entidades e Empresas do Setor da Construção Civil a contratação de projetos de habitação no Programa Minha Casa

MinhaVida-PMCMV – modalidades SUB-50, FAR, PNHR e Entidades, e oferece o apoio financeiro à execução.

Em menor escala, apoia financeiramente os municípios na execução de projetos de construção de unidades habitacionais no âmbito

de outros Programas Federais (Operações Coletivas, PSH, FNHIS) e em iniciativas do próprio Estado (Leilão). Nos projetos especiais de melhoria urbana e ambiental, a exemplo do Projeto Rio Maranguapinho, a produção de unidades habitacionais acontece pela necessidade de reassentar as famílias impactadas pelas ações de urbanização.

No período 2010-2013 foram contratadas por meio do Programa 033–Habitacional 30.657 unidades habitacionais, dentre as quais se destaca, no período 2011-2013, as 22.932 unidades habitacionais no apoio financeiro ao PMCMV. As entregas no período 2010-2013 perfizeram um total de 15.121 unidades habitacionais, que correspondem a 49,32% do programado. Dessas, 4.927 localizam-se na RMF e 10.194 no Interior. Ressalte-se, entre as entregas, as 4.914 unidades no âmbito do PMCMV em 112 municípios, no período 2011-2013, e no Projeto Rio Maranguapinho as 2.625 unidades em 6 residenciais para reassentamento de famílias, no período 2010-2013.

Destaca-se em 2012, a aprovação da Lei Estadual nº 15.143, que autoriza o Poder Executivo aportar recursos financeiros no PMCMV e o Decreto nº 30.968/2012, que regulamenta a referida lei. Em 2013 ressalta-se as negociações para a contratação do financiamento no âmbito do C-PAC.

No período 2010/2013 o indicador Percentual de atendimento a demanda identificada e programada de moradias apresentou variação de 94,58%. Apesar do incremento de unidades entregues no período analisado, a variação foi influenciada principalmente pela redução do número de unidades programadas para entrega no ano, em decorrência da implantação da estratégia de dinamização da produção de unidades por meio do PMCMV, que concentrou esforços na articulação com os atores tendo em vista a viabilização e aprovação de projetos no âmbito daquele programa federal.

Ainda na busca do resultado de expansão da oferta de moradias destaque-se a relevância do trabalho social como um importante instrumento para a sustentabilidade dos investimentos que objetiva o desenvolvimento dos cidadãos beneficiários dos projetos, registrando nesse período a capacitação de 66.875 pessoas em 492 atividades.

Os desafios na área habitacional estão relacionados à ampliação de parcerias no âmbito do PMCMV. Também é necessário fortalecer o modelo de gestão dos municípios no sentido de adequar os órgãos competentes nas prefeituras para tratar a habitação de forma integrada às funções urbanismo e saneamento. Outro é o desafio de articular a participação popular por meio dos Conselhos Municipais das Cidades.

No resultado estratégico Ampliação dos serviços de água e esgotamento sanitário a Secretaria das Cidades atua por meio do Programa 032-Saneamento Ambiental junto a Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE.

No indicador Percentual da População de Fortaleza beneficiada com rede de abastecimento de água tratada pela CAGECE registra-se variação de 0,27% entre 2010/2013, com a inclusão de 105.619 habitantes e incremento decorrente, com a cobertura desse serviço, ocasionada, principalmente, pelas expansões de rede da Companhia. Em relação à população urbana do Interior, houve uma variação de 0,46% com a inclusão de 195.920 habitantes incrementada, principalmente, do Programa Sanear II, com destaque para os municípios de Aracati, Santa Quitéria e Mombaça.

No indicador Percentual da População de Fortaleza beneficiada com rede de esgotamento sanitário pela CAGECE registra-se variação de 2,13% em 2010/2013 com a inclusão de 82.766 habitantes com cobertura desse serviço, principalmente pela conclusão de obras do Sanear II. No caso da população urbana do interior, houve variação de 9,92% com a inclusão

de 106.757 habitantes, incrementada pelo Programa Sanear II, Pro-Saneamento III e IV e Alvorada.

Os principais destaques da Companhia se referem às ações de gestão de saneamento executadas por meio do Sanear II, que incluem o apoio à gestão operacional, reduções de perdas, bem como ações de desenvolvimento e melhoria operacional. Registre-se, ainda em 2013, o aumento do capital do Estado na CAGECE com o aporte de R\$120 milhões para a ampliação dos investimentos.

O desafio do Estado no sentido da universalização do acesso aos serviços de água e esgoto é instituir um cadastro único com informações de saneamento básico da CAGECE, Prefeituras Municipais, Serviços Autônomos de Água e Esgoto - SAAEs e Sistema Integrado de Saneamento Rural - SISAR, capaz de identificar a população já beneficiada e os locais onde ainda não há cobertura desses serviços. Para a CAGECE, o principal desafio é formar um banco de projetos que permita agilizar a oferta desses serviços.

No resultado estratégico Melhoria da estrutura urbana de cidades e regiões são desenvolvidas ações por meio do Programa 031 – Desenvolvimento Urbano, para a melhoria urbana e ambiental de áreas da Região Metropolitana de Fortaleza- RMF, no âmbito dos Projetos Especiais Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê, bem como a execução de obras urbanas no interior do Estado.

A formulação de projetos especiais de desenvolvimento econômico e urbano que desconcentra investimentos para a região do Cariri Central, e que também prevê as regiões Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú, se constitui numa importante estratégia de desconcentração de desenvolvimento. Nesse sentido, o Programa 034 – Desenvolvimento Regional atua na melhoria da infraestrutura física no Cariri.

Nos projetos de melhoria urbana e ambiental, notadamente no Projeto Rio Maranguapinho, destaca-se em 2012 a conclusão da Barragem Maranguapinho, localizada nos municípios de Maranguape e Maracanaú. No Projeto Rio Cocó registra-se como marco o início das obras de urbanização do Trecho II, da BR116 à Av. Paulino Rocha, e no Projeto Dendê a conclusão da etapa de elaboração dos projetos executivos.

No período 2010-2013 foram realizadas no interior do Estado, por meio do Programa 031- Desenvolvimento Urbano e 034- Desenvolvimento Regional, um total de 852 obras que beneficiaram 163 municípios do Ceará.

Os desafios para a melhoria da estrutura urbana de cidades e regiões passam pelo fortalecimento dos Conselhos Municipais das Cidades mediante um processo permanente de qualificação dos seus membros para o debate da política urbana, com vistas ao encaminhamento de discussões e propostas por meio dessas instâncias.

Outro desafio a ser enfrentado é ampliar a capacidade da área de Desenvolvimento Urbano da Secretaria para atuar junto aos diversos atores do segmento “Cidades”, no sentido de coordenar a articulação de uma agenda estratégica comum para a elaboração de projetos inovadores cujas soluções utilizem novas tecnologias que contribuam para a melhoria do dia a dia das pessoas nos espaços urbanos.

Ainda no resultado Melhoria da estrutura urbana das cidades e regiões, a Secretaria, norteadada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, atua junto aos municípios para a gestão consorciada de aterros sanitários regionais e busca por meio do Programa 032 – Saneamento Ambiental recursos à elaboração de projetos executivos desses aterros.

O indicador População urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos apresentou no período 2010/2013 uma variação negativa de 1,87%, pelo declínio do status, de aterros a lixões, dos equipamentos dos municípios de Pacatuba e Horizonte.

O indicador População urbana do Interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos apresentou variação de 11,20% entre 2010 e 2013. Apesar de nesse período, ter ocorrido o declínio do status, de aterro a lixão, do equipamento do município de Jaguaribara, o município de Sobral manteve-se com aterro sanitário em operação, o qual atende também o município de Meruoca, verificando um crescimento da população urbana desses dois últimos municípios proporcionalmente superior ao da população urbana total do interior:

São muitos os desafios para viabilizar a destinação final adequada dos resíduos sólidos. É importante promover ações educativas junto a população para despertar hábitos de consumo consciente e estimular a reflexão da comunidade acerca da sua relação com o lixo. Também é necessário desenvolver ações para melhorar a gestão dos aterros sanitários existentes.

É importante realizar estudos e planos para identificar a cadeia de valor dos resíduos sólidos e as partes nela envolvidas, e identificar os parceiros adequados para realizar iniciativas conjuntas, a exemplo do reaproveitamento de resíduos sólidos, da reciclagem de resíduos, da logística reversa, além de instituir o marco legal

necessário para suportar a implementação de todas essas iniciativas.

O resultado estratégico Expansão das Economias Locais é influenciado pelas ações desenvolvidas por meio do Programa 034–Desenvolvimento Regional as quais são voltadas aos Arranjos Produtivos Locais apoiados com recursos financeiros a partir de editais para a execução de projetos de inserção produtiva. Deve-se ser destacado o apoio aos arranjos dos setores de calçado e turismo na região do Cariri Central.

No incentivo aos Projetos Produtivos Locais e aos Arranjos Produtivos Locais - APLs, ressalta-se em 2013 o apoio a 800 produtores, dos quais 196 beneficiados com recursos financeiros para 20 associações localizadas em 16 municípios do Estado e 604 produtores dos APLs de Turismo e Calçados, na Região Metropolitana do Cariri.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 031 – DESENVOLVIMENTO URBANO

O programa objetiva melhorar a estrutura urbana das cidades cearenses e requalificá-las de modo a contribuir com os municípios para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar dos seus habitantes.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
173.464.678,97	89.430.129,30	51,56	240.201.131,08	84.053.247,72	34,99

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Executar 3 intervenções urbanas estruturantes de caráter sócio-ambiental.	0	0	0	0	0
Executar 635 intervenções urbanas (drenagem implantada, praça construída, praça reformada, edificação pública construída, edificação pública reformada, via pavimentada, margem de recursos hídricos urbanizada, e obras urbanas diversas implantadas - pórticos, calçadas, canteiros centrais, escadarias etc).	144	144	150	161	305

Fonte: SCIDADES.

Avaliação do Programa

Com o objetivo de fortalecer o planejamento e a execução da política de desenvolvimento urbano, integrando fatores territoriais, sociais, ambientais e econômicos, a Secretaria das Cidades desenvolveu ações com o intuito de melhorar a estrutura urbana dos municípios cearenses.

As intervenções urbanas estruturantes de caráter sócio-ambiental referem-se aos Projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê, na RMF.

Embora ainda não tenha apresentado realização de meta, no Projeto Rio Maranguapinho registra-se no biênio 2012-2013 a conclusão das obras de construção da Barragem Maranguapinho, localizada nos municípios de Maranguape e Maracanaú, viabilizando o controle de cheias do Rio, e a conclusão das obras de recuperação de 1.400m e complementação de 300m do Trecho I - margem direita, compreendido entre a Av. Mister Hull e a Av. Fernandes Távora, com 1,7km de extensão. No Projeto Rio Cocó registra-se o

início das obras de urbanização do Trecho II, da BR116 à Av. Paulino Rocha, e no Projeto Dendê a conclusão da etapa de elaboração dos projetos executivos.

Nas intervenções urbanas do interior do Estado, no biênio 2012-2013, foram realizadas em parceria com prefeituras, um total de 305 obras urbanas, beneficiando 102 municípios. Foram executadas 180 obras de pavimentação, com um total de 1.319.805,49m²; 63 praças públicas/parques urbanos, com um total de 91.925,64m²; 35 prédios públicos, com um total de 31.682,74m²; 3 urbanizações de margens de recursos hídricos, perfazendo um total de 15.292,89 m², 19 obras de urbanização diversas, com um total de 221.944,11m² e 5 drenagens, com 3.290,26m (ver tabela a seguir).

Das obras urbanas concluídas no período de 2012-2013, 67 foram oriundas da celebração de convênios e 238 provenientes de termos de ajuste de demandas do Programa de Cooperação Federativa – PCF.

Tabela 1 – Obras Urbanas no Interior (CE exceto Fortaleza) – Secretaria das Cidades – 2012-2013

Tipo		Quantidade	Municípios	Total (m ²)
Pavimentação	Asfalto	11	10	255.507,50
	Paralelo	27	20	153.848,17
	Pedra Tosca	142	65	910.449,82
	Piçarra	0	0	0,00
	Total	180	82	1.319.805,49
Praças Públicas/Parques Urbanos	Reforma	19	10	20.903,90
	Construção	44	27	71.021,74
	Total	63	34	91.925,64
Prédio Público	Reforma	12	11	11.584,54
	Construção	23	16	20.098,20
	Total	35	24	31.682,74
Margem de Recursos Hídricos Urbanizada		3	3	15.292,89
Obras urbanas		19	16	221.944,11
Drenagem		5	5	3290,26*
Total		305	102	1.680.650,87

* metro linear.

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – CODUT.

Em relação à meta do PPA 2012-2015, de 635 obras urbanas, registra-se uma execução no biênio 2012-2013, de 48,03%.

Considerando a meta de execução de 635 intervenções urbanas para o período de 2012-2015, já foi realizado 48,03% desse total no período 2012-2013.

PROGRAMA 032 – SANEAMENTO AMBIENTAL

O Programa tem como objetivo a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento, compreendendo o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e a destinação final adequada dos resíduos sólidos, de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
333.920.274,81	37.360.643,76	11,19	256.211.417,35	22.008.282,41	8,59

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Executar 13.406 ligações domiciliares de água.	5.575	28.422	2.354	20.330	48.752
Executar 38.442 ligações domiciliares de água.	10.522	52.783	10.116	51.188	103.971
Executar 89.028 ligações domiciliares de esgoto.	25.964	35.337	40.877	11.332	46.669
Executar 74.171 ligações domiciliares de esgoto.	8.415	11.159	38.599	28.534	39.693
Beneficiar 90 municípios com instalações operacionais para destinação adequada de resíduos sólidos domiciliares.	0	0	0	0	0
Executar 54.158 ligações intradomiciliares de esgoto em redes coletoras existentes.	0	0	17.928	59	59

Fonte: CAGECE.

Avaliação do Programa

As ações de implantação, ampliação e melhoria da rede de distribuição de água viabilizaram, no biênio 2012-2013, 152.723 ligações domiciliares de água, 434,61% superior ao previsto para o período. Esse aumento deve-se, principalmente, à execução de ligações de água pelas Unidades de Negócio da Cagece, as quais não estavam previstas nos empreendimentos de investimento.

Nesse período foram realizadas obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de

Água da RMF com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Pelo Programa Saneamento para Todos se destaca a ampliação do Macrossistema de Fortaleza e a obra de construção da Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste da RMF- ETA Oeste. No interior do Estado, destacam-se as obras de ampliação e melhorias nos sistemas de abastecimento de água de Itapipoca, Tianguá, Russas, Crateús, Tauá, também executadas com recursos oriundos do PAC.

Com relação às ações referentes à implantação e

ampliação da rede coletora de esgoto registra-se, no biênio 2012-2013, o alcance de 75,85% do programado, com a execução de 86.362 ligações domiciliares de esgoto. A meta não foi alcançada plenamente em função da paralisação de algumas obras do Programa Sanear II, contudo estas obras foram retomadas e têm conclusão prevista para o final de 2014.

Os principais investimentos no período são oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e do Programa SANEAR II, com destaque em Fortaleza para as obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES realizadas na bacia do Rio Cocó (Serrinha, Aeroporto, Dias Macedo, Itaperi, Itaoca, Mata Galinha, Planalto Maraponga e Maraponga) e do Rio Siqueira (Jóquei Clube, Demócrito Rocha, Panamericano, Bela Vista, Pici, Couto Fernandes, Granja Portugal, Bom Sucesso, Vila Peri, Parque São José, João XXIII, Henrique Jorge, Autran Nunes e Dom Lustosa) e, ainda, a Implantação do Macro Sistema do SES (Cocó/Interceptor). No interior do Estado, o destaque são as obras de implantação e ampliação do SES em Maranguape e ampliação do SES de Quixadá, Crateús, Tianguá (localidade de Palmeira Comprida), Horizonte, Itaitinga, Viçosa do Ceará e Tauá e no âmbito do Programa KFW II, as obras de Implantação de SES em comunidades rurais.

Para o biênio 2012-2013 não foi prevista a implantação ou melhoria da destinação adequada de resíduos sólidos domiciliares nos municípios, entretanto é de se destacar a conclusão dos projetos executivos do aterro sanitário regional de Caririçu e Paracuru que beneficiará as regiões do Cariri Central e Litoral Oeste, respectivamente. Além disso, encontram-se em elaboração os projetos executivos para os aterros sanitários regionais que beneficiarão um conjunto de municípios: Camocim (06), Sobral (15), Limoeiro do Norte (10); Icó (09), Milagres (08) e Pedra Branca (09).

PROGRAMA 033 – HABITACIONAL

O objetivo do Programa Habitacional é oferecer às famílias que ocupam áreas de risco ambientalmente degradadas e as que são excluídas dos mecanismos de mercado oportunidades de acesso à casa própria, com moradia digna, acesso às redes de água e esgoto, e à segurança. Complementarmente, o programa oferece ações de melhorias habitacionais de interesse social, entre as quais se destaca a entrega de fogões ecoeficientes e a orientação às famílias por meio do trabalho técnico social.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
223.161.432,18	42.198.622,73	18,91	327.665.142,12	38.767.004,81	11,83

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Beneficiar 8.256 famílias com unidades habitacionais, através dos Projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê	1.605	1.605	0	0	1.605
Beneficiar 10.000 famílias com unidades habitacionais.	4.560	3.440	4.000	2.727	6.167
Beneficiar 20.000 famílias com fogões ecoeficientes.	2.500	0	7.000	600	600

Fonte: SCIDADES.

Nos anos de 2012 e 2013 foram contratadas pelo Governo do Estado do Ceará 20.113 unidades habitacionais, sendo entregues 7.772 unidades, das quais 2.596 na RMF e 5.176 no interior, beneficiando 32.013 pessoas nos Projetos Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV (Sub-50 e FAR), Operações Coletivas, Leilão Habitacional, FNHIS e Projeto Rio Maranguapinho. Embora no período em análise o destaque recaia sobre os três primeiros projetos, não se pode deixar de citar a relevância do Projeto Rio Maranguapinho.

Até o ano de 2012, o Projeto Rio Maranguapinho realocou 5.018 famílias, das quais 2.625 foram reassentadas em unidades habitacionais, 40 foram beneficiadas com permutas de unidades habitacionais e 2.353 tiveram seus imóveis e benfeitorias indenizados. Também foram indenizadas 434 famílias para a liberação de áreas para continuidade das obras. Das 2.625 famílias reassentadas neste Projeto, 61,14% foi somente no ano de 2012, o que corresponde a 1.605 unidades habitacionais entregues.

Ressalte-se, ainda em 2012, a execução do trabalho técnico social, com a capacitação de 4.227 pessoas no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho: educação sanitária e ambiental (420 pessoas); organização e mobilização comunitária (3.772 pessoas), e geração de emprego e renda (35 pessoas). Foram ainda capacitadas 420 pessoas no Projeto Rio Cocó e 388 pessoas no Projeto Farol Novo.

Em 2013 foram capacitadas 3.176 pessoas dos Residenciais Raquel de Queiroz e Miguel Arraes, em atividades de mobilização e organização comunitária (3.085 pessoas) e de educação sanitária e ambiental (91 pessoas). Foram também capacitadas em 2013, 45.086 pessoas que residirão nos Empreendimentos Cidade Jardim, Independência, José Euclides e Orgulho

do Ceará, no âmbito do PMCMV – FAR, e 1.210 pessoas nos projetos de habitação relacionados ao Pro-Moradia.

Quanto às metas não atingidas, relativas às entregas das unidades habitacionais nos projetos relacionados ao Programa Federal Op. Coletivas e ao Projeto Leilão Habitacional, deveu-se principalmente aos problemas relacionados às prestações de contas de municípios conveniados, o que impacta no repasse de recursos, bem como à morosidade das prefeituras em apresentarem a documentação necessária para formalização dos convênios. No caso do PMCMV o baixo desempenho das metas deveu-se à impossibilidade de assinatura dos contratos com os agentes financeiros pela necessidade de análise de cláusulas de responsabilidade dos agentes envolvidos.

Em relação à iniciativa Melhorias Habitacionais de Interesse Social - Fogão Sustentável, em 2012 estava prevista a entrega de 2.500 fogões, mas nenhuma unidade foi entregue, e em 2013 foram entregues 600 fogões, 8,57% do previsto, beneficiando aproximadamente 2.490 pessoas. A reestruturação desse Projeto, que exigiu a reorganização das demandas dos beneficiários, do próprio projeto e de sua operacionalização, foi a razão pela qual a meta não foi atingida.

PROGRAMA 034 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O programa objetiva reduzir as desigualdades regionais por meio de ações de ampliação da infraestrutura urbana, do estímulo ao desenvolvimento de atividades econômicas endógenas e do fortalecimento institucional dos municípios beneficiados, tendo em vista a ampliação da capacidade de atração de investimentos para as regiões, promovendo, dessa forma, a desconcentração do desenvolvimento no Estado.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
73.696.109,79	25.216.161,24	34,22	127.025.668,25	13.820.964,94	10,88

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Executar 10 projetos de melhoria da infraestrutura física das cidades polo no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais: Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú.	0	0	2	0	0
Financiar 14 projetos de infraestrutura física no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará: Cidades do Ceará / Cariri Central.	4	2	5	3	5
Executar 15 projetos econômicos relacionados aos Arranjos Produtivos Locais de calçados e turismo no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará: Cidades do Ceará / Cariri Central.	4	3	2	2	5
Implementar 06 ações de desenvolvimento institucional, incluindo capacitações, equipamentos, consultorias, seminários e missões técnicas no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará: Cidades do Ceará / Cariri Central.	0	0	2	1	1
Implementar 79 ações de desenvolvimento Institucionais, incluindo planejamento da gestão urbana, fiscal e tributária, transparência e participação popular e gestão de projetos: Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú.	0	0	0	0	0

Fonte: SCIDADES.

Avaliação do Programa

Considerando o desequilíbrio socioeconômico existente entre a Região Metropolitana de Fortaleza e as demais regiões do Estado, o Governo do Ceará investiu, no biênio 2012-2013, em projetos econômicos e de infraestrutura em polos estratégicos do interior, no intuito de ampliar a capacidade de atrair investimentos para as regiões, com vistas à desconcentração do desenvolvimento do Estado.

O Projeto Cidades do Ceará/Cariri Central, na esfera da estruturação urbana, concluiu, nesse biênio, a Requalificação das praças centrais, no município do Crato, a obra do Roteiro da Fé, em Juazeiro do Norte (Trecho I e Trecho II), a requalificação urbana da área central, no município de Farias Brito. Outra obra

concluída na região, em 2013, foi a sinalização e pavimentação de 5.627m² de vias do Centro Histórico de Barbalha. Juntas, essas ações contemplaram, em 2012-2013, a reforma de 10 praças e a construção de uma. Todas essas ações refletem o alcance de 55,55% do total programado de infraestrutura física financiados no período 2012-2013.

Em relação à base econômica, destacam-se os investimentos técnicos e de assessoria ao desenvolvimento do Geopark Araripe. Em 2012, foram confeccionadas e instaladas as placas de sinalização nos geossítios e contratada a publicação do livro de divulgação do Geopark Araripe, intitulado "Histórias da Terra, da Cultura e do Meio Ambiente". Destaca-se também em

2012, a elaboração do Plano de Gestão para o Centro Multifuncional de Serviços em Juazeiro do Norte. Nesse componente foram executadas 6 outras ações não finalísticas, portanto, não computadas como meta, tais como estudos, consultorias e aquisição de mobiliário e veículos para o Geopark.

Em 2013, foi realizada assessoria técnica para o Planejamento e Implantação da Estratégia de Desenvolvimento do Geopark e foram elaborados os Projetos Executivos Complementares e Revisão do Anteprojeto de Arquitetura de Melhorias e Infraestrutura para o Geopark. Assim, em 2012-2013 por meio do componente do projeto relacionado à base econômica foi executada 83,33% da meta programada para o período.

Nesse biênio, o fortalecimento institucional realizou os serviços de consultoria especializada em Desenvolvimento Urbano e Regional para Assessorar à Implementação da Região Metropolitana do Cariri. Nesse sentido executou 50% das ações programadas para o período

2012-2013. Executou outras 4 ações não finalísticas a exemplo de consultorias (2), assessoria (1) e aquisição de equipamentos de informática (1), não computadas nessa meta, mas que proporcionaram apoio instrumental ao projeto.

O Projeto de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais Cidades do Ceará/ Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú teve seu contrato de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento assinado em setembro de 2013, razão pela qual não foram atingidas as metas do biênio 2012-2013.

PROGRAMA 091 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS CIDADES

Contribuir para a qualificação da gestão pública dos municípios cearenses, a oferta de apoio técnico e instrumental tendo em vista o planejamento e a gestão dos municípios e a regularização fundiária objetivando o ordenamento do espaço urbano dos municípios no Estado do Ceará.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
2.490.413,36	0,00	0,00	969.633,51	740.883,51	76,41

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Beneficiar 100 municípios com a execução de projetos de melhoria da gestão.	0	0	30	114	114
Beneficiar 80 municípios com instrumentos de planejamento urbano	0	0	0	46	46

Fonte: SCIDADES.

Avaliação do Programa

No sentido da melhoria da gestão institucional dos municípios cearenses, a Secretaria das Cidades desenvolve ações por meio do Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará – IDECI que visam promover uma maior qualificação da gestão pública municipal, no apoio técnico ao planejamento urbano dos municípios.

No biênio 2012-2013 ressalta-se a superação em 280% da meta programada de 30 municípios com a execução de projetos de melhoria da gestão, com a realização de 114 capacitações que beneficiaram 417 técnicos, colaborando para a qualificação da gestão municipal. Tais capacitações foram as seguintes:

- Capacitação em “Controle Interno” e em “Elaboração de Editais, Contratos e Convênios”, beneficiando 65 servidores de 22 municípios;
- Capacitação em “Elaboração dos Planos Plurianuais - PPA”, qualificando 239 servidores de 85 municípios, em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG;

- Capacitação em “Orientações para Uso do Cinturão Digital do Ceará”, para prefeituras municipais, promovendo a qualificação de 113 técnicos de 66 municípios.

Embora não incluso na meta, registrou-se em 2013 a realização de minicurso “Captação de Recursos”, em parceria do IDECI com a Escola de Gestão Pública e o Tribunal de Contas dos Municípios, no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Gestão para os Municípios – PRODEG-M, lançado em 15 regiões, beneficiando 2.173 servidores e gestores municipais.

No biênio 2012-2013, mesmo não tendo sido programada meta para instrumento de planejamento urbano, destaca-se a oferta do projeto modelo de unidade habitacional para 46 municípios, tendo em vista a participação desses no Programa Minha Casa Minha Vida, na modalidade Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, incluídos os orçamentos e demais peças técnicas necessárias à aprovação dos projetos junto à Caixa Econômica Federal.



AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Meio Ambiente



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Meio Ambiente

Avaliação da Área Temática

A gestão ambiental no Governo do Estado do Ceará se organiza em torno de três entes que se integram e se complementam: o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM, criado por meio da Lei Estadual nº 13.875/2007; a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE como autarquia especial vinculada ao CONPAM, criada pela Lei nº 11.411/87, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente; e o Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA como instância deliberativa e de controle social.

Enquanto ao CONPAM cabe a gestão da política ambiental estadual e a promoção da articulação interinstitucional nas esferas federal, estadual e municipal, à SEMACE cabe a execução das políticas públicas de meio ambiente compatíveis com o desenvolvimento sustentável, garantindo a preservação e melhoria da qualidade ambiental por meio das ações de licenciamento, monitoramento e fiscalização no Estado do Ceará, dando cumprimento às normas vigentes e políticas de gestão orientadas pelo CONPAM. O COEMA colabora com a SEMACE e com outros órgãos públicos e particulares na solução dos problemas ambientais do Estado, bem como estabelece normas e diretrizes de controle e manutenção da qualidade do meio ambiente.

Desta forma, a política estadual de meio ambiente se materializa em um conjunto de instituições, ações, objetivos e iniciativas que conformam o Plano Plurianual do meio ambiente, trazendo como resultados setoriais esperados: Melhoria da Qualidade dos Recursos Ambientais; Promoção da Biodiversidade, Combate à Desertificação e mudanças Climáticas; Fortalecimento da Gestão Ambiental, Participação Cidadã e Educação Ambiental; Desenvolvimento Sustentado dos territórios

Quanto à Melhoria da Qualidade dos Recursos Ambientais podem ser destacadas ações voltadas para o monitoramento da qualidade do ar e dos recursos hídricos realizadas pela SEMACE, por meio dos projetos que medem o índice de balneabilidade das praias e o de qualidade da água bruta no Estado.

Pela análise do Índice de qualidade da água (dentro dos limites estabelecidos pela CONAMA), observa-se que, houve percentual satisfatório em todos os anos, atendendo assim os padrões exigidos pela Resolução CONAMA 375/05, o que supera a meta de 80% estabelecida para este indicador na área do Meio Ambiente.

O trabalho de gerenciamento e controle da balneabilidade das praias foi otimizado com a ampliação em 2006 de 21 pontos de coleta, em Fortaleza, para 65, em todo o litoral do Estado.

Quanto à Promoção da Biodiversidade, Combate à Diversificação e Mudanças Climáticas destacam-se às ações no âmbito do Projeto de Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga no Estado do Ceará – Projeto Mata Branca – voltadas para o fortalecimento da gestão do bioma Caatinga, por meio da criação e monitoramento de Unidades de Conservação e implantação de projetos produtivos sustentáveis.

A variação do Percentual de veículos inspecionados dentro do padrão foi positiva no período de 2010/2013. O Programa Fumaça Negra, direcionado à fiscalização e monitoramento de veículos automotores movidos a diesel, que estão fora dos padrões na emissão de gases, contribuiu para a redução de 30,35% desses veículos, no período de 2010 a outubro de 2013.

Essa evolução é resultado da parceria com os órgão municipais, estaduais e federais de trânsito,

que levou a um expressivo aumento de veículos vistoriados, em 283,17%, considerando os extremos da série 2010 a 2013.

Devem-se mencionar também as ações de requalificação e reabertura do Parque Botânico, a recuperação do cercamento do Parque do Cocó e do Parque Estadual do Sitio Fundão, bem como a elaboração do inventário de gases de efeito estufa, com foco na Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014.

No âmbito do Fortalecimento da Gestão Ambiental, Participação Cidadã e Educação Ambiental, destaca-se o fortalecimento da Gestão Ambiental nos municípios cearenses, com a implantação de Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, a formação de Gestores Municipais na área de Licenciamento Ambiental e a elaboração de Plano de Regionalização da Política de Resíduos Sólidos.

No que se refere à educação ambiental, podem ser destacados três projetos: Educador Ambiental, destinado à capacitação de professores da rede pública municipal e estadual, aproximando as questões sociais e ambientais, estimulando a construção de projetos de cunho ambiental nas escolas e na comunidade escolar em que atuam; Multiplicador em Educação Ambiental, voltado para a sensibilização e capacitação de agentes multiplicadores capazes de disseminar os conteúdos e objetivos da educação ambiental, em que é elaborado um plano de ação pelos participantes, que, ao ser executado, será acompanhado pela equipe técnica; Eventos de Educação Ambiental, para sensibilização, repasse de conhecimento e motivação da população em geral, favorecendo a participação ativa do cidadão na conquista de melhores condições de vida.

Quanto ao Desenvolvimento Sustentado dos Territórios, podem ser citadas ações voltadas para o zoneamento ecológico econômico e para a elaboração do plano de gestão integrado da orla marítima.

Destaca-se a criação e a consolidação dos parques, APAs e outras unidades de conservação do Estado, reconhecendo esses territórios como

relevantes para toda a sociedade. Enquanto as populações que vivem no seu entorno ampliado não se sentirem proprietárias e também responsáveis por elas, somente com alto custo para o Estado, as unidades de conservação poderão cumprir minimamente suas funções, sempre pressionadas por interesses e ambições de outras naturezas.

Ademais dos desafios naturais da complexidade do gerenciamento de uma política que, por definição, tem caráter transversal e multidisciplinar; e que se caracteriza por uma permanente mediação de interesses legítimos e conflitantes e sujeito a uma normatização complexa, a gestão da política ambiental no Estado do Ceará também enfrenta desafios inerentes às particularidades dos nossos biomas, tradição e interesses.

Entre outros, a política ambiental no Ceará precisa mediar o permanente conflito de interesses relativos à ocupação e ao aproveitamento da nossa zona litorânea, área onde se concentra parcela majoritária da população e da riqueza do Estado, submetida a uma dinâmica econômica. Na prática, isto implica tentar conciliar o aproveitamento dos potenciais turísticos, energéticos, cênicos, culturais e produtivos desta área, com a expansão urbana das cidades, com as demandas por empregos e com o desafio de incluir social e economicamente quase a metade da população do Estado.

Também desafia a gestão ambiental a necessidade de conciliar a relevância do setor primário para a economia cearense e o desenvolvimento econômico e social do interior; com a preservação do bioma da caatinga, que cobre mais de 90% do nosso território e que, historicamente, foi tratado, incorretamente, como de menor relevância ambiental do que outros biomas. Como consequência, nos dias atuais, este é o bioma que mais sofre com a devastação e o Estado do Ceará está no topo da lista dos estados que mais o destroem.

Os resultados da política do meio ambiente implementada pelo CONPAM podem ser evidenciados no quadro abaixo.

Meio Ambiente
Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2012	2012	2013
1. Melhoria da Qualidade dos Recursos Ambientais					
1.1. Índice de balneabilidade das praias	Índice	74,95	59,97	71,14	75,95
1.2. Índice de qualidade da água (dentro dos limites estabelecidos pela CONAMA)	Índice	85,54	87,79	83,79	84,37
1.3. Percentual de veículos inspecionados dentro do padrão	%	95,65	96,39	96,28	97,08
1.4. Número de focos de calor e queimadas	Nº	4.258	3.440	3.440	3.222
1.5. Municípios com sistema de gestão integrada de resíduos sólidos implantados	Nº	95,5	96,20	96,20	96,20
1.6. Índice de melhoria da qualidade do ar na região metropolitana de Fortaleza (Padrão CONAMA)	Índice	95,65	96,39	96,28	97,08
2. Promoção da Biodiversidade, Combate à Desertificação e mudanças Climáticas					
2.1. Índice de desmatamento	%	39,86	39,86	39,86	39,86
2.2. Índice de desertificação	%	10,02	10,02	10,02	10,02
2.3. Áreas estaduais protegidas com UC's	%	22,06	22,06	22,06	22,08
3. Fortalecimento da Gestão Ambiental, Participação Cidadã e Educação Ambiental					
3.1. Número de municípios com sistema de gestão ambiental implantada	Nº	6	6	6	6
3.2. Numero de municípios com Certificação Ambiental	Nº	37	39	37	39
4. Desenvolvimento Sustentado dos territórios					
4.1. Percentual do território cearense com zoneamento ecológico econômico	%	0	0	0	0
4.2. Municípios com Plano de Gestão Integrado da Orla marítima	Nº	0	0	0	5

Fonte: CONPAM.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 082 - GESTÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS NATURAIS

O programa objetiva a proteção dos recursos

naturais, por meio da implementação de uma política de prevenção, controle e monitoramento do uso desses recursos, promovendo o desenvolvimento sustentável no Ceará.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
40.228.666,32	8.743.540,61	21,73	25.144.160,33	10.962.441,60	43,60

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Implantar um sistema de monitoramento da poluição / contaminação dos 65 pontos do litoral cearense.	65	65	65	65	65
Implantar um sistema de monitoramento da poluição / contaminação dos recursos hídricos em 101 pontos nas bacias hidrográficas.	101	92	101	101	101
Revisar e Atualizar o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)	0	0	1	0	0
Elaborar um estudo do Inventário Florestal Nacional do Estado do Ceará	0	0	1	0	0
Implantar um sistema de monitoramento e controle de recursos naturais de origem florestal.	0	0	0	0	0
Implantar um sistema de monitoramento da qualidade do ar no Estado do Ceará (11 Estações).	0	0	0	0	0
Implantar o plano de controle da poluição veicular no Estado do Ceará.	0	0	0	0	0
Fiscalizar e monitorar as 23 Unidades de Conservação Ambiental do Estado do Ceará.	23	23	23	23	23
Elaborar 14 Planos Regionais de Resíduos Sólidos abrangendo todo o Estado do Ceará.	3	0	3	3	3
Elaborar o Plano Estadual de Gestão Integrada de resíduos sólidos e de saneamento ambiental.	46	0	1	1	1
Implantar a Gestão Regionalizada de Resíduos Sólidos nas macroregiões administrativas do território cearense.	1	1	0	0	0
Reduzir em 20% os focos de calor no estado.	4.300	3.440	3.440	3.222	3.222
Elaborar o Plano Estadual de Ação em Prevenção, Controle e Atendimento a Emergências Ambientais.	0	0	0	0	0
Elaborar três planos para emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE.	0	0	2	1	1
Elaborar o inventário de Gases de Efeito Estufa - GEE com foco na Copa 2014.	0	0	0	1	1
Implementar 5 Unidades de Conservação para inclusão no projeto Parques Estaduais da Copa 2014.	0	0	2	2	2
Criar 3 Unidades de Conservação no Ceará (Unidades Estaduais).	0	0	0	1	1
Implementar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação.	0	0	0	1	1

Fonte: CONPAM.

Avaliação do Programa

Como resultados alcançados no âmbito deste programa, destaca-se a Implementação de 2 Unidades de Conservação (Parque do Cocó e Parque Botânico, em Fortaleza), para inclusão no projeto Parques Estaduais da Copa 2014 e a Certificação de 37 municípios com Selo

Município Verde, havendo expressiva melhora nos IQM dos municípios certificados.

Destacam-se também iniciativas exitosas na elaboração e implementação dos Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos sólidos e a elaboração do Plano de Regionalização da Política de Resíduos Sólidos e minuta da Lei

Estadual de Resíduos Sólidos, capacitação em manejo sustentável, para técnicos da Emater, Fetraece e técnicos municipais, e para pequenos agricultores, com foco em manejo sustentável da produção agropecuária e uso correto de agrotóxicos no campo. Foi Iniciada a elaboração do Plano Estadual de Ação em Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, e a Formação da brigada metropolitana, para atendimento às Unidades de Conservação desta região. Foi implantado o projeto de arborismo no Parque do Cocó, e um Convênio com SEJUS, para trabalho de inclusão social de egressos da justiça.

Realizada a requalificação e reabertura do Parque Botânico, Cercamento do Parque Estadual do Sitio Fundão e Construção de sedes das Unidades de Ipu e recuperação da sede de Baturité. Foram Iniciados os trabalhos para composição do Conselho do Mosaico Chapada do Araripe. Realizado o I Encontro dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação Estaduais do Litoral Oeste e Realização do II seminário

integrador das Unidades de Conservação inseridas no território cearense. Iniciativas exitosas também na implementação de Unidades de Conservação e na Implementação do SEUC- Sistema Estadual de Unidades de Conservação.

As ações realizadas pela SEMACE, que resultou no atingimento da meta de Monitoramento da qualidade da água bruta no Estado, que subsidia a identificação e regularização de fontes poluidoras, sendo contempladas onze bacias hidrográficas do Estado do Ceará, com 101 pontos de coleta. A Meta vem sendo atendida em 100% nos 65 pontos de coleta.

PROGRAMA 084 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O programa objetiva contribuir para a elaboração e suporte de políticas de gestão ambiental no Estado, incentivando os municípios a implementarem políticas internas, que favoreçam a conscientização ambiental, para as presentes e futuras gerações.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
1.295.000,00	50.911,76	3,93	334.000,00	259.809,09	77,79

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Adotar A3P modelo de gestão socioambiental nas secretarias municipais de 70 municípios do Estado do Ceará.	25	25	20	20	45
Implementar a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P nas sedes das 19 setoriais do estado e 2 Universidades (URCA E UVA) (RMF, Sobral/Ibiapaba, Cariri/SUL).	21	21	0	0	21
Realizar a IV Conferencia Estadual de Meio Ambiente.	0	0	1	1	1
Realizar 600 eventos informativos e educativos (fóruns, congresso, seminários, campanhas educativas, exposições, blitz, etc) com a temática ambiental.	145	145	150	153	298
Realizar 14 eventos recreativos e educativos por ano no Parque do Cocó e Parque Botânico.	14	14	14	14	28
Capacitar 3.500 atores sociais em Educação Ambiental para as Unidades de Conservação do Estado do Ceará.	550	550	1.200	813	1.363
Realizar 20 cursos de Formação em Educação Ambiental.	12	12	6	6	18
Capacitar 1.200 pessoas (professores e gestores municipais) em Educação Ambiental.	300	300	300	321	621

Fonte: CONPAM.

Avaliação do Programa

A análise do programa no biênio 2012-2013, mostra que a realização das metas programadas para o período em análise foi satisfatória.

As iniciativas para implantação do programa A3P em prefeituras resultaram atingimento das metas previstas no Programa, tendo sido implantado em 45 prefeituras no biênio.

Destacam-se a realização de 293 eventos informativos e educativos com a temática ambiental, que capacitou professores das escolas públicas estaduais e municipais, além de atores ambientais representantes da sociedade civil organizada; a realização da IV Conferência Estadual de Meio Ambiente; a realização de 28

eventos recreativos e educativos no Parque do Cocó e Parque Botânico; a capacitação, em educação ambiental, de 1.363 atores sociais para as unidades de conservação e a capacitação de 621 professores e gestores municipais em educação ambiental.

PROGRAMA 090 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DOS TERRITÓRIOS

O programa objetiva criar e implantar instrumentos de gestão para o fortalecimento da Política Ambiental, com foco na descentralização e na sustentabilidade ambiental das atividades econômicas no território cearense, incentivando os municípios na implementação de suas políticas ambientais.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
7.832.934,00	79.578,65	1,02	5.009.135,60	1.160.831,49	23,17

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Reduzir a utilização da lenha como matriz energética em 30% nas empresas do polo gesseiro e ceramista.	10	0	10	20	20
Capacitar 1.500 pequenos produtores rurais na utilização de base ecológica/orgânica.	600	0	700	700	700
Implementar o monitoramento Ambiental compartilhado em cinco açudes no Estado do Ceará.	5	0	5	0	0
Implantar manejo agroflorestal em 5000ha.	1000	0	1300	0	0
Elaborar um pacto com os ceramistas para produção sustentável.	1	0	0	0	0
Elaborar plano participativo de negócio.	1	0	0	1	1
Implantar uma unidade produtiva demonstrativa com melhorias tecnológicas.	1	0	0	0	0
Implantar o manejo sustentável em duas unidades demonstrativas com a implementação de cinquenta projetos para cada unidade.	1	0	0	0	0

Fonte: CONPAM.

Avaliação do Programa

Por meio desse Programa são desenvolvidos projetos e ações que buscam o desenvolvimento sustentado dos territórios. Apesar de apresentar baixa execução das metas, no período de 2012-2013, alguns avanços podem ser observados.

Destacam-se as iniciativas com vistas à elaboração dos Planos de Gestão Integrada da Orla nos municípios de Caucaia, Paracuru, Paraipaba, Itarema, Aracati e Fortim, em que foram realizadas 10 oficinas e 3 seminários.

O Projeto de Desenvolvimento de Práticas de Manejo Florestal Sustentável que também avançou, com a contratação de empresa para execução de 17 planos de manejo florestal, atendendo 404 famílias.

Além disso, foram dados os primeiros passos para a realização de diagnósticos das áreas de carnaubais, implementação de unidades demonstrativas de processamento de carnaúba (mini-fábricas), com a celebração de um convênio com a Associação Cultural dos Artesãos, Artistas e Produtores Rurais de Jaguaruana – ACAAP.

Em andamento também a proposta para elaboração de um projeto de lei para apoiar mercado de serviços ambientais, a implementação do monitoramento ambiental em cinco açudes que abrigam a atividade de Aquicultura, o inventário de Gases de Efeito Estufa /ex anti e ex post da copa de 2014 e implementação de ações de mitigação e compensação para os municípios da região Metropolitana de Fortaleza, Cariri e Sobral.

Por fim, a Certificação de 37 municípios cearenses com o Selo Município Verde demonstra resultados positivos e o atingimento de índices de sucesso considerável junto aos municípios participantes. Aliado a isso, a iniciativa de capacitar 700 micro e pequenos empreendedores da região do Baixo Jaguaribe para utilização de matriz energética mais limpa, contribuiu para redução na utilização de lenha como matriz energética no polo ceramista da região. No entanto, as ações precisam avançar para que se consiga atingir a meta de redução de 30% a utilização da lenha como matriz energética ao final de 2015.

AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Copa 2014



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Copa 2014

Avaliação da Área Temática

A área temática Copa 2014, possui como principal meta a realização da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo 2014 no Estado do Ceará. Para tanto, fazem-se necessárias várias iniciativas nos mais diversos setores da economia que, direta ou indiretamente, darão suporte à realização dos megaeventos, tornando imprescindível a integração entre os Entes Federados (Federal, Estadual e Municipal), nas áreas responsáveis por turismo, cultura, segurança pública, saúde, educação, infraestrutura, meio ambiente, dentre outras, proporcionando políticas públicas efetivas que otimizem os resultados estratégicos de governo.

Os investimentos, tanto do setor público como do setor privado, terão um impacto econômico-financeiro e social, de curto e longo prazo para a economia e a sociedade cearense, o que evidencia o papel dos megaeventos como um vetor influenciador de transformações econômicas e sociais. Tais impactos não se limitam somente aos setores diretamente ligados à realização das competições, mas propagam-se pelas diversas cadeias que compõe a estrutura produtiva estadual, promovendo um incremento

no PIB - Produto Interno Bruto, impactado pelos investimentos que o Estado está recebendo no período.

Dentre os investimentos necessários, destacam-se os que estão sendo aplicados nos estádios. Nesse sentido, o Governo do Estado tratou o quesito de reforma e modernização do Estádio Plácido Aderaldo Castelo – Castelão como uma ação estratégica para o reconhecimento do Estado como um dos que possuem um dos ambientes mais favoráveis à realização dos jogos da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo 2014. Com o intuito de alcançar esse objetivo, não foram poupados esforços para garantir a entrega do estádio em dezembro de 2012, com quatro meses de antecedência ao prazo previsto em contrato, tornando-se o primeiro estádio entregue no país e o mais barato em comparação com as quatro últimas Copas do Mundo, conforme demonstrado no quadro abaixo. Tal resultado expressa o empenho do Governo na busca pela otimização dos serviços públicos prestados, através do esforço contínuo em prol da eficiência, efetividade e economicidade em suas ações.

Quadro - Comparativo de Custo por assento nas últimas Copas do Mundo

Estádio	Local	US\$/Assento
Saporo Dome	Japão	10.373
Cape Town Stadium	África do Sul	10.041
Nissan Stadium	Japão	8.846
Mané Garrincha	Brasília	8.830
Moses Mabhida Stadium	África do Sul	7.206
Allianz Arena	Alemanha	6.970
Miyagi Stadium	Japão	6.666
Ecopa Stadium	Japão	6.035
Espirit Arena	Alemanha	5.915
Fonte Nova	Bahia	5.639
Arena Pernambuco	Pernambuco	5.518
Mineirão	Minas Gerais	5.512
Olympiastadion	Alemanha	5.099
Nelson Mandela Bay	África do Sul	4.645
Daegu Stadium	Coreia do Sul	4.546
Soccer City	África do Sul	4.372
Busan Asiad Stadium	Coreia do Sul	4.284
Arena Castelão	Ceará	3.932
Média	-	6.429

Fonte: ONG Play The Game.

O bom andamento das obras do Estádio e um cenário com excelentes perspectivas futuras garantiram ao Ceará figurar entre os seis estados a sediar os jogos da Copa das Confederações FIFA 2013. Tal competição serve como um grande teste estrutural e organizacional para a cidade sede, além de ampliar os efeitos da promoção turística e do desenvolvimento econômico da Copa do Mundo. A atração de turistas é uma variável importante que deve alimentar a análise de impacto, pois os gastos dos visitantes dinamizam a economia local, ampliando a renda, o emprego e a arrecadação de tributos por parte dos governos, permitindo a realização de novos projetos.

De acordo com o Informe IPECE Nº 69, que realizou uma análise dos impactos da Copa das Confederações 2013 na economia cearense, verificou-se que Fortaleza foi a segunda sede com maior quantidade de ingressos vendidos, ficando atrás somente da cidade do Rio de Janeiro, palco da final e da festa de encerramento do evento. Ao todo, para as três partidas foram vendidas 165,1 mil ingressos, com destaque para a participação do público internacional. Em termos relativos, a capital do Estado foi a que mais vendeu bilhetes a estrangeiros, um total de 7,2 mil, correspondendo a 4,4% da quantidade total, sendo a sede com maior quantidade de

visitantes internacionais em relação à quantidade de ingressos disponíveis.

Considerando a demanda turística diretamente relacionada com a Copa das Confederações, tem-se que 59,0 mil turistas visitaram o Ceará em decorrência do evento, permanecendo no Estado por 4,5 dias e gastando cada um, em média, o total de R\$ 1.718,32 durante sua estadia. Em conjunto, tem-se um montante de R\$ 101,5 milhões injetados na economia cearense pelos visitantes que aqui estiveram para participar do evento como torcedores. O impacto dos gastos contabilizados seria de 1,5 vezes o valor injetado inicialmente, alcançando a soma de R\$ 145,9 milhões para economia cearense.

Um evento como a Copa do Mundo de futebol, transcende a esfera esportiva, possibilitando um grande desenvolvimento econômico e social para a população, atuando como um catalisador de investimentos que deixará dentre outros legados para a sociedade obras de infraestrutura de mobilidade urbana, ampliação de portos e aeroportos, estruturação do trade turístico, investimentos em capacitação, expertise na gestão de megaeventos esportivos, melhoria da infraestrutura esportiva, aumento de investimentos em segurança pública e saúde, repercutindo diretamente no dia-a-dia da sociedade.

Copa 2014 Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2011	2012
I. Implantação dos projetos de suporte à Copa do Mundo assegurada			
I.1. Percentual de obras da área da Arena Esportiva executadas	%	52,58	100

Fonte: SECOPA.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 089 - PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DA COPA 2014

O programa tem como objetivo a realização das ações de suporte para a consecução da Copa das Confederações 2013 e Copa do

Mundo 2014 no Estado do Ceará, por meio de projetos de modernização e reformas, eventos, realização de estudos sobre impactos causados, além da qualificação de serviços e articulações interinstitucionais necessários ao sucesso e a maximização dos legados proporcionados por esses eventos.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
227.157.145,08	120.593.561,08	53,09	215.104.361,85	212.026.273,56	98,57

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012 - 2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Realizar 100% da reforma, modernização e ações de suporte para consecução da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014 no Estádio Castelão.	70	70	30	30	100
Realizar 52 visitas guiadas por ano à Arena Castelão.	52	100	52	188	288
Realizar 100% eventos, projetos e serviços relacionados à Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014.	0	0	50	50	50

Fonte: SECOPA.

Avaliação do Programa

Entendendo os megaeventos esportivos como promotores de desenvolvimento econômico e social, a Secopa, por meio do Programa 89 – Promoção e Realização da Copa 2014, viabiliza a execução e o acompanhamento de ações e investimentos necessários à consecução dos jogos da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014.

De forma a alcançar os objetivos desse programa, foram realizadas iniciativas, dentre as quais podem ser citadas: reforma, modernização e realização de ações de suporte para consecução da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014 no Estádio Castelão; realização de eventos, projetos e serviços relacionados à Copa

das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014; promoção e divulgação da Arena Castelão; e coordenação e acompanhamento da execução dos projetos estruturantes relacionados à Copa do Mundo 2014.

Dentre os investimentos necessários à Copa do Mundo FIFA 2014, destacam-se os que estão sendo aplicados nos estádios. Nesse sentido, a Secopa tratou o quesito de reforma e modernização do Estádio Plácido Aderaldo Castelo – Castelão, como uma ação estratégica para o reconhecimento do nosso Estado como um dos que possuem um dos ambientes mais favoráveis à realização dos jogos da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, garantindo, junto ao Consórcio Construtor Arena Castelão S/A, a entrega do

estádio em dezembro de 2012, com mais de quatro meses de antecedência do prazo previsto em contrato, sendo o primeiro Estádio a ficar pronto entre as demais cidades-sedes.

Ocorrida entre 15 e 30 de junho de 2013, a Copa das Confederações contou com três jogos realizados na Arena Castelão: Brasil x México, Espanha x Nigéria e Itália x Espanha, com um público de mais de 165 mil torcedores e sendo acompanhada por pelo menos 86 milhões de pessoas entre os mais diversos países. Tal dimensão reforça a importância do evento para a dinamização da economia local, tornando-se uma excelente oportunidade para apresentar os produtos e serviços regionais, ampliando a capacidade de atrair investimentos e alavancar a economia e a arrecadação tributária.

Utilizando a Copa do Mundo como um vetor catalisador de investimentos e promotor de desenvolvimento socioeconômico, a Secopa atua visando a qualificação profissional e a inclusão social. Desta forma, trabalha em parceria com o Ministério do Esporte no Programa Brasil Voluntário, no qual 1.755 pessoas participaram dos cursos de capacitação, das quais 930 foram aprovadas para participar efetivamente da Copa das Confederações 2013, disseminando a cultura do voluntariado no Estado.

Além do sucesso da Copa das Confederações 2013, a Arena destacou-se pela realização de dois grandes shows internacionais (Paul McCartney e Beyoncé), atraindo um público superior a 85 mil pessoas. Tal utilização, com atividades tão diversificadas, amplia os impactos proporcionados pela Arena contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento da região localizada no entorno do Estádio.

Destacando-se pela estrutura de alta qualidade e atendendo a requisitos internacionais, a Arena Castelão realizou durante o ano de 2013, um total de 41 jogos contando com um público pagante de 737.926 pessoas.

Para apresentar as características principais do projeto à sociedade e a troca de experiências entre os mais diversos setores que estão envolvidos nos eventos, a Secopa realizou durante o ano de 2012, 100 visitas guiadas ao Estádio Castelão, representando um público de 5.445 pessoas e em 2013 foram 188, com aproximadamente 14 mil alunos de escolas públicas.

O programa obteve desempenho satisfatório no período, pois cumpriu com o objetivo proposto, desenvolvendo suas ações de forma a maximizar o legado, com gestão transparente e com significativa racionalização dos recursos públicos.

AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

EIXO 3

Governo Participativo,
Ético e Competente



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Planejamento e Gestão



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Planejamento e Gestão

Avaliação da Área Temática

A área temática relacionada ao planejamento e à gestão estadual, no âmbito do Governo do Estado, é de competência institucional da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, cujos resultados e programas se inserem no Eixo de Governo Participativo, Ético e Competente.

Uma das premissas do planejamento estadual é estabelecer estratégias de participação cidadã, que possam contribuir para a definição, execução e acompanhamento das ações governamentais. Nesse âmbito, foi estabelecido como resultado estratégico setorial a ser alcançado o Planejamento elaborado de forma participativa e regionalizada, que em última instância, impacta em um melhor direcionamento dos recursos orçamentários à luz das necessidades das populações regionais do Estado.

Esse resultado estratégico é mensurado a partir dos indicadores Investimento público finalístico na RMF e Investimento público finalístico no Interior que dimensionam a distribuição dos recursos orçamentários em termos regionais. Esses indicadores refletem a participação da aplicação dos investimentos governamentais na RMF e interior do Estado considerando apenas os recursos efetivamente regionalizados, ou seja, os recursos classificados orçamentariamente como Estado do Ceará (região 22) não foram considerados na composição de tais indicadores.

Observando-se a evolução do indicador Investimento público finalístico na RMF, verifica-se no ano de 2013 um aumento dos investimentos em favor da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF em relação a 2010, passando de uma participação de 39,6% em 2010 para 66,6% em 2013, registrando uma variação positiva de 68,2% no período analisado. Esse acréscimo pode ser explicado, notadamente, pelos grandes

investimentos que foram executados na RMF ao longo desse período, tais como a reforma e modernização do Estádio Castelão e a construção do Centro de Eventos do Ceará, que reforçam a vocação do Estado em atrair não só o turismo de lazer, mas também o de eventos. Afora esses investimentos foram realizadas diversas intervenções em infraestrutura, exigindo elevada soma de recursos, para melhorar o acesso aos destinos turísticos, bem como a implantação de serviços básicos para a melhoria do setor do turismo. Outro grande investimento que influenciou no aumento da participação da RMF foi a implantação do Terminal de Múltiplo Uso - TMUT e outras obras do Complexo Portuário e Industrial do Pecém.

A participação do investimento público no interior do Estado, no ano de 2013, apresentou uma variação negativa de 44,7% em relação a 2010. Esse fato reflete um decréscimo da participação relativa de investimentos no interior do Estado em relação aos realizados na RMF, no período analisado, entretanto, pode-se dizer que parte dos investimentos aplicados na RMF também influencia o desenvolvimento econômico no restante do Estado. Dentre esses, citam-se os investimentos em infraestrutura turística e melhoria no acesso aos destinos turísticos.

Conquanto esse comportamento tenha se registrado entre 2010 e 2013, é importante salientar que os investimentos nas demais macrorregiões do Estado do Ceará estão sendo alocados nas áreas de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura logística e hídrica, saneamento básico, entre outras áreas. Entre os projetos de destaque executados e em estágio de execução, vale mencionar: na área da

saúde, o Hospital Regional do Cariri e o Hospital Regional de Sobral, as Policlínicas, os Centros Especializados em Odontologia e as Unidades de Pronto Atendimento - UPAs; na área da educação, destacam-se as escolas de ensino profissional; na área de segurança pública foram implantadas novas delegacias e construído o Núcleo de Ciências Forense da Região dos Inhamuns; na infraestrutura citam-se a instalação de ligações elétricas em domicílios rurais, a conclusão de obras de implantação/pavimentação e conclusão de obras de restauração de importantes trechos, facilitando o fluxo de cargas e veículos. Quanto ao saneamento, cabe ressaltar as ligações domiciliares de água e esgoto.

Outra premissa do planejamento é utilizar os recursos públicos disponíveis de forma eficiente. Nesse âmbito, o Governo vem perseguindo o objetivo de realizá-lo pautado

nos seguintes requisitos: controle, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos; qualidade do gasto público associada às prioridades e ao planejamento de curto e médio prazo do governo; e manutenção da estabilidade econômica, por meio dos ajustes fiscais. Do total empenhado 2012 (R\$ 15.907.357,53) os maiores volumes de recursos por grupo de despesa foram destinados ao pagamento de pessoal (42,8%) e despesas correntes (37,4%) enquanto que os investimentos consumiram R\$ 2.068.344,49, representando 13,0% do total; já em 2013, do total empenhado (R\$ 17.604.617,51) os maiores volumes de recursos por grupo de despesa foram destinados, também, ao pagamento de pessoal (42,8%) e despesas correntes (38,3%) enquanto os investimentos consumiram R\$ 2.239.122,06, representando 12,7% do total, conforme Tabela 1.

Tabela 1: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 2012 / 2013

Grupo de Despesa	Empenhado (R\$ mil) 2012	Participação 2013 (%)	Empenhado (R\$ mil) 2013	Participação 2013 (%)
Pessoal e Encargos Pessoais	6.810.473,81	42,8%	7.530.256,90	42,8%
Juros e Encargos da Dívida	247.099,32	1,6%	246.480,20	1,4%
Outras Despesas Correntes	5.956.203,86	37,4%	6.737.893,88	38,3%
Investimentos	2.068.344,49	13,0%	2.239.122,06	12,7%
Inversões Financeiras	138.195,64	0,9%	323.191,16	1,8%
Amortização da Dívida	687.040,39	4,3%	527.673,31	3,0%
Total Geral	15.907.357,53	100,0%	17.604.617,51	100,0%

Nota: Excluindo a modalidade 91

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

A execução orçamentária com recursos do Tesouro sempre apresenta realização próxima dos 90%. Isso se deve basicamente à previsibilidade das despesas que utilizam esta fonte de recursos, as quais são: despesas com pessoal, manutenção da máquina e manutenção dos serviços ofertados à sociedade. Juntas, estas despesas ditas correntes utilizaram mais de 80% do orçamento disponível do Tesouro nos exercícios analisados. Por estas características o nível de execução sempre se mostrará elevado.

Por outro lado, a execução orçamentária dos

recursos provenientes de operações de crédito e convênios apresentam desempenho inferior; o que pode ser explicado pela complexidade das fases de execução (licitação, prazos legais, etc) das despesas de capital, que demandam mais tempo do que as despesas correntes e utilizam, em maior quantidade, recursos provenientes dessas fontes, excluindo a amortização da dívida, que utiliza recursos do Tesouro.

As despesas finalísticas são aquelas destinadas à oferta e manutenção dos serviços a sociedade. Corresponde, em última análise, aos

investimentos e, posteriormente, à manutenção dos equipamentos ofertados à sociedade cearense decorrente desses investimentos. Após esta breve definição, analisando a série desde 2010, evidencia-se um aparente decréscimo no indicador. Essa redução na realidade ocorre em virtude de uma mudança de metodologia ocorrida em 2012, onde os recursos oriundos do Estado que compunham o FUNDEB e repassados aos municípios posteriormente eram contabilizados em uma ação finalística chamada “Participação dos Municípios na Distribuição dos Recursos do FUNDEB”. Em 2011 e 2010, somente nessa ação foram empenhados cerca de R\$ 1,14 bilhão e R\$ 992 milhões, respectivamente. Portanto, esses valores explicam o relevante desempenho em 2010 e 2011. Já em 2012, atendendo as boas práticas da Contabilidade, o valor destinado aos municípios foi calculado separadamente, não havendo mais o empenho de tais despesas. Outro ponto que merece destaque é o percentual menor de 2013 em relação a 2012 decorrente, sobretudo, do crescimento de outros tipos de despesa em 2013 com recursos do Tesouro, destacando o Serviço da Dívida e o Pagamento com Pessoal, mostrando, dentre outras coisas, o compromisso em pagar pelas operações de crédito contraídas e a valorização do servidor. Assim, 2013 em relação a 2012 houve um crescimento em números absolutos e percentuais das despesas finalísticas, destacando a construção e manutenção dos equipamentos ligados a Saúde, Educação e Segurança Pública, porém em ritmo menor do que as demais despesas, justificando o percentual apresentado.

A articulação e operacionalização de ações pertinentes à captação de recursos provenientes de operações de crédito, de convênios, de cooperação técnico-financeira e de parcerias público-privadas tem proporcionado um crescimento substancial na captação de recursos por meio de empréstimos junto às instituições financeiras nacionais e internacionais, finalizando 2013 com a contratação acumulada de 20 operações de crédito, sendo treze contratadas em 2012, correspondendo ao valor de

R\$ 1.178.417.000,00 e sete em 2013, no valor de R\$ 2.765.222.000,00. Por outro lado, o Programa Estadual de PPP, coordenado e monitorado pela SEPLAG atuando como Secretaria Executiva do Conselho Gestor, possui em sua carteira nove projetos, contratados entre 2012 e 2013.

A área de Gestão de Pessoas, por sua vez, constitui-se num elemento essencial para o alcance dos resultados do Governo. Nesse sentido, foram realizadas ações de capacitação, com o fim de desenvolver as competências essenciais ao alcance dos objetivos estratégicos do Governo, bem como melhorar os serviços voltados para a saúde do servidor. O indicador “Aprendizagem do conteúdo avaliada pelo cursista (% de muito bom e ótimo) registra um percentual de 67,38% em 2013, ano em que começou a ser avaliado, enquanto os percentuais de “Satisfação dos beneficiários assistidos pelo ISSEC (% de ótimo ou bom) estão acima de 40% desde 2011, quando o indicador começou a ser medido.

Na área de Gestão de Compras o indicador “Valor Total de Ordem de Compras Governamentais por Registro de Preços”, teve evolução significativa, notadamente, devido às aquisições de veículos. Os órgãos e entidades emitiram ordens de compras para aquisição por registro de preços que totalizaram 171,00 milhões em 2012 e R\$ 316,6 milhões em 2013.

No que se refere à pesquisa estratégica, a disponibilização de informações geográficas e cartográficas, elaboração e divulgação de indicadores socioeconômicos têm despertado o interesse da sociedade em geral, conforme demonstra o número crescente de acessos ao site do IPECE, que vai de 509.649, em 2010, quando o indicador começou a ser medido, passando para 564.349 em 2012, chegando a 575.849, em 2013.

Os resultados alcançados, pela SEPLAG, ao longo dos anos de 2010 a 2013, a partir dos indicadores setoriais fixados, demonstram uma evolução satisfatória, o que pode ser aferido pelos números abaixo relacionados.

Planejamento e Gestão
Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
1. Planejamento elaborado de forma participativa e regionalizada					
1.1. Investimento público finalístico na RMF	%	39,6	56,8	49,6	66,6
1.2. Investimento público finalístico no Interior	%	60,4	40,2	50,4	33,4
2. Eficiência no uso dos recursos orçamentários					
2.1. Despesa executada/despesa autorizada (fonte Tesouro)	%	90,9	90,9	88,4	94,5
2.2. Despesa finalística empenhada/despesa total (fonte Tesouro)	%	30,4	28,7	25,0	23,6
3. Captação de recursos financeiros para investimentos					
3.1. Valor das operações de crédito contratadas	R\$ mil	1.594.715,00	-	1.178.417,00	2.765.222,00
4. Informações disponibilizadas à sociedade					
4.1. Número de acessos externos aos serviços e informações do governo pela Internet	Nº	2.871.515	3.409.460	18.283.719	19.845.423
4.2. Número de acessos ao site do IPECE	Nº	-	509.649,00	564.349	575.849
5. Eficiência da gestão corporativa					
5.1. Valor total de ordem de compras governamentais por registro de preços	R\$ milhão	185,09	128,33	171,00	316,60
6. Elevação da qualidade do atendimento ao servidor público					
6.3. Aprendizagem do conteúdo avaliada pelo cursista (% de muito bom e ótimo)*	%	-	-	-	67,38
6.4. Satisfação dos beneficiários assistidos pelo ISSEC (% de ótimo ou bom)**	%	-	58,00	46	45

* o indicador começou a ser medido em 2011

** o indicador começou a ser medido em 2013

Fonte: SEPLAG

Avaliação de Programas

PROGRAMA 001 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

O Programa objetiva coordenar e modernizar o Sistema de Gestão de Pessoas com foco na

valorização da carreira e distinção do Servidor Público do Estado do Ceará, envolvendo ações de perícia médica, assistência médica, capacitação/formação, melhoria da qualidade de vida, e, ainda, ações socioeducativas e culturais para integração e socialização do aposentado e de preparação para aposentadoria.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
89.931.033,23	86.901.360,46	96,63	92.925.248,76	90.704.675,88	97,61

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Prestar atendimento a 252 portadores de necessidades especiais	218	227	218	220	220
Realizar 365.184 atendimentos de assistência médico hospitalar	78.686	101.602	78.686	97.927	199.529
Assistir 1.144.425 pessoas com assistência médica (consulta)	246.590	224.922	246.590	245.380	470.302
Garantir a ampliação e a fidedignidade das informações dos 66.000 servidores ativos e 68.000 aposentados e pensionistas.	66.000	66.000	66.000	66.000	66.000
Realizar 566.055 procedimentos odontológicos.	121.968	54.338	121.968	71.274	125.612
Realizar 2.963.326 exames especializados.	638.510	513.509	638.510	573.914	1.087.423
Realizar 847.856 procedimentos (sessão) de fisioterapia.	182.688	79.207	182.688	109.640	188.847
Realizar 85.340 procedimentos (sessão) de psicologia	18.388	11.768	18.388	12.548	24.316
Realizar 120.628 procedimentos (sessão) de fonoaudiologia	25.991	18.248	25.991	30.343	48.591
Oferecer 1600 oportunidades de participação em seminários e/ou cursos de preparação para a aposentadoria.	400	457	400	-	457
Ofertar 84.000 oportunidades de participação em eventos sócio-educativos e culturais.	21.000	32.851	21.000	35.351	68.202
Capacitar/formar 23.560 servidores dos diversos Órgãos do Estado.	5.890	7.440	6.355	13.655	21.105
Realizar 10 eventos anuais de qualidade de vida para servidores da Administração Pública Direta e Indireta.	10	10	10	12	32
Garantir o processamento, com plena segurança, da folha mensal de 100% dos Servidores do Estado.	66.000	66.000	66.000	66.000	66.000

Fonte: SEPLAG

Avaliação do Programa

O Programa tem como público alvo os servidores e empregados públicos estaduais e aposentados, envolvendo ações voltadas para a melhoria da gestão de pessoas, que tem entre seus objetivos a valorização do servidor e a elevação dos níveis de qualidade e eficiência dos serviços públicos prestados ao cidadão.

Com esse foco, a Escola de Gestão Pública, em mais um trabalho intersetorial, atendendo as demandas de todas as instituições que elaboraram o Plano de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas – PTDEP, no qual estão apontadas as

competências em gestão pública (conhecimentos, habilidades e atitudes) a serem desenvolvidas entre os servidores, capacitou no período 2012-2013 um total de 21.105 servidores.

No âmbito do Programa de Ação Integrada para o Aposentado – PAI, cuja missão é Integrar e Socializar o Aposentado da Administração Pública Estadual, em 2012 foram proporcionadas aos servidores 457 oportunidades de participação em seminários e/ou cursos de preparação para aposentadoria, ressaltando que as ações dessa meta, em 2013, foram redirecionadas para a oferta de oportunidades de participação dos aposentados em eventos sócio-educativos,

chegando o acumulado do período a 68.202 oportunidades ofertadas, bem acima do programado para o biênio.

Para alcançar os objetivos estratégicos traçados para o biênio 2012-2013, no tocante à assistência à saúde, a meta de atendimento de assistência médica hospitalar prevista para o biênio, no total de 157.372, foi superada em 26,7%, chegando a 199.529 atendimentos; foram assistidas 470.302 pessoas com consulta das 493.180 previstas para o período; realizados 1.087.423 exames especializados de um total de 1.277.020 programado, dentre outros atendimentos realizados em diversas áreas.

Relevante destacar que o benefício de assistência à saúde, concedido pelo Governo do Estado provém exclusivamente de recursos do Tesouro Estadual, uma vez que os 11% descontados no

salário do servidor são destinados integralmente para o custeio da previdência do Estado.

Pela evolução dos resultados alcançados no cumprimento das metas estabelecidas, bem como pela execução média do período, no percentual de 97,12%, constata-se que o Programa obteve um bom desempenho no biênio 2012-2013.

PROGRAMA 018 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA ESTADUAL

O programa objetiva definir e executar estratégias de TIC visando a melhoria da Gestão Pública, otimizar as aquisições de bens e serviços de TIC e fortalecer a Governança do Estado na prestação de serviços de TIC para Órgãos e Entidades Estaduais.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
12.441.264,08	9.926.396,13	79,79	19.701.190,76	10.244.656,75	52,00

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Disponibilizar, em média, 98% das horas diárias dos serviços prestados pela ETICE.	24	24	24	24	24
Prover cobertura do Cinturão Digital nos 184 municípios.	92	27	88	6	33

Fonte: SEPLAG

Avaliação do Programa

O Programa tem como público alvo os órgãos e entidades estaduais, os municípios cearenses e a sociedade como um todo.

Considerando que a Tecnologia da Informação e Comunicação permeia a vida dos cidadãos, e reconhecendo a importância da universalização dos serviços digitais, com sustentabilidade financeira, o Governo do Estado do Ceará, tem realizado esforços no desenvolvimento

de projetos que fomentam a inclusão digital da população do Estado do Ceará.

Dentre os projetos desenvolvidos, destaca-se o lançamento de uma infraestrutura de alta tecnologia - o Cinturão Digital do Ceará – CDC - que permitirá a universalização da banda larga no Estado do Ceará, democratizando o acesso à informação digital e apoiando projetos do governo em diversas áreas.

Da meta estabelecida para prover a cobertura do

Cinturão Digital nos 184 municípios do Estado, 105 já contam com essa cobertura, dos quais 33 foram atendidos entre 2012-2013, beneficiando uma população urbana de mais de 4 milhões com acesso aos serviços de internet-banda larga, bem como 875 sedes e unidades descentralizadas dos órgãos e entidades estaduais. Esta rede de transmissão de dados, pioneira no país, permite a conectividade dos cidadãos em alta velocidade, possibilitando o acesso a serviços digitais, visando o desenvolvimento socioeconômico do Estado, a modernização da gestão pública e a ampliação da prestação de serviços à população, deixando assim um legado para o desenvolvimento social e econômico da sociedade cearense.

Também contribuiu para o alcance dos resultados do programa, a meta prioritária que prevê disponibilizar em média, 98% das horas diárias dos serviços prestados pela ETICE, a qual foi integralmente atendida, tendo em vista que os serviços prestados pela ETICE estão disponíveis 24h por dia, sem sofrer solução de continuidade, para atender a todos os órgãos e entidades estaduais.

Por outro lado, para atender a qualidade dos serviços, é feito o monitoramento sistemático do cumprimento das normas estabelecidas para a área, pelos órgãos e entidades estaduais, visando dar harmonia à execução dos projetos no âmbito da TIC estadual, de forma a garantir a qualidade dos serviços na área de TIC.

No tocante à execução orçamentária do Programa no biênio 2012-2013, verifica-se um percentual médio acima de 62%, considerado compatível com a execução física das metas previstas.

PROGRAMA 019 – COORDENAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTADUAL

O programa objetiva coordenar as atividades do Sistema Estadual de Planejamento orientado para resultados, disponibilizar informações para contribuir com as políticas e programas relacionados à redução da pobreza no Estado e assessorar os órgãos e entidades na Captação de Recursos por meio de Operações de Crédito e na contratação de Parcerias Público-Privadas e de Serviços Públicos mediante Contratos de Gestão.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P) (*)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
13.524.489,51	2.261.156,58	16,72	181.554.333,54	2.664.646,83	1,47

(*) Em 2013 houve uma suplementação de R\$ 178.806.000,00, na perspectiva de contratação de empréstimo junto ao Banco Mundial (PforR) que somente se efetivou em dezembro de 2013, impossibilitando a execução orçamentária nesse ano.
Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Elaborar 8 estudos de Avaliação de Impactos Econômicos e Sociais de ações no Estado do Ceará.	2	25	2	20	45
Disponibilizar a base cartográfica do Estado do Ceará atualizada na escala de 1:25.000.	0	0	1	0	0
Assessorar 100% dos Órgãos e Entidades dos Poderes do Estado na definição de resultados e diretrizes e na aplicação das orientações técnico-metodológicas para a elaboração e gestão dos Instrumentos de Planejamento.	64	64	64	64	64
Reconhecer 40 municípios do estado que mais avançaram no alcance de Indicadores Sociais.	20	0	20	20	20
Viabilizar a contratação de 14 Operações de Crédito.	11	13	9	7	20
Viabilizar a contratação e o monitoramento de 12 Parcerias Público-Privadas.	4	12	5	12	12

Fonte: SEPLAG

Avaliação do Programa

Com as ações voltadas para a Coordenação do Planejamento Estadual, o Programa tem como público-alvo os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e a sociedade.

No contexto do planejamento governamental, a SEPLAG tem consolidado o Sistema Estadual de Planejamento, com foco voltado para a Gestão Pública por Resultados. Entre as ações, destacam-se a orientação, elaboração, consolidação e acompanhamento dos instrumentos de planejamento, Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA e Mensagem Governamental, o Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários - MAPP, além da gestão do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP.

Uma das metas que contribuem para o alcance do objetivo do programa é a que se refere ao assessoramento realizado pela SEPLAG aos órgãos e entidades dos poderes do Estado na aplicação de metodologias e gestão dos instrumentos de planejamento.

No ano de 2012, esse assessoramento, que tem foco no alcance de resultados, foi realizado no processo de revisão do Plano Plurianual - PPA 2012/2015; na realização do "V Fórum de Planejamento Participativo e Regionalizado", com a presença de 587 cidadãos dos diversos segmentos; na orientação, elaboração, consolidação e acompanhamento dos instrumentos de planejamento, como a elaboração do Relatório de Desempenho Setorial - RDS 2011, com a análise da influência de produtos sobre os resultados de 19 secretarias setoriais integrantes do modelo, revisão dos indicadores do Painel de Controle, assessoramento aos órgãos na formulação das matrizes setoriais e na definição dos Produtos das Iniciativas; na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2013 (Lei nº 15.203/2012), que estabelece as prioridades, os objetivos e as estratégias da administração pública estadual

para o exercício financeiro subsequente e da Lei Orçamentária Anual - LOA/2013; na Mensagem Governamental 2013; no Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários - MAPP.

Em 2013 podem ainda ser destacadas atividades de assessoramento voltadas a: realização do "Curso Básico para Elaboração dos PPAs Municipais", em parceria com a Escola de Gestão Pública - EGP, Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, direcionado a técnicos e gestores municipais, com a participação de 86 municípios do Estado do Ceará; elaboração da Mensagem 2014, entregue à Assembleia Legislativa em fevereiro de 2013; elaboração da LDO/2014 (Lei nº 15.406/2013); elaboração da LOA/2014 (Lei nº 15.495/2013); desenvolvimento de metodologia de Monitoramento Intensivo de Resultados Estratégicos Setoriais e de Monitoramento do Plano Plurianual 2012-2015, que contribuirão para a tomada de decisão da alta gestão de governo.

Outra meta cuja execução contribuiu com o alcance do objetivo do programa foi a de reconhecimento dos municípios do Estado que mais avançaram no alcance de indicadores sociais. Essa meta dá cumprimento à Lei Nº 15.242/2012, que instituiu o Prêmio Municípios Cearenses Certificados com o Selo UNICEF - Município Aprovado - Edição 2009-2012, que mais se destacaram na garantia dos direitos da infância e adolescência. Foram contemplados os 20 (vinte) municípios selecionados pelo UNICEF que apresentaram os melhores resultados em educação, saúde e assistência social, voltados para crianças e adolescentes. A premiação concedida refere-se a 60 (sessenta) veículos automotores populares idênticos, sendo 3 (três) veículos para cada um dos vinte municípios, destinados à: 01 (um) para uso do Conselho Municipal de Defesa da Criança e Adolescente - CMDCA; 01 (um) para uso do Conselho Tutelar - CT; e 01 (um) para uso da Secretaria Municipal

responsável pelas ações de Assistência Social voltadas para a criança e o adolescente.

Ressalta-se, ainda, no âmbito do Programa, as ações do FECOP, cujos recursos vêm sendo aplicados desde 2004, ano de início de sua atuação, em projetos assistenciais, que priorizam os pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre, e em projetos estruturantes, que objetivam acumular meios físico, humano e social, que possibilitem essa migração.

No âmbito do FECOP, foram empenhados, no período 2012-2013, recursos na ordem de R\$ 690.707.767,74 em 259 projetos de onze secretarias setoriais do Estado, sendo R\$ 285.250.616,51 em 107 projetos de 2012 e R\$ 405.457.151,23 em 152 projetos de 2013, atendendo, prioritariamente, investimentos em projetos estruturantes, os quais abrangem ações de inclusão produtiva (ocupação e renda), educação, infraestrutura domiciliar e comunitária, aplicados nos seguintes programas de governo: Desenvolvimento Agropecuário, Ensino Médio Articulado à Educação Profissional, Aprendizagem das Crianças na Idade Certa, Enfrentamento à Pobreza Rural, Assistência Social, Promoção da Juventude e Habitacional, que juntos totalizam 78,34% dos recursos aplicados no período.

Ressalte-se também o resultado da articulação e negociação do Governo, por meio da SEPLAG, com várias instituições financeiras, tais como Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Banco Internacional para Reconstrução e

Desenvolvimento – BIRD, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e outros, com a realização, em 2013, de 07(sete) operações de crédito, envolvendo recursos da ordem R\$ 2.765.222.000,00.

Por outro lado, o Programa Estadual de PPP, coordenado pela SEPLAG, possui em sua carteira 12 projetos, consolidando, assim, o Projeto, destacando-se: o Estádio Castelão, Unidade de Atendimento ao Cidadão – Vapt Vupt, Hospital, Terminal Intermodal de Cargas do Complexo Industrial do Porto do Pecém, Complexo Penitenciário de Alta Segurança, dentre outras.

No período em análise, foram elaborados 45 estudos contemplando análises técnicas sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado, servindo também de fonte de informação para diversos estudos realizados por pesquisadores de outras instituições, cujo foco de análise era voltado para o Estado, superando em muito o total de 4 estudos previstos nas metas estabelecidas para 2012 e 2013.

PROGRAMA 020 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ESTADUAL

O Programa objetiva coordenar, monitorar e controlar atividades voltadas à modernização da gestão, com ênfase na melhoria do atendimento ao cidadão, e incentivar os órgãos/entidades da Administração Pública a buscarem a melhoria da gestão. Visa, também, implementar diretrizes relacionadas ao sistema de compras governamentais e à gestão do patrimônio público estadual.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
2.900.000,00	1.047.285,07	36,11	11.754.502,35	10.410.654,41	88,57

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Capacitar 2.000 fornecedores para contratar com o Governo do Estado.	500	2.907	500	895	3.802
Capacitar 1.000 servidores envolvidos no Processo de Compras do Estado.	250	474	250	300	774
Ampliar em 40% o número total de itens adquiridos por registro de preços.	18.500	19.574	20.114,00	21.490	41.064
Ampliar em 40% o valor total das compras e contratações por registro de preços.	138.000.000	161.679.702	150.266.407	312.692.873	474.372.575
Realizar 02 leilões para alienação de bens imóveis inservíveis e/ou antieconômicos.	1	0	1	0	0
Realizar atualização e cadastramento de 6.782 imóveis.	121	0	4.025	2.048	2.048
Realizar a regularização fundiária de 75 conjuntos habitacionais edificadas pelo SFH e Mutirões Habitacionais, com um total de 28.628 imóveis.	6.630	0	1.476	0	0
Realizar a regularização fundiária de 249 equipamentos comunitários edificadas nos conjuntos habitacionais do SFH e mutirões.	29	0	0	0	0

Fonte: SEPLAG

Avaliação do Programa

No contexto da modernização organizacional da gestão estadual, a SEPLAG vem desenvolvendo esforço contínuo de otimização dos processos de trabalho e adequação dos modelos estruturais de órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual, visando aprimorar a máquina administrativa, tornando-a mais ágil, eficiente e compatível com as políticas e diretrizes da ação governamental e com os interesses da sociedade.

O Patrimônio Público, uma das áreas de atuação do Programa, vivencia um cenário favorável à modernização e consolidação da sua relevância na gestão pública para os municípios, estados e União.

Nesse contexto, o Governo do Estado do Ceará deu início à modernização da gestão patrimonial, desenvolvendo ações para o levantamento, identificação e cadastro de todos os bens do Estado em sistema que atenda ao melhor gerenciamento, em todos os órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual.

Para tanto, encontra-se em andamento o inventário e avaliação dos imóveis pertencentes ao Estado, projeto iniciado em 2012, e que, até o final de 2013, realizou o levantamento de 2.048 imóveis.

No que se refere à realização dos leilões de bens móveis e imóveis, a meta prevista para o período sob análise não foi cumprida, devido às dificuldades enfrentadas no processo de contratação de especialistas, sendo reprogramada para o exercício de 2014.

Quanto às metas estabelecidas para 2012 e 2013, referentes à regularização fundiária dos conjuntos habitacionais, edificadas pelo SFH, e dos equipamentos comunitários, em que pese os esforços envidados, não foram cumpridas no prazo estabelecido, o que pode ser justificado pelas características e especificidades dos trabalhos, que envolvem uma vasta documentação, como elaboração de plantas, projetos e memoriais descritivos para parcelamento do solo, que possibilitam a regularização da posse dos mutirantes que ainda

não possuem a propriedade de seus imóveis, estando os trabalhos ainda em andamento.

Entretanto, merece destaque, no âmbito do “Projeto Papel da Casa”, que tem por objetivo a entrega de títulos de propriedade aos mutuários que adquiriram unidades habitacionais nos conjuntos construídos pela COHAB-CE, através de financiamento para famílias de baixa renda, junto ao extinto Banco Nacional de Habitação/ Sistema Financeiro de Habitação.

Os trabalhos foram iniciados em 2013, registrando 17.136 atendimentos realizados e 6.099 documentações recebidas para análise, 2.339 certidões expedidas pela SEFIN/PMF e 509 escrituras elaboradas.

Todas as metas relacionadas ao sistema de compras do Governo do Estado, que tem a SEPLAG como órgão gestor, superaram a programação, contribuindo assim para o alcance dos objetivos do Programa. Em 2012 e 2013 foram capacitados, respectivamente, 2.907 e 895 fornecedores, quando o previsto era de 500 fornecedores capacitados a cada ano. Para a capacitação de servidores envolvidos no processo de compras, por sua vez, foi estabelecida a meta de 250 a cada ano, tendo sido capacitados 474, em 2012 e 300 em 2013.

Quanto à meta de ampliar em 40% o número de itens adquiridos por registro de preços, a previsão para 2012 e 2013 era de 18.500 e 20.114 itens, respectivamente. Superando a programação, foram adquiridos 19.574 e 21.490 nesses anos. Desta forma, o total de compras e contratações por registro de preços totalizou R\$ 474.372.575,00, ou seja, 39% acima do valor previsto.

A execução orçamentária do Programa obteve desempenho favorável no biênio em análise. O ano de 2012, apresentou baixa execução, mas, superadas as dificuldades, em 2013, alcançou um percentual de 88% de execução.

PROGRAMA 074 – GESTÃO DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL

O Programa objetiva aprimorar a gestão previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares do Estado do Ceará, bem como assegurar o pagamento das aposentadorias dos servidores públicos civis, dos agentes públicos e membros de Poder do Estado, dos subsídios dos militares estaduais transferidos para a reserva remunerada e reforma, bem como das pensões por morte aos respectivos dependentes do segurado falecido.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei +Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
2.100.233.603,59	1.955.166.561,62	93,09	2.319.904.677,10	2.188.548.251,22	94,34

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Equacionar o déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social Estadual (RPPS/SUPSEC) e garantir a sua sustentabilidade	0	0	1	1	1

Fonte: SEPLAG

Avaliação do Programa

O Programa assegura o pagamento das aposentadorias dos servidores públicos civis, dos agentes públicos e membros de Poder do Estado, dos subsídios dos militares estaduais transferidos para a reserva remunerada e reforma, bem como das pensões por morte aos respectivos dependentes do segurado falecido, observadas as suas metas e respectivas iniciativas, quais sejam, (i) reestruturação da Coordenadoria de Gestão Previdenciária; e (ii) desenvolvimento de melhorias no sistema de recursos humanos pertinentes à área previdenciária.

O programa tem como meta prioritária equacionar o déficit atuarial do Regime Próprio da Previdência e garantir a sua sustentabilidade. Para cumprir a meta relacionada ao Regime Próprio de Previdência Social Estadual, denominado Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC, foi aprovada a Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013, publicada no DOE de 19/09/2013, que institucionaliza 03 (três) planos de custeio previdenciário, a saber: a) Plano de Custeio Militar, operacionalizado através do fundo “PREVMILITAR”; b) Plano de Custeio Financeiro, operacionalizado através do fundo “FUNAPREV”; e c) Plano de Custeio

Previdenciário, operacionalizado através do fundo “PREVID”.

A referida lei, aplicável a todos os beneficiários do Sistema, dispõe, também, sobre o equacionamento do déficit atuarial do SUPSEC, por meio da modalidade de segregação da massa de segurados, prevista na legislação previdenciária nacional, adequando-se, deste modo, a Previdenciária Nacional corrente e ao equilíbrio financeiro e atuarial esculpido pela Constituição Federal em seu art. 40, caput; pela Lei Federal nº 9.717/1998, art. 1º, caput; bem como pela Constituição Estadual, em seu art. 330, caput.

Ademais disto, também foi instituído o Regime de Previdência Complementar – RPC no âmbito do Estado do Ceará, contribuindo também, no longo prazo, para minimizar a pressão das despesas previdenciárias sobre o orçamento público estadual. No entanto, esse de caráter facultativo e destinado aos futuros servidores civis do Estado, admitidos a partir da autorização de seu funcionamento no órgão federal competente e que vierem a perceber remuneração acima do teto de contribuição e benefício aplicado pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Gestão Fiscal



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Gestão Fiscal

Avaliação da Área Temática

O Estado do Ceará tem como missão, na área da Gestão Fiscal, captar e gerir os recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável e promover a cidadania fiscal. Para a realização de tal missão são enfrentados diversos desafios, dentre os quais, o grande número de contribuintes exigindo iniciativas robustas que conduzam à eficiência das ações fiscais, indicadores macroeconômicos, às vezes, desfavoráveis, e demandas crescentes da população.

Com o objetivo de enfrentar esses desafios, a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - SEFAZ vem mantendo-se sempre atenta a alterações nos cenários que envolvem a atividade do Fisco, permitindo identificar tempestivamente oportunidades de implementação de ações que

contemplem a modernização de sua estrutura tecnológica, o incremento de eficiência das ações fiscais, o aperfeiçoamento e a desburocratização de seus procedimentos e a melhoria da relação Fisco-Sociedade.

Os resultados alcançados no âmbito da Gestão Fiscal, no período de 2010 a 2013, indicam a efetividade das ações fiscais implementadas com o intuito de aumentar a receita tributária, de aperfeiçoar a gestão das finanças públicas e de melhorar a satisfação de clientes. Isso pode ser observado a partir dos valores constantes na tabela a seguir, que apresenta os resultados e indicadores setoriais da área temática de Gestão Fiscal.

Gestão Fiscal
Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
1. Incremento na Receita Tributária					
1.1. Crescimento Nominal do ICMS	%	19,8	10,5	12,7	13,85
2. Aperfeiçoamento da Gestão das Finanças Públicas					
2.1. Capacidade de Investimento do Tesouro	R\$ milhão	952,4	1.503,70	1.857,10	1.191,73
2.2. Nível de endividamento (Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida)	proporção	0,28	0,29	0,28	0,29
3. Melhoria da satisfação do cliente no atendimento					
3.1. Índice de satisfação do cliente (*)	%			69,35	

(*) Nos exercícios de 2010, 2011 e 2013 não constam informações do índice de satisfação do cliente, tendo em vista que não foi realizada pesquisa de satisfação ao cliente. Informamos ainda que no ano de 2014 a SEFAZ irá realizar pesquisa de satisfação ao cliente e estabelecer a periodicidade desta pesquisa.
Fonte: SEFAZ.

A arrecadação própria manteve sua tendência de crescimento no exercício de 2013, a despeito de alterações nos cenários macroeconômicos nacional e internacional, que nem sempre se mantiveram favoráveis. Isto retrata o sucesso

do conjunto de ações convergentes definidas, ratificando que a estratégia adotada foi a melhor possível possibilitando um ambiente fiscal propício às ações governamentais, conforme demonstrado a seguir:

Análise Geral dos Indicadores

R\$ 1.000

Indicador	Definição da meta	Meta / Limite	Realização	%
Educação	Mínimo de 25% da RLIT	3.131.830	3.489.683	27,86 %
Saúde	Mínimo de 12% da RLIT	1.503.278	1.795.136	14,33 %
Resultado Primário - LRF	Estabelecida na LOA	313.459	746.172	238,04 %
Pessoal	Máximo de 57% da RCL	7.626.533	7.002.312	52,33 %
Dívida Consolidada Líquida	Máximo de 200% da RCL	26.759.765	3.940.736	29,45 %
Garantias	Máximo de 22% da RCL	2.943.574	851.191	6,36 %
Op.Crédito	Máximo de 16% da RCL	2.140.781	1.190.525	8,90 %
Serv. da Dív. Pública	Máximo de 11,5% da RCL	1.538.686	774.154	5,79%

Valores de Referência

RCL - Receita Corrente Líquida 2013	13.379.882	
RLR - Receita Líquida Real	12.103.141	
RLIT EDUCAÇÃO - Receita Líquida de Impostos e Transferências	12.527.321	
RLIT SAÚDE - Receita Líquida de Impostos e Transferências	12.527.320	
PIB Ceará em valor e taxa de crescimento	105.740.332	3,44 %

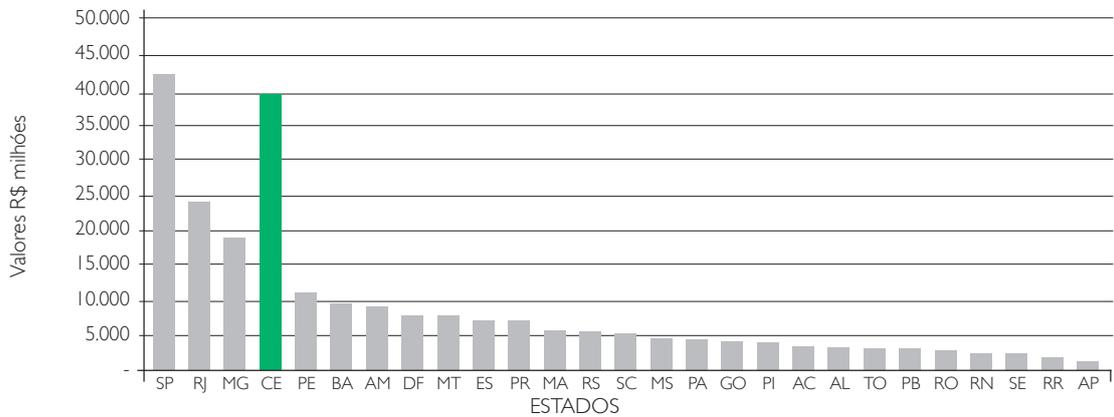
Fonte: SEFAZ.

Neste contexto, é importante ressaltar a capacidade do Governo Estadual de praticar uma política fiscal anticíclica e expansionista, focada em investimentos estratégicos e estruturantes, e uma política tributária baseada na desoneração e alargamento de base, tendo em vista o momento da demanda interna em que o consumo e o investimento privado se retraíam caso não fossem tomadas as medidas citadas. Destaca-se que o Estado do Ceará implementou essa estratégia de forma responsável, sem comprometimento estrutural de suas finanças públicas, conforme se demonstra a seguir, em função de uma gestão fiscal coerente implementada em anos anteriores e do fortalecimento da capacidade de geração poupança corrente nos últimos anos, garantindo, assim, as bases para o enfrentamento de crises. O fundamental é que o aumento de gastos, assim como tem sido feito desde 2009, foi prioritariamente direcionado para investimentos em infraestrutura e melhoria

de gestão, considerados como estratégicos e fundamentais para a população cearense. Desse modo, a demanda interna passa a ser a principal fonte de crescimento, alavancada principalmente pelo aumento do investimento público e consumo de bens.

Conforme pode ser visto no gráfico a seguir, o programa de investimentos do Estado do Ceará o colocou no rol dos estados com os maiores níveis de investimento. Em termos absolutos ocupa a quarta posição comparada a estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, cujas economias são maiores, chegando a um nível de investimentos acima de R\$ 12,2 bilhões de reais nos últimos cinco anos, aproximadamente 23% do que investiu o estado de São Paulo no mesmo período. Vale ressaltar ainda que a política de investimentos está sendo realizada sem comprometer o nível de endividamento do Estado.

Investimentos dos Estados (Absoluto) - 2009 - 2013 - em R\$ milões



Nota 1: Os valores da arrecadação de Dezembro de 2010 são estimados, sujeitos a alterações.

Nota 2: Nestes montantes estão inclusos valores referentes à Dívida Ativa e FECOP.

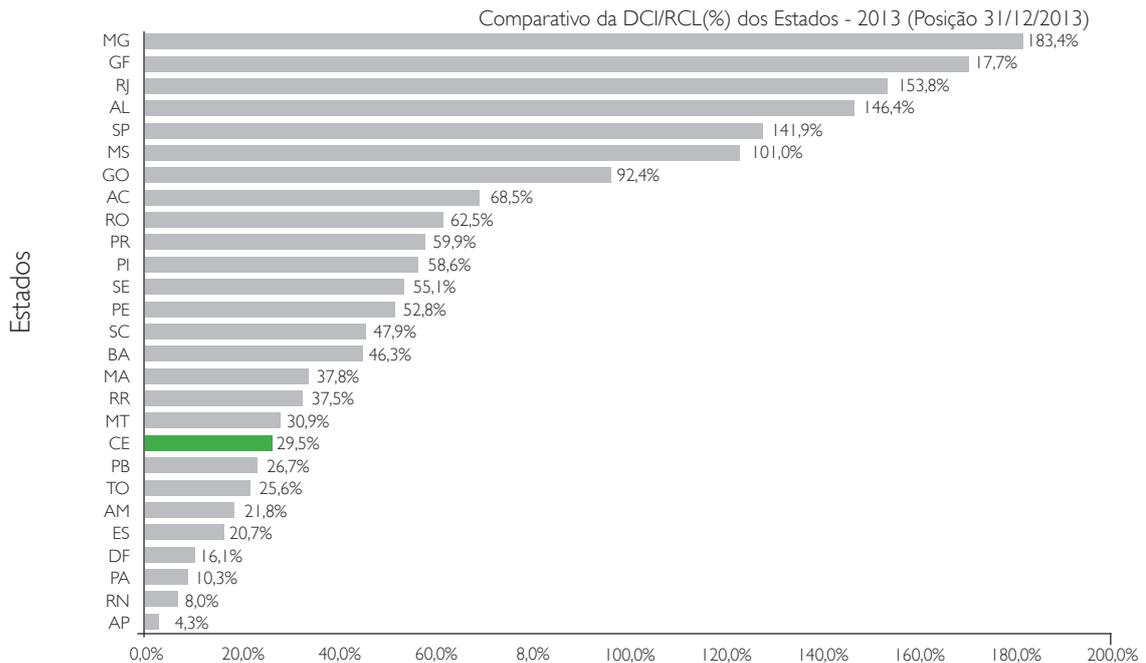
Fonte: /CATRI/CEPAC

Outro aspecto relevante para a construção de um ambiente fiscal favorável no Estado do Ceará é a estratégia de manutenção de um endividamento público saudável, com a geração de resultados primários superavitários que possibilitem a estabilização da trajetória da dívida. Nesse caso, a proposta do Estado é assegurar a geração destes resultados de forma compatível com os juros e encargos da dívida. Entretanto, conforme já visto, no ano de 2013, foi dada continuidade às políticas fiscais expansionistas. Desta forma, o Estado do Ceará optou pelo redirecionamento de suas políticas tributária e

orçamentária, o que resultou num crescimento de sua arrecadação própria e no aumento do volume de investimentos que impactou as despesas primárias não financeiras.

O resultado dessa política setorial é evidenciado pelo gráfico abaixo em que se apresenta o comparativo entre os estados da federação da razão entre o valor total de Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida, que serve de parâmetro de endividamento e cujo limite é de 200%.

Div. Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida (%)



Fonte: STN e Sítios dos Estado

Este cenário favorável tem por base os resultados obtidos no crescimento da arrecadação própria do Estado, considerando-se que os resultados das

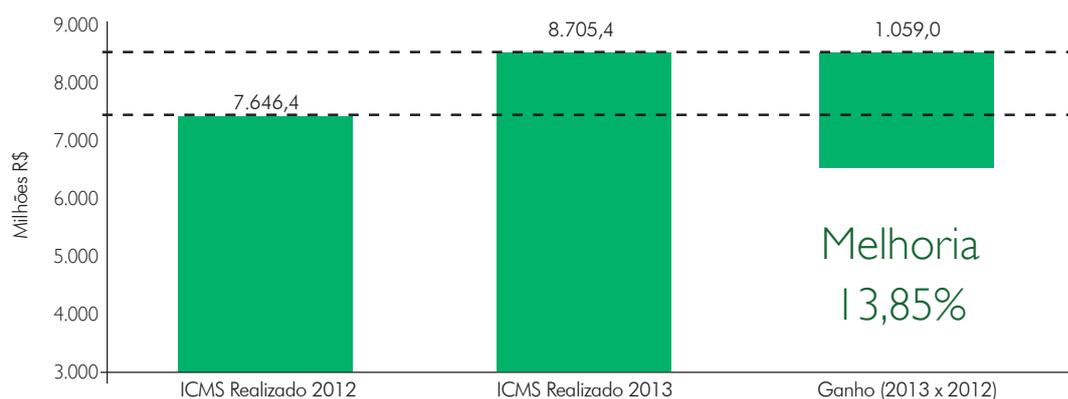
receitas oriundas de transferências não seguem uma trajetória de crescimento satisfatória, conforme se demonstra nos quadros a seguir:

Receitas de Arrecadação Própria Valores Nominais

Receitas	2012	2013	Variação (2013 / 2012)	Participação (%)
ICMS	7.646.410.385,67	8.705.388.723,74	13,85 %	92,49 %
IPVA	455.660.189,68	535.572.525,59	17,54 %	5,69 %
ITCD	43.867.428,76	66.033.152,57	50,53 %	0,70 %
Multas autônomas / Taxas / Outras	65.246.948,70	105.712.383,62	62,02 %	1,12 %
Total	8.211.184.952,81	9.412.706.785,52	14,63 %	100 %

Fonte: SEFAZ.

Receita do ICMS Valores Nominais em Milhões



Fonte: SEFAZ.

Receitas de Transferências Constitucionais Valores Nominais

Receitas	2012	2013	Variação (2013 / 2012)	Participação (%)
FPE	4.545.620.948,57	4.888.591.908,78	7,55 %	98,13 %
CIDE	29.695.805,77	1.564.203,77	-94,73 %	0,03 %
ROYALTIES	32.615.195,86	38.265.565,43	17,32 %	0,77 %
IPI	27.785.366,89	29.507.365,77	6,20 %	0,59 %
LEI KANDIR	23.821.346,28	23.821.346,27	0,00 %	0,48 %
FUNCO DE EXPORTAÇÃO	6.100.672,50	-	-100,00%	0,00 %
TOTAL	4.665.639.335,87	4.981.750.390,02	6,78%	100 %

Fonte: SEFAZ.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 009 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

O programa tem como objetivo a implementação de estratégias de modernização da infraestrutura

tecnológica da SEFAZ com foco na automação e virtualização dos processos fazendários e no desenvolvimento de tecnologias gerenciais a fim de otimizar os resultados das ações do fisco e garantir a prestação de serviço de excelência ao cidadão.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
43.961.071,32	4.737.560,26	10,78	39.473.549,51	3.189.068,55	8,08

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Modernizar 80% das Unidades Fazendárias da capital e do interior:	10	13	11	24	37
Aumentar em 40% os serviços oferecidos no ambiente Web da Sefaz.	378	367	372	370	370
Alcançar índice de satisfação de 95% nas unidades de atendimento presencial.	90,00	69,35	75,00	(*)	69,35
Realizar 90% das inscrições de cadastro de contribuintes em até 72 horas.	80,0	81,67	85,00	85,51	85,51

(*) Informação não disponível.

Fonte: SEFAZ.

Avaliação do Programa

Com o objetivo de modernizar as unidades e os processos fazendários, foram modernizadas 37 Unidades Fazendárias em todo o Estado em 2012 e 2013, ampliados os serviços oferecidos no ambiente Web e realizados mais de 80% das inscrições de cadastro de contribuintes em até 72 horas. As execuções dessas metas no período 2012-2013 apontam para a perspectiva de alcance do objetivo do Programa, sendo reflexo de diversas ações, dentre as quais, podem ser citadas:

- Expansão da solução de Circuito Fechado de Televisão - CFTV's das sedes da SEFAZ e de controle de acesso físico (leitor, catraca, cartão, câmera e botoeiras de emergência);
- Inicialização da operação do Equipamento de Raios-X de Carga, scanner fixo localizado no Posto Fiscal de Penaforte, visando combater

a sonegação fiscal e o contrabando no posto de fiscalização localizado no Posto Fiscal de Penaforte;

- Implantação de sistema de pesagem dinâmica de cargas, composto por balança, cancela eletrônica, câmeras OCR e do tipo Dome no Posto Fiscal de Aracati, instrumentos com tecnologia avançada, tornando mais ágil e eficiente o processo de controle e fiscalização de tributos nas divisas do Estado;
- Contratação de empresa para execução dos serviços de realização de treinamento que contempla conceitos, metodologias e técnicas em modelagem e análise de processos;
- Contratação de empresa para formatação de cursos na modalidade à distância para os servidores da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará;
- Capacitação de servidores em escritório de processos e gerenciamentos de projetos.

Complementarmente atuou-se na melhoria do atendimento presencial buscando-se aumento no índice de satisfação do usuário por meio da aquisição de 100 terminais de autoatendimento com tela touch screen, ampliando o número destes equipamentos nas unidades de atendimento da SEFAZ.

PROGRAMA 010 – GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA

O programa objetiva aprimorar os processos fiscais, aparelhar e instrumentalizar as Unidades da SEFAZ, de forma a aperfeiçoar a gestão dos recursos financeiros do Estado, garantindo o equilíbrio fiscal e a eficiência do sistema de arrecadação.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
59.589.395,63	43.710.123,58	73,35	28.927.376,15	24.765.044,00	85,61

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012- 2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Aparelhar 80% das Unidades da SEFAZ.	10	11	11	13	24
Aprimorar 03 processos fiscais.	1	0	1	3	3

Fonte: SEFAZ.

Avaliação do Programa

Conforme se demonstra a seguir, as ações implementadas no período convergem com as iniciativas definidas e conseqüentemente contribuíram para o alcance dos objetivos do Programa.

O reaparelhamento das unidades fazendárias foi realizado com foco no Projeto de Atendimento de Excelência ao Cidadão que tem por objetivo modernizar e aplicar novas tecnologias aos processos de atendimento ao público. No escopo de melhorias estão sendo realizadas ações de redesenho e simplificação de processos, aplicação de novas tecnologias e software de gestão para o atendimento presencial, reformas das instalações físicas, instituição de portal específico para ampliar contato com os contribuintes e os cidadãos, disponibilização de novos serviços na Internet e ampliação de

terminais de auto-atendimento. Dentre as ações realizadas no período analisado, merecem ser citadas as obras físicas nos postos Fiscais de Asa Branca e de Mata Fresca; e a melhoria da infraestrutura física dos Postos de Atendimento da Barra do Ceará, Maracanaú, e unidades em Jati, Parambu e Campos Sales.

Paralelamente às inovações físicas, a SEFAZ tem continuamente aprimorado seus processos ampliando a base de dados fiscais e otimizando o relacionamento com o contribuinte, gerando resultados efetivos a partir de diversas ações, dentre as quais as que estão relacionadas à Nota Fiscal Eletrônica – Nfe; ao Conhecimento de Transporte Eletrônico – Cte; à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim; ao Controle da Arrecadação das Receitas dos Órgãos Públicos Estaduais da Administração Direta e Indireta; ao Catálogo Eletrônico de Valor de Referência –

CEVR; ao Sistema de Gestão Tributária – SIGET; e ao Painel Fiscal.

Em relação à Nota Fiscal Eletrônica – NFe, atualmente, 31.653 contribuintes estão obrigados à sua emissão, sendo que deste total 5.048 contribuintes ingressaram no exercício de 2013. Adicionalmente a isso, foi implementado o Controle de Ocorrências relacionado a eventos da NFe, tais como: Cancelamento, Carta de Correção Eletrônica, Registro de Passagem Eletrônico, Ciência da Emissão, Confirmação da Operação, Operação não Realizada, Desconhecimento da Operação, Internalização SUFRAMA, Declaração Prévia de Emissão em contingência, dentre outros.

O Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe permite um controle maior das operações de trânsito de mercadorias, tendo em vista que as NFe são relacionadas em cada CTe emitido, o que facilita e agiliza o registro de passagem das mercadorias na entrada ou saída do Estado, reduzindo o tempo de permanência dos veículos das transportadoras nos Postos Fiscais de divisa, implicando na redução de custos operacionais. Atualmente 597 transportadoras estão credenciadas à emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe, destacando-se que em 2013 foram autorizadas 4,12 milhões de CTe pelo Fisco Cearense.

No período analisado houve a implantação do integrador da REDESIM na Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC, consonante com a política do Governo Estadual de desburocratização.

Nesse mesmo período, foi implantado o projeto piloto de controle da arrecadação das receitas originárias dos órgãos da administração direta e indireta. Este projeto compreende o

desenvolvimento de aplicativo para registro, por meio de DAE, da entrada de recursos públicos arrecadados da Administração Direta e Indireta, de modo que se possibilite uma maior segurança na gestão da receita estadual e o acompanhamento do repasse das receitas públicas aos órgãos envolvidos.

O Catálogo Eletrônico de Valor de Referência – CEVR é uma ferramenta que permite criar um catálogo único de preços dos produtos, calcular médias parciais e totais dos produtos, gerar indícios de subfaturamento, subsidiar estudos para formação da pauta fiscal, mediante utilização intensiva das informações prestadas pelos contribuintes através de NF-e e SPED.

O projeto piloto do Sistema de Gestão Tributária – SIGET objetiva o fornecimento de dados e informações econômico fiscais, possibilitando à Administração Tributária monitorar o cumprimento das obrigações tributárias e efetuar análises do desempenho fiscal dos contribuintes.

O Painel Fiscal consiste num sistema de acompanhamento do desempenho dos tributos estaduais através de indicadores extraídos da base de dados corporativa da SEFAZ, possibilitando o registro e o acompanhamento de análises subjetivas e ações designadas por indicador e período, seus impactos nos resultados, em um ambiente de rede social integrada, além da integração deste software com os dados corporativos dessa secretaria.

PROGRAMA 011 – CIDADANIA FISCAL

O programa tem como objetivo disseminar no âmbito da sociedade a consciência da importância da função socioeconômica do tributo por meio de ações de educação fiscal e da capacitação continuada de agentes multiplicadores.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
195.000,00	66.485,00	34,09	600.000,00	584.500,63	97,42

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Sensibilizar; anualmente, 3.500 pessoas através das ações de Educação Fiscal.	3.500	5.610	3.500	9.450	15.060
Capacitar; anualmente, 1.500 servidores públicos.	1.500	1.497	1.500	1.599	3.096
Realizar; anualmente, 5 eventos educativos.	5	70	5	79	149

Fonte: SEFAZ.

Avaliação do Programa

A SEFAZ atuou, por meio de diversos eventos e programas de capacitação, na busca de ampliar a rede de cidadãos sensibilizados pelas iniciativas de educação fiscal. Dentre os vários eventos e programas desenvolvidos são apresentados a seguir alguns que merecem destaque.

Com relação à capacitação de servidores públicos, podem ser mencionados o curso online de Disseminadores de Educação Fiscal realizado em parceria com a Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF (455 participantes); e a capacitação e atualização de agentes públicos municipais no âmbito do Programa TCM: Cidadania e Controle Social (parceria do Tribunal de Contas do Município com a SEFAZ) no intuito de otimizar seu desempenho como gestor dos recursos públicos, bem como levar aos membros da sociedade civil o conhecimento básico para que o cidadão possa exercer sua função como agente transformador da sociedade (em Canindé, Redenção, Tianguá, Aquiraz, Camocim e Sobral).

Foram ainda realizadas a capacitação de 153 professores multiplicadores da Rede Pública Municipal de Ensino de Iguatu (125) e Aquiraz (28); e a capacitação de 1.425 alunos do ensino médio, estagiários do Projeto Primeiro Passo, no âmbito do Curso de Cidadania Fiscal para alunos do Projeto Primeiro Passo.

Deve ser destacada a sensibilização do público interno, com o Projeto Educação Fiscal Itinerante que objetiva disseminar de forma crítica e reflexiva os conteúdos da Educação Fiscal no local de trabalho do servidor e do colaborador fazendário. A ideia é que o público interno possa refletir como e em que medida o Programa de Educação Fiscal pode ser inserido no exercício das suas atividades funcionais e no cotidiano. No momento em que o agente do Fisco incorporar a essência da Educação Fiscal, é possível a práxis do PEF e, por conseguinte, uma nova cultura tributária. Em 2013, o Projeto foi desenvolvido nas seguintes unidades: Cexat Sobral, Cexat Água Fria, Cexat Barra do Ceará, Cexat Centro, Cexat Parangaba, Cexat Messejana, Cesut, Cexat Caucaia, Cexat Maracanaú e Cemas. Ao total, foram 229 servidores e colaboradores que demonstraram estar abertos e disponíveis para conhecer os temas abordados, reforçando sua importância no âmbito da instituição.

Também foi realizada sensibilização do público externo, nas Oficinas no Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC, no CENTRESAF em Fortaleza, com a avaliação de tutores do Curso de Disseminadores e do público infantil no Instituto Lourdes Viana, com o total de 55 participantes. Na Escola Estadual de Ensino Profissionalizante Júlio França foram realizadas três oficinas que levaram aos 3.400 alunos do ensino médio profissionalizante, temas relevantes para a sua formação cidadã.

AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Controladoria e
Ouvidoria



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Controladoria e Ouvidoria

Avaliação da Área Temática

A contínua e crescente cobrança social sobre a aplicação dos recursos disponíveis pelo Estado, e sua conseqüente efetividade em termos de benefícios gerados à população, leva à necessidade de maior controle e avaliação da legitimidade, efetividade, economicidade, eficiência e eficácia das ações da Administração Pública.

Com o objetivo de zelar pela qualidade e regularidade na aplicação dos recursos públicos, promover a transparência e incentivar a participação popular, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE direciona sua atuação à implantação do controle interno preventivo, à aplicação de auditorias em processos, programas de governo e áreas especializadas, bem como à consolidação da gestão democrática participativa.

No âmbito do controle interno preventivo, que tem como foco a racionalização e o monitoramento de processos organizacionais, contribuindo para otimizar os níveis de eficiência e eficácia das ações governamentais, várias ações vem sendo desenvolvidas. A implantação do controle interno preventivo promove maior segurança administrativa na tomada de decisão pelos gestores estaduais, à medida que reduz a ocorrência de desvios que possam comprometer a eficiência no uso de recursos, a eficácia na disponibilização de bens e serviços e a conformidade legal dos atos administrativos, além de possibilitar a identificação e a disseminação de boas práticas de gestão.

Para a consolidação do controle interno preventivo ainda contribuem as ações de auditorias em processos, programas de governo e áreas especializadas, as quais são focadas na avaliação dos controles internos e na gestão de riscos. A contribuição de tais auditorias se

efetiva na medida em que aferem a eficácia dos controles implantados, propondo ações necessárias ao seu aprimoramento, em relação a processos específicos, programas de governo e áreas especializadas (obras e tecnologia da informação e comunicação), agregando valor às abordagens tradicionais de auditoria interna.

A gestão democrática participativa envolve a participação da sociedade no planejamento, acompanhamento e controle das políticas e ações de governo. A adoção desse modelo de gestão contribui para o fortalecimento das práticas de governança democrática e transparente, além de permitir alcançar níveis satisfatórios de legitimidade e qualidade na oferta de bens e serviços, assegurando o atendimento das demandas sociais.

Assim, de forma a adequar o modelo de atuação da CGE às modificações promovidas pela Emenda Constitucional Estadual nº 75/2012 e Lei Complementar nº 119/2012 e alterações, as quais compõem o arcabouço jurídico do novo macroprocesso de transferência de recursos, foi publicada a Lei nº 15.360/2013, a qual alterou os dispositivos da Lei nº 13.875/2007, que dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo Estadual.

Nesse sentido, registre-se que a Emenda nº 75/2012 visa ao fortalecimento das atividades de controle interno. Ela atribui às atividades de controle o caráter de função essencial ao funcionamento da administração pública estadual, contemplando no seu âmbito de atuação as macrofunções de ouvidoria, controladoria, auditoria governamental e correição. Quanto à Lei Complementar nº 119/2012 e alterações, dispõe sobre regras para a transferência de recursos pelos órgãos e entidades do Poder

Executivo Estadual por meio de convênios e instrumentos congêneres.

Com a publicação da Lei nº 15.360/2013 foi modificada a estrutura da CGE e criados 39 cargos de articuladores do controle interno preventivo, para atuar de forma descentralizada nos órgãos e entidades estaduais, no monitoramento do processo de contratos, convênios e congêneres. Desse total de cargos, 20 foram nomeados em 2013.

Ainda em relação ao controle interno preventivo, foram desenvolvidas ações no sentido de disseminar, junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, parceiros públicos e privados, os conhecimentos acerca do novo macroprocesso de transferência de recursos por meio de convênios e instrumentos congêneres.

Os avanços da área temática Controladoria e Ouvidoria podem ser observados a partir dos resultados e indicadores setoriais a seguir destacados.

Controladoria e Ouvidoria Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de Medida	2010	2011	2012	2013
1. Segurança administrativa na tomada de decisão					
1.1. Recomendações Reincidentes de Auditoria	%	49,00	58,00	-	-
1.2. Inadimplência de convênios de despesa e congêneres	%	11,97	11,59	16,50	15,80
1.3. Percentual de Dias no Ano de Inscrição do Estado no CAUC	%	88,00	89,61	83,48	97,54
2. Participação efetiva do cidadão					
2.1. Manifestações Procedentes de Ouvidoria Respondidas no Prazo	%	-	94,96	92,27	89,15
2.2. Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Transparência	%	65,00	60,00	60,00	28,00
2.3. Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Ouvidoria	%	-	73,00	85,89	83,00
2.4. Atendimento das Recomendações da Ouvidoria	%	-	-	52,94 (1)	95,00

(1) Percentual referente ao atendimento de recomendações constantes no Relatório Semestral de Ouvidoria do 2º semestre de 2012.

Fonte: CGE.

O indicador Recomendações Reincidentes de Auditoria expressa em que medida as ações implementadas pelos órgãos e entidades, para sanar fragilidades detectadas na realização de atividades de auditoria, foram eficazes. Em função do reduzido quadro de auditores, em 2012 e 2013, a atividade de monitoramento e acompanhamento do Plano de Ação para Sanar Fragilidades – PASF não foi realizada, ficando a aferição desse indicador prejudicada. Entretanto, cabe salientar que essa atividade será adaptada com a implantação do controle interno preventivo.

O indicador Inadimplência de Convênios de Despesa e Congêneres representa o nível de inadimplência financeira dos municípios e das entidades privadas sem fins lucrativos com o Estado do Ceará, relativamente aos valores pagos de convênios de despesa e instrumentos congêneres firmados. O resultado de 15,8% obtido em 2013 demonstra uma discreta melhora do indicador. Além disso, com a implantação do controle interno preventivo, a CGE espera contribuir de maneira significativa para a redução do nível dessa inadimplência.

O indicador Percentual de dias no Ano de Inscrição do Estado no CAUC expressa a quantidade de dias em que o Estado do Ceará permanece inscrito no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, em relação à quantidade de dias úteis do ano. O CAUC, mantido pela Secretaria do Tesouro Nacional, apresenta os registros de informações que estiverem disponíveis nos cadastros de adimplência ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais, geridos pelo Governo Federal, relativamente aos estados e municípios brasileiros. Entre os anos de 2012 e 2013, esse indicador apresentou um acréscimo, saindo de 83,48% para 97,54%, como resultado, notadamente, da pendência de uma única instituição da administração indireta, quanto à prestação de contas de recursos federais, que, isoladamente, permaneceu inscrita num período de 172 dias úteis. Em que pese a esse resultado, a CGE vem empreendendo esforço de forma a contribuir para a melhoria do indicador.

A evolução desses três indicadores demonstra a necessidade de continuar desenvolvendo ações com o objetivo de aumentar a segurança administrativa na tomada de decisão.

O indicador Manifestações Procedentes de Ouvidoria Respondidas no Prazo, que representa a quantidade de respostas, positivas ou negativas, que a ouvidoria encaminha ao cidadão-usuário, relativamente às manifestações procedentes registradas no Sistema de Ouvidoria – SOU, dentro do prazo definido legalmente, apresentou percentual de 89,15% em 2013, pouco menor que o registrado em 2012 e 2011.

Importante mencionar que em 2013 houve um aumento de aproximadamente 17% no número de manifestações registradas em relação ao ano anterior; entretanto, o corpo operacional das equipes das ouvidorias setoriais permaneceu o mesmo do ano de 2012, de modo que em algumas delas o quantitativo não atende ao mínimo de colaboradores recomendado pela CGE. Assim, por meio da avaliação

de desempenho realizada pela CGE, foram identificadas as ouvidorias que não apresentaram resultado satisfatório em relação aos indicadores de resolutividade e de composição da equipe. A partir da constatação dessas fragilidades, estão sendo realizadas, bimestralmente, reuniões com a Rede de Ouvidorias, oportunidade em que são tratados assuntos críticos comuns às ouvidorias setoriais.

O indicador Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Transparência, que representa o nível de satisfação do cidadão-usuário com o Portal da Transparência disponibilizado para fomentar o controle social, apresentou resultado de 28% em 2013, inferior aos registrados entre 2010 e 2012. Esse decréscimo está associado à ausência de disponibilização de consulta individualizada aos salários dos servidores estaduais. Sobre o assunto, registre-se que se encontra em elaboração proposta de decreto regulamentando o formato de divulgação dessa informação. Após conclusão dessa análise, e publicação do normativo, as informações serão disponibilizadas no Portal da Transparência.

O indicador Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Ouvidoria, que representa o nível de satisfação do cidadão-usuário com as ferramentas de ouvidoria disponibilizadas para fomentar sua participação na elaboração e condução das políticas públicas, apresentou resultado de 83% em 2013, um pouco inferior ao alcançado em 2012. Registre-se que o indicador em questão é fruto de avaliação facultativa realizada com o cidadão após a conclusão de sua manifestação, opinando ele sobre 3 (três) pontos: presteza no atendimento, qualidade da informação e se recomendaria a ouvidoria para outras pessoas.

Da análise da referida avaliação, percebe-se que os usuários se mostram menos satisfeitos com o teor da resposta encaminhada que, por vezes, não corresponde às suas expectativas, tendo em vista, muitas vezes, a qualidade dessa resposta depender da informação repassada pela

ouvidoria setorial ou até mesmo de ações de iniciativa do Governo. Por outro lado, o índice de usuários que recomendariam a ouvidoria para outras pessoas é o mais bem avaliado dentre as três perguntas da pesquisa, fato que demonstra a confiabilidade do cidadão em relação à ouvidoria. Além disso, a CGE tem buscado nas reuniões com a Rede de Ouvidorias fomentar o aperfeiçoamento do conteúdo das respostas, para que sejam claras, fundamentadas e objetivas.

O indicador Atendimento das Recomendações da Ouvidoria, que representa o nível de atendimento (eficácia) das recomendações de ouvidoria por parte dos órgãos e entidades estaduais, registrou acréscimo representativo, alcançando nível de 95% em 2013, em relação às recomendações emitidas no 2º semestre de 2012.

Diante do exposto, no que se refere a esses quatro últimos indicadores no período de 2010 a 2013, verifica-se um aumento da participação efetiva do cidadão, principalmente, a partir da atividade de Ouvidoria, devendo ser destacado que podem ser desenvolvidas outras ações ou intensificadas as já realizadas com o objetivo de ampliar ainda mais essa participação.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 063 – CONTROLE INTERNO PREVENTIVO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL

O programa tem como objetivo a implantação de ferramentas de controle interno preventivo no âmbito do Poder Executivo Estadual, bem como a implantação de auditorias em processos, programas de governo e áreas especializadas.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
1.087.681,89	1.076.920,00	99,01	519.840,00	70.915,48	13,64

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Realizar o controle interno preventivo em 64 Órgãos/ Entidades do Poder Executivo Estadual	0	0	0	0	0
Realizar 28 auditorias especializadas no âmbito da Administração Pública Estadual	0	0	6	2	2

Fonte: CGE.

Avaliação do Programa

Com o objetivo de implantar ferramentas de controle interno preventivo no âmbito do Poder Executivo Estadual, bem como auditorias em processos, programas de governo e áreas especializadas, foram desenvolvidas diversas ações com essa finalidade.

Relativamente à área de controle interno preventivo, foi realizado o mapeamento, a modelagem e a validação dos processos de aquisições (contratos) e de transferência de recursos (convênios e congêneres), e, na sequência, foi elaborada a regulamentação da

legislação do processo de transferência de recursos por meio de convênios e congêneres.

Além disso, outra ação desenvolvida diz respeito à criação de 39 cargos de Articuladores de Controle Interno Preventivo, dos quais 20 foram selecionados e capacitados em 2013, para atuarem em atividades inerentes ao Sistema de Controle Interno Preventivo, na CGE e em outros órgãos e entidades do Governo, sob a supervisão do órgão central de controle interno.

Relativamente à área de Auditoria Governamental, que tem como principal meta a realização de auditorias especializadas no âmbito da Administração Pública Estadual, estavam programadas seis atividades para o exercício de 2013, sendo realizadas duas auditorias de desempenho em programas prioritários do Governo do Estado: Ronda do Quarteirão e Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC.

O desempenho orçamentário do Programa, com média de execução de aproximadamente

71% em 2012 e 2013, apresentou um resultado não satisfatório, o que impactou negativamente o desempenho físico de suas metas mais representativas. Tal fato esteve associado, em 2013, ao distrato entre a CGE e a empresa contratada para desenvolver o software que dará suporte à implantação do Controle Interno Preventivo.

Nesse sentido, a meta Realizar o controle interno preventivo em 64 Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual foi remanejada para o exercício 2014, tendo sido destinados recursos para desenvolvimento do referido software no âmbito da própria CGE.

PROGRAMA 064 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

O Programa tem como objetivo a disseminação de conhecimentos e práticas voltadas para a temática do Controle Social da Administração Pública, contribuindo para a Educação Social e exercício da Cidadania.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
1.959.846,93	1.914.037,87	97,66	1.402.365,29	1.116.439,85	79,61

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Realizar 192 ações educativas em Educação Social	56	56	120	170	226

Fonte: CGE.

Avaliação do Programa

Com o objetivo de disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática do Controle Social da Administração Pública, bem como contribuir para a Educação Social e o exercício da Cidadania, foram desenvolvidas diversas ações no âmbito do programa.

Em 2013, foi implantado o Projeto de Educação Social, em parceria com a Secretaria da Educação, com a realização de 170 palestras “Caminhos da Cidadania”, para 10.481 alunos do ensino médio, abordando temas como: cidadania; controle social; ética; acesso à informação; combate à corrupção; Portal da Transparência; Ouvidoria; conselhos de políticas públicas; conferências; processo eleitoral; além de informar quais são os órgãos de controle e onde e como se pode ter acesso a informações e exercer o controle da gestão pública.

Além disso, outras ações desenvolvidas no âmbito do programa contribuíram para o alcance dos seus objetivos. Nesse sentido, foi instituído o Código de Conduta e Ética do Servidor Público Civil, por meio do Decreto no 31.198, de 30 de abril de 2013. Também em 30 de abril, foi publicado o Decreto no 31.199, que regulamentou o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e o Comitê Setorial de Acesso à Informação – CSAI.

O desempenho satisfatório do Programa em termos orçamentários, com execução superior a 80% em 2012 e 2013, conciliado ao bom desempenho físico de suas metas mais impactantes, indica uma tendência de alcance do objetivo maior de disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática do Controle Social da Administração Pública.

AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Governo e Sociedade



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Governo e Sociedade

Avaliação da Área Temática

A política do atual Governo orienta-se por três eixos: Sociedade Justa e Solidária, Economia para uma Vida Melhor e Governo Participativo, Ético e Competente. Trata-se de estratégias desafiadoras e transformadoras, em que o governo estadual vem aperfeiçoando sua relação com a sociedade civil e com a iniciativa privada, proporcionando que esses setores assumam papéis cada vez mais relevantes, fortalecendo a governança democrática e transparente e o desenvolvimento do povo cearense.

A avaliação da área temática em foco destacará a atuação dos órgãos que executam programas temáticos no desempenho de suas atividades de sustentação e apoio, incluindo-se o Gabinete do Governador - GABGOV, a Casa Civil e a Procuradoria Geral do Estado - PGE, promovendo ações da gestão, articulação política e institucional, e apoio jurídico na defesa dos interesses do Estado.

O GABGOV atua fortalecendo as relações com os diversos segmentos da sociedade, interagindo e escutando suas necessidades e expectativas, com o objetivo de adequar as estratégias e as políticas à melhoria da qualidade de vida do cearense. Para isto vem coordenando de forma estratégica a implementação dos Programas Multissetoriais, conjunto de políticas públicas transversais voltadas para a juventude, as mulheres, os idosos, as pessoas com deficiência, a promoção da igualdade racial, a proteção e promoção dos direitos humanos, a prevenção integral ao uso de drogas e à dependência química, buscando assegurar os direitos e reduzir as desigualdades sociais.

Por sua vez, a Casa Civil, em cumprimento a sua missão institucional, atua no fortalecimento

das relações político-institucionais, articulando entre as esferas de poder no âmbito do Estado do Ceará com o objetivo de viabilizar a efetivação das políticas públicas. Nesse contexto, manteve os serviços de comunicação legal e institucional necessários à garantia dos princípios constitucionais, em especial o da legalidade, publicidade e eficiência, contribuindo assim com a inclusão social dos seus cidadãos e com a transparência de suas ações.

Com o objetivo de fortalecer e ampliar a interface com a sociedade e entes públicos municipais cearense, a Casa Civil apoiou iniciativas diversas de interesse do Estado do Ceará, mediante a celebração de 477 (quatrocentos e setenta e sete) convênios, sendo 135 (cento e trinta e cinco) com representantes da sociedade civil e 342 (trezentos e quarenta e dois) com representantes de outras esferas de poder, no caso, prefeituras municipais, no âmbito do Estado do Ceará.

A PGE é o órgão responsável pela representação judicial do Estado, defesa do patrimônio e da fazenda pública estadual, representação dos interesses junto ao contencioso administrativo e exercício das funções de consultoria jurídica do Executivo e da Administração Direta além do sistema de licitações do Estado. Por meio de sua vinculada, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE realiza atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, gás canalizado, energia elétrica e, no interior do Estado, as ações da Agência também abrangem os serviços de abastecimento e esgotamento sanitário.

Dentre as atividades de regulação prestadas, tem-se a normatização, mediação e fiscalização de aspectos técnicos, comerciais, econômico-financeiros, bem como o cumprimento de obrigações vinculadas aos contratos de concessão, abrangendo, ainda, a regulação econômica por meio da homologação de reajustes e revisão das tarifas.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 035 – COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa contribui de forma prioritária para a transparência das ações governamentais e o apoio à execução das políticas públicas do Estado.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
159.326.000,00	155.908.869,73	97,86	154.286.877,27	147.002.322,55	95,28

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física - Principais Metas – 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012/2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Criar, produzir e veicular 120 campanhas/ações publicitárias.	30	30	30	37	67
Elaborar 1.056 clippings de notícias.	264	314	264	264	578
Apoiar 400 entidades da sociedade civil.	100	77	100	58	135

Fonte: CASA CIVIL.

Avaliação do Programa

O Programa contribui de forma prioritária para a transparência das ações governamentais e o apoio à execução das políticas públicas do Estado. Com o objetivo de realizar a comunicação e divulgação dos atos e ações de Governo, foram desenvolvidas várias ações direcionadas para a melhoria dos serviços públicos envolvidos, resultando numa execução orçamentária superior a 95%.

No âmbito do programa foram produzidas e veiculadas 67 campanhas/ações publicitárias, exatamente a quantidade programada, contribuindo para informar a população sobre o status dos serviços públicos mantidos e disponibilizados pelo Governo do Estado, com destaque para as campanhas de combate à

Febre Aftosa, ENEM 2012, Garantia Safra, Cidade Sede da Copa das Confederações e Disque Denúncia.

Compõe também o programa, a publicação e veiculação de atos oficiais e legais, tendo sido publicados no período 490 edições do Diário Oficial do Estado, atendendo a totalidade da demanda (100%), incluindo as publicações originárias de órgãos e entidades do Governo do Estado, assim como do Tribunal de Contas dos Municípios, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa e matérias de interesse de particulares.

É destaque também no programa o suporte às viagens aéreas governamentais, incluindo no cômputo as viagens do Governador e Vice-Governador, dos secretários de estado

e atividades da administração pública que necessitem de transporte ágil e em tempo, como por exemplo o transporte de pacientes e órgãos para transplantes.

Em apoio financeiro às entidades da sociedade civil foram realizados 135 convênios dos duzentos programados para o período (67,5 % do programado) além da elaboração de 578 “clippings” de notícias governamentais.

Atendendo ainda a missão da Casa Civil, foram viabilizados 474 eventos oficiais em todo o Estado, dentre esses, assinaturas de ordens de serviços, inaugurações, encontros e outros de interesse do governo do Estado do Ceará. Para tanto, foram investidos recursos que totalizaram mais de R\$ 12 milhões.

PROGRAMA 059 – TELEDIFUSÃO CULTURAL E INFORMATIVA

O principal objetivo do programa é implementar mecanismos de modernização e melhoria da transmissão de sinais de áudio e vídeo da TVC, visando à continuidade e qualidade dos programas veiculados.

O menor percentual de execução orçamentária deste programa (73,03 %) em relação ao ano anterior deveu-se ao fato de que este abrange ações de Investimento e Custeio Finalístico e teve um limite financeiro, definido pelo COGERF, inferior ao orçamento previsto. Além disto, a maior parte do custeio finalístico, aproximadamente 90 %, foi destinado ao pagamento de contrato de locação da vaga de satélite, pouco restando para desenvolvimento da meta estabelecida.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
1.969.709,00	1.654.648,29	84,00	2.342.815,67	1.710.898,25	73,03

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física - Principais Metas – 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Criar, produzir, repaginar e veicular 32 programas e documentários televisivos.	12	7	12	6	13

Fonte: Casa Civil

Avaliação do Programa

No período 2012-2013 foram lançados 13 novos programas na grade de programação da emissora dos quais três foram repaginados, representando 54,17 % do que foi programado. Ainda em 2012 foi realizado o primeiro concurso promovido pela TV Ceará, em homenagem ao centenário de vida de Luiz Gonzaga.

PROGRAMA 053 – REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

Os principais objetivos do Programa envolvem a avaliação e a fiscalização dos serviços regulados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados – Arce, o aperfeiçoamento dos instrumentos de regulação econômica e o fortalecimento dos instrumentos de ouvidoria e de controle social. Tais objetivos vêm sendo atingidos paulatinamente, conforme se depreende da avaliação efetuada no tópico que segue.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
3.378.581,97	2.946.386,33	87,21	4.853.456,72	2.052.192,50	42,28

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Em 2013, a execução orçamentária deste programa foi inferior ao ano anterior, pois apenas 42,28% dos recursos programados foram

empenhados, quando os valores programados sofreram um acréscimo de R\$1,47 milhão no mesmo período.

Execução Física – Principais Metas 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Elaborar 2 pesquisas por ano sobre o sistema de transporte rodoviário intermunicipal e 2 estudos sobre a rede de transportes da RMF.	2	2	2	4	6
Realizar fiscalizações em 80 municípios por ano para verificar a qualidade da água e do esgotamento sanitário.	80	80	80	60	140
Realizar 44 fiscalizações para verificar a qualidade dos serviços prestados pela concessionária de distribuição de energia elétrica.	11	9	11	10	19
Realizar 93 fiscalizações em campo e efetuar 212 acompanhamentos de escritório sobre empreendimentos de geração eólica, térmica, hídrica e solar em construção e/ou operação.	596	74	82	72	146
Realizar 8 fiscalizações junto à concessionária de distribuição de gás canalizado.	2	2	2	2	4

Fonte: ARCE.

Avaliação do Programa

Visando aperfeiçoar os instrumentos de regulação econômica para assegurar tarifas adequadas para os usuários desses serviços, foram contratadas duas consultorias de apoio, sendo uma para análise da base de ativos regulatória da Cagece e outra para definição e implementação de regulamento tarifário do setor de água e esgoto do Estado do Ceará. Os processos de contratação foram concluídos em 2013 e a elaboração deste trabalho inicial tem conclusão prevista para 2014.

Ademais, tendo por fim divulgar os serviços ofertados pela Arce e os direitos dos cidadãos, para fortalecer os instrumentos de ouvidoria e

o controle social, a Arce organizou 5 edições do Fórum Regulação e Cidadania e realizou o programa “Arce nos Municípios”, em quatro cidades do interior cearense (Canindé, Tauá, Barreira e Aracati).

Com o objetivo de avaliar e fiscalizar a qualidade e eficiência dos serviços regulados pela Arce, foram desenvolvidas ações voltadas à garantia da qualidade e eficiência da prestação desses serviços no Estado. Assim, produziram-se pesquisas e estudos voltados à melhoria do serviço de transporte intermunicipal de passageiros no Estado do Ceará que resultaram no trabalho “Transporte Metropolitano, Modelo de Operação e Delegação”, realizado em parceria com Detran/CE, Metrofor e Seinfra.

Em paralelo, a Arce realizou quatro pesquisas sobre a qualidade da prestação do serviço regular de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, buscando identificar a percepção dos usuários e avaliar as empresas operadoras e as áreas de operação. Estas pesquisas visam obter subsídios para a elaboração de metodologia para cálculo do Índice de Desempenho Operacional (IDO).

Para avaliação dos serviços prestados pela Cagece, a Arce utiliza-se de duas fontes principais, a saber: ações de fiscalização nos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário e informações dirigidas através dos usuários por meio de solicitações de ouvidoria. A metodologia adotada nas atividades de fiscalização abrange inspeções de campo, levantamentos e avaliações documentais, obtenção e análise de informações de dados gerais da área técnica e comercial, e identificação e frequência de ocorrências operacionais. Os principais procedimentos fiscalizados são o controle e qualidade da água, pressão e continuidade do abastecimento, adequação dos serviços técnicos operacionais e qualidade do esgoto tratado. Ademais, verificam-se aspectos relacionados à infraestrutura, ao atendimento dos usuários e aos procedimentos comerciais baseados em leis, normas e regulamentos aplicáveis à prestação dos serviços.

No ano de 2012, a Arce realizou 80 ações de fiscalização, sendo 70 em sistemas de abastecimento de água, 8 em sistemas de esgotamento sanitário e 2 emergenciais. Em 2013, das 60 ações, 40 abrangeram os sistemas de abastecimento de água e 20, além deste sistema, o de esgotamento sanitário. Dentre as não conformidades resultantes dos achados dessas ações, podem-se destacar seis componentes principais, a saber: provisão dos serviços; gestão comercial e faturamento; relacionamento com os usuários; proteção ambiental; gestão de emergências e contingências; e qualidade da água.

Ao longo do biênio 2012-2013, verificou-se melhoria nos quesitos provisão dos serviços,

proteção ambiental e qualidade da água nos sistemas de abastecimento de água, ao passo que, tanto neste sistema como no esgotamento sanitário, houve queda na gestão comercial e de faturamento e no relacionamento com os usuários. Com vistas a sanar as irregularidades detectadas nas ações de fiscalização realizadas, a Arce tem firmado Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Cagece, com destaque para os seguintes municípios: Alto Santo, Baixio, Ibicuitinga, Itaiçaba, Jaguaruana, Palhano, Aratuba, Arneiroz, Barreira, Caucaia, Cascavel, Pacoti e Umari.

A ARCE realiza também ações de fiscalização para monitoramento dos índices de qualidade esperados dos serviços prestados pela concessionária de distribuição de energia elétrica. Foram efetuadas dezenove fiscalizações na, tanto na área técnica como na área técnica da Coelce, propiciando os seguintes resultados: adequação das agências de atendimento aos devidos padrões de qualidade em Guaramiranga, Caucaia, Caridade, Paramoti, Tururu e Mirafima; e a instalação, restauração, manutenção e regularização dos equipamentos, revisão de procedimentos e critérios técnicos e regularização de níveis de tensão em redes de distribuição de média e baixa tensão.

Algumas fiscalizações realizadas em anos anteriores resultaram em autos de infração contra a Coelce, a qual pode recorrer junto à Aneel sobre as decisões da Arce. Ao todo, foram emitidos 46 autos de infração, resultando num montante total de multas da ordem de R\$51.714.768,16 (cinquenta e um milhões, setecentos e catorze mil, setecentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos).

Em relação às atividades de fiscalização dos serviços de geração de energia, durante o biênio 2012-2013, foram realizadas 146 fiscalizações de campo/acompanhamentos de escritório para usinas sobre empreendimentos de geração eólica, térmica, hídrica e solar em construção e/ou operação. Dentre as

constatações de irregularidades identificadas, destaca-se o descumprimento de cronograma de implantação dos empreendimentos. Em 2013, foram expedidos sete autos de infração contra usinas outorgadas totalizando R\$414.043,36 em multas, também passíveis de recurso junto à Aneel.

Como instrumento de avaliação do serviço de distribuição de gás canalizado e também para subsidiar as atividades de fiscalização junto à Companhia de Gás do Ceará (Cegás), a Arce realiza o monitoramento de diversos indicadores de desempenho da concessionária, como Índice de Vazamentos; Tempo de Atendimento de Emergência; Pressão Padrão de Fornecimento; Características Físico-Químicas; Porcentagem de Perdas Totais de Gás; Teletendimento, entre outros.

No biênio 2012-2013, foram realizadas quatro ações de fiscalização para aferição de aspectos da qualidade na distribuição do produto e no atendimento comercial prestado pela Cegás. A Arce utilizou-se de auditorias documentais e avaliação de resultados dos métodos e sistemas adotados, incluindo as condições e as instalações utilizadas para a prestação dos serviços. No total, foram registradas 48 constatações, que originaram 26 não conformidades, 13 determinações e 11 recomendações.

PROGRAMAS TEMÁTICOS MULTISSETORIAIS

Para garantir os direitos a todos os grupos sociais, principalmente para os mais vulneráveis, reduzir as desigualdades e promover a melhoria das condições de vida destes grupos o governo cearense, por meio do Gabinete do Governador – GABGOV vem implementando políticas públicas transversais que são executadas pelos chamados Programas Temáticos Multissetoriais.

Um total de sete programas focados para a juventude, equidade e gênero, igualdade étnico-racial, direitos humanos, enfrentamento às drogas, pessoa com deficiência e pessoa idosa são coordenados pelo GABGOV que também executa diversas ações juntamente com outras secretarias setoriais.

PROGRAMA 021 – PROMOÇÃO DA JUVENTUDE

O Programa tem como objetivo o desenvolvimento e fortalecimento de ações voltadas ao segmento da juventude no Estado do Ceará, por meio da implementação, manutenção e monitoramento de Políticas Públicas de Estado, nas áreas de cultura, esporte, lazer, segurança, trabalho e empreendedorismo, garantindo, desta forma, também por intermédio de normatizações, a estabilidade dos direitos e deveres dos jovens na faixa de quinze a 29 anos e durante o biênio 2012-2013 foram programados recursos da ordem de R\$ 148,49 milhões e empenhados R\$ 105,39 milhões, ou seja 71,2% do total.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
74.556.995,10	54.016.782,80	72,45	73.944.564,96	55.368.968,25	74,88

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

O GABGOV, além de coordenar o programa, executa algumas das ações como as seguintes secretarias setoriais: Secretaria da Educação - SEDUC, Secretaria da Cultura – SECULT,

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, Secretaria do Esporte – ESPORTE e, Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS com suas vinculadas Polícia Militar – PM e

Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará – CBMCE. Mas vale salientar que nenhuma das

metas previstas para a SESPORTE e SSPDS e suas Vinculadas foram realizadas no período 2012-2013.

Execução Física - Principais Metas – 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
GABGOV					
Ofertar 5400 vagas, em 27 municípios, de qualificação profissional com formação inicial e escolarização para jovens de 18 a 29 anos, residentes no meio urbano, que não concluíram o ensino fundamental.	5.400	5.400	5.400	13.200	13.200
Ofertar 6000 vagas, em 67 municípios, de qualificação profissional com formação inicial e escolarização para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental.	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000
Implantar 03 Centros de Referência de Juventude até 2015.	0	0	3	3	3
Realizar 16 eventos trimestrais, sendo 1 em 2012 e 15 em 2013 a 2015, para estimular a implementação de Políticas Públicas de Juventude.	1	2	15	11	13
Estimular a ampliação de 26 para 100 o número de Conselhos Municipais de Juventude.	4	47	60	18	65
Elaborar 3 instrumentos legais referentes à temática de política da Juventude.	1	0	2	3	3
SEDUC					
Ampliar o atendimento do Programa E-Jovem para os 184 municípios até 2014	184	105	106	105	105
Apoiar 100% das escolas que demandarem projetos de empreendedorismo estudantil e atividades extracurriculares.	100	100	100	100	100
SECULT					
Conceder 290 bolsas para agentes de leitura, sendo 280 agentes e dez articuladores em 41 municípios de alto Índice de Focalização de Agentes de Leitura – IFAL	290	267	290	258	525
Apoiar quarenta projetos em todo o Estado	10	10	10	10	20
STDS					
Qualificar e requalificar 80.480 jovens trabalhadores	19.480	10.909	19.570	18.170	29.079
Inserir 28.150 jovens trabalhadores no mercado de trabalho	9.859	7.309	7.500	10.804	18.113

Fonte: GABGOV/SEDUC/SECULT/STDS.

Avaliação do Programa

No biênio 2012-2013 foram desenvolvidas várias ações para a valorização e o desenvolvimento da população jovem do nosso Estado, beneficiando 19.400 jovens de 18 a 29 anos de 132 municípios para concluírem o ensino fundamental por meio dos programas Projovem Campo II – Saberes da Terra (6.000 jovens), Projovem Urbano III e IV (13.200 jovens) e 200 vagas ofertadas para duas unidades prisionais.

Destaca-se também a articulação e fortalecimento do Conselho Estadual de Juventude – CONJUCE e do Fórum Estadual de Gestores Municipais de Juventude do Ceará – FORJUCE além da elaboração de três instrumentos legais que encontram-se em discussão na Assembleia Legislativa para serem aprovados e sancionados pelo governador do Estado: o Estatuto Estadual da Juventude; o Sistema Estadual da Juventude; e a Política Estadual de Juventude.

O Programa E-Jovem, executado pela SEDUC, atendeu 105 municípios e apoiou 100% das escolas que demandaram projetos de empreendedorismo estudantil e atividades extracurriculares. A análise das metas permite a inferência de que o Programa E-Jovem não atenderá aos 184 municípios, uma vez que em 2014 haverá redução da meta para 67 municípios. Aproximadamente 4.000 jovens concluíram o Módulo I e deverão concluir o Módulo II até 2015 sendo que a iniciativa mais impactante desse projeto refere-se à formação complementar dos jovens em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC e em Línguas estrangeiras. No que diz respeito às escolas que demandaram projetos de empreendedorismo estudantil, foram matriculados 7.000 alunos compondo 370 turmas em 226 escolas.

A SECULT objetiva realizar a formação sociocultural de crianças, adolescentes e jovens nas diversas linguagens artísticas desenvolvendo por meio de apoio às entidades privadas sem fins lucrativos que atuam nesta área e apoio a atuação dos agentes comunitários de leitura. No primeiro caso, em parceria com a STDS foram selecionados vinte projetos, beneficiando 2.840 pessoas na faixa etária de 6 a 29 anos de idade, em nove municípios cearenses.

O projeto Agentes da Leitura tem o intuito de promover a democratização do acesso ao livro e aos meios da leitura como ação cultural estratégica de inclusão social e de desenvolvimento humano, por meio de atividades de socialização de acervo bibliográfico e de experiências de leituras compartilhadas como exercícios de cidadania. Em 2012 e 2013, o projeto realizou atendimento a 13.050 famílias, contabilizando 71.295 pessoas beneficiadas, em 43 municípios do Estado do Ceará. Assim, o resultado final em 2013 foi a

elevação da média da nota de proficiência leitora das famílias beneficiadas em 17%.

Na operacionalização deste projeto ocorreram algumas dificuldades, devido as desistências de agentes de leitura, que foi reduzida de 267 em 2012 para 258 em 2013. Este fato refletiu-se na quantidade de localidades e de pessoas atendidas, passando de 827 localidades e 39.045 pessoas atendidas direta ou indiretamente em 2012 para 792 localidades e 32.250 pessoas atendidas no ano seguinte.

As metas programadas para execução pela STDS de qualificar e requalificar jovens trabalhadores ficaram bem abaixo do esperado devido a problemas na execução do Pro-jovem Trabalhador e Juventude Cidadã pois o mesmo foi paralisado e reiniciado com atraso. Assim dos 39.050 jovens programados para serem beneficiados apenas 29.079 foram atendidos. Por outro lado, o número de jovens inseridos no mercado de trabalho como aprendizes, estagiários e empreendedores (18.113) ultrapassou o programado (17.359) no biênio 2012-2013.

PROGRAMA 022 – EQUIDADE DE GÊNERO

O Programa visa garantir o acesso às políticas públicas de proteção e enfrentamento das diversas violências contra a mulher, por meio da criação e fortalecimento de equipamentos sociais, ampliação da rede de atendimento e capacitação profissional para as mulheres.

Foram programados recursos de R\$ 1,42 milhão e empenhados somente 63% do total (R\$ 1,15 milhões) durante os anos de 2012 e 2013 o que comprometeu a realização de diversas metas programadas.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
676.057,00	402.862,15	59,59	745.029,58	497.811,57	66,82

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

O GABGOV coordena e executa ações além das executadas pela STDS por meio

do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.

Execução Física - Principais Metas – 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
GABGOV					
Estimular a ampliação do número de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos das Mulheres, no Estado do Ceará, de 65 para 80, até dezembro de 2012 e de 80 para 110, até dezembro de 2015.	80	72	10	6	78
Estimular a ampliação do número de Órgãos Gestores Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres de 7 para 10, nas Prefeituras do Estado do Ceará, até 2015	7	0	1	2	2
Desenvolver 2 ações de humanização por ano nos equipamentos da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência	2	0	2	0	0
Estimular a implantação de equipamentos da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em 2 municípios cearenses com mais de 60 mil habitantes, até 2015	0	0	2	2	2
STDS					
Acolher; proteger e manter 240 famílias vítimas de violência doméstica.	60	71	60	65	136

Fonte: GABGOV/STDS.

Avaliação do Programa

O GABGOV promoveu a execução de várias ações onde se destacam: adesão ao Programa Mulher Viver sem Violência da SPM/PR do Governo Federal; fomento para a ampliação do número de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos das Mulheres, de Secretarias e/ou Coordenadorias Municipais de Mulheres e de Delegacias de Defesa das Mulheres; criação de grupo de mulheres rurais (produtoras, quilombolas e indígenas) em parceria com a SDA e FETRAECE para propor políticas públicas para as produtoras rurais; realização do Seminário Internacional sobre a Violência contra a Mulher, em parceria com a Secretaria Nacional de Mulheres da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB.

Durante os anos de 2012 e 2013 a STDS

conseguiu ultrapassar a meta de acolher, proteger e manter 120 famílias vítimas de violência doméstica ao beneficiar 136 famílias.

PROGRAMA 023 – IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

O Programa tem como principal objetivo a implementação de políticas públicas que visam à promoção da igualdade étnico-racial, em atendimento às demandas dos movimentos sociais e do movimento negro, ampliando, ainda, o debate sobre questões que dizem respeito às diversas maneiras de manifestação do racismo e suas formas de enfrentamento.

Para os dois anos foram programados recursos da ordem de R\$ 2,05 milhões e empenhados R\$ 1,48 milhões observando-se uma redução de 78% dos recursos empenhados em 2013 em relação ao ano anterior.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
1.661.377,47	1.218.521,83	73,34	384.828,30	263.911,50	68,58

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

As ações previstas nesse programa deveriam ser executadas pela SEDUC, SDA, SESPORTE e STDS sob a coordenação GABGOV,

no entanto as duas últimas secretarias não realizaram nenhuma atividade neste período.

Execução Física - Principais Metas – 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
GABGOV					
Titular 3 comunidades quilombolas e tradicionais.	0	0	3	0	0
Reelaborar o Plano Estadual de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Étnico-racial até 2015	0	0	1	1	1
Criar o Conselho Estadual de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Étnico-racial e estimular a criação de 26 Conselhos Municipais até 2015.	0	0	1	0	0
Promover ações institucionais nos 25 municípios que aderiram ao Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), visando a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no currículo das escolas da rede pública estadual de ensino.	1	82	24	127	127
SEDUC					
Atender, até 2015, a 100% das comunidades indígenas com construção, ampliação e reforma das unidades escolares.	4	17	6	-	17
Atender, até 2015, a 100% dos professores e gestores das escolas indígenas com formação continuada e em serviço, observando as peculiaridades dessa modalidade de ensino.	154	120	154	216	336
Garantir as condições básicas para a efetividade do processo de ensino/aprendizagem dos conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e indígena nas 665 escolas da rede estadual.	665	690	690	688	688
SDA					
Beneficiar 9.440 famílias em comunidades tradicionais.	2.360	202	3.426	2.695	2.897

Fonte: GABGOV/SEDUC/SDA.

Avaliação do Programa

O GABGOV promoveu ações institucionais por meio de um diálogo permanente com a sociedade civil organizada reconhecendo a importância das ações afirmativas no desenvolvimento humano, cultural, social, político e sustentável dos cidadãos e a construção de agenda com as comunidades quilombolas, com vistas a sua titulação, além da implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tratam da obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo da educação básica.

As ações relacionadas ao Programa sob responsabilidade SEDUC indicam que os seus objetivos, metas e iniciativas vem sendo cumpridas e superadas no biênio 2012-2013

por meio de encontros sistemáticos do Comitê Interinstitucional da Educação Escolar Indígena, regularização das 36 escolas indígenas da rede estadual de ensino em 2012, a formação continuada de 336 gestores e professores e além da construção de 13 escolas e quatro reformas/ampliação beneficiando 443 alunos. Em 2013, foram beneficiados 75 professores indígenas com a formação inicial, com habilitação para a docência nos anos iniciais do ensino fundamental, envolvendo as escolas dos municípios de Acaraú, Aquiraz, Maracanaú, Caucaia, Pacatuba, Itapipoca, Itarema, Canindé, Aratuba, Crateús, Poranga, Monsenhor Tabosa e Quiterianópolis.

O programa, no âmbito da SDA está inserido na política de governo estadual, de desenvolvimento rural sustentável. Tem por base a política

implementada pelo Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão responsável pelo tratamento das ações de reforma agrária e promoção do desenvolvimento sustentável por meio da agricultura familiar e da identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas.

Entre as diversas iniciativas tomadas como apoio à estruturação e fortalecimento das comunidades tradicionais, tem destaque a orientação na realização do cadastro das entidades quilombolas no Sistema de Cadastro Geral de Parceiros da Controladoria Geral do Estado, conforme novas regras de convênios e congêneres.

No ano de 2012 a liberação de recursos para o Programa ficou comprometida, marcado

pelos esforços governamentais na diminuição dos impactos negativos impostos pela seca, permitindo a realização de cerca de 50% no atendimento das famílias em comunidades tradicionais.

PROGRAMA 024 – PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

O Programa tem como principal propósito a formulação de políticas públicas de direitos humanos, para a promoção dos direitos dos cidadãos, da criança, do adolescente, das pessoas em situação de rua, em situação de trabalho indecente e degradante, das minorias e de sua integração à vida comunitária e à educação e defesa dos direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
56.114.211,36	38.552.279,77	68,70	55.353.319,42	35.967.899,29	64,98

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

As ações executadas no âmbito desse programa contam com a SEDUC, STDS e SEJUS sob a coordenação do Gabinete do Governador

– GABGOV. A SSPDS também possui ações programadas, no entanto não realizou nenhuma das metas programadas para o biênio.

Execução Física - Principais Metas – 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
GABGOV					
Implantar 03 Centros de Referência em Direitos Humanos até 2015 (iniciativa 2230 – S)	0	0	1	1	1
Fomentar a criação de 8 Conselhos Municipais de Direitos Humanos nas 8 macrorregiões do Estado até 2015 (iniciativa 02234 – S)	0	0	8	0	0
Implantar o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (PAIR) em 20 (vinte) municípios do Estado do Ceará até 2015 (iniciativa 05076 – S)	0	0	20	0	0
SEDUC					
Atender a 200 escolas da rede pública estadual com projetos de promoção da Cultura de Paz até 2015.	200	148	331	342	342

STDS					
Realizar 4 conferências visando fortalecer os Conselhos Estaduais da Assistência Social, da Criança e do Adolescente e do Idoso.	0	1	2	2	3
Atender 4.324 adolescentes em conflito com a lei nas unidades de semiliberdade, internação provisória e privação de liberdade.	1.234	6.268	5.107	6.001	6.001
Construir 3 unidades regionalizadas de internação em Juazeiro do Norte, Sobral e Fortaleza.	2	0	1	0	0
Realizar 4 capacitações para os profissionais das unidades de atendimento das medidas socioeducativas.	0	0	4	3	3
SEJUS					
Realizar 106 eventos em cidadania dentre seminários, campanhas de divulgação, conferências estaduais e cursos voltados à temática de Direitos Humanos nos municípios cearenses.	41	11	32	17	28

Fonte: GABGOV/SEDUC/STDS/SEJUS.

Avaliação do Programa

A temática dos Direitos Humanos desenvolvida pelo Governo do Estado teve importante papel no fortalecimento das parcerias junto às prefeituras dos 184 municípios do Estado do Ceará, em reuniões de mobilização e sensibilização do Projeto Educação em Direitos Humanos e do Programa de Ações Integradas e Referências de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil – PAIR, que ocorreram in loco, ao longo do ano de 2013, bem como a concretização do Centro de Referência dos Direitos Humanos na antiga estação de trem localizada no bairro Parangaba, em Fortaleza. O Conselho Estadual de Segurança Pública, vinculado ao Gabinete do Governador, realiza discussões acerca da segurança pública, estabelecendo políticas eficazes de diminuição da criminalidade e da violência.

As ações da SEDUC contam com a cooperação internacional da UNESCO e previa o atendimento em 200 escolas públicas de nível médio, contemplando cerca de 2.000 professores e 100.000 alunos de todas as 8 macrorregiões. Em 2012, foram atendidas 148 escolas da rede estadual de ensino e em 2013 a meta foi ampliada para 331 escola, sendo que 342 foram beneficiadas. Em cada região e escola há articuladores do Geração da Paz, sendo que na última envolve os segmentos gestor, professor e aluno.

Além da expressiva adesão, pode-se destacar as seguintes iniciativas: Mais de uma centena de escolas incluíram a pauta da construção da paz em seus projetos políticos pedagógicos, de forma diária e sistemática; Formação de 200 professores diretores de turma no Programa Felicidade Autêntica: Virtudes, Emoções Positivas e Habilidades Sociais, com aplicação direta em sala de aula com os respectivos alunos, equivalendo a mais de 8.000 diretamente beneficiados; Curso Direitos Humanos e Geração da Paz, em parceria com Fundação Demócrito Rocha, com distribuição de 100.000 coleções, por meio de fascículos semanais, às escolas da rede de Ensino Médio; Instalação de um piloto em Mediação Escolar em 4 escolas de Ensino Médio de Fortaleza, via parceria com o Ministério Público do Ceará e Fundação Terre des Hommes.

A Secretaria Nacional de Direitos Humanos desenvolve esforços no sentido de consolidar a Política Nacional de Direitos Humanos no Brasil, contribuindo para que o Brasil adote um padrão de respeito aos preceitos constitucionais, o Programa Nacional de Direitos Humanos, os Tratados Internacionais de proteção dos Direitos Humanos, ratificados pelo Brasil e as recomendações dos Relatores da ONU.

As ações da STDS vão ao encontro das

orientações da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, mantendo o Programa de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos. No biênio 2012-2013 teve suas metas realizadas parcialmente, no que tange ao atendimento das medidas socioeducativas e observa-se a superação com relação ao previsto. No entanto, as outras metas não apresentam resultado esperado.

No âmbito da SEJUS, o Programa objetiva realizar atendimento ao cidadão, com foco nas denúncias, queixas, casos de violação, bem como apuração e fiscalização dos encaminhamentos em conjunto as autoridades competentes e requerimentos que envolvam os Direitos Humanos, integrando e avaliando ações desenvolvidas pelo Conselho de Defesa dos Direitos Humanos.

Nesta perspectiva foram realizados onze eventos em 2012, dentre eles destacamos o lançamento do Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). No ano de 2013, O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, aprofundou o diálogo com diversas instituições governamentais e não governamentais, se colocando como importante instrumento de articulação e garantia ao controle

e à participação social no nosso Estado. Dentre os avanços, podemos destacar a alteração da lei que o regulamenta (Lei Estadual Nº 15.350 de 09 de maio de 2013) que proporcionará o aumento de representantes da sociedade civil, atuando em consonância com o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH III.

Desta forma, foram realizadas 17 ações ao longo de 2013, relativo às campanhas de divulgação das atividades do conselho de forma concentrada, nas quais os usuários foram sensibilizados através de palestras e atendimentos no que se refere às violações de direitos humanos.

PROGRAMA 025 – ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS

O Programa tem como propósito implementar políticas de prevenção do uso, tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas, bem como favorecer aos assistidos em cumprimento de pena, com ações voltadas para o enfrentamento da drogadicção e promoção da saúde mental.

Nos anos de 2012 e 2013 foram programados recursos de R\$ 2,65 milhões e empenhados R\$ 1,19 milhões o que corresponde a somente 44,90 %.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
843.807,54	465.211,60	55,13	1.805.404,29	722.916,83	40,04

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

As ações previstas no âmbito desse programa, no biênio 2012-2013, foram executadas pela SEJUS e SESA, sob a coordenação do GABGOV, que também promove a formulação, articulação e acompanhamento

destas políticas públicas. Apesar da SSPDS e suas vinculadas Polícia Civil, Polícia Militar e Perícia Forense também possuem ações previstas neste programa, nenhuma delas foi realizada.

Execução Física - Principais Metas – 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
GABGOV					
Realizar 4 campanhas para disseminação de informações qualificadas relativas ao crack e outras drogas nas escolas da Rede Pública Estadual até 2015	0	0	4	8	8
Capacitar 2.000 pessoas envolvidas em ações de enfrentamento a drogas até 2015	0	0	1.100	5.890	5.890
SEJUS					
Manter as unidades de recuperação de drogadictos.	0	1	1	1	1
SESA					
Apoiar os 184 municípios cearenses na implantação/ implementações de ações voltadas ao enfrentamento da dependência de álcool, crack e outras drogas.	184	112	184	181	181
Capacitar 2.300 trabalhadores de saúde no enfrentamento da dependência do crack e outras drogas.	300	420	480	276	576

Fonte: GABGOV/SEJUS/SESA.

Avaliação do Programa

A política de enfrentamento às drogas foi desenhada com foco na prevenção, tratamento, reinserção social de usuários e dependentes de drogas e repressão ao tráfico, além da articulação, integração e organização das atividades relacionadas à atenção aos usuários e familiares.

Para tanto, diversas ações foram realizadas, destacando-se: Realização da I Jornada de Políticas Públicas sobre Drogas do Estado do Ceará, por meio de 22 encontros regionais, com a participação de gestores estaduais, municipais e da sociedade civil representando os 84 municípios cearenses; elaboração e publicação da Cartilha “O Ceará Assume o Desafio de Enfrentar as Drogas: juntos, a gente vira esse jogo” e distribuição de 6.625 cartilhas para os 184 municípios cearenses; celebração de 135 Termos de Compromisso com os Municípios do Estado Ceará, com o objetivo de orientar os gestores para a implementação efetiva de ações nas áreas de saúde, assistência social, educação, segurança, cultura, trabalho, esporte,

lazer e de outros segmentos; capacitação de 5.890 atores sociais na área de captação de recursos financeiros do Programa “Crack, É Possível Vencer”; criação e implantação do Comitê Gestor Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, por meio do Decreto Nº 31.171, de 15/03/2013; reestruturação e implantação do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas – CEPOD; ampliação 239 vagas para acolhimento de pessoas com transtornos do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas; impressão de 6.000 cartilhas da série “Por Dentro do Assunto Drogas”; pesquisa e aplicação de 1.977 questionários de priorização dos eixos e ações de políticas públicas sobre drogas nas oito macrorregiões do Estado do Ceará.

As ações da SEJUS são realizadas por uma equipe itinerante que presta atendimento nas unidades prisionais onde se destaca a implementação do Programa de Ações Continuadas de Assistência aos Drogadictos no âmbito do Sistema Prisional – PACAD. No entanto as carências nos serviços públicos voltados para a assistência às pessoas em uso nocivo ou dependente de drogas, findam por comprometer uma maior efetividade na

ação. Para ilustrar esta dificuldade deve-se esclarecer que apesar de Fortaleza contar com seis Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS-AD, número expressivo quando comparado a outras capitais, a demanda seria para quatorze, e somente consta uma única unidade de acolhimento adulto. Tal deficiência deixa lacunas na rede de retaguarda voltada aos egressos, assim como a possibilidade de se dar continuidade a assistência aos usuários dos serviços de CAPS- AD quando os mesmos voltam a ser presos. Em 2013, para a divulgação do programa, houve a distribuição da Cartilha do PACAD a 2.745 pessoas, entre internos e seus familiares, em Unidades Prisionais (UPs) da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e interior do Estado, bem como a pessoas em cumprimento de penas alternativas e agentes penitenciários em curso de formação.

Destaca-se ainda em 2013 a participação de 3077 presos, egressos e familiares em cursos, palestras e outras atividades terapêuticas e/ou

educacionais voltadas à promoção da saúde mental e prevenção de agravos por drogadicção, além da continuidade do programa semanal na Rádio Livre, veiculado em seis Unidades Prisionais, congregando parceiros diversos.

Quanto à meta da SESA de capacitar 780 trabalhadores de saúde no enfrentamento da dependência do crack e outras drogas durante os anos 2012 e 2013, esta não foi alcançada, pois apenas 576 profissionais passaram por esta capacitação.

PROGRAMA 026 – ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Programa tem como principal propósito a articulação junto aos Governos Federal e Municipais para adesão e implantação, no Estado do Ceará, do Plano Nacional Viver Sem Limite, e, ainda, o fortalecimento da Política Pública e da Rede de Atendimento voltada para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
15.006.354,04	11.848.013,78	78,95	15.032.156,52	12.556.166,60	83,53

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Este Programa tem ações previstas para o biênio 2012-2013, executadas e coordenadas pelo GABGOV, além da realização de ações pela SECITECE, SEDUC, SEJUS, SESA e SESPORTE.

Também estava prevista a atuação da DPGE, SEINFRA, SECULT, SSPDS, STDS e Casa Civil (FUNTELC), porém não houve nenhuma realização neste período.

Execução Física - Principais Metas – 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
GABGOV					
Aderir ao Plano Nacional Viver sem Limite até 2015	1	1	0	0	1
Estimular a ampliação, de 27 para 184, da quantidade de municípios cearenses com Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência.	27	5	152	10	15

Difundir nos 184 municípios a Convenção dos Direitos da Pessoa com deficiências no Ceará	20	50	134	92	142
SECITECE					
Adaptar o espaço físico dos 8 campi da UECE às formas de acessibilidade e mobilidade.	8	2	2	0	2
SEDUC					
Garantir acessibilidade aos alunos de 665 escolas estaduais, de acordo com as normas da ABNT, até 2015.	665	690	690	688	688
Promover formação em serviço para 1.531 professores que atuam na educação especial.	381	569	381	2.021	2.590
SEJUS					
Assessorar 100% das organizações governamentais e não governamentais na elaboração, execução e avaliação das políticas de garantia dos direitos da pessoa com deficiência.	100	100	100	100	100
Promover a qualificação de 148 conselheiros da rede de garantia de direitos da pessoa com deficiência nas 8 macrorregiões.	37	16	44	16	32
Fortalecer os 27 conselhos municipais dos direitos das pessoas com deficiência, em cada ano.	27	15	22	6	21
Assessorar na implantação de 75 novos conselhos municipais dos direitos das pessoas com deficiência.	20	12	21	8	20
SESA					
Habilitar três serviços de reabilitação física nível intermediário como Centro de Referência em Medicina Física e Reabilitação para atendimento à pessoa com deficiência.	3	1	1	1	1
Apoiar os 31 municípios que prestam atendimento especializados a pessoa com deficiência.	31	31	31	31	31
SESPORTE					
Proporcionar a participação e acessibilidade das pessoas com necessidades especiais através da realização do Projeto Paraolímpico com atenção para 8.000 pessoas	2000	500	2000	0	500
Proporcionar a participação de 8.000 pessoas com deficiência à prática esportiva e de lazer - FUNDEJ	8000	600	8000	0	600
CASA CIML					
Implantar 02 tecnologias assistivas no âmbito da TVC para o acesso de pessoas deficientes a programação da emissora, até 2015.	1	0	1	0	0

Fonte: GABGOV/SECITECE/SEDUC/SEJUS/SESA/SESPORTE/CASA CIVIL

Avaliação do Programa

O fortalecimento da Política Pública e da Rede de Atendimento dos direitos das pessoas com deficiência contou com a adesão dos gestores de cem prefeituras municipais ao Plano Nacional Viver Sem Limite para viabilizar acesso a recursos federais da ordem de R\$ 7,6 bilhões. Outra ação indutora da garantia dos direitos da pessoa com deficiência manifestou-se pela publicação do Decreto Governamental N°31.287, cujo conteúdo dispõe sobre a obrigatoriedade de se observarem os critérios do Desenho Universal em todos os termos de referência e editais

de processos licitatórios relativos a projetos arquitetônicos de uso público ou coletivo.

Destaca-se em 2013 a criação do Núcleo de Informação e Orientação para Pessoas com Deficiência e a realização de 10 oficinas em oito macrorregiões do Estado, envolvendo a participação de 524 atores sociais, dentre eles, gestores, técnicos e conselheiros envolvidos com ações específicas para a garantia dos direitos desse público além das diversas ações de capacitação, articulação e assessoramento.

As ações da SECITECE por meio da UECE,

visam garantir a infraestrutura física necessária ao acesso das pessoas com deficiência por meio da adaptação do espaço físico dos seus oito campi (capital e interior) às formas de acessibilidade e mobilidade. Ressalta-se que, até o momento apenas dois projetos foram executados.

A SEDUC, no biênio 2012-2013, continua apoiando financeiramente oito Núcleos de Atendimento Pedagógico Especializado – NAPE e, com financiamento da União, instalou 178 Salas de Recursos Multifuncionais com a finalidade de atender no contra turno, os alunos incluídos, regularmente matriculados na rede pública de ensino. Outra ação que merece destaque é a criação do Centro de Referência de Educação e Atendimento Especializado do Ceará - CREACE responsável pela oferta de cursos para professores e profissionais que atuam na educação especial além da celebração de convênios com 50 ONGs sem fins lucrativos para atendimento educacional especializado aos alunos público-alvo da educação especial incluídos nas classes comuns das escolas públicas, por meio da cessão de professores.

As ações da SEJUS, por meio do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará desenvolve suas ações através de diversas atividades tais como: assessoramento na criação de novos Conselhos Municipais Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência; realização e participação em conferências regionais, capacitações, audiências públicas, painéis, palestras, fóruns e encontros estaduais de saúde para acompanhar e assessorar o planejamento e avaliar a execução das políticas e programas setoriais para a inclusão da pessoa portadora de deficiência.

No biênio 2012-2013 foram realizados atendimento e encaminhamento de denúncias aos órgãos de assessoramento; capacitação de 1.250 pessoas com deficiência, representantes de entidades e gestores nas 8 macrorregiões do Estado, realização da III Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado

do Ceará - "Um olhar através da Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência: novas perspectivas e desafios" que contou com a participação de 300 delegados; assessoramento na implantação de oito novos conselhos municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Quixeramobim, São João do Jaguaribe, Pacatuba, Ararendá, Barroquinha, Acopiara, Milhã, Santa Quitéria).

A SESA também contribui para o alcance dos resultados esperados pelo Programa de Atenção à Pessoa Com Deficiência na medida em que habilitou um serviço de reabilitação física nível intermediário como Centro de Referência e Reabilitação além de apoiar 31 municípios na prestação de atendimento especializado.

Já a SESPORTE tem procurado assegurar o acesso, a participação e acessibilidade das pessoas com deficiência através dos Projeto Paralímpico, proporcionando-lhes atividades esportivas e de lazer. Em 2012 foram realizadas as Paralimpíadas Escolares, organizadas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), com a participação de 31 paratletas apoiados pela Secretaria do Esporte além de beneficiar 500 pessoas com deficiência por meio do Projeto Paraolímpico. NO entanto, esta meta não foi realizada em 2013.

Desde 2011 a Casa Civil por meio de sua vinculada FUNTELC empreende esforços no sentido de viabilizar o processo de implantação de duas tecnologias assistivas para permitir o acesso de pessoas deficientes à programação da TVC. O intento é disponibilizar os serviços de LIBRAS e *Closed Caption* na veiculação de programas da emissora. Encontra-se em processo licitatório desde 2012, já com duas licitações fracassadas – 2013 e 2014, com vistas a implantação do serviço de Closed Caption. Estamos aguardando que a PGE devolva o Processo para iniciarmos nova licitação, desta vez, por Dispensa de Licitação, com base no Art. 24, Inc. "V", quando há a comprovação e não acudimento de interessados ao certame. Esperamos que a implantação da referida

tecnologia ocorra ainda no corrente exercício. Quanto à tecnologia no formato de LIBRAS, somente deverá acontecer após a implantação do *Closed Caption*, provavelmente até 2015.

PROGRAMA 027 – ATENÇÃO À PESSOA IDOSA

O Programa objetiva assegurar direitos sociais aos idosos além de fortalecer os vínculos afetivos e familiares, criando condições para promover sua autonomia, participação e

integração na sociedade por meio da articulação e monitoramento da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – RENADI e apoio técnico à gestão municipal.

Para tanto foram programados recursos da ordem de R\$ 12,78 milhões mas, efetivamente só foram empenhados 76,92% (R\$ 9,38 milhões) pelas secretarias responsáveis pela execução das metas previstas para os anos 2012 e 2013.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
6.865.159,99	5.468.495,04	79,66	5.916.818,20	4.361.613,20	73,2

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

O programa, coordenado pelo GABGOV, que também realiza diversas ações, conta ainda com a colaboração da SESA e SESPORTE, uma vez

que as demais secretarias participantes (DPGE, SECULT, SSPDS, STDS, SEDUC E SECITECE) não desenvolveram nenhum ação nestes dois anos.

Execução Física - Principais Metas – 2012-2013

Principais Metas 2012-2015	Ano 2012		Ano 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
GABGOV					
Realizar articulação intersetorial com as 14 instâncias estaduais responsáveis pela execução das políticas de garantia dos direitos da pessoa idosa	2	2	12	12	14
Atender aos 184 municípios cearenses inseridos na Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos do Idoso - RENADI.	14	16	168	12	28
Estimular a ampliação de 152 para 184 do número de Conselhos dos Direitos da Pessoa Idosa nos municípios cearenses.	152	152	32	8	160
SESA					
Apoiar 100% dos municípios na implementação da saúde da pessoa idosa na atenção primária.	184	184	184	184	184
Ampliar o atendimento especializado em geriatria e gerontologia para 100% das regiões de saúde do Estado do Ceará.	3	3	3	3	3
Capacitar 750 cuidadores de pessoas idosas para rede de atenção primária à saúde.	300	300	45	50	350
SESPORTE					
Proporcionar a participação e acessibilidade das pessoas idosas através da realização do Projeto Felicidade com atenção para 3.600 pessoas ao ano.	3600	600	3600	0	600
Realização de 4 eventos para promover a acessibilidade das pessoas idosas nas atividades de esporte e lazer.	1	1	1	0	1
Proporcionar a participação de 1.200 pessoas idosas à prática esportiva e de lazer - FUNDEJ	1200	0	1200	0	0

Fonte: GABGOV/SESA/SESPORTE

Avaliação do Programa

A política pública voltada para a garantia dos direitos de pessoas idosas desenvolveu-se pela articulação com instâncias governamentais e com a sociedade civil organizada para a participação ativa na formulação, implementação e controle social, disseminando a cultura da gestão transversal, da acessibilidade e autonomia, bem como alinhando esforços para novas conquistas.

No decorrer de 2012 e 2013, dentre outras ações, destaca-se a realização de quatorze "Oficinas de Capacitação sobre Políticas Públicas para a Pessoa Idosa" em quatorze municípios com menor IDH, envolvendo a participação de gestores, técnicos e conselheiros responsáveis pela execução de projetos em saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, dentre outras políticas públicas transversais com vistas à dinamização da Rede RENADI.

Já a SESA cumpriu todas as suas metas previstas para o biênio, no que se refere ao apoio aos municípios cearenses, ampliação de atendimento especializado em geriatria e gerontologia, além da capacitação de 350 cuidadores de pessoas idosas.

As ações executadas pela SESPORTE objetivam assegurar o acesso, a participação e acessibilidade das pessoas idosas através do Projeto Felicidade, proporcionando-lhes atividades esportivas e de lazer. Assim, em 2012 foram beneficiadas 600 pessoas por meio de atividades físicas, recreativas, socioesportivas e culturais, resgatando a independência, autoestima, saúde e qualidade de vida das pessoas da melhor idade. Foram desenvolvidos torneios de basquete, vôlei, atletismo, futebol e jogos sensoriais como dama, dominó, xadrez e baralho.

Os eventos esportivos e de lazer previstos para 2013 não foram realizados em função de representação do Tribunal de Contas do Estado - TCE, que questionou a chamada pública 001/2013, determinando a suspensão de qualquer transferência relacionada aos convênios originados da respectiva chamada pública e a Procuradoria Geral do Estado - PGE determinou que fossem suspensas a tramitação da chamada pública caso o processo seletivo ainda não tivesse sido concluído, ou na hipótese da conclusão da seleção com respectiva assinatura dos convênios, que fossem suspensos aqueles cuja execução ainda não tivesse se iniciado.

AVALIAÇÃO DAS
ÁREAS TEMÁTICAS
E PROGRAMAS

Correição e Disciplina



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Correição e Disciplina

Avaliação da Área Temática

Com o objetivo de incrementar a transparência da gestão governamental, combater a corrupção e o abuso no exercício da atividade policial ou de segurança penitenciária, buscando uma maior eficiência dos serviços prestados à sociedade, foi implantado no Estado do Ceará, a partir de 2011, um novo modelo na área disciplinar: Esse novo modelo é administrado pela Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário – CGD e rompe com os antigos modelos de Corregedoria que são praticados nos demais Estados da Federação.

Dentre as inovações aplicadas por esse novo modelo merecem ser citadas: o enfrentamento ao corporativismo, a realização de atividades preventivas, a criação de delegacia especializada e o recebimento presencial de denúncias.

Em relação ao enfrentamento ao corporativismo que tanto prejudica as apurações disciplinares, a LC nº 98/2011 impõe que o Controlador Geral pertença a Instituição diversa das fiscalizadas, tendo o dever de corrigir, controlar e punir. Além disso, ao definir que os atos de instauração e resultado dos processos disciplinares seriam publicados no Diário Oficial do Estado a que todos têm acesso, foi imposta maior transparência à atuação correicional e disciplinar. Dessa forma, o Estado do Ceará se antecipou à Lei nº 12.527/2011, que garante o acesso às informações. Anteriormente, o órgão correicional e disciplinar não tinha poder punitivo, apenas sugeria a aplicação de sanções.

As atividades de caráter preventivo são realizadas na fiscalização, controle e orientação

das atividades policiais e penitenciárias. Um trabalho preventivo bem realizado pode evitar ou minimizar substancialmente futuras irregularidades disciplinares, fato este não explorado pelos modelos de Corregedorias. Isso por si só já representa um avanço no modo como se enfrenta a questão do desvio de conduta policial.

A Delegacia de Assuntos Internos - DAI, tecnicamente subordinada à Controladoria Geral de Disciplina, destina-se à repressão qualificada das infrações penais perpetradas por integrantes da segurança pública e do sistema penitenciário.

Foi implantado o recebimento presencial de denúncias, encorajando a população a exercer o direito de cidadania com relação aos desvios de conduta dos agentes da segurança pública, proporcionando credibilidade e confiança a essa nova estrutura governamental junto à sociedade.

Os resultados setoriais da CGD refletem o objetivo de reduzir os desvios de conduta nos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, mediante processos disciplinares, visando sempre a melhoria e o aperfeiçoamento da disciplina, além de uma resposta tempestiva e eficaz à sociedade.

A seguir são apresentados os resultados e indicadores setoriais, bem como sua evolução. Para efeito de cálculo considerou-se o efetivo de servidores submetidos à Lei nº 98/2011, abrangendo os militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, membros da carreira de Polícia Judiciária e membros da carreira de Segurança Penitenciária.

Correição e Disciplina
Resultados e Indicadores Setoriais 2010-2013

Resultados e Indicadores Setoriais	Unidade de medida	2010	2011	2012	2013
1. Desvios de conduta nos órgãos de segurança pública e sistema penitenciário reduzidos					
1.1. Percentual de servidores denunciados	%	-	2,30	6,00	6,9
1.2. Percentual de servidores respondendo a procedimentos disciplinares	%	-	-	14,30	9,69
1.3. Percentual de servidores punidos nos procedimentos disciplinares	%	-	0,12	0,90	1,61
2. Maior celeridade na resolutividade de processos administrativos					
2.1. Tempo médio de tramitação de processos administrativos disciplinares	dia	-	90	90	90
2.2. Tempo médio de tramitação de processos de sindicância	dia	-	30	30	30

Nota: Efetivo total - 2011: 22.057 servidores; 2012: 20.838 servidores; 2013: 22.545 servidores.
Fonte: CGD.

A evolução do número de servidores denunciados se deve a eficiência e eficácia das investigações nos processos instruídos com o conseqüente aumento da credibilidade da população no trabalho desenvolvido por esta secretaria. Apesar disso, em 2013 houve um decréscimo no percentual de servidores respondendo a procedimentos disciplinares o que sugere que por vezes algumas denúncias não possuem fundamentos suficientes para serem transformadas em procedimentos.

O crescimento do número de servidores punidos é conseqüência do incremento das atividades de investigação e processamento, assim como uma maior celeridade na resolutividade dos procedimentos administrativos.

Está em fase de finalização o processo de redesenho de um sistema de informática que trará a possibilidade de mensurar com precisão o tempo médio de tramitação dos processos. No momento, essa medição está sendo feita manualmente pelas coordenações responsáveis pelas células e sindicantes que realizam esses procedimentos.

As principais ações e projetos que foram impactantes para a evolução desses indicadores foram:

- O incremento do número de servidores atuando na investigação, fiscalização e processamento;
- A formação e capacitação permanente do corpo funcional da CGD, sendo a maior parte dele integrante dos quadros dos órgãos vinculados à Secretaria de Segurança Pública e Defesa social e Secretaria da Justiça e Cidadania;
- O aparelhamento da CGD: reforma e ampliação das instalações, modernização da área de TIC, aumento da frota de veículos e viaturas, aquisição de armamento e equipamentos para investigação/fiscalização e aquisição de sistema de inteligência.

A aceitação normativa do modelo de Controladoria é uma realidade no seio das corporações e da sociedade. Essa credibilidade encontra respaldo na eficiência dos resultados obtidos, bem como na diminuição do tempo de resposta, no aumento da quantidade de denúncias apresentadas e, ainda, pela ausência ou insignificantes ocorrências de críticas sobre o modelo.

O novo modelo na área de disciplina trouxe avanço nas respostas dos casos apurados, especialmente aqueles de maior gravidade e repercussão social, restando indubitoso concluir-se pela maior celeridade no julgamento

dos processos administrativos disciplinares do modelo de Controladoria em comparação com o antigo modelo de Corregedoria.

A certeza da fiscalização, através do controle e da punição dos desvios de conduta, é fator que contribui sobremaneira para um melhor serviço de segurança e evita, pelo efeito pedagógico, que outros trilhem o mesmo caminho.

O propósito contínuo da Controladoria é dar uma nova dimensão para a questão disciplinar dos policiais militares, bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários, que ao mesmo tempo assegure à sociedade e a esses servidores públicos que a independência, a imparcialidade, a legalidade e o senso de justiça são requisitos

essenciais à atuação da Controladoria Geral de Disciplina e de sua Delegacia de Assuntos Internos, trabalho que só pode ser exercido com competência técnica e autoridade moral.

Avaliação de Programas

PROGRAMA 096 – CONTROLE DISCIPLINAR DA SEGURANÇA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

O programa objetiva fortalecer a infraestrutura tecnológica, física e logística da CGD, além da capacitação dos seus servidores, visando o desempenho eficaz das atividades preventivas e repressivas de combate aos desvios de conduta dos servidores submetidos à Lei nº 98/2011.

Execução Orçamentária 2012 – 2013 – Em R\$

2012			2013		
Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)	Programado (Lei + Créditos) (P)	Empenhado (E)	(E)/(P) (%)
899.500,91	735.932,55	81,82	747.055,00	298.613,29	39,97

Fonte: SIOF - Consulta Execução Orçamentária.

Execução Física – Principais Metas 2012 – 2013

Principais Metas 2012-2015	ANO 2012		ANO 2013		Realizado Acumulado 2012-2013
	Progr	Realiz	Progr	Realiz	
Realizar fiscalização operacional em 10% das viaturas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar	0	0	0	29	29
Deliberar 80% dos processos de desvios de conduta cadastrados no período 2012 - 2015	260	953	400	921	1874
Deliberar 50% dos processos oriundos da Corregedoria Geral	1.470	2.016	1.269	1.881	3.897
Instruir 100% dos processos de sindicância no prazo de 60 dias	13	123	108	736	859
Instruir 100% dos processos administrativos disciplinares no prazo de 120 dias	32	130	186	216	346
Realizar fiscalização operacional em 10% das unidades da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar	0	0	0	1	1
Realizar correição preventiva e repressiva em 10% das delegacias da Polícia Civil	0	2	3	2	4

Fonte: CGD.

Avaliação do Programa

A estrutura da CGD foi idealizada e implementada de modo a realizar o ciclo disciplinar completo. Passou a agregar as atividades de prevenção, mediante a realização de fiscalização operacional e de correições preventivas e repressivas, além de investigações preliminares quando do recebimento de denúncias.

A implantação da CGD trouxe efetividade, transparência e celeridade no julgamento das sindicâncias e processos instaurados para apurar transgressão disciplinar cometida por servidores submetidos à LC nº 98/2011 e, por consequência, maior participação e credibilidade da sociedade na ação governamental, expressa pelo alcance das metas estabelecidas.

No biênio 2012-2013, observa-se uma satisfatória execução das metas que contribuem para o alcance do objetivo do programa, considerando que para quase todas houve superação dos valores realizados em relação aos programados, salientando-se que para duas delas houve realização mesmo sem ter havido programação.

A consecução dessas metas é decorrente da realização de uma série de ações de gestão.

Em 2012 essas ações envolveram o redesenho do processo de apuração de desvios de conduta, resultando em racionalização e automatização de procedimentos, padronização de documentos e implementação de indicadores de tempo e de conformidade; o desenvolvimento do Sistema de Controle de Processos – SISPROC, com geração de documentos e registros de informações e tramitação, permitindo o monitoramento de todas as fases e situações das denúncias

apresentadas e dos processos disciplinares instaurados na CGD; a capacitação da equipe de trabalho, visando a uniformidade no tratamento dos processos.

Em 2013, a CGD elegeu como prioridades a estruturação e organização das suas atividades preventivas, mediante padronização dos procedimentos de fiscalização e correição, capacitação dos servidores e melhoria da infraestrutura do GTAC e DAI; a revisão da legislação da CGD, buscando a atualização e melhoria contínua dos seus normativos; o monitoramento sistemático dos projetos, metas e indicadores de resultado, mediante reuniões mensais com gestores e técnicos da CGD, visando a discussão conjunta dos progressos e das dificuldades e, conseqüentemente, a aplicação de ações corretivas em tempo hábil, de modo a não comprometer o bom andamento das atividades e dos objetivos da Controladoria; capacitação de 56 servidores no curso de Nivelamento Operacional do GTAC; padronização dos procedimentos de fiscalização e correição do GTAC - elaboração de POPs (Procedimento Operacional Padrão).

Em termos orçamentários, apesar do menor percentual de execução registrado em 2013 em relação ao ocorrido em 2012, a execução orçamentária média nesses dois anos foi de 62,83%, podendo ser considerada satisfatória, dado que reflete a aplicação de recursos em ações impactantes para a consecução das metas do programa. Dentre tais ações podem ser citados o reaparelhamento e modernização da CGD, a modelagem de processo e de sistema de informações de controle disciplinar e a apuração de desvios de conduta.





GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ